

VOLUME 67

ROSA DA PENHA FERREIRA DA COSTA
LUCILEIDE ANDRADE DE LIMA DO NASCIMENTO
(organizadoras)

Estudos em Ciência da Informação



Esta obra foi selecionada para integrar a “Coleção Pesquisa Ufes”, a partir de Chamada Pública feita pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) aos programas de pós-graduação da universidade.

A seleção teve por base pareceres que consideraram critérios de inovação, relevância e impacto.

O financiamento da Coleção foi viabilizado por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de recursos do Tesouro Nacional.



**Universidade Federal
do Espírito Santo**



Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Paulo Sergio de Paula Vargas

Vice-reitor

Roney Pignaton da Silva

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Valdemar Lacerda Júnior

Chefe de Gabinete

Aureo Banhos dos Santos

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Ananias Francisco Dias Junior, Eliana Zandonade,
Eneida Maria Souza Mendonça, Fabrícia Benda
de Oliveira, Fátima Maria Silva, Gleice Pereira,
Graziela Baptista Vidaurre, José André Lourenço,
Marcelo Eduardo Vieira Segatto, Margarete Sacht
Góes, Rogério Borges de Oliveira, Rosana Suemi
Tokumar, Sandra Soares Della Fonte

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

Seção de Design

Ana Elisa Poubel, Juliana Braga,
Samira Bolonha Gomes, Willi Piske Jr.

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Ana Paula de Souza Rubim,
Dominique Piazzarollo, Marcos de Alarcão,
Maria Augusta Postinghel



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.



Diretor da Graúna Digital

Thiago Moulin

Supervisão

Laura Bombonato

Seção de edição e revisão de textos

Carla Mello | Natália Mendes | José Ramos
Manuella Marquetti | Stephanie Lima

Seção de design

Carla Mello | Bruno Ferreira Nascimento

Projeto gráfico

Edufes

Diagramação e capa

Bruno Ferreira Nascimento

Revisão de texto

MC&G Editorial

Fotografia da capa por

Juanjo Jaramillo em

<https://unsplash.com/>.

Esta obra foi composta com
a família tipográfica Crimson Text.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

E79 Estudos em ciência da informação [recurso eletrônico] / Rosa da Penha Ferreira da Costa, Lucileide Andrade de Lima do Nascimento (organizadoras). - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : EDUFES, 2023.
429 p. : il ; 21 cm. - (Coleção Pesquisa Ufes ; 67)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-559-5

Modo de acesso: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

1. Ciência da informação. 2. Arquivos. 3. Recuperação da informação. 4. Competência da informação. I. Costa, Rosa da Penha Ferreira da. II. Nascimento, Lucileide Andrade de Lima do. III. Série.

CDU: 02

Elaborado por Ana Paula de Souza Rubim – CRB-6 ES-000998/O

**ROSA DA PENHA FERREIRA DA COSTA
LUCILEIDE ANDRADE DE LIMA DO NASCIMENTO
(organizadoras)**

Estudos em Ciência da Informação

 **EDUFES**

Vitória, 2023

Sumário

Apresentação 9

PARTE 1:

ESTUDOS EM CONTEXTOS ARQUIVÍSTICOS

Capítulo 1

Arquivo: o lugar-espço do patrimônio institucionalizado 17

Maira Cristina Grigoletto

Capítulo 2

Arquivos da repressão e memória social: a produção teórica sobre a ditadura militar em repositórios da Ciência da Informação 54

Pedro Ernesto Fagundes

Rosilda Adelaide Rufo

Rosa da Penha Ferreira da Costa

Capítulo 3

Avaliando a avaliação arquivística no Programa de Gestão Documental do estado do Espírito Santo (PROGED-ES 2013-2019) 76

Luiz Carlos da Silva

Renato Pinto Venâncio

Rosa da Penha Ferreira da Costa

PARTE 2:
ESTUDOS SOBRE ORGANIZAÇÃO, DIFUSÃO E RECUPERAÇÃO DA
INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Capítulo 4

A efetividade da difusão da informação e do conhecimento em saúde: discussões acerca da importância de identificação do perfil cognitivo de populações e indivíduos 109

Margarete Farias de Moraes

Dante Augusto Galeffi

Maria Giovana Soares

Capítulo 5

Recuperação de informação e conhecimento 165

Henrique Monteiro Cristovão

Capítulo 6

Ontologias na organização do conhecimento em sistemas de informação 217

Daniela Lucas da Silva Lemos

PARTE 3:
ESTUDOS SOBRE MEDIAÇÃO CULTURAL E DA INFORMAÇÃO

Capítulo 7

Mediação cultural digital: identificando valores dos objetos à prática 253

Taiguara Villela Aldabalde

Georgete Medleg Rodrigues

Monique Batista Magaldi

Capítulo 8

A mediação cultural e a ação cultural em bibliotecas: um estudo realizado no âmbito da Ciência da Informação..... 277

Meri Nadia Marques Gerlin

Alessandra Monteiro Pattuzzo Caetano

Gleice Pereira

Capítulo 9

Mediação e usos sociais da informação na dinâmica social..... 314

Mônica Alves da Fonseca

Lucileide Andrade de Lima do Nascimento

PARTE 4:

ESTUDOS EM COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Capítulo 10

Da legislação ao esquema metodológico: promoção de competências e habilidades para o acesso à informação e o combate à desinformação nas mídias sociais..... 336

Meri Nadia Marques Gerlin

Regina Célia Baptista Belluzzo

Elmira Luzia Melo Soares Simeão

Capítulo 11

Competência em Informação e a Biblioteca escolar..... 379

Marta Leandro da Mata

Gleice Pereira

Eliana Terra Barbosa

Sobre os autores..... 413

Apresentação

Com alegria apresentamos esta coletânea representativa da produção dos docentes, discentes e parceiros do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/Ufes). Este volume compõe a Coleção Pesquisa Ufes publicada com financiamento e parceria entre a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPPG/Ufes) e a Editora da Ufes (Edufes). Deixamos já explícito nossos agradecimentos ao apoio institucional recebido.

Esta primeira obra foi organizada com o objetivo de divulgar a produção acadêmica do PPGCI/Ufes e reflete também o interesse do Programa em documentar parte da literatura resultante de pesquisa nos anos iniciais de sua trajetória. O PPGCI/Ufes foi aprovado no segundo semestre de 2018 e ofertou a primeira turma em 2019. Nos três primeiros anos de percurso, já recebemos três premiações resultantes da produção científica docente e discente. Esses estímulos justificam o esforço de organização desta obra diariamente exercitando o verbo esperar, que, conforme poderosa tradução do ilustre educador Paulo Freire, significa levantar, construir, não desistir, seguir adiante e em permanente diálogo com o mundo, com o outro, na realidade como ela é. Porém, aprendendo, ensinando, construindo parcerias e construindo

coletivamente uma história que nos incentiva a manter a capacidade de aprender e ensinar.

A obra **Estudos em Ciência da Informação** contemplando onze capítulos foi organizada a partir de quatro temáticas ou partes aglutinadoras: estudos em contextos arquivísticos, estudos sobre organização, difusão e recuperação da informação e do conhecimento, estudos sobre mediação cultural e da informação e estudos sobre competência em informação.

A “Parte 1 – Estudos em contextos arquivísticos” contempla três capítulos que circundam o tema Arquivos sob a ótica de estudos transdisciplinares na Ciência da Informação.

O Capítulo 1 denominado “Arquivo: o lugar-espço do patrimônio institucionalizado de autoria da docente Maira Cristina Grigoletto” sistematiza a revisão de proposições indicativas sobre o papel do documento na explicitação do patrimônio institucionalizado e dos arquivos das instituições preservacionistas como o lugar-espço do patrimônio institucionalizado. Durante o processo analítico de revisão, aborda questões relacionadas aos valores no campo do patrimônio e aos fundamentos jurídico-administrativos no processo de institucionalização patrimonial, além de discutir o poder dos documentos e dos arquivos nas instituições de preservação do patrimônio. Os resultados da acurada análise apontam para o valor social da documentação patrimonial e dos arquivos como instituição preservacionista salientando o papel e a importância das práticas de gestão documental.

O Capítulo 2 denominado “Arquivos da repressão e memória social: a produção teórica sobre a ditadura militar em repositórios da Ciência da Informação”, produzido pela mestrandia Rosilda Adelaide Rufo e os docentes Pedro Ernesto Fagundes e Rosa da Penha Ferreira da Costa, analisa o contexto dos arquivos da repressão e discute a produção teórica mais recente da Ciência da Informação relacionada à memória social e à ditadura militar.

O Capítulo 3 denominado “Avaliando a avaliação arquivística no Programa de Gestão Documental do Estado do Espírito Santo (PROGED-ES 2013-2019)”, de autoria dos docentes Luiz Carlos da Silva, Renato Pinto Venâncio (PPGCI/UFMG) e Rosa da Penha Ferreira da Costa, avalia qualitativamente os editais de eliminação de documentos produzidos pela Comissão de Avaliação de Documentos do Programa de Gestão Documental, vinculado ao Arquivo Público do Governo do Estado do Espírito Santo (PROGED-ES), no período de 2013-2019. Considera, a partir dessa base empírica, que a avaliação arquivística é um instrumento importante para a governabilidade, transparência pública e tomada de decisão e formulação de políticas públicas de informação na administração pública.

A “Parte 2 – Estudos sobre organização, difusão e recuperação da informação e do conhecimento” reúne também três capítulos que, em bases empíricas distintas, desenvolvem análises ricas, nos âmbitos teórico e prático, sobre a temática organização da informação e do conhecimento.

O Capítulo 4 intitulado “A efetividade da difusão da informação e do conhecimento em saúde: discussões acerca da importância de identificação do perfil cognitivo de populações e indivíduos”, de autoria compartilhada entre a docente Margarete Farias de Moraes, o docente Dante Augusto Galeffi (DMMDC/UFBA) e a mestrandia Maria Giovana Soares, apresenta resultados completos de uma pesquisa de pós-doutorado desenvolvida durante Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento tratando da correlação entre crenças e valores sobre informação e conhecimento em saúde de indivíduos, com seu estilo de vida e a sua predisposição em mudá-lo. A análise dos resultados indicou que os indivíduos com melhor estilo de vida apresentavam maior predisposição em mudá-lo, apresentaram 4,46% de crenças de baixa expectativa, ou seja, 49% a menos que o primeiro grupo, com um índice de correlação negativa de $-0,93$.

O Capítulo 5 denominado “Ontologias na organização do conhecimento em sistemas de informação”, de autoria da docente Daniela Lucas da Silva Lemos, evidencia sistematização de estudos longitudinais em andamento sobre ontologias no âmbito da organização do conhecimento para um dado domínio. Nesse recorte, apresenta o resultado de um estudo amplo realizado em alguns campos de pesquisa sobre os quais o assunto ontologias se faz presente, ressaltando princípios teóricos e metodológicos fundamentais ao processo de construção de ontologias.

O Capítulo 6 sob título “Recuperação de informação e conhecimento, do docente Henrique Monteiro Cristovão” apresenta uma visão geral da Recuperação da Informação (RI) com foco em aspectos da Ciência da Informação (CI). Aborda o tema Recuperação de Conhecimento que, apesar de controverso, foi analisado a partir de estudos consolidados nessa temática. Os resultados da revisão de literatura realizada apontam que a RI vem sofrendo grandes modificações ao longo do tempo, principalmente dirigidas às necessidades informacionais de um usuário reconhecido a partir do seu contexto sociocultural. Atribui aos estudos de comportamento informacional o processo de amadurecimento da natureza interativa da RI com o uso de modelos mais realistas e conectados ao contexto.

A “Parte 3 – Estudos sobre mediação cultural e da informação” está composta por três capítulos que exploram a temática mediação em três vias analíticas: mediação cultural digital, mediação cultural articulada a ação cultural e mediação e usos da informação na dinâmica social.

O Capítulo 7 denominado “Mediação cultural digital: identificando valores dos objetos à prática”, de autoria do docente Taiguara Villela Adabalde em parceria com as docentes Georgete Medleg Rodrigues (UnB) e Monique Batista Magaldi (UniRio), brinda-nos com um tema inédito no Brasil, a mediação cultural digital, uma vez que não há nenhum trabalho no país que se dedique a pensar esse

campo emergente. A pesquisa inclui análises sobre a mediação cultural digital, a partir de fontes bibliográficas em uma perspectiva de construção de seus objetos, incluindo, nessa trajetória, a pandemia do novo coronavírus, identificando valores nos objetos digitais culturais mediados e uma relação entre a predominância de valores com o encaminhamento da prática. Recorrem, durante a descrição da pesquisa, a exemplos associados ao Arquivo Municipal de Loulé em Portugal e a exposição “Desmundo” (2021) da Universidade de Brasília.

O Capítulo 8 intitulado “A mediação cultural e a ação cultural em bibliotecas: um estudo realizado no âmbito da Ciência da Informação”, produzido pelas docentes Meri Nadia Marques Gerlin, Gleice Pereira e pela mestrandia Alessandra Monteiro Pattuzzo Caetano, descreve resultados de investigação junto à literatura dirigidas à identificação de perspectivas conceituais sobre a temática mediação cultural desenvolvida em bibliotecas articulada às práticas de ação cultural. A análise sistematizada conclui que a mediação cultural em bibliotecas caminha em direção a um modelo de prática mais crítica, libertadora e de impacto no meio sociocultural dos sujeitos contemporâneos. Reconhecem que o conceito de mediação cultural direciona, em certa medida, as ações do profissional bibliotecário mediador no desenvolvimento de ações mais transformadoras e menos instrumentais ou neutras.

O Capítulo 9 sob título “Mediação e usos sociais da informação na dinâmica social”, escrito pelas docentes Mônica Alves da Fonseca e Lucileide Andrade de Lima do Nascimento, analisa, à luz da literatura nos Campos Ciência da Informação e da Comunicação Social, as interrelações entre o conceito de mediação da informação e usos sociais da informação na dinâmica social. Distingue o processo de mediação da informação levando em conta a informação e o conhecimento como um fenômeno social, produto e componente determinante nos processos de reprodução social e a diversidade de ações e práticas de informação dos sujeitos em sociedade.

A “Parte 4 – Estudos sobre competência em informação”, congrega dois capítulos exclusivos. Entre as autoras dos capítulos identificamos as pesquisadoras mais relevantes da atualidade tratando do tema Competência em informação no Brasil.

O Capítulo 10 denominado “Da legislação ao esquema metodológico: promoção de competências e habilidades para o acesso à informação e o combate à desinformação nas mídias sociais”, de autoria das docentes Meri Nadia Marques Gerlin, Regina Célia Baptista Belluzzo (Unesp) e Elmira Luzia Melo Soares Simeão (UnB), evidencia a importância do movimento de acesso à informação confiável e contra o compartilhamento de informações deturpadas e falsas que proliferam nas redes sociais, revelando a necessidade de conhecimento da legislação e de metodologias para combate à desinformação no ciberespaço. A pesquisa em questão é um recorte que se insere em uma ampla investigação desenvolvida no âmbito da “Rede BRASIL de Gestão da Informação e Tradução do Conhecimento em Saúde à Ciência Cidadã: ações estratégicas de informação, educação e comunicação frente à Covid-19 e outras síndromes respiratórias agudas graves (SARS)” registrada na Plataforma Brasil.

O Capítulo 11, “Competência em Informação e a Biblioteca Escolar, escrito pelas docentes Marta Leandro da Mata e Gleice Pereira”, em coautoria com a egressa do PPGCI/Ufes e bibliotecária Eliana Terra Barbosa, presenteia-nos com uma reflexão sobre a competência em informação nas bibliotecas escolares no âmbito brasileiro caracterizando o cenário das bibliotecas escolares brasileiras; apontando parâmetros para a implementação de programas de competência em informação nas bibliotecas escolares; averiguando as ações de competência em informação nas bibliotecas escolares no país e ressaltando o papel educativo do bibliotecário com ações que impulsionam a construção de competências em informação nos educandos.

Enfim, a coletânea ora disponibilizada reflete um leque amplo de pesquisas em curso resultantes de processos de formação oriundos do

PPGCI/Ufes, de grupos de pesquisa mobilizadores de grandes coletivos de profissionais, do esforço sistemático do pesquisador e das parcerias que permitem ampliar as redes relacionais e de compartilhamento de saberes e fazeres no âmbito acadêmico.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Primavera de 2023.

Rosa da Penha Costa Ferreira da Costa

Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/Ufes). Coordenadora do PPGCI/Ufes no período de dezembro de 2018 a agosto de 2022.

Lucileide Andrade de Lima do Nascimento

Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/Ufes). Coordenadora Adjunta do PPGCI/Ufes no período de dezembro de 2018 a agosto de 2022.

**Parte 1:
Estudos em
contextos
arquivísticos**

Capítulo 1

Arquivo: o lugar- espaço do patrimônio institucionalizado

Maira Cristina Grigoletto

RESUMO

Revisita as seguintes proposições: o patrimônio institucionalizado é o documento que assim o revela e os arquivos das instituições preservacionistas se configuram como o lugar-espaço do patrimônio institucionalizado. Em seu desdobramento: aborda a questão dos valores no campo do patrimônio, discorre sobre os fundamentos jurídico-administrativos no processo de institucionalização patrimonial e discute sobre o poder dos documentos e dos arquivos nas instituições de preservação do patrimônio. Desenvolve pesquisa qualitativa e

exploratória quanto aos objetivos. Adota como procedimentos a pesquisa bibliográfica e documental utilizando artigos científicos, teses, dissertações, materiais técnicos, livros e dispositivos legais para o desenvolvimento do tema. Estabelece respaldo teórico-conceitual a partir do diálogo entre diferentes áreas como a História, Arquitetura, Arquivologia e Ciência da Informação para o tratamento de aspectos relacionados ao patrimônio, documento e arquivo. Revela a partir dos resultados que a documentação patrimonial como dispositivo de saber e de poder sobre e no campo do patrimônio institucionalizado é o documento que assim o revela, sustentando a representação de valores e informações para a revelação de um bem patrimonial, e que os arquivos, observadas as adequadas práticas de gestão documental das instituições preservacionistas, configuram-se como o lugar-espaço do patrimônio institucionalizado.

Palavras-chave: Patrimônio institucionalizado. Arquivos. Patrimonialização. Documentos e Arquivo.

INTRODUÇÃO

As práticas documentárias realizadas no campo do patrimônio respaldam a identificação e validação de valores a elementos de cultura pelas instâncias preservacionistas no percurso de seleção dos bens de interesse para preservação. Historicamente, percebe-se a ampliação de instrumentos protecionistas e de itens que podem ser objeto de patrimonialização.

Em um aspecto, esse movimento pode ser entendido como um processo de democratização dos dispositivos para revelação de patrimônios, o que para alguns autores não se traduz na prática (MENESES, 2012). Por outro viés, o aumento das ações de patrimonialização requer atenção maior sobre a maneira como os agentes no campo do patrimônio institucionalizado operam com a representação de elementos simbólicos, pelos processos documentais, em meio a fatores políticos, ideológicos, técnicos, científicos e burocráticos. Além

disso, dado o alargamento da noção de patrimônio, deve-se conceber a complexidade das estruturas e sistemas de informação e documentais necessárias para representar uma infinidade de opções valorativas.

As problemáticas em torno da transparência dos critérios e valores materializados em documentos, os seus fluxos, a preservação e o poder de intervenção de dispositivos documentais sobre os objetivos de cultura são o que fundamentaram o objetivo deste estudo de revisitar as seguintes proposições: o patrimônio institucionalizado é o documento que assim o revela e os arquivos das instituições preservacionistas se configuram como o lugar-espço do patrimônio institucionalizado (GRIGOLETO, 2009, 2013). Os objetivos específicos são circunscritos para: abordar a questão dos valores no campo do patrimônio, discorrer sobre os fundamentos jurídico-administrativos no processo de institucionalização patrimonial e discutir sobre o poder dos documentos e dos arquivos nas instituições de preservação do patrimônio.

O respaldo teórico-conceitual para o presente estudo foi estabelecido a partir do diálogo entre diferentes áreas como a História, Arquitetura, Arquivologia e Ciência da Informação para o tratamento de aspectos relacionados ao patrimônio, documento e arquivo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória quanto aos objetivos. Adota como procedimentos a pesquisa bibliográfica e documental, utilizando artigos científicos, teses, dissertações, materiais técnicos, livros e dispositivos legais para o desenvolvimento do tema.

Em um primeiro momento, debate sobre a questão do patrimônio pela perspectiva dos valores e dos institutos jurídico-administrativos. Posteriormente, apresenta abordagens sobre o arquivo, direcionando às reflexões para o conceito foucaultiano. Por fim, explora práticas de revelação de um bem patrimonial, pelas análises de Grigoletto (2009, 2013), para a sustentação das teses enunciadas relativas ao poder dos documentos e arquivos no campo do patrimônio.

Os resultados e conclusões relevam a documentação patrimonial como dispositivo de saber e de poder sobre e no campo do patrimônio

que sustentam, pelos agenciamentos simbólicos e racionais, a representação de valores e informações para a revelação de um bem patrimonial, sendo que em seu conjunto e regularidade, observadas as adequadas práticas de gestão documental, os arquivos podem fortalecer as instituições preservacionistas, estabilizando tensões e conflitos (internos e externos) para garantir legalidade e legitimidade ao patrimônio institucionalizado.

A QUESTÃO DO PATRIMÔNIO: ENTRE VALORES E DELINEAMENTOS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS

As concepções de patrimônio foram construídas ou identificadas ao longo dos séculos, sendo algumas mais localizáveis, como os delineamentos jurídico-administrativos estabelecidos em solo francês, outras menos identificáveis, quando a acepção está vinculada às mentalidades em torno do entendimento de patrimônio pelas formas de apropriação por indivíduos ou grupos.

Outra questão que se deve considerar preliminarmente é a divisão artificial, como os demais processos de patrimonialização institucional, entre patrimônio “material” e patrimônio “imaterial”. Para sustentar tal separação, pode acionar-se justificativas em torno da necessidade de instrumentos diferenciais para a revelação, gestão e manutenção de itens culturais, considerando certas particularidades dos objetos em sua dinâmica de transformações. Nesse aspecto, poder-se-ia, mesmo que operacionalmente, conceber diferenças entre os de natureza tangível e os de natureza intangível, sendo os primeiros potencialmente mais estáveis e regulares do que os segundos. Essa condução se afasta dos valores que são vinculados aos elementos de cultura e aos simbolismos presentes nos itens (re)conhecidos como referenciais que devem ser protegidos. Tais aspectos intangíveis pelo simbolismo deveriam estar, por excelência, interligados a todos os elementos de cultura que passam pelos processos de patrimonialização.

Apreende-se, em Meneses (1992), que a questão dos valores é fundamental para que o patrimônio exista, independentemente dos procedimentos que assim o determinam. Seja pelas ações dos sujeitos com os itens que são por eles valorizados e apropriados ou mesmo pelas práticas metodológicas institucionais para que um bem seja concebido como patrimônio, é necessário que determinados valores estejam vinculados aos objetos. Esses valores são social e historicamente demarcados, isso porque, em diferentes localidades, comunidades e épocas, os sujeitos e organizações constroem entendimentos e sentimentos diferenciados em relação a determinados elementos de cultura (MENESES, 1992).

Como esclarecido por Meneses (2012, p. 39), os valores não estão nas coisas, não são intrínsecos e geneticamente previstos, mas são construídos e “[...] precisam ser enunciados, explicitados, fundamentados e podem ser expostos, propostos, recusados, transformados”. Ou seja, os valores são construídos na relação que se estabelece entre os sujeitos e os elementos de cultura. Compreende-se que esses sujeitos são os diferentes agentes do campo do patrimônio, o qual pode ser explorado, conforme entendido por Abreu (2005, p. 45), “[...] na confluência entre academia, agências de governo, instituições, ONGs e movimentos sociais, entre pesquisas reflexivas e paixões desenfreadas que fazem do patrimônio uma ‘causa’ e uma ‘bandeira de luta’.”

Essas redes de interação com os elementos de cultura é que operacionalizam os valores, classificados por Meneses (2012) como: cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos. Na proposta de melhor compreensão de cada um desses valores, será atualizado o exemplo do autor proferido em Conferência Magna do I Fórum Nacional do patrimônio Cultural, em 2009, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais (MG). Para tal finalidade, o objeto selecionado foi o Convento e a Igreja Nossa Senhora da Penha, localizados no município de Vila Velha, estado do Espírito Santo (ES), que será tratado como Complexo Nossa Senhora da Penha.

A justificativa da escolha pautou-se pelo reconhecimento das possibilidades de identificação e vinculação de valores a ele relacionados. Além disso, pela potencial interseção entre os fatores tangíveis e intangíveis em um único exemplar de elemento de cultura, mesmo que este seja categorizado como patrimônio material pela instância preservacionista federal brasileira, o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A Igreja e o Convento Nossa Senhora da Penha, bem como acervo interligado, foram objeto de estudo e atribuição de valor pelo referido órgão estatal a partir de 1940, tendo os trabalhos concluídos e o reconhecimento como patrimônio pela inscrição nos Livros do Tombo Histórico e das Belas Artes, no ano de 1941.

Os valores cognitivos, conforme disposto por Meneses (2012, p. 35), relacionam-se ao conhecimento e fruição intelectual, sendo o elemento de cultura tratado como um documento sobre o qual pode-se lançar questionamentos e obter-se informações de múltiplas naturezas. Nesse sentido, um arquiteto em sua relação com o Complexo Nossa Senhora da Penha pode querer obter informações dos materiais empregados na construção dos edifícios, os responsáveis pela ornamentação, se foram elaboradas plantas para o acompanhamento das obras e se essas estão preservadas ou pode desejar ampliar seu conhecimento a respeito de outros fatores que não visualmente expostos à sua contemplação. Aos questionamentos realizados pelos historiadores, esses podem interessar-se pelos elementos por trás da materialidade visível, elaborando suas perguntas sobre quem foram os agentes envolvidos na construção dessas edificações, os critérios para a escolha dos artífices e artistas responsáveis pela ornamentação dos altares, de que maneira foram adquiridas as verbas para as construções, entre outras questões. A partir dos materiais preservados na sala dos ex-votos, um pesquisador de história religiosa pode questionar-se sobre os “milagres” alcançados pelos fiéis e os santos a ele vinculados.

Quanto aos valores formais, Meneses destaca (2012) que estariam ligados à percepção dos indivíduos das coisas ao seu redor, à maneira como estabelecem contato com o mundo externo. Esse valor não se vincula, segundo o autor, ao sentido usual de estética para referir-se à bela forma ou a determinadas categorias de estilos (clássico, barroco, rococó, eclético etc.), embora contribuam na sua percepção e qualificação dos objetos (MENESES, 2012). Compreende-se, portanto, que o valor formal se configura pelo contato dos sujeitos com o “mundo externo”, o qual é mediado pela existência do Complexo Nossa Senhora da Penha, que permite a esse transcender, mesmo que por alguns minutos, determinadas dinâmicas do funcionamento do cotidiano. Esse elemento de cultura, localizado em Vila Velha (ES), pode ser observado de diferentes pontos da cidade de Vitória (ES), em especial das atuais Avenidas Fernando Ferrari e Nossa Senhora da Penha, sentido Vitória para Vila Velha. O seu estar no mundo externo e na paisagem da cidade pode alterar, por exemplo, a percepção de um transeunte que se locomove e que, ao olhar ao longe, transporta-se para outras percepções e realidades. Por alguns momentos, esse sujeito pode acionar lembranças de suas visitas ao local, a participação com familiares em festividades, o sentimento de apropriação desse item como bem do povo capixaba ao qual tem sentimento de pertença, entre outras sensações.

Para dar continuidade aos sentimentos de pertencimento e identidade, os valores afetivos permitem o fortalecimento dos processos de transposição da realidade cotidiana pelas vinculações subjetivas com os bens. Esses valores estariam, na concepção de Meneses (2012, p. 36), mais aproximados aos históricos e aos de memória e não aos de conhecimentos controlados pela historiografia ou procedimentos científicos. Ou seja, as operações pautam-se na complexidade das representações sociais e no imaginário social. Nesse sentido, o Complexo da Penha teria mais representatividade para alguns grupos pelas relações que estabeleceram ao longo dos tempos em suas diversas vivências — como participação na Festa da Penha, a frequência

dos fiéis nas celebrações de missas, o vínculo com o local pela obtenção de uma graça — do que pela maestria e grandiosidade do bem.

Os valores pragmáticos são analisados por Meneses (2012) para além dos valores de uso, deslocando-se para os valores de uso percebidos com qualidade. Nesse aspecto, poder-se-ia refletir sobre um fiel que escolhe participar do ritual religioso, a missa, na Igreja Nossa Senhora da Penha e não em outra. O diferencial valorativo que se estabelece na relação desse devoto com a localidade pode ser justificado de diferentes maneiras. Ele pode conceber que esse local é “mais sagrado” do que os demais, pode sentir-se mais integrado pela vinculação com a comunidade que ali acompanha os rituais e realiza demais atividades ou pode ter recebido uma graça por intermédio de uma promessa que realizou e o vincula desde então a esse espaço.

O último valor tratado por Meneses (2012) é o ético, conexo às relações sociais com os bens e não aos bens em si. Por meio desse, entram em discussão as formas de apropriação dos bens e como “[...] são postos a funcionar, tendo como referência o lugar do outro.” (MENESES (2012, p. 37). Como mencionado, o complexo Nossa Senhora da Penha, desde 1941, é reconhecido institucionalmente como patrimônio pelos valores históricos e culturais. Esse fato, dentre outros, gera interesse dos “visitantes do passado” em conhecerem o local. Outro aspecto abordado foram os usos do lugar por sujeitos locais, os diversos valores e qualificação atribuídos nos processos de vivência, apropriação e pertencimento. Essas duas possibilidades de uso e relação com o local podem entrar em conflito, caso não haja tratamento e reconhecimento dos valores éticos que refletem sobre bens de cultura com potencialidade para preservação. Desse modo, fica a problemática da arbitragem sobre o direito do fiel da tranquilidade de uso do lugar para realizar as suas preces e o direito dos turistas que visitam a localidade, mas que podem atrapalhar em suas movimentações, registros de imagens e monitorias o usufruto dos locais.

A abordagem do patrimônio pelos valores e redes de interação permite a aproximação com as considerações de Zanirato (2018) para

o tratamento do patrimônio institucionalizado. A autora recupera as noções de regimes de ação e ativação patrimonial para abordagem das práticas com elementos de cultura. A primeira traz entendimentos acerca das redes por meio das quais um bem passa a ser considerado patrimônio por apropriação social, valorado por sentimentos, por significações construídas na relação com o tempo e com a continuidade das práticas dos sujeitos (ZANIRATO, 2018).

A respeito da segunda noção, a autora busca sustentação nas formulações do antropólogo Llorenç Prats para abordar a ativação patrimonial. Concebe-se essa interação, conforme observado por Meneses (2012), como uma rede de mediação técnica e burocrática para definição do patrimônio. Pelas explanações de Zanirato (2018), nessa prática institucional, o Estado é quem mobiliza valores atribuídos ao patrimônio alterando seu *status*, significados e seus usos, seja em sua natureza semântica, jurídica ou cognitiva. Desse modo, para a autora, os bens de cultura são retirados de seu contexto inicial e recebem outras denominações e dinâmicas de funcionamento como monumento, obra-prima ou artística. Tal entendimento dialoga com a visão de Arantes (1987, p. 52) de que o patrimônio é uma prática de valorização e, portanto, de intervenção sobre o objeto. Nesse sentido, os bens patrimoniados passam por um processo de ratificação, na medida em que são recriados culturalmente pela preservação, com acréscimos de significados e transformações simbólicas, carregando as marcas dos processos de patrimonialização. (ARANTES, 1987; GRIGOLETO, 2009; ZANIRATO, 2018).

O percurso reflexivo apresentado demonstra a complexidade do campo do patrimônio e a dinâmica que permeia essas práticas, por serem espacial e temporalmente difusas. Gonçalves (2003) afirma que as noções de patrimônio são milenares, estando presentes no mundo clássico, na Idade Média e em diferentes sociedades, como nas tribais. Para os propósitos do atual estudo, são acompanhados alguns movimentos mais localizáveis e delimitados pelas categorias modernas e ocidentais que começaram a ser formalizadas nos processos de

constituição dos Estados Nacionais em finais do século XVIII (ZANIRATO, 2018). O enfoque está nos fundamentos metodológicos e normativos reconhecidos em práticas institucionais preservacionistas pelas experiências francesa e brasileira.

Campo do patrimônio institucionalizado: metodologias, normativas e experiências

As problemáticas em torno do enriquecimento do patrimônio, de sua valorização incessante e exploração por práticas turísticas, em alguns casos depredatória, permitem a retomada das considerações de Meneses (2012) sobre o valor ético vinculado ao patrimônio e o avanço para as explorações realizadas por Choay (2006). A historiadora francesa, ao buscar a compreensão das relações do homem com os objetos de cultura e as intenções de preservação ou destruição em diferentes momentos da história, é uma rica fonte para o reconhecimento do percurso para a constituição da noção de patrimônio cultural na atualidade. Além disso, dos procedimentos que foram instituídos para impulsionar ou conter essas finalidades, principalmente nas práticas ocidentais.

Os termos e conceitos relacionados aos objetos postos à admiração e a ações diferenciais de preservação ou conservação vincularam-se, desde o século XV até a segunda metade do século XX, às noções de antiguidade, antiguidade nacional, monumento, monumento histórico, patrimônio histórico e patrimônio cultural (CHOAY, 2006). Preliminarmente, eram destacadas as características artísticas e históricas dos objetos para sua preservação por meio da reutilização ou reciclagem, garantindo a formulação da ideia de antiguidade e a sua operacionalização era realizada pelos antiquários. Em continuidade, Choay (2006) apresenta que, nas décadas de 1420 e 1430, as antiguidades passaram a ser concebidas como monumentos pelas delimitações realizadas por historiadores, historiadores da arte e conservadores. Pelos encaminhamentos da autora, tais profissionais, os saberes correlatos e

as ações desenvolvidas modificaram as concepções até então existentes para as formulações acerca de antiguidade nacional, monumento e monumento histórico durante os séculos XVI e XIX, mas com delineamentos menos precisos. Conforme identificado por Choay (2006), eram os antiquários que organizavam metodologicamente a documentação referente aos objetos por eles valorizados por meio de compilações, portfólios e dossiês. Tal prática foi realizada essencialmente por esses agentes até o século XVIII, quando se iniciou, de forma mais pontual, a experiência estatal preservacionista francesa no contexto da Revolução Francesa (1789-1799) (CHOAY, 2006).

A partir da sistematização desse percurso, cabe a observação de Choay (2006) de que além das diferenças entre os conceitos e práticas desenvolvidas ao longo dos tempos está a forma de operar sobre os valores e manutenção dos objetos de cultura. Se em relação aos monumentos as práticas incidiam sobre um elemento espontâneo considerado referência para rememoração, as operações sobre os monumentos nacionais se diferenciavam por esses serem artificiais (CHOAY, 2006). Desse modo, Choay (2006, p. 26-27) considera que os monumentos estão mais expostos à destruição por diferentes fatores “naturais” (afrontas do tempo, esquecimento, desapego, falta de uso, abandono etc.) ou vinculados à destruição deliberada. Em oposição, a autora destaca que os monumentos históricos requerem uma conservação incondicional, por estarem sob a tutela institucional/estatal que lhes garante proteção especial.

Entre os séculos XIX e XX, considerando a experiência francesa, as práticas estatais foram mais bem organizadas com base em procedimentos documentais (científicos e administrativos) e normatizações jurídicas, sendo o primeiro formato de um dispositivo legal, em 1887, e o definitivo, em 1913 (CHOAY, 2006). Um documento anterior que merece destaque, em específico pelo teor metodológico, é o relatório de François Guizot (ministro do Interior) ao rei francês com a proposta de criação do cargo de inspetor geral dos monumentos históricos (CHOAY, 2006).

Ao analisar essa fonte de informação, verifica-se a continuidade das práticas desenvolvidas pelos antiquários de produção documental vinculada aos objetos em processo de identificação para preservação, com a incorporação de demais saberes científicos e metodologias dos historiadores, historiadores da arte e conservadores. Além disso, percebe-se o deslocamento das práticas realizadas até o século XVIII por particulares ou algumas organizações profissionais para a sistemática estatal em seu empreendimento de recuperação das origens da nação pela união das noções de “[...] território, povo, nação, arte e História.” (GRIGOLETO, 2009, p. 20). Outro fator relevante é a valorização da documentação que acompanha os monumentos em processo de identificação dos valores históricos ou artísticos. Nos termos de Guizot (1830 *apud* CHOAY, 2006, p. 261, grifo nosso), a pessoa a quem for confiado o cargo de inspetor-geral

[...] deverá antes de mais nada procurar meios de dar às intenções do governo um caráter de **conjunto e de regularidade**. Para isso, ela deverá percorrer, um após outro, todos os departamentos da França, certificar-se *in loco* da importância histórica ou do valor artístico dos monumentos, colher todas as informações referentes à distribuição dos documentos ou objetos acessórios que podem esclarecer sobre a origem, os progressos ou a destruição de cada edifício; verificar sua existência recorrendo a todos os depósitos, arquivos, museus, bibliotecas ou coleções particulares; entrar em contato direto com as autoridades e as pessoas que se dedicam a pesquisas relativas à história de cada localidade.

Na experiência brasileira, algumas práticas preservacionistas pontuais foram empreendidas no início do século XX, dentre as quais: fundação do Museu Histórico Nacional (1922), criação da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais da Bahia (1927), criação da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais de Pernambuco (1928), Instituição da cidade de Ouro Preto em Monumento Nacional (1933)

e a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional (1934). A Carta Magna de 1934 apresentou uma breve descrição dos direcionamentos estatais relativos à preservação do patrimônio. No Art. 148, ficou estabelecido que caberia “[...] à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País [...]” (BRASIL, 1934, s/p).

Os encaminhamentos para esse fim foram materializados na Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, que apresentou nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Pelo Art. 46, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) “[...] com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.” (BRASIL, 1937b, s/p). Posteriormente, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 25, de 25 de novembro de 1937, que versa sobre a organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Esses dispositivos têm em sua base os valores históricos e artísticos como critérios orientadores para a revelação de um patrimônio e o instituto do tombamento como ferramenta jurídico-administrativa.

Art. 1º Constitui o patrimônio artístico e histórico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei. (BRASIL, 1937a, s/p).

Para a sustentação discursiva dos valores vinculados aos bens foco das ações estatais, estava a questão da identidade, concebida como uma construção e empreendimento para unidade nacional, a qual era firmada pelos elementos do passado, considerados documentos de identidade da nação (ARANTES, 1987). Conforme tratado por Gonçalves (1991), as narrativas em torno dessa identidade nacional e das práticas de preservação pautavam-se na ideia da perda, entre as décadas de 1930 e 1960, da tradição e, posteriormente, da diversidade cultural.

As características preservacionistas brasileiras, considerando a atuação do órgão preservacionista federal, estiveram pautadas, ao longo das décadas de 1930 e 1960, em questões técnicas e burocráticas, sendo poder público responsável pela instituição do valor dos bens e a sociedade pelo passivo do interesse público (MENESES, 2012). Esse período, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1967), é conhecido como a “fase heroica” e teve os valores artístico e histórico dos bens arquitetônicos (pedra e cal) referentes ao período colonial como predominância para os direcionamentos das práticas de preservação, com maior incidência do estilo barroco e menor do neoclássico (FONSECA, 2005).

Na década de 1970, ocorreram algumas modificações em âmbito nacional sobre os entendimentos de cultura, tendo como um agente significativo nesse percurso Aloísio Magalhães, que foi nomeado diretor do órgão preservacionista federal, em 1979. Nesse período, houve fortalecimento da descentralização das práticas preservacionistas com a ampliação da criação de conselhos de proteção do patrimônio estaduais e municipais e uma visão mais antropológica de patrimônio e da diversidade cultural do Brasil (FONSECA, 1991).

As transformações ocorridas, seja em âmbito nacional ou internacional, pelos encontros internacionais que abordam as mudanças (conceituais e de intervenção) no campo do patrimônio e originam as cartas patrimoniais, evidenciam encaminhamentos para a constituição da noção de patrimônio cultural. Além disso, identifica-se o

destaque, cada vez maior, da noção de imaterialidade para a ampliação conceitual e de itens de cultural a serem preservados ou mesmo para as características simbólicas dos bens materiais. A Constituição brasileira de 1988 apresenta em seu texto essa orientação, ao propor que:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

(BRASIL, 1988, s/p).

O posicionamento de Meneses (2012) sobre as contribuições da Constituição de 1988 permite reflexões para além das ampliações conceituais e de itens plausíveis de serem patrimoniados, na medida em que assinala a relevância do reconhecimento que esse instrumento permite de que os valores culturais não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. Desse modo, o ator enfatiza a concepção do patrimônio como um fato social.

Nessa trilha de instrumentos jurídico-administrativos para respaldar as práticas preservacionistas, o último exemplo selecionado para explanação é o Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, em um dos quatro livros: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão, Livro de Registro dos Lugares. Ao lado desse e do tombamento, pode-se

indicar o inventário, a desapropriação, o plano diretor estratégico e a chancela da paisagem cultural que materializam os valores e simbolismos dos elementos de cultura que se pretende direcionar ações de preservação.

Na década de 1980, Miceli (1987) analisou que, das políticas de cultura brasileiras, a mais bem-sucedida era a da preservação do patrimônio, seja pelo prestígio dos diretores que estiveram à frente do órgão preservacionista federal ou mesmo pela centralidade e autoritarismo que por muito tempo conduziu as ações, fazendo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o “refrigério da cultura oficial”. O autor apresenta que a noção “[...] de patrimônio foi se antropologizando em tal maneira que passou a se mostrar sensível a toda e qualquer experiência social” (MICELI, 1987, p. 47) — mesmo que isso possa não ocorrer essencialmente nas práticas estatais, como destacado por Meneses (2012).

Como provocação para as reflexões sobre a ampliação das práticas realizadas pelo Iphan ao longo dos anos, Miceli (1987, p. 47) apresenta que

Vale dizer, em lugar de incorporar as críticas e sugestões já formuladas, a política preservacionista oficial deixa transpirar indícios preocupantes de o último grito em matéria de preservação será o trabalho de tombar o próprio IPHAN, buscando justificar a manutenção do *status quo* fazendo alarde dos méritos do acervo já constituído e do trabalho acumulado. Pois bem, há motivos para comemoração e razões para preocupação.

Nessa linha, o autor expõe os dilemas vividos à época e os quais se pode encontrar continuidade no início do século XXI que são relativos à democratização dos acervos patrimoniados, bem como ao melhor entendimento dos procedimentos que levam a seleção de alguns elementos de cultura em detrimento outros. Esses aspectos repercutem na legitimidade e reconhecimento das práticas

desenvolvidas pelos órgãos preservacionistas. Por esses e demais motivos, trilha-se o próximo percurso em busca dos dispositivos que podem sustentar os fazeres e as instituições de preservação do patrimônio: os documentos e os arquivos.

ARQUIVOS: DIMENSÕES E ABORDAGENS

Pelas reflexões de Piggott (2007), a relação entre memória e arquivo é incontestável, podendo ser observada desde Hilary Jenkinson na década de 1920, adquirindo maior circulação pelas abordagens de Pierre Nora sobre a emergência da memória e os lugares de memória, em trabalho da década de 1980¹. Por meio dessa relação e dos entendimentos indicados, os arquivos e os documentos arquivísticos podem ser compreendidos como dispositivos exatos de lembranças organizadas. Portanto, têm um papel relativo em se tratando de reivindicações em sua diversidade, por exemplo, as de grupos sociais e étnicos sobre o seu passado e os processos de patrimonialização.

Conforme apresentado por Heymann (2010, p. 117), tal relativismo pode ser verificado em abordagens historiográficas como a da historiadora inglesa Carolyn Steedman (2002) para a qual o arquivo é compreendido como espaço habitado pela ausência. Visão semelhante é identificada nas observações de Piggott (2007, p. 436), para quem as operações que têm por objeto a memória estão destinadas ao fracasso, isso porque tratam da “presença ativa das coisas ausentes”, profanando, desmoralizando e golpeando, simbólica e fisicamente, o traçado dos resíduos do passado. Todavia, cabe menção de que a validação da narrativa historiográfica é pautada nas relações entre documento e poder, bem como no poder do discurso acadêmico com base em documentos de arquivo. Um discurso sustentado

1 A referência é feita à coletânea *Lugares de Memória*, em específico ao volume *A República*, que contém o clássico texto de Pierre Nora *Entre memória e história: a problemática dos lugares*.

por técnicas arquivísticas precisas que garantem ao documento o *status* necessário ao saber e ao fazer historiográfico, ao menos pela escola positivista.

Heymann (2010) pondera que, embora os saberes e práticas arquivísticas não tenham como intenção precípua o tratamento de documentos para consulta do pesquisador, menos que haja uma confusão entre “uso original” e “uso histórico”, deve-se atentar para o gesto de arquivar: o saber/fazer que suporta contextos de produção, gerenciamento e tratamento de acervos considerados históricos. Nas palavras da autora, o gesto de arquivar “[...] dá acesso a práticas sociais, a visões de mundo, a ordenamentos jurídicos e a padrões disciplinares que emergem dos universos sócio-históricos nos quais estão inseridos.” (HEYMANN, 2010, p. 118).

A sobrevalorização de registros custodiados por certas instituições de memória em detrimento de outros não institucionalizados e o exagero de abordagens sobre a relação entre arquivo e memória são algumas das inquietações de Piggott (2007). As propostas do autor, em diálogo com as reflexões de Cook (2001), permitem a observação de certo deslocamento da relação entre arquivo/documentos arquivísticos e memória para as relações/inter-relações entre cidadãos e aparatos do estado. Nesse último aspecto, amplia-se tal concepção das instituições e seus dispositivos documentais para os serviços e produtos documentários direcionados aos cidadãos com atenção aos desenvolvidos para a garantia de direitos, como os de informação e memória.

Heymann (2010, p. 116) afirma que nas últimas décadas os cientistas sociais têm desenvolvido estudos com enfoque etnográfico e apontado para o arquivo “[...] como lugar de encontro – e de violência – entre culturas e entre saberes [...]”. Esses estudos também estão interessados “[...] nas relações que se estabelecem entre, de um lado, documentos e arcabouços institucionais e, de outro, o próprio pesquisador.” (HEYMANN, 2010, p. 116). Pode-se verificar abordagem aproximada em Schwartz e Cook (2002), ao apresentarem

os arquivos como sítios ativos onde é exercido o poder de controle sobre certas memórias e histórias, sendo que os registros por ele armazenados representam, em certa medida, o resultado de negociações e conformações.

Sobre tais aspectos, são oportunas as ponderações de Cook (1998) sobre os encaminhamentos pós-modernos relativos aos documentos, em sentido mais restrito, e aos arquivos, em sentido coletivo ou de conjunto. Como demonstrado pelo autor, nessa linha de pensamento:

[...] Nada é neutro. Nada é imparcial. Tudo é conformado, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado, por aquele que fala, fotografa, escreve, ou pelo burocrata governamental, com propósito definido, dirigido a uma determinada audiência. Nenhum texto é um mero subproduto, e sim um produto consciente para criar uma *persona* ou servir a um propósito, embora essa consciência, ou *persona*, ou propósito – esse contexto por trás do texto – possa ser transformado, ou perdido, em padrões inconscientes de comportamento social, em discurso institucional e em fórmulas padronizadas de apresentação de informações.” (COOK, 1998, p. 140).

Por essas perspectivas e pelas potencialidades dos lugares pelos usos, Heymann (2010), em atenção aos apontamentos de Artières (2005, p. 6) sobre o “desejo de arquivo”, permite a reflexão sobre o processo de alargamento da função dos arquivos pela sua maior inserção no mundo social. Tal direcionamento traz considerações acerca da “reconfiguração” do arquivo no espaço público e da democratização dos espaços de arquivamento e de produção de registros em oposição à proliferação de lugares de memória pautada no discurso retórico da perda (GONÇALVES, 1991).

A questão é conceber o arquivo como *lugar praticado* (CERTEAU, 2004), considerando o gesto arquivístico (ato de gerir, preservar e difundir), os agenciamentos institucionais e os agentes

coparticipes. Para tanto, apropria-se das análises de Grigoletto (2009, 2013, 2019) sobre lugar-espço e espaço-tempo para reconfigurar percepções sobre os arquivos na sociedade.

Pelas concepções de Grigoletto (2013), ao estabelecer diálogo com Certeau (2004) e Murguia (2011), o lugar estaria para a ordem e para as racionalidades técnicas, científicas e burocráticas, enquanto o espaço para os deslocamentos da ordem e apropriações. Já o espaço estaria para o tempo pela condição de circulação e transposição de estruturas estanques, mas que ainda podem funcionar dados os seus traços e traçados pelas dimensões de espaço-tempo. Essa perspectiva de arquivo aproxima-se das configurações realizadas por Foucault (2008) e sua visão heterotípiana. Para Castro (2009), as regras de um arquivo, no ponto de vista de Foucault, estabeleceriam:

[...] os limites e as formas da decibilidade (do que é possível falar, o que foi constituído como domínio discursivo, que tipo de discursividade possui esse domínio), os limites e as formas de conservação (que enunciados estão destinados a ingressar na memória dos homens, pela recitação, a pedagogia, o ensino; que enunciados podem ser reutilizados), os limites e as formas da memória tal como aparece em cada formação discursiva (que enunciados reconhece como válidos, discutíveis ou inválidos; que enunciados reconhece como próprios e quais como estranhos), os limites e as formas de reativação (que enunciados anteriores ou de outra cultura retém, valoriza ou reconstitui; a que transformações, comentários, exegeses e análises os submete), os limites e as formas da apropriação (que indivíduos ou grupos têm direito a determinada classe de enunciados, como define a relação do discurso com o seu autor; como se desenvolve entre as classes, as nações e as coletividades a luta para encarregar-se dos enunciados) (CASTRO, 2009, p. 43).

Para as formulações sobre o arquivo, Foucault (2008, p. 144-145) parte de noções acerca da positividade dos discursos e de suas formas no desempenho do que denomina *a priori* histórico, compreendido como condição para a realidade de enunciados, sendo um sistema de dispersão temporal e um conjunto transformável. Assim, busca compreender o desenvolvimento de identidades formais, continuidades temáticas, mudanças de conceitos e jogos polêmicos. O autor esclarece que “[...] o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho.” (FOUCAULT, 2008, p. 144).

Com esses apontamentos, apresenta que os arquivos são sistemas de enunciados que integram, de um lado, acontecimentos, e de outro, coisas. Para além do conjunto de documentos guardados, como testemunho dos acontecimentos ou das instituições que registram e conservam os discursos, Foucault (2008, p. 146) direciona a sua concepção de arquivo para os motivos pelos quais as tantas coisas ditas pelos homens, ao longo dos tempos, não tenham emergido e permanecido apenas nas leis do pensamento, no jogo das circunstâncias e nas *performances* verbais. Além disso, reflete sobre os processos de seletividade das instituições de guarda e de memória pelo que será integrado à história e os elementos que serão excluídos. Esse direcionamento auxilia na proposição de que

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; ele é o que faz com que não recuem no mesmo ritmo que o tempo, mas que as que brilham

muito forte como estrelas próximas venham até nós, na verdade de muito longe, quando outras contemporâneas já estão extremamente pálidas (FOUCAULT, 2008, p. 147).

Pelas análises do arquivo de Foucault (2008), compreende-se dimensões diferenciadas, que podem se aproximar da realidade usual, mas se afastar da atualidade do tempo presente, sendo a fronteira para delimitar o que está no mundo exterior dos sujeitos. Conforme a leitura de Upward (2007) sobre o conceito de arquivo foucaultiano, o arquivo nunca pode ser quebrado por completo, pois está aberto a mudanças, aos jogos polêmicos e interligado a um conjunto de enunciados transformáveis, portanto, prontos para serem desorganizados. Essa visão é irônica, se observada pelas práticas de gestão arquivística mais tradicionais, que, no processo de padronização das formas de apresentação dos discursos e de sua institucionalização, podem deturpar, em padrões inconscientes de comportamento social, o arquivo em sua essência ou emergência de liberação de conhecimento.

No entanto, mudanças no universo arquivístico permitem, cada vez mais, análises sobre os documentos arquivísticos e os arquivos como conceitos virtuais dinâmicos, não somente como objetos estáticos (COOK, 2012). Essa perspectiva é explorada por Cook (2012, p. 125) pela percepção dos documentos arquivísticos como “[...] agentes ativos na formação da memória humana e organizacional [...]”. Em aproximação com Foucault (2008), poder-se-ia pensá-los como agentes na formação e transformação das memórias e valores que circulam na esfera patrimonial.

Documentos e arquivos: dispositivos de saber, fazer e poder no campo do patrimônio

No campo do patrimônio, os saberes e os fazeres arquivísticos respaldam os processos de verificação e registro dos valores dos objetos do passado para sua preservação. Nesse sentido, os bens foco das

ações institucionais são revestidos de novos valores, recebem denominações diferenciadas e começam a agir no meio social com o nome próprio de “patrimônio” e os qualificadores que lhes forem vinculados, sejam eles históricos, artísticos, arquitetônicos, paisagísticos, culturais. Essa transformação e “certidão de nascimento” de um bem patrimonializado é realizada por um complexo processo documental, que respalda jurídica, histórica e cientificamente tal revelação. Importante enfatizar que os referenciais registrados para o reconhecimento do(s) valor(es) dos elementos de cultura devem ser preservados para garantir a regularidade das ações direcionadas sobre os itens por eles transformados e para fundamentar práticas posteriores sobre eles.

No processo de atribuição de significado aos objetos do passado, os agentes do campo do patrimônio operam com a construção de um “[...] novo lugar simbólico [...], de modo em que tanto o objeto quanto as suas representações tornam-se documentos [...]” (ORTEGA, 2016, p. 58). Cabe nesse ponto recordar que, conforme exposto por Arantes (1987), no início das práticas preservacionistas brasileiras, os objetos do passado eram considerados documentos de identidade da nação. Desse modo, os objetos transformados em patrimônio são concebidos tanto pelos aspectos cognitivos (informativos), quanto pelos simbólicos, independentemente da natureza “material” ou “imaterial” do objeto em si. O foco está no reconhecimento e atribuição de evidências, traços e traçados que possam ser relevantes para sustentar a patrimonialização.

Em seus estudos, Grigoletto (2009, 2019) tem tratado sobre a relevância dos instrumentos preservacionistas (tombamento, registro, desapropriação, chancela da paisagem cultural) no processo de revelação e estabilização dos valores relacionados aos elementos de cultura que, em algum momento, foram objeto de estudo das instituições preservacionistas. Ademais, a autora destacada que a documentação que acompanha a avaliação e, possível, “ativação patrimonial” é extremamente importante e, dependendo do instrumento e natureza da intervenção, tem sua preservação garantida para além do objeto

em si. Por exemplo, os bens registrados como patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) passam por um processo de reavaliação, ao menos a cada dez anos, podendo ou não ter revalidado o título de “Patrimônio Cultural do Brasil”. Desse modo, o bem em si pode “perder” as características elementares para o seu reconhecimento inicial como de interesse para preservação retirando-o do circuito estatal do campo do patrimônio. No entanto, toda a documentação que acompanhou sua vida nesse circuito é permanente. Sobre esse aspecto, o Iphan esclarece que

A documentação produzida em função da atividade institucional está na sua maioria relacionada ao patrimônio cultural e às ações para sua preservação, sendo de caráter permanente. Por outro lado, os documentos são frequentemente consultados diante de seu interesse histórico e do seu caráter probatório e os acervos são constantemente ampliados com a produção de novos documentos devido às práticas cotidianas do IPHAN, conferindo aos mesmos uma dinâmica de arquivos correntes. Essa duplicidade diferencia-os das classificações mais usuais da arquivologia – corrente ou permanente – e diante dos procedimentos clássicos já estabelecidos relativos a essa classificação. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2008, p. 9).

Pelo exposto e em diálogo com Grigoletto (2009, 2019), verifica-se que no campo do patrimônio os elementos de cultura são representados e registrados por intermédio de práticas documentárias que geram a documentação patrimonial que dá origem ao patrimônio institucionalizado. Ou seja, os processos de natureza jurídico-administrativa que sustentam, no campo do patrimônio, a arbitragem sobre valores para a gênese de “[...] toda a documentação elaborada, registrada e arrolada institucionalmente para garantir a transformação de um bem qualquer em patrimônio.” (GRIGOLETO, 2009, p. 157). Em continuidade, a autora esclarece que, nesse processo de

patrimonialização, ao se criar um conjunto documental, cria-se “[...] um *corpus* patrimonial, na medida em que dão origem a objetos patrimoniais que se tornam documentos históricos, artísticos, etc.” (GRIGOLETO, 2009, p. 101).

Para sustentar a proposição de que o patrimônio institucionalizado é o documento que assim o revela, Grigoletto (2009) estudou os processos de tombamento da antiga casa do presidente Prudente de Moraes, atual Museu Histórico e Pedagógico “Prudente de Moraes”, localizado na cidade de Piracicaba, no estado de São Paulo. O imóvel foi objeto de patrimonialização pelas três instâncias preservacionistas competentes: na esfera federal, o Iphan, em âmbito estadual, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e na instância municipal, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba (Codepac).

Em linhas gerais, os agentes preservacionistas dessas esferas deveriam operacionalizar os valores, interesses e memórias para arbitrar sobre a relevância da preservação do referido bem. Nos três procedimentos, o instrumento preservacionista foi o tombamento, sendo a memória coletiva (oficial/nacional) a preponderante para a condução das justificativas (GRIGOLETO, 2009).

A respeito dos trabalhos desenvolvidos pelo Iphan, foram identificadas por Grigoletto (2009) duas etapas para a patrimonialização dessa “casa natal”. Na primeira etapa, houve a solicitação para o tombamento, em 22 de abril de 1963, direcionada pelo então diretor do Museu Histórico e Pedagógico “Prudente de Moraes”, Oswaldo Elias. A autora apresenta que o incentivo veio de Vinício Stein Campos, amigo de Rodrigo Melo Franco de Andrade e responsável pelo projeto de criação dos museus históricos e pedagógicos no estado de São Paulo. O parecer técnico para integrar o processo de tombamento foi de responsabilidade do arquiteto Luís Saia, que apresentou não ser comprovado o valor histórico do bem, pois, embora parecesse verossímil que Prudente de Moraes havia habitado na residência, não

existiam documentos autênticos sobre o fato (GRIGOLETO, 2009, p. 116). Após alguns embates sobre os argumentos de Saia, a autora apresenta que o diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade recomendou que o valor histórico fosse atribuído sem maiores contestações. Em decisão do Conselho Consultivo do Iphan, em 2 de setembro de 1969, sobre o Processo 714-T-63, referente à casa onde viveu e faleceu Prudente de Moraes, o relator, Conselheiro Américo Jacobina Lacombe, apresentou seu parecer e voto favorável ao tombamento, o qual foi aprovado por unanimidade (GRIGOLETO, 2009). Pelos encaminhamentos processuais, após a decisão do Conselho Consultivo, deveria ser realizado o registro do bem no Livro do Tombo determinado, no caso em pauta, no Livro do Tombo Histórico.

Todavia, conforme identificado por Grigoletto (2009), essa ação não foi realizada e, em 25 de maio de 1999, deu-se início a segunda etapa do processo por problemáticas processuais, verificadas pelo historiador Adler Homero Fonseca de Castro. Em função das novas regras existentes à época para arbitragem sobre a valorização de “casas natais”, categoria de valor que não era mais pautada pelo órgão federal, foi necessária uma nova instrução do processo. Em 27 de fevereiro de 2002, após a apresentação do relatório pela Conselheira Suzanna Sampaio, foi aprovada, por unanimidade, a rerratificação do tombamento. Em 25 de abril de 2003, o imóvel foi inscrito no Livro do Tombo Histórico, volume II, sob o número 567, englobando o imóvel, objetos (pessoais, de família e ligados à época histórica) e o acervo móvel depositado no Museu Histórico e Pedagógico “Prudente de Moraes” (GRIGOLETO, 2009).

No âmbito estadual, Grigoletto (2009) apresenta que o solicitante para a abertura do processo de tombamento, que ocorreu em 19 de fevereiro de 1969, foi Vinício Stein Campos. A aprovação pelo Conselho Deliberativo deu-se em 5 de julho de 1972, pela justificativa da prerrogativa de tombamento *ex-officio*, devido a suposta patrimonialização em âmbito federal (Iphan), no ano 1969, e pelo imóvel ser um próprio público (GRIGOLETO, 2009). Todavia, como demonstrado

pela autora, o próprio Vinício Stein Campos apresentou a necessidade de instrução do processo mediante os critérios do órgão estadual e pelo fato de não terem documentação que comprovassem o tombamento realizado pelo Iphan, que, mesmo após diversos pedidos, não havia encaminhado a certidão do tombamento. Depois da devida instrução dos autos, o tombamento foi aprovado, em 30 de maio de 1973, e a inscrição foi realizada no Livro do Tombo Histórico, em 7 de junho de 1973 (GRIGOLETO, 2009).

Na esfera municipal, conforme disposto por Grigoletto (2009), recorreu-se aos tombamentos dos demais órgãos preservacionistas, sendo esse realizado por ofício. A abertura do processo foi em 14 de outubro de 2004, por solicitação de Marcelo Cachioni e Washington José Pereira Marciano. O Conselho Consultivo decidiu sobre o tombamento, em 3 de dezembro de 2004, o qual foi objeto do Decreto de Tombamento n.º 10.998, de 29 de dezembro de 2004. A inscrição foi realizada no Livro do Tombo, em 29 de dezembro de 2004, sob o número 92 na categoria patrimônio histórico e cultural (GRIGOLETO, 2009).

Em trabalho mais recente, Grigoletto (2019) chama atenção a respeito dos saberes e fazeres dos arquivistas para conceberem a gestão e preservação da documentação patrimonial para a garantia do *status* jurídico, histórico, científico e arquivístico das ações no campo do patrimônio, bem como sua legitimidade e manutenção. Os processos de tombamento apresentados evidenciam a afirmação de que o patrimônio institucionalizado está diretamente vinculado à documentação que assim o determina e que o acompanha, desde os estudos iniciais até a inscrição ou não em um ou mais Livros competentes. No caso apresentado, tratou-se de processos de tombamentos, os mais tradicionais e experimentados pelos órgãos preservacionistas. Mesmo assim, após 32 anos de funcionamento do órgão preservacionista federal, reconhecido pela sua capacidade técnica e burocrática e pelo sucesso adquirido no campo da cultura, evidenciou-se sua fragilidade em termos de práticas documentárias ou a sua força

política em certas relações e disputas de poder sobre o que deveria ou não integrar o repertório de bens patrimoniais sob a tutela federal. Sobre o último aspecto, destaca-se a relevância da transparência nas práticas de revelação do patrimônio pela maior visibilidade e democratização de seus acervos em papel (documentação patrimonial) e dos objetos patrimonializados.

A casa de Prudente de Moraes como patrimônio poderia existir na mentalidade dos cidadãos brasileiros e moradores de Piracicaba por diferentes valores a ela associados. Na concepção dos conselheiros do Iphan, poderia ser uma realidade pela decisão registrada em ata ou pelos encaminhamentos de Renato Soeiro para o registro no Livro no Tombo, mas não se concretizou como patrimônio pelo instituto do tombamento, uma vez que não houve registro no Livro do Tombo na primeira fase processual. Para os agentes do Condephaat também era concebível esse fato pela comunicação encaminhada por Renato Soeiro ao governador do estado de São Paulo, em 19 de setembro de 1969, sobre a decisão do conselho do Iphan pelo tombamento do imóvel (GRIGOLETO, 2009).

Nesse sentido, cabem algumas considerações sobre as práticas documentárias no campo do patrimônio. O processo de produção e fluxo documental é tão importante quanto o produto da ação. Por esse e demais motivos é que os documentos patrimoniais já nascem permanentes e são investidos de interesse público e social desde a sua gênese. Isso independe se darão ou não a “certidão de nascimento” a bens patrimoniais por intermédio de algum instituto protecionista (tombamento, desapropriação, registro, chancela da paisagem cultural etc.), os quais podem ter caráter permanente ou serem reavaliados em certos períodos. Outra questão que se deve levar em consideração é que o conjunto documental é tão importante quanto a decisão e o produto “patrimônio institucionalizado” em si, pois esse pode sofrer ações de contestação e medidas para revogação do ato, por exemplo, por meio de processos para destombamento. Nesse caso, pode-se contestar a regularidade processual que gerou o ato do

tombamento ou mesmo a maneira como foram identificados e registrados os valores relacionados a determinados objetos transformados em bem patrimonial.

Pelo exposto, verifica-se que a complexidade no campo do patrimônio institucionalizado está relacionada a diferentes aspectos, mas que se interligam e são materializadas no *corpus* documental que age dentro e fora das instituições preservacionistas, seja para a execução de suas atividades-fim ou mesmo nos desdobramentos de seus atos pela transformação simbólica dos objetos e das relações dos sujeitos com os bens patrimoniados.

Nesse sentido, encaminha-se para a tese de Grigoletto (2013) de que os arquivos das instituições preservacionistas se configuram como o lugar-espço do patrimônio institucionalizado. Oportuno retornar à provocação de Miceli (1987, p. 47) de que “[...] o último grito em matéria de preservação será o trabalho de tombar o próprio IPHAN [...]”. Para alimentar essa afronta, concebe-se que seria relevante o tombamento da documentação do Iphan e/ou a Declaração de Interesse Público e Social pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Isso porque, mesmo que a documentação patrimonial seja permanente, não é patrimônio documental processualmente instituído. Um ato nesse sentido, conforme apresentado por Grigoletto (2013), foi realizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), em processo aberto, em 28 de novembro de 2002, para tombamento provisório de acervos documentais e bibliográficos sob a tutela federal e sediados no estado do Rio de Janeiro, que estavam correndo risco de transferência para o Distrito Federal, dentre os quais, o do Arquivo do Iphan.

A autora apresenta que o tombamento definitivo ocorreu em 2 de março de 2009, a partir do parecer de Sônia Rabello de Castro, mas esse ato não eliminou as disputas internas no Iphan sobre o local de custódia dessa documentação (GRIGOLETO, 2013). Esse movimento deu visibilidade a algumas fragilidades no campo preservacionista federal, campo de embates e de transformações simbólicas

tão complexas, sendo o arquivo a central de produção e acúmulo dos registros para valorização de bens e movimentos sociais, também objetos de disputa. Conforme o exemplo do processo de tombamento da casa de Prudente de Moraes, identificou-se que na quebra do fluxo documental é que o poder foi exercido por alguns agentes preservacionistas, dinâmica obscurecida pela não observância da adequada gestão documental e da informação e transparência dos atos. Pela afirmação de Grigoletto (2013, p. 124):

O arquivo, que resguarda a documentação que gera uma ação sobre o bem patrimonializado, é a sede física do poder, a central de cálculo, o marco institucional da estabilidade do poder, tendo sido alegoricamente configurado como o “monumento” ao IPHAN. Ou seja, o lugar a partir do qual esta instituição começou a se mostrar e a controlar à distância a sua coleção de bens inventariados e/ou tombados, exercendo um domínio analógico ao do Panóptico de Bentham. Nesses termos, é este arquivo que também dará ao documento a noção de patrimônio, como destacamos no caso do tombamento do acervo arquivístico do IPHAN pelo INEPAC.

Ao analisar a afirmação da autora à luz do conceito de arquivo foucaultiano, esse é um lugar instituído onde existe um sistema que regula acontecimentos e determinações de atos, a partir de regras e critérios do que pode ser dito e valorizado. Mas é também um lugar onde se praticam seleções e transformações, próprias à dinâmica cultural. Entretanto, nesse *lugar praticado*, as coisas não podem desaparecer ao simples acaso de movimentos internos e/ou externos.

Nesse ponto, verifica-se a questão do conjunto, do inter-relacionamento, do patrimônio que é resultado de uma dinâmica processual, composta segundo relações múltiplas, que se mantêm ou se dissipam segundo interesses ou regularidades específicas em sua condição de espaço no lugar. O arquivo seria a possibilidade de familiarização

com as coisas distantes no tempo para que possam ter um brilho, por vezes mais intenso, que as coisas contemporâneas. No campo do patrimônio, é pelo arquivo que se constitui a rede para a mobilidade de traços e traçados de acontecimentos, vivências e conhecimentos para invenções valorativas e vinculações a elementos de cultura de forma coerente para garantir, na visão de Latour (2000), uma ação efetiva a distância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, verificou-se o amplo e complexo campo do patrimônio por meio de uma série processos de construções, instrumentos e agenciamentos técnicos, científicos e burocráticos para que valores fossem identificados e vinculados aos objetos no intuito de justificar a sua preservação. Esses procedimentos acontecem pela materialização de valores e informação em bases documentais, permitem a transformação simbólica de bens para além de dispositivos que compõem e se encontram nos arquivos das instituições preservacionistas. Desse modo, tais instituições podem expandir o seu saber, poder e fazer sobre os elementos de cultura pela regularidade, confiabilidade, legalidade e legitimidade de suas atividades-fim, gerar um bem patrimonial, ao mesmo tempo que garantem deslocamentos, novas apropriações e processos de reinvenção. Assim, foi possível contemplar o objetivo geral de sustentar as proposições de que o patrimônio institucionalizado é o documento que assim o revela; e os arquivos das instituições preservacionistas se configuram como o lugar-espço do patrimônio institucionalizado (GRIGOLETO, 2009, 2013).

Para tanto, foram apresentados os possíveis valores patrimoniais, destacando regimes diferenciais para a compreensão do patrimônio, seja por meio da ação dos indivíduos, ou grupos em processos de identificação e apropriação, ou por órgãos institucionais/estatais por operacionalizações técnico-burocráticas precisas e delineadas por

instrumentos jurídico-administrativos. Em continuidade, tratou-se sobre a constituição do patrimônio institucionalizado pelas experiências francesa e brasileira para compreender o desenvolvimento de metodologias, normativas, bem como a ampliação da noção de patrimônio e dos instrumentos para a sua revelação.

Sob esse prisma, buscou-se a compreensão dos arquivos em suas dimensões e abordagens, tanto como conjunto de documentos, quanto como na instituição, para subsidiar as discussões sobre o poder desses dispositivos no campo do patrimônio. Embora tenha-se tratado da ampliação da noção de patrimônio, os exemplos utilizados foram direcionados a um bem de “natureza material”, a casa de Prudente de Moraes, em Piracicaba-SP, e aos processos de tombamento a ele direcionados pelas instâncias preservacionistas federal, estadual e municipal.

Dadas as problemáticas processuais no órgão federal, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), as discussões sobre o poder dos documentos e dos arquivos foram direcionadas para essa instituição. Conforme apontamentos de Grigoletto (2013), pelas práticas documentárias regulares, uma central, como o arquivo, torna-se suficientemente forte para equilibrar embates entre diferentes frentes e para ter o poder de domínio sobre o mundo externo.

O percurso apresentado demonstra, pela complexidade processual e valorativa no campo do patrimônio, a importância da realização de estudos constantes sobre as práticas documentárias nessa esfera. Quanto mais houver conhecimento sobre os procedimentos adotados pelos órgãos estatais, maior o reconhecimento e possibilidade de aceitação e manutenção das decisões realizadas. Neste estudo, partiu-se de apresentações de experiências e problemáticas com o instituto do tombamento em documentação analógica, mas se indica a relevância de estudos direcionados a demais instrumentos e em documentação nato digital.

As transformações no universo do patrimônio e documental, que acompanha e sustenta as atividades de patrimonialização,

demonstram dilemas de diferentes épocas e encaminham para a concretização da democratização dos acervos patrimoniais por intermédio dos acervos documentais. Os documentos patrimoniais que estão armazenados nos arquivos agem ativamente para garantias de direitos à memória e à informação pelo patrimônio institucionalizado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. **Sociedade e Cultura**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 37-52, jul./dez. 2005. Disponível em: http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/artigos/quando_campo_patrimonio.pdf. Acesso em: 3 ago. 2021.

ARANTES, Antônio Augusto. Documentos históricos, documentos de cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, p. 48-55, 1987.

ARTIÈRES, Philippe. Présentation: Espaces d'archives. **Sociétés & Representations**, n. 19, p. 5-11, abril 2005.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1935]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova, organização ao Ministerio da Educação e Saude Publica. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de

Janeiro: Presidência da República, 1937b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 ago. 2021.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2006.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, Holanda, n. 1, p. 3-24, 2001.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.aerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9/20>. Acesso em: 13 jun. 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Aloísio Magalhães: projeto intelectual e institucional. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Ideólogos do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: I.B.P.C., 1991. p. 77-89.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Iphan, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. O jogo da autenticidade: nação e patrimônio cultural do Brasil. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Ideólogos do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: I.B.P.C., 1991. p. 63-75.

GONÇALVES, José Reginaldo S. O patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

GRIGOLETO, Maira Cristina. **A documentação patrimonial**: gênese e fluxo dos processos de tombamento do Museu “Prudente de Moraes”. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, 2009.

GRIGOLETO, Maira Cristina. **Documento, poder e governo**: os agenciamentos políticos na construção patrimonial no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro, Marília, 2013. 159 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, 2013.

GRIGOLETO, Maira Cristina. O patrimônio institucionalizado pela perspectiva do gesto: aproximações entre Bibliografia e Arquivologia. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, Edição Especial V Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, p. 194-215, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/92381/54067>. Acesso em: 14 ago. 2021.

HEYMANN, Luciana Quillet. Um olhar antropológico sobre o documento: representações e usos sociais. *In*: MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (org.). **Documento**: gênese e contextos de uso. Niterói: EdUFF, 2010. p. 111-122.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Programa de Gestão Documental do IPHAN**. Rio de Janeiro: Iphan: Copedoc, 2008. 156p. (Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN, 5). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_5_ProgramaGestao_m.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O patrimônio cultural entre o público e o privado. *In*: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p. 189-194.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In*: FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2009, Ouro Preto. **Anais [...]**. Brasília, DF: Iphan, 2012. p. 25-39.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 44-48, 1987. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf. Acesso em: 16 maio 2021.

MURGUIA, Eduardo Ismael. Archivo, memória e historia: cruzamientos e abordajes. **Íconos** - Revista de Ciencias Sociales, Quito, n. 41, p. 17-37, septiembre 2011. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/387/380>. Acesso em: 15 ago. 2021.

ORTEGA, Cristina Dotta. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 41-64, ago. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118749>. Acesso em: 15 ago. 2021.

PIGGOTT, Michael. Archivos y memoria. In: MCKEMMISH, Sue; PIGGOT, Michel; REED, Barbara; UPWARD, Frank. **Archivos: gestión de registros en sociedad**. Cartagema: Concejalía de Cultura, 2007. p. 405-441.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records, and power: the making of modern memory. **Archival Science**, Holanda, n. 2, p. 1-19, 2002.

UPWARD, Frank. El continuo de los registros. In: MCKEMMISH, Sue *et al.* **Archivos: gestión de registros en sociedad**. Cartagema: Ayuntamiento, 2007. p. 275-307.

ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio e Identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. **Revista CPC**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 7-33, jan./set. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/144623/147298>. Acesso em: 13 jul. 2021.

Capítulo 2

*Arquivos da repressão e
memória social: a produção
teórica sobre a ditadura
militar em repositórios da
Ciência da Informação*

Pedro Ernesto Fagundes

Rosilda Adelaide Rufo

Rosa da Penha Ferreira da Costa

RESUMO

Discorre sobre os arquivos da repressão e a produção teórica relacionada à memória social e à ditadura militar nos repositórios científicos

da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e da Base de Dados em Ciência da Informação, no recorte temporal 2009-2020. Analisa a partir dos conteúdos recuperados até que ponto as publicações são pertinentes à temática, se há alguma relação com o período de repressão no Brasil. Tem como objetivos: descrever, pontuar e quantificar a abordagem da Ciência da Informação, nos trabalhos relacionados à memória social e à ditadura. Com a análise dos dados, evidenciar as principais contribuições do tema para a sociedade, seja como memória individual, coletiva, social ou mesmo afetiva em meio a “modernidade líquida”. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo quantitativo. O contexto pragmático fará inferências relacionadas a memória, arquivo, ditadura e Ciência da Informação. Espera-se com resultados instigar reflexões éticas sobre memória social, ditadura e arquivo no âmbito da CI e suas contribuições na construção social do conhecimento científico sobre a temática.

Palavras-chave: Arquivo. Memória Social. Ciência da Informação. Ditadura Militar

INTRODUÇÃO

Multidisciplinar ou transdisciplinar como é conhecida na pós-modernidade, a Ciência da Informação (CI) se relaciona com a história, comunicação, sociologia, tecnologia, entre outras áreas do conhecimento. Nesse contexto, está inserida a memória social, que, de acordo com Gondar e Dodebei (2005, p. 7), encontra-se em permanente construção e, tal qual a história, encontra-se articulada na maioria das vezes de acordo com a visão dos vencedores.

Cabe destacar que a memória, como um todo, precisa ser garantida, mesmo quando utilizada para trazer à tona fatos cuja veracidade seja questionada, como ocorre com os documentos da ditadura militar no Brasil, entre os anos de 1964 a 1985, período de atrocidades e violações de direitos, cuja memória social foi encoberta por um longo período.

Há que se pensar que, com a aprovação da Lei n.º 12.527, de 2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), a memória social e o arquivo ganharam maior visibilidade na produção científica acadêmica, dado que essa lei regulamentou o acesso à informação, como é o caso da documentação do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) referente à ditadura civil militar, custodiada pelos arquivos públicos estaduais, espalhados por todo o Brasil.

Ao longo dos anos, verificou-se grande interesse pelos aspectos sociais da Ciência da Informação, contudo, podemos observar que ele não se deu quando o assunto aborda a memória social e arquivo. Dados recentes recuperados neste trabalho apontam que grande parte das publicações ao longo dos últimos 11 anos são do Campo da História e da Sociologia sendo que no campo da CI o índice é baixo e, se relacionado à ditadura militar, praticamente inexistente.

Sendo a comunicabilidade da ciência de suma importância na descoberta de novos saberes que evidenciam a mutabilidade do conhecimento, seja a partir de estudos ou oriundo das múltiplas práticas sociais, a pesquisa científica possibilita o estudo de temáticas variadas, como é o caso da memória social e ditadura, sobre os quais se propõe este artigo, a partir de resultados recuperados em repositórios científicos da Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Vale lembrar que no recorte temporal pré-estabelecido (2009 – 2020), no Brasil, ocorreu a criação das Comissões Nacionais da Verdade (CNVs)², cujo trabalhos trouxeram à tona o direito à memória e à verdade sobre as violações de Direitos Humanos no período da ditadura militar. Os resultados dos relatórios das CNVs foram pautados em documentos custodiados nos Arquivos Públicos espalhados pelo país, ratificando, assim, a relevância da memória social e o papel dos arquivos para a sua construção.

2 Comissão Nacional da Verdade (Lei 12.528/2011).

Nesse cenário, a pesquisa bibliográfica exploratória nas bases Bapci e BDTD se propõe quantificar, analisar e discorrer a partir da produção científica nos periódicos da Ciência da Informação que abordam a temática que, na visão de Massoni *et al.* (2019, p. 206), vive-se em um “[...] o contexto político atual, onde esquecimentos e silêncios forçados constroem a memória oficial e marginalizam tantas outras, seja pelo seu apagamento ou pelo desprezo a práticas, saberes e narrativas de grupos sociais distintos”.

A hipótese deste estudo é uma premissa cujos dados coletados contribuirão para endossar pesquisas sobre a relevância do Arquivo na construção da memória social da ditadura militar no Brasil, identificando nas produções recuperadas em quais anos a temática foi mais abordada, quais autores e em quais programas de pós-graduação os artigos foram publicados. González de Gómez (2012, p. 18) endossa est e estudo, quando afirma que “abordar a Ciência da Informação do ponto de vista da Ciências Sociais é uma escolha epistemológica”.

Dessa forma, pretende-se, também, discutir em que medida memória social e a ditadura militar ocorrida no Brasil se relacionam no contexto de documental que compõe uma das linhas de investigação da CI na produção do conhecimento para a sociedade. Com objetivo de analisar a partir dos conteúdos recuperados até que ponto as publicações são pertinentes à temática, se há alguma relação com o período de repressão no Brasil.

Vale sublinhar que a memória social e a ditadura, tal qual os Arquivos, são produto de práticas humanas e encontram “[...] nenhuma medida peso político [...]” (RABELLO, 2018, p. 139) em um contexto social de saber e poder informacional, conhecido e amparado pela CI. Gondar e Dodebei (2005, p. 9) ratifica a relevância da pesquisa, quando descreve que “criamos lugares para ancorar a memória, para compensar a perda dos meios de memória, como um modo de reparar o dano”, como ocorre com os arquivos da ditadura. Daí intercalar descritores sobre a temática e buscá-las nos repositórios científicos.

Nesse sentido, este tema foi escolhido a partir de conteúdos informacionais obtidos durante aulas da disciplina Informação e Memória e sua relevância para as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, História, Comunicação, dentre outras que se relacionam com a CI e que trabalham com a memória social, porém, nem sempre relacionado ao Arquivo, tão pouco à ditadura militar. Levando a reflexão que agreguem nesse campo, estudo por novos saberes, dado a interdisciplinaridade que conduziu a CI até aqui.

Cabe destacar que um número considerável de autores aborda a memória em suas pesquisas, como Nora (1993) discorre sobre os lugares da memória, Gondar e Dodebei (2005) descrevem a memória social, Le Goff (2003) pontua sobre monumento e documento, entre outros que discorreram sobre a memória social, na perspectiva de inferir a importância do passado na projeção do futuro, que, nesse contexto, perpassa pelos acervos arquivísticos, nos quais abordaremos os da ditadura.

Despertando, dessa forma, interesse pelo tema uma vez que memória, arquivo e ditadura, fazem parte da elaboração de uma dissertação em andamento, cujo conteúdo abordará a memória social voltada à identidade dos Arquivos, a partir da custódia de documentos da ditadura militar do Projeto Memórias Reveladas. Nesse sentido, espera-se com os resultados que a memória social se coloque como um dos pilares na produção do conhecimento e do saber científico, em meio à “modernidade líquida”² cada dia mais presente na sociedade. Pollak (1989, p. 12) ratifica que “[...] mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida”.

Vive-se um momento de grande demanda informacional e nesse cenário consideramos ser fundamental a abordagem da memória social no contexto da ditadura militar, dado que “os lugares de memória não devem ser compreendidos como algo alheio, distante e desprovido de significado”, como pontua (GEVEHR, 2016, p. 5).

Convém assinalar que no Brasil o esquecimento de questões relacionadas ao período de atrocidade é institucionalizado, estrutural.

Nesse sentido, a pesquisa nos repositórios da Brapci e BDTD terá como objetivo levantar se o esquecimento da memória social e ditadura perpassa pela literatura científica nos últimos anos. Cabe destacar que relembrar o passado é um passo importante na construção e planejamento do futuro. Canclini (2013 *apud* GEVEHR, 2016, p. 4) reforça que:

Nesse jogo que envolve a produção das identidades, o passado e o presente entram em conflito fazendo com que alguns elementos do passado sejam esquecidos, ou pelo menos deixados de lado, enquanto outros surgem e tornam-se representantes da identidade dos sujeitos, que passam a compartilhar ideias e valores culturais, que passam a representá-los em um processo de hibridização (Canclini, 2013) no qual as culturas manifestam elementos provenientes de diferentes tempos e lugares.

Dessa forma, analisar os resultados de publicações recuperadas nos repositórios possibilita inferência relacionadas à temática na episteme memória, arquivo e ditadura, com indicadores apontados a partir de um campo científico que tem na informação seu legado, embora os resultados apontem baixa adesão à memória social do período da ditadura, apenas seis trabalhos na Brapci e 27 na BDTD.

Partindo desse princípio, um dos caminhos percorridos para elaboração deste artigo foi o de avaliar, a partir de leitura de resumos e palavras-chave das publicações recuperadas nas bases, via indicadores (memória social e ditadura), apontando quais os mais significativos, bem como quantificar as produções mais relevantes e qual relação com o Arquivo.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa busca: Descrever, conceituar e quantificar a memória social e sua relação com a ditadura por meio da revisão de literatura e análise de dados recuperados em repositórios da Ciência da Informação.

Nessa linha de pesquisa, podemos destacar os resultados apontados por Moura e Karpinski (2020, p. 18), quando em 10 anos (2009 a 2019), de busca no repositório da Brapci, foram recuperados apenas oito artigos referentes à temática memória e ditadura militar, sendo o Rio de Janeiro o estado com maior número de publicações (três). A autora ratifica o que identificamos durante a pesquisa, ou seja, o debate sobre a temática no campo da CI é pouco abordado, já que produções sobre memória social e ditadura mostram-se oportunas para novos estudos na produção de saberes científicos.

Entre outros resultados apontados no estudo de Moura e Karpinski (2020, p. 15), está o fato de que todos os artigos recuperados em 2014 terem sido publicados na Revista do Arquivo Nacional, que, na época, tinha como escopo os “50 anos do golpe: ditadura e transição democrática no Brasil”, o que justificava o número de produções, embora nenhuma delas abordasse a memória social como premissa.

Diante das colocações expostas, discorreremos sobre os indicadores recuperados nos periódicos científicos na Brapci e BDTD durante os últimos 11 anos (2009 – 2020) sobre a temática memória social e ditadura, na expectativa de que os dados obtidos subsidiem outros trabalhos sobre o papel da memória no campo da CI, durante o período de violação de Direitos Humanos.

A MEMÓRIA SOCIAL E DITADURA

A memória social contribui para a difusão de informações históricas, bem como na construção de novos conhecimentos relacionados as investigações a qual se propõe, como é o caso da ditadura militar. Assim, entendemos o importante papel da Ciência da Informação nessa construção permanente da memória.

É nesse contexto histórico que seguimos a linha de pensamento especificada por Freitas (2012), quando discorre sobre a temática ciência da informação, documento, arquivo, memória, entre outros

processos sócio-históricos. Quando pontua que, para Le Goff (1984), o conceito de memória sintetiza-se em dois polos que a aborda como:

a) saber oriundo da necessidade de auxiliar a memória cerebral quando esta deixaria de dar conta do grande número de saberes socialmente úteis ou, b) resultado de luta pela memória social quando, estabelecida alguma fissura social, já não haveria consenso sobre os saberes e/ou as narrativas socialmente relevantes e/ou confiáveis (LE GOFF, 1984 *apud* FREITAS, 2012, p. 61).

Dessa maneira, podemos inferir que a memória historicamente estabelecida torna-se objeto de estudo das mais variadas ciências, que, entre outros, também contribui para o fazer científico social de forma híbrida com o arquivo. Dado que, enquanto informação registrada, deve ser organizada e estar disponível para ser acessada e disseminada na sociedade. Pois, de acordo com Murguia (2010), tanto a história, quanto a memória se propõem a falar a verdade.

Por um lado, se olharmos a memória como um “agente” social, nas mais variadas citações de autores distintos, nas duas bases pesquisadas, Brapci e BDTD, pondera-se que a memória social e a historiografia da ditadura se mantêm viva e atual, mesmo com o passar dos tempos. Nesse sentido, Latour (2008 *apud* MURGUIA, 2010, p. 30) afirma que:

Pensar a memória dentro das ciências sociais não significa interpretá-la como uma somatória de traços individuais, nem tampouco como uma abstração individual levada ao social. [...] buscar entender como ela age para criar o social, seja através dos seus discursos ou de suas instituições.

Nesse contexto de se pensar a memória, podemos citar como exemplo o Projeto Memórias Reveladas³, que, a partir de 2009, foi implantado em todo o Brasil, a fim de reunir informações para compor dossiês de comissões da verdade que ratificam a existência de atrocidades durante o regime militar.

Em relação a metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, uma vez que “[...] a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos que busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38), optamos por realizá-la, a fim de coletar os dados necessários sobre a temática memória social e ditadura.

Inicialmente, a proposta seria a de trabalhar com informações de três repositórios científicos, Brapci, BDTD e ANCIB (Anais do Enancib – GTs), porém, ao navegar no portal da Ancib, constatamos que o acesso aos grupos de trabalhos com as publicações anteriores dos Enancibs estava indisponível. Ao contatá-los, fomos informados de que um novo projeto para o repositório está em andamento e, por esse motivo, encontra-se indisponível para a comunidade da CI realizar pesquisas. O que nos levou a trabalhar com apenas duas bases, Brapci e BDTD.

Cabe destacar que em pesquisas preliminares na base da Brapci, encontramos um artigo publicado em 2020 que abordava a produção científica de memória e ditadura no Brasil, de 2009 a 2019. Salientamos a utilização de alguns dados levantados por Moura (2020), como fonte deste estudo, embasado no que ratifica os autores (MARTINS;

3 Histórico (memoriasreveladas.gov.br). Memórias Reveladas — Português (Brasil) (www.gov.br). Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas atua como um polo difusor de informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil nas décadas de 1960 a 1980. A partir de sua base de dados, fontes primárias e secundárias são gerenciadas e colocadas à disposição do público, incentivando a realização de estudos, pesquisas e reflexões sobre o período.

THEOPHILO, 2009 *apud* CECHINEL *et al.*, 2016, p. 2), quando pontuam que “a pesquisa pode ser subsidiada por dados complementares de outras fontes”, como, neste caso, o trabalho de Moura e Karpinski (2020) que complementam as informações recuperadas neste estudo.

O artigo de Moura e Karpinski (2020) aponta baixa abordagem sobre a temática ao longo de dez anos, ou seja, menos de uma publicação por ano, conforme demonstra o Quadro 1, extraído de Moura e Karpinski (2020, p. 11-12).

Quadro 1 – Artigos recuperados na Brapci – Memória e ditadura

| AUTOR | TÍTULO | ANO | PERIÓDICO |
|---|---|------|---|
| RODRIGUES, G. M. | Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história | 2011 | Acervo - Revista do Arquivo Nacional |
| RECH, N. S.; GUTFREIND, C. F. | A memória em construção: a Ditadura Militar em documentários contemporâneos | 2011 | Em Questão |
| GREEN, J. N. | "Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão": uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura | 2014 | Acervo - Revista do Arquivo Nacional |
| CIAVATTA, M. | A memória sem medo: sobre o resgate de pessoas e documentos das garras da ditadura | 2014 | Acervo - Revista do Arquivo Nacional |
| FONTES, E. J. O. | O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará (UFPA) | 2014 | Acervo - Revista do Arquivo Nacional |
| COSTA, A. S. M.; SILVA, M. A. C.; MONTEIRO, C. A. V. | Empresas, ditadura civil militar brasileira e centros de memória e documentação corporativos: um estudo exploratório | 2015 | Logeion: filosofia da informação |
| SOUSA, R. P. M.; OLIVEIRA, B. M. J. F.; SOUSA, M. R. F. | Reflexões sobre a regulamentação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do poder executivo federal | 2016 | Revista Analisando em Ciência da Informação |
| CABRAL, J. R. | Arquivos da repressão: fontes de informação sobre diversidade sexual e de gênero na Ditadura Militar | 2017 | Archeion Online |

Fonte: Moura e Karpinski (2020, p. 11-12)

Utilizamos o método de busca booleana intercalando com as palavras-chave (“memória social” e ditadura, memória e ditadura; e memória social e arquivo), recuperamos nas duas bases um total de 463 publicações pertinentes ao tema, conforme destacado na Tabela

1, das quais 49 foram publicados nos anos de 2015, na BDTD (41), e 2019, na BRAPCI (8). Vale destacar que 2020 foi o ano com menor número de trabalhos publicados.

O baixo número de publicações em 2020 pode estar relacionado à pandemia da Covid-19⁴, que afetou a economia mundial, além das áreas de saúde e educação. Na educação, programas de ensino e aprendizagem tiveram que se “remodelar”, a fim de manter a produção do conhecimento e o ensino, mesmo que modo híbrido. Nesse sentido, pondera-se o baixo número de publicações recuperadas no período.

As fontes empregadas na pesquisa foram de caráter bibliográfico e prático documental. Ora analisando o resumo das 49 publicações ocorridas em 2015, ano que acumulou o maior número de trabalhos (41), e 2019, com trabalhos (8) recuperados sobre memória e ditadura nas duas bases; ora via leitura completa das bibliografias, identificando temática pertinente ao estudo proposto. Nesse sentido, a Tabela 1 e o Gráfico 1, a seguir, ilustram o resultado obtido na pesquisa nos últimos 11 anos de modo geral, abrangendo todos os indexadores.

4 A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia, de causa desconhecida, na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019 (O QUE..., 2020).

Tabela 1 – Memória social e arquivo recuperadas geral nas bases

| Total de publicações por indexadores – 2009 - 2020 | |
|---|-------------------|
| Gerais com memória social – BDTD | Quantidade |
| Memória social e ditadura | 399 |
| Gerais com memória | Quantidade |
| Memória e arquivo | 1.083 |
| Memória e ditadura | 516 |
| Arquivo e ditadura | 330 |
| Total BDTD | 2328 |
| Gerais na Brapci | Quantidade |
| “Memória social” e ditadura | 2 |
| Memória social e ditadura | 6 |
| Memória social e arquivo | 56 |
| Memória e arquivo | 218 |
| Memória e ditadura | 26 |
| Arquivo e ditadura | 29 |
| Total Brapci | 337 |
| Total geral | 2665 |

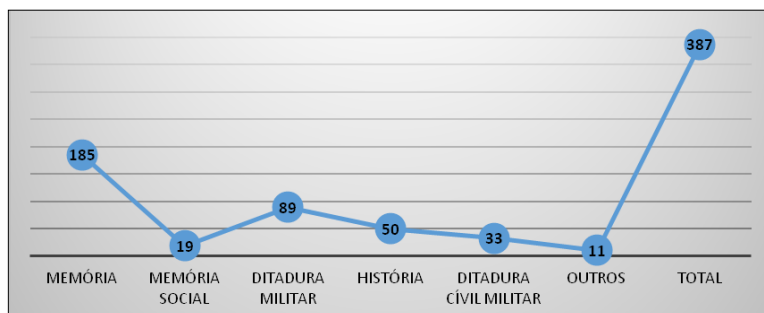
Fonte: elaborada pelos autores da pesquisa (2021)

As fontes empregadas na pesquisa foram de caráter bibliográfico e prático documental, apontando 2665 publicações resgatadas no somatório das duas bases (Brapci e BDTD) envolvendo todos os descritores utilizados na busca conforme total geral demonstrado na Tabela 1. Ora analisando o resumo dos trabalhos recuperados, ora via leitura completa do periódico identificando temática pertinente ao estudo proposto. No decorrer da pesquisa, ao intercalarmos os indexadores de memória social com outros temas pertinentes, foi possível recuperar os assuntos mais trabalhados pelos pesquisadores dos programas de pós-graduação nos últimos 11 anos.

Sobre esse aspecto, cabe lembrar que, ao pesquisarmos por assunto (memória e memória social) na base de dados da BDTD, os

resultados apontaram um número significativo de produções, 185, no âmbito da CI, contudo, quando se refere à memória e à ditadura a recuperação evidencia baixa produtividade, apenas 19 trabalhos. Na tentativa de assertividade quanto à pesquisa, verificamos que as produções sobre a ditadura, em grande parte, são dos programas de história. Assuntos como memória institucional, patrimônio e cultura também aparecem nos assuntos recuperados. As publicações por assuntos dos últimos 11 anos são mais bem evidenciadas no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Assuntos mais abordado por autores – 2009-2020

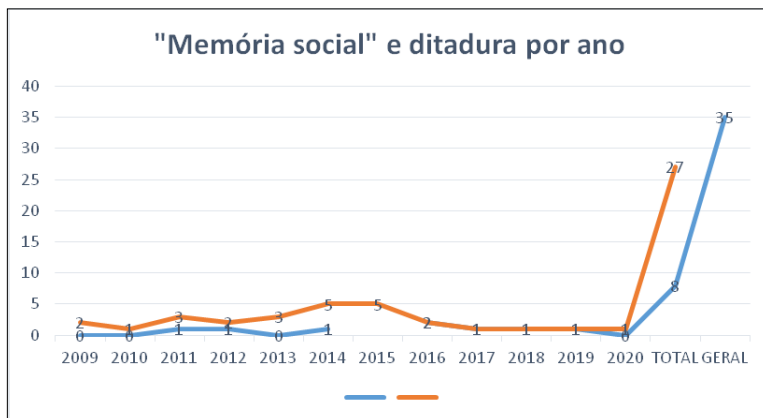


Fonte: elaborado pelos autores durante a pesquisa (2021)

De acordo com Santos (2012, p. 197), “[...] conhecer significa quantificar. O que não é quantificável é cientificamente irrelevante”. Nesse sentido, enumeramos o resultado da busca obtido na pesquisa “memória social” e arquivo na Brapci e BDTD e analisamos os dados coletados por meio de leitura de resumo, palavras-chaves, entre outras ações que acreditamos ser relevância para a pesquisa. Como: verificação de abordagem sobre a temática, na qual constatamos que das 463 (64 Brapci e 399 BDTD) publicações recuperadas, quando somamos apenas aquelas cujos descritores que continham memória social como parâmetro de busca, somente 35 trabalham a temática memória social e ditadura. Vale lembrar, ainda, que nos programas de pós-graduação da CI o número é ainda menor.

Seguindo essa linha de exploração de dados nas bases, verificou-se que 2015 foi o ano no qual os autores mais trabalharam a temática ditadura e memória, conforme demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Publicação “anual memória social” e ditadura nas bases



Fonte: elaborado pelos autores durante a pesquisa (2021)

Salientamos que “[...] as pesquisas bibliográficas podem ser utilizadas em várias áreas de ciências humanas e sociais, aproximando o entendimento do objeto na sua contextualização histórica e socio-cultural” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Diante disso, em aproximação com o objeto de estudo, verificamos que seis dissertações recuperadas são do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Ufes e que quatro delas foram orientadas pelo professor doutor Pedro Ernesto Fagundes nos respectivos anos: 2014, com duas publicações, 2017, com uma, e 2019, com duas publicações.

Dessa forma, podemos inferir que o estado do Espírito Santo se coloca como um campo de oportunidade para pesquisadores trabalharem a temática memória social e ditadura, principalmente nos programas da Ciência da Informação, uma vez que tanto a memória social, quanto a história coadunam-se e são relevantes na produção do conhecimento.

RESULTADOS

Na tentativa de assertividade em relação à temática, é possível inferir que entre artigos, teses e dissertações publicadas nas duas bases, no período de 11 anos, observa-se um baixo número de trabalhos associados à ditadura militar nos arquivos ou em outros pilares da CI, como bibliotecas, museus e centro de memória. Quando recuperados nas bases, verificou-se tratarem-se em grande parte da memória relacionada a monumentos, biografias, história de instituições universitárias, entre outros, e muito pouco associada ao seu papel social na construção do conhecimento científico.

Nesse contexto, cabe pontuar que ocorrências típicas de produções científicas relacionadas à ditadura ou à violação de Direitos Humanos ainda requerem uma maior visibilidade na CI, conforme apontado no Gráfico 1, porém não cabe maior visibilidade sobre essa lacuna neste artigo.

Destacamos também que, no resultado recuperados na Brapci, quatro são artigos (2011, 2012), três são relatos de pesquisa (2012, 2016, 2017) e um dossiê (2014), no recorte temporal entre 2009-2020, evidenciando que a abordagem memória social e ditadura não foi trabalhada nos últimos dois anos. Esse resultado levou-nos a realizar a pesquisa intercalando com outros indicadores relacionados à temática de modo geral, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 – Produções relativas à temática com outros indexadores na Brapci

| Publicações na Brapci | Quantidade |
|------------------------------|-------------------|
| “Memória social” e ditadura | 2 |
| Memória social e ditadura | 6 |
| Memória social e arquivo | 56 |
| Memória e arquivo | 218 |
| Memória e ditadura | 26 |
| Arquivo e ditadura | 29 |
| TOTAL | 337 |

Fonte: elaborada pelos autores durante a pesquisa (2021)

Do mesmo modo, quando intercalamos outros indexadores pertinentes à temática, a fim de recuperar um número maior de publicações relacionadas ao estudo na BDTD, é possível verificar um número significativo de produções envolvendo memória, ditadura e arquivo nos mais diversos programas de ensino, como aponta a Tabela 3. Contudo, é perceptível que a abordagem memória social e ditadura segue em menor quantidade do que os demais nos trabalhos recuperados.

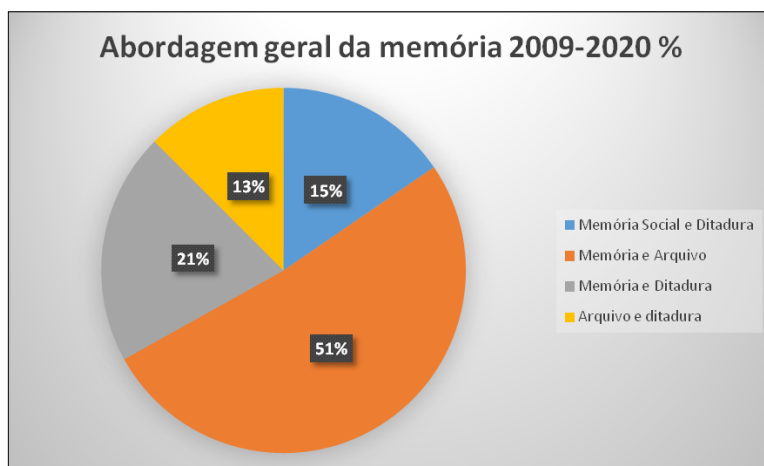
Tabela 3 – Produções relativas à temática com outros indexadores na BDTD

| Publicações com memória social e ditadura na BDTD | Quantidade |
|--|-------------------|
| Memória social e ditadura | 399 |
| Indexadores com memória | Quantidade |
| Memória e arquivo | 1.083 |
| Memória e ditadura | 516 |
| Arquivo e ditadura | 330 |
| TOTAL | 2328 |

Fonte: elaborada pelos autores durante a pesquisa (2021)

Os resultados apontaram que, apesar do tema memória e arquivo ser bastante pesquisado (1.357 = 51% publicações nas duas bases), a temática memória social e ditadura aparece em menor escala (407 = 15%), conforme Gráfico 3. Mesmo sendo os Arquivos os custodiadores dos acervos da ditadura militar, fato oficializado com a implantação do Projeto Memórias Reveladas, em 2009.

Gráfico 3 – Abordagens de memória em % nas bases da Brapci e BDTD



Fonte: elaborado pelos autores durante a pesquisa (2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a veracidade tenha sido comprovada, neste estudo, poucas pesquisas relacionadas ao tema são elaboradas na CI. Contudo, vale ressaltar que a busca pode ser ampliada com a elaboração de novos trabalhos, a partir de análise de dados na base dos anais do Enancib, tão logo a plataforma esteja disponível, por ser tratar de uma associação de pesquisa e pós-graduação em Ciência da Informação que reúne grande parte das publicações e atividades da área de pesquisa no Brasil.

Empenhamo-nos na tentativa de que o construto teórico e epistemológico deste estudo contribua para que o discurso sobre memória social e ditadura ligados ao Arquivo esteja cada vez mais presente no campo da CI. Os resultados obtidos nas bases da Brapci e BDTD sinalizam a oportunidade dos pesquisadores aprofundarem seus estudos nessa área do conhecimento tão em voga na pós-modernidade de forma ética e verídica, dado o contexto de negacionismo informacional vivido no país

Cabe depreender que o levantamento realizado nas bases coaduna-se com outras informações coletadas para uma dissertação embasada na memória social e sua contribuição para identidade dos Arquivos Públicos na sociedade. Os resultados apontam para uma vasta oportunidade de estudos científicos no campo da memória social pelos profissionais da informação, pois, conforme pontuam Grigoletto e Murguia (2015, p. 8), “o conhecimento e a verdade são sempre elementos abertos para o devir”.

Nesse cenário, o campo da CI mostra-se como um “mundo de oportunidade”, no qual a memória social, em concordância com Gondar e Dodebei (2005, p. 101), “[...] a instantaneidade, a pluralidade, o silêncio e o esquecimento trazem a marca de políticas públicas”. Neste contexto, pode-se deduzir que, na dimensão política na qual a memória se faz presente, os arquivos como fonte documentais da memória referentes à ditadura militar também são encontrados.

Espera-se que os resultados obtidos neste artigo contribuam para que debates sobre a temática estejam cada vez mais presentes nas pesquisas científicas, bem como colaborem para legitimar fatos ocorridos no período da ditadura, promovendo expansão de saberes memorialístico na sociedade. De modo que a projeção do conhecimento a partir da episteme da memória social seja expandida e ratificada também pela Ciência da Informação, que, de acordo com os indicadores deste estudo, é amplamente abordado por outras áreas do conhecimento, como a história, a sociologia e a comunicação, em meio à “modernidade líquida”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art.216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm Acesso em: 21 abr. 2021

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4.ed., 6. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

CECHINEL, Andre *et al.* Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**, Criciúma, v. 5, n. 1, p. 37-52, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/download/2446/2324>. Acesso em: 24 set. 2020.

FREITAS, Lídia Silva de. Documento e poder: uma arqueologia da escrita. **Morpheus**: Revista de Estudos Interdisciplinares em Memória Social, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 58-73, 2012. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4830/4320>. Acesso em: 30 ago. 2020.

GEVEHR, Daniel Luciano. A crise dos lugares de memória e dos espaços identitários no contexto da modernidade: questões para o ensino de história. **Revista Brasileira de Educação** [online], v. 21, n. 67, p. 945-962, 2016.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contracapa Livraria: Programa de Pós-Graduação

em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As ciências sociais e as questões da informação. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 8, n.8, 14, p. 18-337, 2012. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4832/4322><http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4832/4322>. Acesso em: 27 ago. 2020.

GRIGOLETO, Maira Cristina; MURGUIA, Eduardo Ismael. As bases epistemológicas do patrimônio institucionalizado. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, 8, n. 2, 2015. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/issue/view/18>. Acesso em: 28 ago. 2020.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984.

LE GOFF, Jacques. História. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003. p. 1-171.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2007.

MASSONI, Luis Fernando Herbert *et al.* O ESTUDO DA MEMÓRIA SOCIAL NA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Um relato de experiência. **Ponto de Acesso**, Salvador v. 13, n. 1, p. 193-209, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124225>. Acesso em: 10 set. 2020.

MOURA, E. M. S.; KARPINSKI, C. Memória e ditadura militar no Brasil: a produção científica do tema na ciência da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo v. 16, p. 1-18, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/146604>. Acesso em: 19 jun. 2021.

MURGIA, Eduardo Ismael (org.). **Memória**: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus. São Carlos: Compacta, 2010. p. 11-32.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 20 jan. 2021.

O QUE é a Covid-19? **Gov.br**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 14 jun. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 11 jan. 2021.

RABELLO, Rodrigo. Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 51, p. 138-156, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n51p138/35519>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SANTOS, Izequias Estevam dos. Pesquisa. *In*: SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 9. ed. Niterói: Impetus, 2012. cap. 9.

Capítulo 3

*Avaliando a avaliação
arquivística no Programa
de Gestão Documental do
estado do Espírito Santo
(PROGED-ES 2013-2019)*

Luiz Carlos da Silva

Renato Pinto Venâncio

Rosa da Penha Ferreira da Costa

RESUMO

O presente artigo visa avaliar qualitativamente os editais de eliminação de documentos produzidos pela Comissão de Avaliação de

Documentos do Programa de Gestão Documental, vinculado ao Arquivo Público do Governo do Estado do Espírito Santo (Proged-ES), pelos órgãos da administração direta e indireta do poder executivo estadual, no período de 2013-2019. É nosso objetivo mostrar que a avaliação de documentos auxilia na manutenção do fornecimento de informações frente às decisões tomadas na administração pública e, desse modo, constitui um instrumento importante para a governabilidade por contribuir para a transparência pública. Nesse sentido, pode-se afirmar que os procedimentos arquivístico integram políticas públicas de informação.

Palavras-chave: Arquivo. Política pública arquivística. Política pública de informação. Avaliação de documentos.

INTRODUÇÃO

A avaliação de documentos é uma das funções arquivísticas ao lado da produção, classificação, aquisição, preservação, conservação, descrição e difusão/acesso.

Para que tal função seja exercida, é necessário seguir as diretrizes presentes em editais de eliminação. Em vista disso, analisaremos os editais de eliminação desenvolvidos pela Comissão de Avaliação de Documentos, no período de 2013 a 2019, do Programa de Gestão Documental, do Arquivo Público do Governo do Estado do Espírito Santo (APEES), Brasil. Inicialmente, conceituaremos gestão de documentos e gestão da informação, de modo a apresentar um cenário dentro do qual a função de avaliação, que é nosso objeto aqui, poderá ser definida. A seguir, vamos mostrar que a avaliação de documentos tem um papel fundamental para a implementação de políticas públicas.

GESTÃO DE DOCUMENTOS E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Gestão de Documentos e políticas públicas

A gestão documental é instituída com objetivos de resguardar os documentos produzidos nos âmbitos políticos, administrativos e culturais, para registrar atos e fatos das instituições que os geraram e acumularam, inicialmente, serviram de prova e testemunhos e, posteriormente, como registro da memória coletiva e individual.

Atualmente, as atividades arquivísticas possuem regras, métodos e delimitações, para que essas atividades sejam executadas com eficácia informacional perante a necessidade da recuperação desses registros.

Portanto, a Arquivologia passou por desdobramentos metodológicos (tanto das ações tecnológicas, quanto operacionais) em busca da eficácia no atendimento das demandas informacionais das organizações. Indolfo (2013, p. 44) comenta que “com o incremento das atividades econômicas, socioculturais, governamentais, empresariais, entre outras, além da ampliação da produção, uso e difusão das informações registradas em novos suportes, como os magnéticos e os eletrônicos ou digitais”, estimulou-se a estruturação da gestão documental nas instituições públicas e privadas.

Constatamos que as atividades de gestão de documentos são abrangentes e citamos que nas instituições elas podem estar padronizadas pela política arquivística ditadas por: agendas, programas, metas, recursos financeiros, leis, resoluções e normas para alcançar o objetivo de cumprir o fim das administrações por meio das informações orgânicas.

Corsino (2007, p. 7) nos informa que a gestão documental:

[...] têm início no setor de protocolo, no qual os procedimentos e rotinas específicas possibilitam maior eficiência e agilidade no gerenciamento e controle de informações. A classificação, uma das atividades do processo de gestão documental está ligada às

atividades de recebimento, tramitação, expedição, arquivamento e recuperação de informações contidas nos documentos.

Indolfo (1993, p. 15, grifo nosso) nos orientam que a gestão documental está dividida em três fases:

1ª Fase: Produção de documentos – refere-se ao ato de elaborar documentos em razão das suas atividades ou setor. Nesta fase deve-se otimizar a criação de documentos, evitando-se a produção daqueles não essenciais, diminuindo o volume a ser manuseado, controlado, armazenado e eliminado, garantindo o uso adequado dos recursos.

2ª Fase: Utilização de documentos – refere-se ao fluxo percorrido pelos documentos, necessário ao cumprimento de sua função administrativa, assim como sua guarda após o cessar o trâmite. Esta fase envolve métodos de controle relacionados às técnicas específicas de classificação, organização e elaboração de instrumentos de recuperação da informação. Desenvolve-se, também, a gestão dos arquivos correntes e intermediários e a implantação de sistemas de arquivos e recuperação da informação.

3ª Fase: Destinação dos documentos – envolve as atividades de análise, seleção e fixação de prazos de guarda de documentos, ou seja, implica decidir quais os documentos a serem eliminados e quais serão preservados.

Contudo, verificamos que a gestão de documentos se estende ao ciclo de vida completo dos documentos, desde a sua produção até sua eliminação ou seu envio para conservação permanente. O seu objetivo é assegurar uma documentação adequada, simplificar os sistemas de criação e o uso desnecessário de papel, melhorar a forma como se organizam e recuperam os documentos, proporcionar o cuidado adequado e o armazenamento a baixo custo dos documentos e assegurar o expurgo adequado daqueles que pouco se utilizam (MUNDET, 2001).

As fases do ciclo de vidas dos documentos inspiram os critérios para a criação do documento, sua armazenagem e, em seguida, para sua classificação e descrição, que visam a recuperação da informação. Essas fases também orientam quanto ao uso e preservação desses documentos e, posteriormente, ocorre um período de seleção, visando assegurar os documentos que se destacam quanto à vocação histórica e cultural e que apresentam testemunhos e prova permanente.

Esses procedimentos de avaliação são implementados pelas Comissões de Avaliação de Documentos (Cads) que

[...] são grupos multidisciplinares de caráter permanente em suas respectivas áreas de atuação, responsáveis pela elaboração e aplicação de normas, procedimentos relativos à gestão de documentos, incluindo a elaboração de Plano de Classificação e de Tabela de Temporalidade de Documentos. É de responsabilidade da CADS a orientação e o controle do processo de análise e seleção, e eliminação de documentos de arquivo. Elas podem sugerir adaptações às normas vigentes, de acordo com a realidade institucional, enviando-as para aprovação do Comitê Gestor. Compete também a elas, o dever de promover estudos, a fim de realizar a avaliação dos documentos relativos às atividades-fim, construindo um Plano de Classificação e Destinação para esses documentos, submetendo-os à aprovação do Arquivo Público Estadual (ESPÍRITO SANTO, 2019, p. 48).

Por fim, notamos que essas fases apresentadas, a avaliação e a seleção de documentos, segundo Corsino (2007), são principais atividades da gestão documental. A avaliação é efetuada por meio da tabela de temporalidade que define qual documento deverá ser preservado para fins administrativos (valor primário) ou para pesquisas (valor secundário) e em que momento poderá ser eliminado ou destinado aos arquivos intermediário e permanente. A seleção é feita segundo o valor e o potencial de uso que o documento apresenta para a administração.

Por que a ação de eliminar ou não de um documento é fundamental no âmbito das políticas arquivísticas? Para responder a essa questão, temos que ter em conta que existem políticas arquivísticas e que implicam em regras, conceitos e ações para o acesso e uso das informações arquivísticas registradas e grafadas em documentos físicos, analógicos ou digitais. As ações, assim como as regras e conceitos, são implementadas para dar respostas às necessidades informacionais e a ausência delas implica em uma série de complicações e atropelos, tanto em âmbito social, como em âmbito governamental (administrativo e patrimonial), causando comprometimento à memória individual e coletiva. Em vista disso, pode-se afirmar que as políticas arquivísticas facilitam o fluxo informacional, o que nos remete ao conceito de política informacional da qual trataremos na próxima seção.

Silva e Venâncio (2019) argumentam que as informações contidas nos arquivos são utilizadas para a produção de conhecimento e empregadas nas decisões das instituições:

As informações contidas nos arquivos são aquelas que podem ser absorvidas para dar oportunidades sinérgicas, coletivas e corporativas de desenvolvimento de ações para a produção do conhecimento ou tomada de decisões das instituições. As políticas públicas de informação precisam existir, para que os registros das ações sejam preservados e o acesso às informações seja garantido à sociedade (SILVA; VENÂNCIO, 2019, p. 6).

Duranti e Franks (2015) informam que as instituições arquivísticas operam dentro de um contexto amplo de uma estrutura da política pública informação. Os arquivistas têm papéis na interpretação e compreensão das políticas sob as quais operam, além de informar e influenciar essas políticas e os seus processos de formulação. Em uma infraestrutura de informação mais ampla, o papel dessas políticas, além da regulação das funções de gestão documental, é de administrar e preservar o acesso.

As ações no campo arquivístico objetivam a segurança ao acesso às informações não somente para o presente, mas também para o conhecimento do passado e tê-las como base para o futuro. Sendo assim, o conhecimento do passado fornece compreensão das forças causais que criaram as circunstâncias presentes, fornecendo informações valiosas para o planejamento futuro. “O conhecimento do presente serve para fins de controle, mas, se não arquivado e disponibilizado, não sustenta a função de planejamento” (BRAMAN, 2006, p. 319 *apud* SILVA, 2020, p. 54).

Para Duranti e Franks (2015 *apud* SILVA, 2020, p. 54), “[...] há um papel claro nas instituições arquivísticas: preservar os registros confiáveis para futuro, esforços de formulação de políticas, assegurar o conhecimento de sua existência e facilitar o acesso”, tanto físicos, quanto virtuais. Dessa forma, verificamos que as instituições arquivísticas e os agentes que nelas atuam formulam ações para que a informação ocorra sem ruídos e mantenha-se apta e acessível. Por isso, expressamos preocupações com as políticas arquivísticas e com os profissionais arquivistas para que atendam a dinâmica dos processos de formulação, implementação e planejamento de políticas nos ambientes físicos e digitais.

Entretanto, como preservadores dos registros contemporâneos da sociedade, a expertise dos arquivistas é necessária no diálogo público para contribuir com os sistemas que criam e hospedam informações registradas em ambientes digitais. Preocupa-nos os locais nos quais esses registros estão armazenados. Um número crescente de transações governo-cidadão ocorre em plataformas de terceiros, com tecnologias proprietárias que podem impedir a preservação efetiva e o acesso a informações e registros de governo. Os arquivistas podem desempenhar um papel na defesa de políticas que garantam que os registros públicos possam ser efetivamente preservados e tornados acessíveis para os futuros formuladores de políticas (DURANTI; FRANKS, 2015 *apud* SILVA, 2020, p. 55). Posteriormente, complementam que

As mudanças sociais e políticas caracterizam-se pela disponibilidade de informação que aumentam à medida que o alcance global das tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC) prolifera. As barreiras econômicas e sociais ao acesso, participação e valor político da informação se manifestam no aumento e na evolução do governo eletrônico. (DURANTI; FRANKS, 2015 *apud* SILVA, 2020, p. 55).

Os referidos autores comentam, ainda, que as instituições em geral e arquivos públicos em particular têm um papel a desempenhar na análise e desenvolvimento de políticas de informação, à medida que continuam a se desenvolver na infraestrutura sociotécnica. Afirmamos que a Arquivística deve identificar estratégias no processo de formulação de políticas públicas, para trazer seus conhecimentos para o campo de registro e preservação documentais, a fim de assegurar a preservação em longo prazo e o acesso a documentos e/ ou suportes de informações (DURANTI; FRANKS, 2015 *apud* SILVA, 2020, p. 55).

Os arquivistas precisam intervir na preservação dos suportes e nos registros das ações das por meio de ferramentas e métodos da política arquivística para que se promovam os acessos garantidos, porque temos riscos das tecnologias inadequadas quanto ao arquivamento e desarquivamento, além do problema da manutenção dos suportes. As intervenções arquivísticas precisam de auxílio das ações operacionais da política de informação e vice-versa, para que os registros das informações e os acessos às informações sejam preservados, pois há risco quando as tecnologias são desenvolvidas e hospedadas em arquiteturas e plataformas de terceiros. Essas implementações tecnológicas são responsáveis por mudanças que provocam um novo alinhamento do acesso e das restrições, porém as instituições arquivísticas precisam lidar com as inovações e elas devem acompanhá-las com as políticas de arquivos, utilizando a gestão documental como suporte.

Gestão da informação e as políticas públicas de informação

Por gestão da informação, entende-se um conjunto de procedimentos que se ocupa do registro, cópias, autenticação, transmissão, compra, recebimento, difusão, classificação, recuperação, armazenamento e conservação, acesso e uso da informação. Essas ações são formuladas como regras, atitudes e responsabilidades padronizadas no âmbito de instituições públicas como de instituições privadas e, internamente a cada instituição, são detalhadas, implementadas e executadas.

Em relação às políticas públicas, cabe lembrar que agir ou não é uma decisão política. A correlação entre a política, a tomada de decisão e o poder é cíclica e dialética. Quem toma as decisões sobre informar (ou não informar) detém o poder. Caso não existam bases legais quanto às decisões informacionais, elas serão subvertidas. A existência das bases legais evita a subversão das decisões, de modo que elas não atendam unicamente aos interesses dos detentores do poder. Muitas vezes, decisões são tomadas em detrimento das necessidades sociais e de interesses coletivos.

Decisões políticas indevidas, pautadas pela negligência gerencial, obstruem o progresso da coisa pública, porque alteram as ações da coleta, tratamento técnico, recuperação e a difusão das informações, provocando situações indesejáveis quanto a disponibilização de informações inábeis e que ameaçam o poder. A política de informação precisa ser bem elaborada e deve ser considerada como base das sociedades democráticas. Ela deve ficar a cargo de gestores sérios, preocupados com agendas estratégicas para a obtenção de resultados a curto e longo prazo. Essas políticas também devem possuir mecanismos e ferramentas que possibilitam a sua revisão para fins de aprimorá-las.

As políticas de informação são procedimentos operacionais das instituições públicas e privadas para organizar suas comunicações e informações, por isso

São regras que especificam o sistema de comunicação que dirige e delimita o fluxo e o uso da informação. Em particular, essas regras definem as características da informação que entra[m] na organização, distribuição e condensação da informação recebida, a distribuição e condensação da informação gerada internamente, e as características da informação que deve[m] sair da organização (CHOO, 2011, p. 314).

As políticas de informação têm, além do caráter organizacional, um caráter normativo. Segundo a *Encyclopedia of Archival Science*, a política de informação se identifica com um conjunto de princípios e estratégias, frequentemente interligados e registrados em leis, regulamentos, regras etc. Esses conjuntos norteiam a produção, coleta, organização, manipulação, armazenamento, distribuição, recuperação, uso, acesso, preservação e eliminação de informações e documentos (SHAFFER, 2015).

A política pública de informação é composta por normas, programas, projetos e agendas, envolvendo a criação, processamento, fluxos, acesso e uso das informações. O objeto de estudo da política de informação, nas últimas décadas do século XX, emergiu como um campo distinto durante a manifestação da mudança de uma sociedade industrial para uma sociedade da informação (BRAMAN, 2011).

Quanto aos conteúdos dessas políticas, segundo Ferreira, Santos e Machado (2012, p. 4), muitas vezes os Estados se limitam àqueles

[...] de caráter imediatista para concretizar suas decisões informacionais [...] [sendo que as] demandas socioculturais são frequentemente ignoradas, não havendo vontade política de resolver os problemas informacionais da população. [Desta forma é constantemente a necessidade do posicionamento] da sociedade civil para que esta lute pela elaboração de políticas ou programas públicos de informação que possibilitem o acesso de todos os cidadãos às informações governamentais, jurídicas, econômicas sociais e culturais (FERREIRA; SANTOS; MACHADO, 2012, p. 4).

Esses autores consideram que a sociedade civil deveria lutar “pela elaboração de políticas ou programas públicos de informação que possibilitem o acesso de todos os cidadãos às informações governamentais, jurídicas, econômicas sociais e culturais”. E acrescentam que uma política de informação não se limita a um conjunto de decisões governamentais, programas de trabalho, sistemas e serviços, sendo ainda necessária a existência de um conjunto de valores políticos que balizaria a sua elaboração e a sua execução, sendo as políticas de informação permeadas pela disputa entre os interesses da sociedade civil, os interesses do Estado e os interesses do mercado (FERREIRA; SANTOS; MACHADO, 2012).

Feitas essas considerações de natureza mais geral, passemos a conceituar o que se entende por função de avaliação de documentos e sua importância no âmbito das políticas públicas.

AVALIAÇÃO: UMA ETAPA DO PROCESSO DE GESTÃO DOCUMENTAL

O que é avaliação de documentos?

Por avaliação entenda-se

É o ato de julgar os valores apresentados pelos documentos arquivísticos (valor primário e valor secundário) e decidir os períodos durante os quais esses valores se aplicam aos documentos em um contexto que leva em consideração o elo essencial existente entre a organização (ou pessoa) em questão e os documentos arquivísticos que ela gera no curso de suas atividades (COUTURE, 1997, p. 3, tradução nossa).

O ato de dar valor, apreciar, analisar algum documento é uma definição da avaliação. É o aferimento do valor administrativo e/ou

jurídico a um documento. Consiste na retirada ou negação de valor, logo, contribui para a eliminação ou para a guarda permanente.

A metáfora sobre o poder dos arquivistas terem o “direito de vida ou morte” sobre os documentos que constituem os arquivos é usada por Couture (1999) para descrever a função de avaliação dos arquivos. Para esse estudioso, as tarefas envolvidas, necessariamente, precisam ser baseadas em um conhecimento profundo da instituição ou da pessoa que gerou os respectivos arquivos no curso de suas atividades.

O pesquisador Gerald Ham, um dos colaboradores do *The American Archivist*⁵, afirma que:

Nossa tarefa mais importante e exigente intelectualmente como arquivistas é fazer uma seleção das informações (ou documentos) que fornecerão ao futuro um registro representativo da experiência humana em nosso tempo. Mas por que devemos fazer isso tão mal? (HAM, 1975, p. 5, tradução nossa).

Quanto à advertência de Gerald Ham é que atentemos para a quantidade de documentos importantes perdidos e grandes massas documentais que não serão avaliadas, além dos documentos que foram eliminados sem critérios. Indagamos: será que os nossos métodos atuais são os mais adequados? Os caminhos que seguem as pesquisas quanto a esses temas são os ideais? Temos um grande potencial

5 *The American Archivist* é a publicação líder na área de arquivos. Publicado semestralmente pela *Society of American Archivists*, esse periódico revisado por pares está disponível na versão impressa (ISSN 0360-9081). A revista apresenta artigos de pesquisa, estudos de caso, perspectivas e peças de cena internacional, bem como revisões de literatura profissional, tecnologias de arquivo e recursos. Fundada em 1938, a revista busca refletir pensando sobre: desenvolvimentos teóricos e práticos na profissão de arquivista; as relações entre arquivistas e os criadores e usuários dos arquivos; e desenvolvimentos culturais, sociais, legais e tecnológicos que afetam a natureza das informações registradas e a necessidade de criá-las e mantê-las.

crítico, poderíamos utilizar esse potencial também para apresentar novas soluções? (HAM, 1975).

Como resposta a essas questões, Silva (2020) afirma que a avaliação documental está próxima da preservação e conservação de documentos, conforme apresentada por Carol Couture. Poderíamos, a partir dessa perspectiva, pensar na avaliação documental com o cronograma e agendas sintonizadas para a preservação e conservação dos documentos físicos e digitais, porque destarte não teríamos gastos dispendiosos com aqueles documentos que seriam eliminados em curto prazo e evitaríamos preservar documentos que possivelmente poderiam ser eliminados.

Nessa perspectiva, é vital e conveniente afirmar que essas agendas precisam de suportes legais e institucionais para que não haja questionamentos posteriores quanto à eliminação documental, desvinculada dos cuidados administrativos e jurídicos, assim evitar cobranças futuras. Logo, o marco legal, somado à Comissão de Avaliação de Documentos, o Sistema de Gestão Arquivística de Documentos e um Programa de Gestão Documental são essenciais para essa atividade documental.

UM ESTUDO DE CASO

O Programa de Gestão Documental do Estado do Espírito Santo

A formulação da política de gestão documental como marco do Governo do Estado do Espírito Santo é assentada pela lei de gestão dos documentos e contribui para a governabilidade. Trata-se do Decreto n.º 2270-E, de 24 de novembro de 1981, que institui o Sistema Estadual de Arquivos e Comunicações Administrativas (Siac). Essa lei é considerada como um dos marcos legais para a formulação e instituição do Sistema Estadual de Arquivos e da Comissão Estadual de Arquivos (com aspectos do Conselho Estadual de Arquivos).

Este decreto foi a iniciativa legal, o primeiro ordenamento jurídico para a gestão dos documentos públicos estaduais. Ela define o Arquivo Público Estadual como órgão central do SIAC – porém vinculado à Secretaria de Estado da Administração e Recursos Humanos (SEAR). Formam o sistema, constam os órgãos setoriais compostos pelas unidades da administração direta e dos órgãos seccionais, formados pelas unidades organizacionais incumbidas das atividades de expediente, protocolo e arquivo na Administração Indireta (VENÂNCIO; SILVA, 2014, p. 2423).

Asseveram Venâncio e Silva (2014) que, apesar de não prever órgãos de assessoramentos que possam ajudar na transversalidade da política nas instâncias governativas, esse decreto tem a finalidade legal de assegurar a correta administração dos documentos pertencentes ao Poder Público. É o embrião, o marco inicial da Política Estadual dos Arquivos.

É esse o caso do estado do Espírito Santo que instituiu o Programa de Gestão Documental (Proged), em 10 de outubro de 2005, Decreto 1552-R, implementado após o Sistema Estadual de Arquivos e Comunicações Administrativas (Siac).

As normas do Proged foram atualizadas, conforme Decreto n.º 4343-R, de 20 de dezembro de 2018. As atualizações serão detalhadas a seguir.

Como mudança inicial, cita que, por meio do Art. 1º, o Programa de Gestão Documental, instituído pelo Decreto n.º 1552-R, de 10 de outubro de 2005, no âmbito do Poder Executivo Estadual, passa a vincular-se ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees), antes se vinculava à Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Segeer).

Cita também no Art. 3º que o Proged tem como objetivos principais:

I – Estabelecer diretrizes quanto aos procedimentos de gestão de documentos independentemente da forma ou do suporte em que a informação esteja registrada, no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

II – Participar de ações de desenvolvimento e implantação de sistemas de informação voltados para a gestão de documentos.

III – Coordenar ações de capacitação dos servidores para a implementação da gestão de documentos.

IV – Orientar os órgãos e entidades quanto à implantação, à execução, à aplicabilidade e à avaliação das ações Proged.

V – Promover ações relacionadas à classificação das informações, de acordo com Lei de Acesso à Informação.

VI – Estimular a preservação dos documentos visando salvaguardar a memória da administração pública estadual.

Outro fato que evidencia a preocupação com a efetividade do Programa é o Art. 5º, quanto à composição do Proged, que é formado por:

I – Comitê Gestor: composto por representantes do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees), do Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo (Prodest), da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Segeer) e da Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont).

II – Órgãos Setoriais: setores de Arquivo e Protocolo e as Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos do Governo do Estado do Espírito Santo. Parágrafo único. Os membros do Comitê Gestor do Proged serão designados por portaria ou instrução de serviço, sendo designados, no mínimo, 3 (três) representantes de cada órgão.

Um ponto que nos chama a atenção é o Art. 9º, que menciona quanto à competência do Apees, que é:

- I – Coordenar as atividades do Comitê Gestor, bem como acompanhar e orientar os órgãos em relação às diretrizes do Proged.
- II – Aprovar instrumentos de Gestão Documental, tais como: o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de documentos das atividades-fim elaborados pelos órgãos, entre outros correlatos ao Programa.

Entendemos como um ganho substancial a revogação dos Decretos n.º 1.552-R, de 10 de outubro de 2005, e n.º 2.343-R, de 2 de setembro de 2009, por meio da atualização das normas do Proged pelo do Decreto 4343-R, de 20 de dezembro de 2018, principalmente quando atribuem as competências dos órgãos que compõem o Proged, além das atribuições das Cads e do Apees, porque as matérias legislativas sobre determinada temática, às vezes, configuram-se dispersas em mais de uma regra, mesmo possuindo objetivos comuns. O entendimento é facilitado quando os mesmos assuntos estão concentrados na mesma lei.

Além dessa ação quanto à implantação do decreto anterior mencionado, verificamos várias outras medidas legais que evidenciam a dedicação para êxito do Proged. Dentre essas regras, destacamos:

- Portaria n.º 162-S, de 8 de abril de 2019 – designa servidores como membros representantes da Seger no Comitê Gestor do Proged.
- Instrução de Serviço n.º 027/2009-P, de 14 de agosto de 2009 – designa servidores para representar o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo (Prodest) no Comitê Gestor do Proged.
- Portaria n.º 05-R, de 5 de maio de 2015 – modifica os prazos de guarda na fase intermediária dos documentos financeiros classificados sob os códigos listados a seguir, do anexo I, da Portaria n.º 17-R, de 15 de março de 2007, que consiste no Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade

dos documentos relativos à atividade-meio da Administração Pública do Estado do Espírito Santo;

- Portaria n.º 16-R, de 21 de setembro de 2016 – a Seger estabelece a obrigatoriedade de uso da funcionalidade Boletim Eletrônico do Sistema Eletrônico de Protocolo (SEP) pelos órgãos da administração direta, indireta e fundacional, a partir de 3 de outubro de 2016, para o registro eletrônico do trâmite de processos.
- Portaria n.º 782-S e 783-S, de 26 de setembro de 2016 – Portaria 782-S institui o Grupo Técnico de Trabalho para atualização do Manual de Gestão Documental e Portaria n.º 783-S, de 26 de setembro de 2016, que institui o Grupo Técnico de Trabalho para atualização do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos relativos às atividades meio da administração pública estadual.
- Decreto n.º4410-R, de 18 de abril de 2019 – dispõe sobre o uso do meio eletrônico e não presencial para a interação do cidadão com o Estado e a realização de processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Estadual.
- Decreto n.º 4411-R, de 18 de abril de 2019 – institui o Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos Eletrônicos (e-Docs)
- Portaria n.º 11-R, de 3 de maio de 2019 – dispõe sobre as competências e a implementação do Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos Eletrônicos no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado, dos procedimentos a serem adotados para utilização da ferramenta e dá outras providências.
- Portaria n.º 111-S, de 8 de maio de 2019 – designa os servidores para representar a Secretaria de Estado de Controle e Transparência no Comitê Gestor do Proged
- Portaria n.º477-S, de 27 de agosto de 2018 – reconstitui Grupo Técnico de Trabalho do Programa de Gestão

Documental (Proged) para atualização do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos.

- Observamos que as portarias, decretos e instruções são as ações regulamentadoras e profissionais na administração pública, indicando transparência e decisões para que programas, projetos e ou outras ações se desenvolvam, demonstrando o zelo da coisa pública. São essenciais para que se concretizem de forma holística os planejamentos dos escalões superiores por meio de ferramentas que serão implantadas por setores capilares da administração.

Ressaltamos ainda que as referidas atualizações são fruto de uma crítica apresentada no artigo anterior, cujo título “Uma política pública informacional em arquivos: a atuação do Apees”, dentre outras que foram atendidas, demonstrando seriedade e compromisso com a documentação, a informação e a transparência pública através de decisões que visam ao retorno social.

Uma outra alteração do Proged foi a reestruturação do Manual de Gestão de Documentos, tornando-o informativamente mais robusto quanto a procedimentos, não se limitando a um manual que versa apenas aos procedimentos protocolares. Apresenta metodologia de rotinas de trabalho quanto à gestão documental e diretrizes gerais das ações para tratamento técnico e a organização da informação além da fundamentação legal.

As ações das comissões de avaliação de documento

Nesta seção, apresentaremos a análise das listagens de eliminação enviadas ao Proged, que foram enviadas por meio de processos ao Apees para aprovação dos descartes após a avaliação na gestão documental.

As cópias das listagens do período a partir de 2013 até 2019 foram capturadas no portal do Proged, essas listagens encontram-se arquivadas no Apees, e os processos para eliminação foram

submetidos à avaliação da Coordenação de Gestão de Documentos (Coged) e ao diretor-geral para serem aprovados.

Durante a análise dos editais, detectamos um total de 40 documentos. Foram excluídos três (3) editais da Secretaria de Educação (Sedu), dois (2) da Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades) e um (1) da Imprensa Oficial do Espírito Santo (DIO) pelo fato de não terem sido disponibilizados nem no site do Proged, nem das próprias instituições as respectivas listas de eliminações contendo a mensuração dos documentos descartados.

A Tabela 1 contém os editais das instituições do Governo do Estado do Espírito Santo que eliminaram documentos no período de 2013-2019.

Tabela 1 – Número de editais publicados pelo executivo estadual

| ÓRGÃOS PÚBLICOS | SIGLA | CARACTERÍSTICA INSTITUCIONAL | N.º DE EDITAIS |
|---|--------------|-------------------------------------|-----------------------|
| ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | APEES | ADM. INDIRETA | 01 |
| COMPANHIA DE TRANSPORTES URGANO DA GRANDE VITÓRIA | CETURB | ADM. INDIRETA | 03 |
| DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM DO ESPÍRITO SANTO | DER | ADM. INDIRETA | 02 |
| DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESPÍRITO SANTO | DETRAN | ADM. INDIRETA | 03 |
| FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO | FAMES | ADM. INDIRETA | 01 |
| FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | FAPES | ADM. INDIRETA | 01 |
| INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO | IASES | ADM. INDIRETA | 01 |
| INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO | IDAF | ADM. INDIRETA | 03 |
| INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESPÍRITO SANTO | IPEM | ADM. INDIRETA | 02 |
| INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | PRODEST | ADM. INDIRETA | 01 |
| INSTITUTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR | PROCON | ADM. INDIRETA | 01 |
| PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | PGE | ADM. DIRETA | 02 |
| SECRETARIA DA CASA MILITAR | SCM | ADM. DIRETA | 01 |
| SECRETARIA DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | SEJUS | ADM. DIRETA | 02 |
| SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA | SEAG | ADM. DIRETA | 02 |

| | | | |
|--|--------|-------------|-----------|
| SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | SEFAZ | ADM. DIRETA | 02 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE RECURSOS HUMANOS | SEGER | ADM DIRETA | 04 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO | SEDURB | ADM. DIRETA | 01 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO | SETUR | ADM DIRETA | 01 |
| SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL | SESP | ADM DIRETA | 03 |
| SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | SEASM | ADM. DIRETA | 01 |
| SECRETARIA ESTADUA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS | SEAMA | ADM DIRETA | 01 |
| SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO | SECOM | ADM. DIRETA | 01 |
| TOTAL DE EDITAIS | | | 40 |

Fonte: Programa de Gestão Documental do Governo do Estado do Espírito Santo.

O Governo do Estado do Espírito Santo é composto por 24 Secretarias, 26 Órgãos e Autarquias, além de 5 Empresas Públicas, somando um total de 55 instituições públicas para garantir a governabilidade. Conforme pode ser observado na Tabela 2, desse montante, 23 órgãos realizaram eliminações de documentos, perfazendo um percentual de 50% das instituições. Frisamos ser elevado o número de instituições preocupadas com as políticas de arquivo e com a gestão documental no âmbito governamental espírito-santense.

Tabela 2 – Número de metros lineares eliminado pelo executivo estadual

| ÓRGÃOS PÚBLICOS | SIGLA | CARACTERÍSTICA INSTITUCIONAL | METROS LINEARES |
|---|--------------|-------------------------------------|------------------------|
| ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | APEES | ADM. INDIRETA | 5,88 |
| COMPANHIA DE TRANSPORTES URGANO DA GRANDE VITÓRIA | CETURB | ADM. INDIRETA | 27,30 |
| DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM DO ESPÍRITO SANTO | DER | ADM. INDIRETA | 20,30 |
| DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESPÍRITO SANTO | DETRAN | ADM. INDIRETA | 230,58 |
| FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO | FAMES | ADM. INDIRETA | 142,94 |
| FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | FAPES | ADM. INDIRETA | 82,04 |
| INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO | IASES | ADM. INDIRETA | 8,12 |
| INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO | IDAF | ADM. INDIRETA | 273,00 |
| INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESPÍRITO SANTO | IPEM | ADM. INDIRETA | 58,24 |
| INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | PRODEST | ADM. INDIRETA | 41,72 |
| INSTITUTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR | PROCON | ADM. INDIRETA | 94,36 |
| PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | PGE | ADM. DIRETA | 11,20 |

| | | | |
|---|--------|-------------|-----------------|
| SECRETARIA DA CASA MILITAR | SCM | ADM. DIRETA | 0,14 |
| SECRETARIA DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | SEJUS | ADM DIRETA | 93,38 |
| SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA | SEAG | ADM. DIRETA | 10,64 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | SEFAZ | ADM. DIRETA | 123,48 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE RECURSOS HUMANOS | SEGER | ADM DIRETA | 126,98 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO | SEDURB | ADM. DIRETA | 1,54 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO | SETUR | ADM DIRETA | 0,14 |
| SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL | SESP | ADM DIRETA | 10,50 |
| SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | SEASM | ADM. DIRETA | 7,28 |
| SECRETARIA ESTADUA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS | SEAMA | ADM DIRETA | 8,96 |
| SUPERNTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO | SECOM | ADM. DIRETA | 1,54 |
| TOTAL DE EDITAIS | | | 1.380,26 |

Fonte: Programa de Gestão Documental do Governo do Estado do Espírito Santo.

Com base em pesquisa anterior, publicada no artigo “Uma Política Pública Informacional em Arquivos: A atuação do Apees”, constatamos um aumento substancial de metros lineares de eliminações de documentos. Acreditamos que essa situação é uma evidência do empenho do Apees na gestão documental por meio da Coordenação

de Gestão de Documentos (Coged). Verificamos que essa Coordenação atua na implantação e reestruturação das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos nas instituições do Governo do Estado, revisão do Manual de Gestão Documental, revisão da Tabelas de Temporalidade Atividade Meio e nas Tabelas de Temporalidade Atividade Fim, além da implementação desses instrumentos nas unidades do poder executivo estadual.

O relatório do Apees referente à gestão no ano de 2019 registra que o Coged desenvolveu as seguintes atividades:

- Quatro vistorias técnicas – objeto: contratação de serviços de arquivo e correlatos;
- Classificação de aproximadamente dez caixas de documentos avulsos (recebidos e expedidos) pelo Apees;
- Emissão de 27 pareceres técnicos, sendo eles:
 - Seis aprovações de terceirização de serviços de arquivo e correlatos (Sesa, Idaf, IPAJM, PMES, Seag, DIO);
 - Nove aprovações de Plano de Classificação de Documentos e PCD e Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) das atividades-fim (PMES, Sedurb, PGE, Sesp, Fapes, IPAJM, SCV, Sedes, Ceturb, Secult);
 - Onze aprovações de Eliminação de Documentos (Seger, Fames, Prodest, Sefaz, Setop, Sesp, PGE, Seger, Fapes, Detran, DER).
- Em média, cinco atendimentos diários via telefone, para sanar as mais diversas dúvidas: utilização do sistema e-Docs, organização, classificação e eliminação de documentos;
- Atendimentos contínuos via e-mail;
- Cadastro e Gestão dos Planos de Classificação de Documentos das atividades meio e fim nos sistemas SEP e e-Docs;
- Participação efetiva nas reuniões semanais do grupo de trabalho para desenvolvimento e implantação do Sistema e-Docs;

O relatório menciona ainda que, além das atividades já enumeradas, que ocorrem em razão das demandas provenientes do Proged,

o trabalho da Coged em parceria com o Comitê Gestor do Programa resultou também nas seguintes atividades:

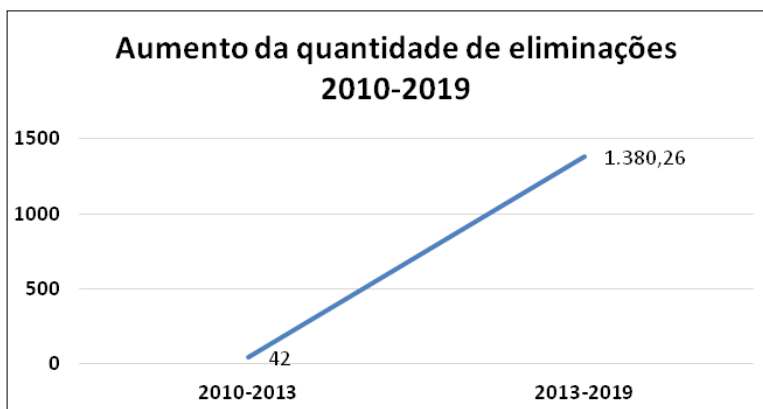
- Quatro reuniões com as Comissões de Avaliação de Documentos (Cads) de todos os órgãos e secretarias, para tratar de assuntos diversos relativos à gestão de documentos;
- Foram realizadas dez reuniões para desenvolvimento e entrega de novas funcionalidades no SEP;
- Capacitação de servidores por meio de cursos voltados para a Gestão de Documentos na Esesp, sendo 560 servidores capacitados;
- Publicação do novo Manual de Gestão Documental do Proged que aconteceu no dia 14 de maio de 2019, no auditório da Seger;
- Atualizações das informações no novo site do Proged;
- Acompanhamento das atualizações das Cads;
- Elaboração de Informativos mensais, com assuntos relacionados à Gestão de Documentos.

Apesar dos esforços e empenhos, é oportuno fazer algumas considerações, quanto às mensurações das eliminações: verificamos nos editais de eliminações a mensuração elaborada de forma inadequada, quanto à quantidade a ser descartada. As medidas utilizadas estão totalmente despadronizadas, porque não estão expressas em metros lineares. Algumas que estão definidas em caixas permitem a conversão e nos dão a possibilidade de redimensionar em metros lineares, mas aquelas que estão expressas em formatos dos suportes e material de acondicionamento, como processos, folhas, avulsos, livros, envelopes e blocos, impedem-nos de fazer uma mensuração mais precisa. Ressaltamos, portanto, que os funcionários que estão próximos a esses documentos deveriam converter em metros lineares a massa documental acumulada, citada em caixas, ou em metros cúbicos e os documentos citados em outros padrões de medidas.

Aconselhamos a utilização das tabelas para a mensuração, conforme sugerem os instrumentos de conversões do Conarq e a

orientação para mensuração dos documentos textuais do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers), disponível no Sistema de Arquivos do Rio Grande do Sul (Siarq-RS).

Gráfico 1 – Aumento da quantidade de eliminações expressas em metros lineares de 2010 a 2020



Fonte: Programa de Gestão Documental do Governo do Estado do Espírito Santo

Verificamos que, na pesquisa anterior já referida (VENÂNCIO; SILVA, 2014), foram analisados 16 órgãos estaduais, que publicaram 36 editais, contendo 42 metros lineares de documentos eliminados. Na pesquisa atual, analisamos 23 órgãos públicos, que publicaram 40 editais, contendo 1.380,26 metros lineares de documentos descartados. Mesmo considerando que as amostragens não estão padronizadas, é importante ressaltar o crescimento aproximado de 3.000% de eliminações, aumento que atribuímos à boa atuação do Coged, uma coordenadoria do Apees responsável

[...] pelas atividades arquivísticas internas do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, tais como: organização e arquivamento de documentos correntes e intermediários, elaboração da listagem de eliminação de Documentos em papel, ponto focal

para as questões relacionadas a implantação do sistema e-Docs, dentre outros.

De acordo com a Legislação Estadual e Federal vigentes, compete também ao COGED o assessoramento aos órgãos do Executivo Estadual desde a produção até a destinação final dos documentos por meio das normas e procedimentos do Programa de Gestão do Governo do Estado do Espírito Santo (PROGED), programa coordenado pelo APEES, que conta com um comitê gestor que tem a participação de representantes da SEGER, PRODEST e SECONT. (ESPÍRITO SANTO, 2020, p. 3).

Esclarecemos que, além de manter alta a eliminação de documentos, importa saber se os documentos que ficam para a posteridade, bem como aqueles que estão esperando por uma seleção ou avaliação, encontram-se em condições viáveis de armazenamento e acondicionamento, visando à preservação e acesso à informação neles contidas. Diante das intervenções do Coged, Apees e do Proged, notamos que muito evoluiu a gestão dos documentos do poder executivo estadual e muito se acentuaram as preocupações em relação às políticas de arquivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comentamos, inicialmente, que a avaliação de documentos é um vetor de suma necessidade para benefícios quanto às demandas sociais, porque auxilia na manutenção do fornecimento de informações frente às decisões administrativas visando à governabilidade, contribuindo para a *accountability* e a transparência pública. Mencionamos posteriormente que o ciclo das políticas de implementação, formulação e reprogramação é um aferidor das agendas da política pública arquivística.

A pesquisa desenvolvida tem por objetivo apresentar a política pública arquivística no contexto da política de informação, por meio

da avaliação de documentos, e visa contribuir para a Arquivologia e as instituições que custodiam documentos e geram informações para a governabilidade e para a memória social e individual.

Verificamos, nos dados do Programa de Gestão do Estado do Espírito Santo (2013-2019), uma crescente eliminação de documentos não possuidores de uma carga de memória e testemunhos. Verificamos também que os documentos perenes, identificados após a aplicação da função arquivística de avaliação, ficam salvaguardados e classificados, contribuindo para os ganhos sociais em razão do acesso às informações neles contidos.

Observando a reprogramação como aferidor da política pública, verificamos, em relação à pesquisa anterior sobre a atuação do Apees, que muitas incongruências mencionadas à época foram solucionadas, contribuindo para a preservação de documentos e a recuperação da informação neles contida. O Apees, por meio do Coged, desenvolveu ações para que a legislação fosse alterada. O protagonismo da Seger foi transferido ao Apees, e ações de gestão documental culminaram com o novo *Manual de Gestão Documental*. Foram também revisadas várias Tabelas de Temporalidade meio e fins, também foram reativadas diversas Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos.

Porém, algumas deficiências ainda restaram e são recorrentes, a saber, a falta de padronização na mensuração dos documentos que são identificados nas listas de eliminações, pois nenhum dos editais e suas listagens de eliminações empregaram a mensuração em metros lineares, unidade padrão da Arquivologia. Para quantificar processos, manteve-se o uso de unidades, tais como envelopes, pastas, avulsos, o que dificulta sobremaneira a mensuração documental.

Sugerimos que sejam rejeitadas listagens de documentos com a metragem não usual, enviadas pelos órgãos públicos do poder executivo estadual, e que, somente após ajustes e posterior a correção, sejam aceitas. O próprio Setor que lista processos para as eliminações tem condições de medir em metros cúbicos ou mesmo em caixas, mas não quem recebe essa medição; por estar distante dos documentos,

é impossível saber o número de páginas de cada processo, o número de folhas dentro de cada envelope e a dimensão numérica dos documentos avulsos.

REFERÊNCIAS

BRAMAN, Sandra. Defining information policy. **Journal of Information Policy**, Texas, v 1, p. 1-5, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281600906_Defininginformationpolicy. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRAMAN, Sandra. **Information, policy, and power**. Cambridge: MIT Press, 2006.

COUTURE, Carol. **Les Fonctions de L'Archivistique Contemporaine**. Presses de l'Université du Québec, 1999a.

COUTURE, Carol. L'évaluation des archives: État de la question. **Archives**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 3, 1996-1997. Disponível em: https://www.archivistes.qc.ca/revuearchives/vol28_1/28-1-ducharme-couture.pdf. Acesso em: 19 dez. 2019.

CHOO, ChunWei. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. 3. ed. São Paulo: Senac, 2011.

CORSINO, Maria de Fátima da Silva. O papel e a importância da comissão permanente de avaliação de documentos de arquivos no âmbito da Administração Pública do Estado de Minas Gerais. **Revista Digital da Gestão Pública – UNIBH**, 1º e 2º sem. 2007.

DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. **Encyclopedia of archival science**. Maryland: Rowman & Littlefield, 2015.

ESPÍRITO SANTO. **Manual de Gestão documental do Estado do Espírito Santo**. 2. ed. Vitória, ES: Apees: Seger: Secont: Prodest, 2019. Disponível em: https://proged.es.gov.br/Media/Proged/Documentos/Geral/Manual_Proged_2019.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

ESPÍRITO SANTO (APEES). **Relatório de Gestão referente ao ano de 2019**. Espírito Santo, 2019. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relat%C3%B3rios%20de%20Gest%C3%A3o_APEES/Relat%C3%B3rio_Gest%C3%A3o_2019.pdf. Acesso em: 12 de set. 2020.

ESPÍRITO SANTO (APEES). Decreto 2270-E, 24 nov. 1981. Institui o Sistema Estadual de Arquivos e Comunicações Administrativas (SIAC).

FERREIRA, Emanuelle Geórgia Amaral; SANTOS, Elisete Sousa; MACHADO, Miriam Novaes. Política de informação no Brasil: a lei de acesso à informação em foco. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, 1 – 13, mar. 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/luiza/Downloads/16940-Texto%20do%20artigo-48044-1-10-20200123%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/luiza/Downloads/16940-Texto%20do%20artigo-48044-1-10-20200123%20(3).pdf). Acesso em.: 15 dez. 2020.

HAM. F. Gerald. The Archival Edge. **The American Archivist**, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 5, 1975. Disponível em: <https://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.38.1.7400r86481128424>. Acesso em: 25 jun. 2019.

INDOLFO, Ana Celeste. **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2013.

INDOLFO, Ana Celeste. **Gestão de documentos**: conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

MUNDET, José Ramón Cruz. **Manual de archivística**. 4. ed. Madrid: Fundación Fermán Sánchez Ruipérez, 2001.

SHAFFER, Elizabeth. Information Policy. *In*: DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. **Encyclopedia of archival science**. Maryland: Rowman & Littlefield, 2015. p. 233-236.

SILVA, Luiz Carlos da. **Desafios da implementação da política pública de arquivos**: as funções arquivísticas e o acesso à informação na prefeitura municipal de Vitória, ES. 2020. 263f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

SILVA, Luiz Carlos da; VENÂNCIO, Renato Pinto. A política de arquivo como política de informação: ações de avaliação de documentos de arquivo na prefeitura de vitória, ES. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ENANCIB, 20., 2019, Florianópolis – SC. **Anais** [...]. Florianópolis, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/122618>. Acesso em: 7 ago. 2020.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., jul. 2006, Porto Alegre – RS. **Anais** [...]. Porto Alegre – RS, 2006. Disponível em: <https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/05/as-politicas-publicas-de-arquivo.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

VENANCIO, Renato Pinto; SILVA, Luiz Carlos. Uma Política Pública Informacional em Arquivos: A atuação do APEES. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E

BIBLIOTECONOMIA, ENANCIB, 15., 2014, Belo Horizonte - MG.
Anais [...]. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2711?show=full>. Acesso em: 27 jul. 2020.

Parte 2:
Estudos sobre
organização,
difusão e
recuperação da
informação e do
conhecimento

Capítulo 4

*A efetividade da
difusão da informação
e do conhecimento
em saúde: discussões
acerca da importância
de identificação do
perfil cognitivo de
populações e indivíduos*

Margarete Farias de Moraes

Dante Augusto Galeffi

Maria Giovana Soares

RESUMO

A difusão da informação e do conhecimento pode ser um importante processo para auxiliar o sistema de saúde a focar mais na promoção da saúde e prevenção de doenças, na medida em que potencializa indivíduos a decidirem por atitudes que diminuam riscos de doenças e aumentem a qualidade de vida. Entretanto, a literatura, apesar de já discutir a eficácia dessas ações, não aprofundou estudo para identificar intervenções com melhores resultados. Considerar crenças e valores do público-alvo pode ser importante para que as abordagens sejam adequadas e os resultados atingidos. Este estudo apresenta resultados completos de uma pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC/UFBA). O estudo pretendeu identificar correlação entre crenças e valores sobre informação e conhecimento em saúde de indivíduos, com seu estilo de vida e a sua predisposição em mudá-lo. O estudo dialogou com o Modelo Cognitivo e Transteórico. É uma pesquisa aplicada e descritiva, de abordagem quali-quantitativa, que operou com procedimento de levantamento de dados. O método de coleta desses dados consistiu em envio de questionário eletrônico, anônimo e objetivo sobre estilo de vida, pré-disposição para mudá-lo, autoeficácia e crenças e valores sobre informações e conhecimento em saúde. Foram respondidos 4.374 questionários. Total de 7,88% dos enviados, entre abril e junho de 2019. A análise dos resultados indicou que os indivíduos com melhor estilo de vida apresentavam maior predisposição em mudá-lo, apresentaram 4,46% de crenças de baixa expectativa, ou seja, 49% a menos que o primeiro grupo, com um índice de correlação negativa de $-0,93$.

Palavras-chave: Difusão da informação e do conhecimento em saúde. Promoção em saúde. Estilo de vida. Educação em saúde.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados completos de uma pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC) da UFBA, entre julho de 2018 a julho de 2019. A ideia foi tentar anunciar a necessidade de uma abordagem multirreferencial sobre a questão saúde e a difusão de informação e conhecimentos sobre essa temática. A intenção baseou-se em dois pontos. O primeiro é que, quando estamos diante de situações de crise, não adianta olharmos em uma direção ou através de uma única lente. Crises decorrem de disfuncionalidades sistêmicas, e é o que observávamos antes da atual crise sanitária e muito mais agora em plena pandemia.

O segundo é que saúde, a partir dos conceitos assumidos por esta pesquisa, por si só, não é uma questão da medicina ou de enfermagem exclusivamente, referências de conhecimentos e prática no sistema. A questão saúde, da forma como hoje a entendemos e diante de seus resultados insatisfatórios em suas diversas camadas, representações e interessados, nenhum conhecimento isolado poderá dar conta do entendimento do problema e encaminhamento das soluções.

Problemas simples, específicos e localizados podem arregimentar poucos conhecimentos, entretanto, problemas ou conjunturas complexas requerem análises e encaminhamentos multirreferenciais de conhecimento. Problemas complexos precisam ser abordados com dinâmicas e articulações complexas. Articulação de conhecimento, políticas, tecnologia, práticas, necessidades, problemas e, consequentemente, soluções e encaminhamentos.

A crise sanitária que o mundo viveu em 2020 e ainda está vivenciando em 2021, protagonizada pelo vírus Covid-19, coloca em evidência a emergência de se discutir a qualidade das políticas públicas e dos serviços de saúde, além de melhor entendermos seus impactos nos diversos aspectos da nossa vida em sociedade, como o econômico, o científico e o sociocultural.

O sistema ou o complexo da saúde nos últimos anos, por suas características e lógica de funcionamento, configura-se como um grande indutor de desenvolvimento econômico e científico, com grande dinamismo nas áreas de informação, conhecimento e inovação (GADELHA; TEMPORÃO, 2018, p. 1892). Conjuntamente a isso, constata-se que hoje a saúde e o bem-estar de uma população são essenciais para o desenvolvimento econômico e social de suas nações (OMS, 2010, p. xi).

Neste contexto e diante dos resultados questionáveis atuais do sistema de saúde, como governos e iniciativa privada podem contribuir para melhor gestão desse sistema, no sentido de uma maior efetividade e equidade? Existem muitas respostas possíveis, mas, no que tange ao interesse desta pesquisa, planejar ações de promoção da saúde e prevenção de doenças é um caminho viável.

Quando pensamos em promoção de saúde e prevenção de doenças nos remetemos quase que imediatamente às doenças crônicas (doenças cardiovasculares, diabetes, câncer, doenças respiratórias crônicas, entre outras), pois são responsáveis pela maioria das mortes no Brasil, além de demandarem mais pelos serviços assistenciais de saúde de todos os níveis. Em 2015, doenças cardiovasculares, como câncer, diabetes, cirrose e outras doenças hepáticas e doenças respiratórias crônicas, foram responsáveis por 66,36% das mortes no Brasil. Sendo somente as doenças cardiovasculares responsáveis por 31,24% do total de mortes nesse ano (SOUZA *et al.*, 2018, p. 1741-1742).

Estudos recentes em bancos de dados públicos, como o do IBGE e da Agência Internacional de Pesquisa em Câncer da OMS, revelaram que, no ano de 2012, 26,5% de todos os casos de câncer (114.497 casos) e 33,6% de todas as mortes por câncer no Brasil (63.371 mortes) poderiam ter sido evitados com mudança do estilo de vida dos brasileiros (REZENDE *et al.*, 2017, p. 148). Maus hábitos de vida são pano de fundo para as doenças crônicas. Um estilo de vida saudável é a grande chave para prevenir doenças e melhorar a efetividade dos tratamentos da maioria delas.

Na promoção da saúde, considera-se aspectos comportamentais, de estilo de vida, além das condições socioambientais pessoais e profissionais desses indivíduos (KESSER *et al.*, 2018, p. 2). As intervenções educativas são parte integrante e fundamental da promoção da saúde e se caracterizam quando indivíduos e populações se apropriam de conhecimentos necessários para prevenirem, controlarem e tratarem doenças, levando-os a uma maior qualidade de vida e saúde.

Como intervenções educativas, podemos considerar desde difusão da informação e do conhecimento em saúde para populações, passando por intervenções estruturadas educativas até monitoramento de personalidade de atingimento de metas em saúde, podendo ser planejados por profissionais, instâncias governamentais, associações civis e serviços de saúde.

A difusão de informação e do conhecimento em saúde, intervenção alvo deste estudo, no contexto das ações de promoção em saúde, ajuda indivíduos a identificar o que fazer para melhorarem seu estilo de vida e adquirirem hábitos mais saudáveis, como a importância da atividade física, de uma dieta balanceada, da administração do estresse, de pararem de fumar e de diminuir a ingestão de álcool.

Com os avanços tecnológicos, a difusão da informação e do conhecimento em saúde com base na web tem sido reconhecida como um salto significativo nos processos de Educação em Saúde para mudança de estilo de vida e, conseqüentemente, na prevenção de doenças crônicas (JAHANGIRY *et al.*, 2014, p. 2). Nesse sentido, a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS) tem como uma de suas diretrizes, além de outras coisas:

Estímulo a soluções de saúde digital de alto impacto para intervenções comunitárias, de forma a ampliar a cobertura de promoção da saúde para grupos vulneráveis e outros grupos priorizados. Promoção, por gestores de saúde públicos e privados, da alfabetização digital em saúde (educação em saúde digital), de forma atuar sobre os determinantes sociais da saúde, a possibilitar que

o usuário utilize as soluções digitais e usufrua de seus benefícios no cuidado de sua saúde e de seus familiares (BRASIL, 2021, p. 8).

Para esta pesquisa, considera-se difusão da informação, o fornecimento de informações por meio de canais formais de comunicação ou por meio de produtos e serviços de informação, para fins diversos (IBICT, 2014, p. 86). Por difusão de conhecimento, podemos entender como o compartilhamento de conhecimentos de uma comunidade de conhecimento específica para uma outra comunidade que irá usá-lo para transformação de suas vidas ou rotinas. Seria a sistematização da distribuição irrestrita de conhecimentos entre comunidades científicas e não científicas, enfraquecendo barreiras, sejam elas quais forem, para que conhecimentos produzidos em qualquer circunstância possam ser compartilhados pelos interessados direta e indiretamente (BURNHAM, 2016).

O sistema de saúde, por meio de suas instâncias fundamentais, como as instituições de saúde, sejam de assistência, pesquisa e controle, é um ambiente produtor de informações e conhecimentos valiosos para sua autogestão, como também para possível uso em ações de promoção de saúde e prevenção de doenças de populações e indivíduos.

A questão que se coloca para esta pesquisa é o quanto que as ações de difusão da informação e do conhecimento em saúde são efetivas para as mudanças de estilo de vida tão desejadas, principalmente em populações díspares, como as em situações de vulnerabilidade, analfabetos ou analfabetos funcionais, fragilidades mentais, doentes crônicos, entre outros.

Profissionais de saúde e outros envolvidos, atuantes na prevenção e tratamento das doenças crônicas, muitas vezes não são capazes de identificar previamente os limites dessa intervenção até que elas se concretizem. Resultados não efetivos das ações de difusão podem retardar tratamentos, provocar iatrogenias, desperdiçar recursos e tempo, além de frustrar pacientes, profissionais, gestores e governos.

Em revisão bibliográfica realizado na plataforma Medline, com os descritores “mudança de estilo de vida” e “síndrome metabólica”, estratificado por ensaios clínicos randomizados, no intervalo entre 2015 e 2016, sem restrição geográfica, resultou em 37 artigos, que apontaram as intervenções educativas, como difusão de informação e conhecimento, como 3º no ranking de intervenções de saúde bem-sucedidas, para mudança de estilo vida e tratamento de doenças crônicas relacionadas ao metabolismo. Os primeiros lugares foram a mudança da dieta e início de atividade física.

Entretanto, nessa revisão, foram constatados que poucos estudos se ativeram ao perfil cognitivo dos indivíduos para receber tais intervenções. Não foi apurado, previamente ao planejamento e aplicação das intervenções de difusão, se aqueles indivíduos apresentavam especificidades cognitivas, de forma a estratificá-los dentro da população e entregar-lhes níveis diferenciados de organização e profundidade de informação, conhecimento, de estratégias e de canais/veículos.

Consideramos que seria mais efetivo se o planejamento destas intervenções fosse baseado no perfil da população a ser atingida não só no perfil socioeconômico, mas também, e principalmente, baseado no perfil cognitivo dos indivíduos. Entretanto, estudos de avaliação do perfil cognitivo de pacientes ou público-alvo têm recaído sobre os idosos. O interesse dessas investigações foi motivado por questões práticas da assistência, pois, ao envelhecer, os indivíduos tendem a apresentar déficits cognitivos, principalmente em um de seus fundamentais elementos, a memória.

As ciências cognitivas têm uma longa história no século XX e objetivam compreender a cognição, que é a capacidade humana de aprender, capacidade essa que se inicia ao nascer e perdura enquanto a vida pulsar. As ciências cognitivas buscam compreender os processos relacionados à aquisição de conhecimento pela mente por meio dos órgãos sensoriais como a “percepção, memória, pensamento e linguagem” (CASTAÑON, 2018). Engloba vários ramos do conhecimento, como “neurociência, psicologia cognitiva, inteligência artificial,

filosofia da mente” (CASTAÑÓN, 2018, p. 15), dentre outras. Cada uma em sua peculiaridade busca compreender o intrigante processo de aprender do ser humano. São disciplinas que refletem diversas abordagens das ciências cognitivas, que, por sua vez, contribuíram para sua evolução epistemológica e a compreensão da mente humana.

O Cognitivismo e o Conexionismo são vertentes mais tradicionais das Ciências Cognitivas, a primeira visualiza a mente como uma máquina, que age como um computador, a mente é abstrata e desconecta do mundo, pois não são consideradas as suas “interações mundanas” (BARBOSA; FERREIRA; SANTOS, 2019). A segunda refere-se à mente como conexões neurais, visto que engloba o processamento de informação por meio da relação de “unidades processadoras” que enviam sinais para outras frações cerebrais, “constituindo uma rede de unidades conectadas, as redes neurais” (WEITHAN, 2012, p. 986).

Vertentes mais atuais como a Biologia do Conhecer (MATURANA; VARELA, 2007) a Psicologia Cognitiva (EYSENCK; KEANE, 2007) e a Cognição Social (GARRIDO; AZEVEDO; PALMA, 2011) investigam a cognição humana de forma mais integrada, considerando o indivíduo em seu ambiente sociocultural.

Diversos autores evidenciam a forte conexão das Ciências Cognitivas e a Ciência da Informação, fato marcante no paradigma cognitivo proposto por Capurro (2003), como um dos modelos que contribuiu para a evolução epistemológica da Ciência da Informação e o surgimento de novos estudos nessa área. Varela e Barbosa (2016) corroboram ao enfatizarem a relação da Ciência da informação e das Ciências Cognitivas para entender os fatos informacionais e sociais.

Na perspectiva dos estudos de usuários, autores focam na abordagem cognitivista não centrada em um sujeito desconectado do mundo, dotado de estrutura mental apenas para solucionar problemas. Os estudos buscam compreendê-los, respeitando as questões cognitivas e socioculturais desse indivíduo.

Destaca-se como exemplo a pesquisa sobre a cognição distribuída que possibilita “estudar a distribuição social, temporal e por artefatos

dos processos cognitivos durante a produção e o uso da informação e do conhecimento por um grupo de indivíduos” (ROCHA; PAULA; DUARTE, 2016, p. 92).

Na perspectiva dos estudos da apropriação da informação, na qual a gestão da informação considera que os indivíduos devem ter mais protagonismo na recepção, uso e interpretação na informação (MARTELETO, 2010; MARTELETO; COUZINET, 2013 *apud* ARAUJO; VALENTIM, 2019), a difusão da informação em saúde, parte integrante dessa gestão, deve ser pensada a partir da ótica das necessidades e para o perfil cognitivo dos indivíduos alvo.

O perfil cognitivo engloba os estilos de aprendizado, os estilos de raciocínio, comportamento e as múltiplas inteligências possíveis em um ser humano. Seres humanos apresentam formas variadas de percepção da realidade, que, através de uma lente, a qual é muito própria de cada um (suas experiências, perfil cerebral, personalidade, formação etc.), enxergam a realidade, significando-a e, consequentemente, apreendendo dela informações e conhecimentos de uma forma muito afeita a eles próprios.

Nesse contexto, cada indivíduo apresenta um estilo de aprender e colocar em prática conhecimentos adquiridos, seja por meio de difusão de informação e de conhecimento em saúde planejada, seja com as experiências fluidas da vida, boas ou ruins. Para fazer mudanças de estilo de vida, é necessário saber quais novos hábitos adquirir, dessa forma, a mudança de hábitos aciona processos cognitivos, que operam e dão resultados específicos para cada perfil.

Entendendo crenças e valores como categorias importantes do perfil cognitivo, esta pesquisa tem como objetivo identificar correlações entre crenças e valores sobre Saúde e Informação e conhecimento em saúde de indivíduos, com seu estilo de vida e a sua predisposição em mudá-lo.

Como hipótese, acreditamos que os aspectos relacionados às crenças e aos valores, que vão indicar o nível de atenção que os indivíduos darão ao processo de aprendizagem de conhecimentos e práticas

para mudança de estilo de vida, serão relacionados com sua predisposição para mudar e sustentar tais mudanças.

Consideramos que com intervenções de difusão de informação e conhecimento melhor planejadas, com o perfil cognitivo da população identificado e estratificado, poderemos atuar de forma mais contundente na promoção de saúde dos brasileiros, reconstruindo um sistema de saúde que também possa ter a prevenção de doenças e a qualidade de vida como seu epicentro.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Modelo transteórico

Processos de mudança podem ser muito difíceis para uns e nem tanto para outros, principalmente no tocante às mudanças de estilo de vida. As peculiaridades dos indivíduos nos processos de mudança, em termos de gestão da saúde de populações, apresentam para gestores e profissionais de saúde um grande desafio, na medida em que criam uma oposição entre as ações protocolares de promoção da saúde de populações, que apresentam bons resultados até certo ponto, e as demandas e características individuais de cada partícipe dessas ações.

O que faz as pessoas começarem a mudar? O que as motivam a continuar avançando e sustentarem as mudanças? O que as faz não alcançarem seus objetivos de mudança, mesma os desejando muito? Essas indagações nos levam a pensar que talvez a mudança, enquanto processo que merece nosso foco e energia, seja uma jornada, não um destino em si.

A difusão da informação e do conhecimento, não só como estratégia fundamental da promoção em saúde, mas também importante na adesão de tratamentos, faz emergir, para gestão de saúde de populações, a necessidade de enfrentamento da individualidade de forma mais contundente. Desse enfrentamento, depende uma maior

efetividade das ações de Educação em Saúde, principalmente àquelas que objetivam promover mudança de estilo de vida.

Observação e registro de processos de mudança de comportamento em saúde, no contexto de mais de 35 anos de pesquisas, indicaram certo tipo comportamental progressivo ou escalonado, revelando que o processo de mudança em saúde se desdobra em uma sequência de estágios padronizados, que estão relacionados à prontidão de mudança do indivíduo. Na observação do primeiro estágio, constatou-se nenhuma motivação ou até mesmo certa negação na percepção da necessidade de mudar, entretanto, no último estágio, a prontidão foi quase total.

Os estágios referem-se a um conjunto de características de comportamento que se alteram ao longo do tempo, mediante necessidades ou estímulos para mudança. Cada indivíduo apresenta um tempo em cada estágio, mas foi observado que se ofertado apoio monitorado é possível avançar de forma consistente e escalonada. A passagem de um estágio para outro é um caminho que, por vezes, só se alcança com suporte profissional. Se não é possível prever o tempo que cada indivíduo experimenta os estágios de mudança, pelo menos, já se considera que atividades de apoio direcionadas ao seu perfil são importantes para a passagem de um estágio ao outro.

A toda dinâmica observada, comparada e catalogada de como e por que os processos de mudança de comportamento em saúde ocorrem, denominou-se Modelo Transteórico de Mudança de Comportamento. Esse modelo, cristalizado por James Prochaska⁶ e Carlo Di Clemente⁷, na década de 1980, conjugou essas observações às diversas teorias e práticas de psicoterapias de mudança de comportamentos nocivos, disponíveis à época. O Modelo Transteórico de Mudança de Comportamento é construído a partir de quatro pilares teóricos:

6 É professor de Psicologia e diretor do Centro de Pesquisa de Prevenção de Câncer na University of Rhode, Island/EUA.

7 É professor do Departamento de Psicologia da University of Maryland.

os estágios de mudança, o equilíbrio decisional (avaliação de prós e contras), a autoeficácia e os processos de mudança em si (PROCHASKA; VELICER, 1997).

A partir do primeiro pilar, o modelo catalogou cinco estágios sequenciados denominados “Pré-contemplação”, “Contemplação”, “Preparação”, “Ação” e “Manutenção” Indivíduos em “Pré-contemplação” são aqueles que não estão motivados a mudar, por conflitos de crenças e valores sobre o objetivo da mudança ou do processo ou não estão conscientes de seu problema. As pessoas à sua volta identificam problemas e, muitas vezes, isso gera conflitos recorrentes, pois indivíduos nesses estágios geralmente mantêm comportamentos em saúde que trazem problemas para si e para os outros. Autorreconhecendo ou não o problema, esses indivíduos não se motivam ou não conseguem iniciar mudanças necessárias para retorno de uma condição de saúde saudável. Muitos indivíduos nesse estágio podem necessitar de apoio psicoterápico para o autorreconhecimento de que precisam fazer mudanças pelo seu estilo de vida de risco (PROCHASKA *et al.*, 2011, p. 145).

Já os que estão em “Contemplação” estão conscientes de seu problema e vislumbram mudar, o objetivo da mudança produz sentido para ele. Entretanto, mesmo conscientes do problema, não estão conseguindo mudar hábitos, talvez hábitos antigos ainda lhes deem prazer. Em uma avaliação de custo-benefício, os esforços para mudar ainda são vistos como muito custosos, frente ao conforto da não mudança.

No estágio “Preparação”, os indivíduos já iniciaram a mudança de comportamento ou estão muito próximos de fazê-lo e estão no início da aceitação consciente do processo, mas ainda sem resultados, pois deram pequenos passos sem consistência. Apesar de já terem colocado em prática alguma tarefa que melhoraria seus comportamentos nocivos à sua saúde, ainda não a segue com firmeza e constância, de forma a alcançar os resultados esperados.

Os que estão no estágio “Ação” efetuaram a mudança e já conseguem ver os benefícios. Foram capazes de manter os novos hábitos de forma mais consistente. Conseguiram se organizar para facilitação do novo comportamento, alternado rotinas e ambientes. Já experimentam os primeiros resultados da mudança e apresentam compromisso com ela, dispensando energia e foco. Normalmente, nesse estágio, os indivíduos estão sustentando as mudanças por, pelo menos, até seis meses.

Finalmente no estágio “Manutenção”, os indivíduos já conseguiram manter as mudanças por mais de seis meses. Evitam a recaída e trabalham para consolidar os ganhos obtidos com o processo. A mudança de comportamento já o retirou do problema de forma consistente, com baixa possibilidade de recaída, não que ela esteja descartada, porque a recaída é uma sombra constante em todos os estágios, mesmo na “Manutenção”.

O equilíbrio decisional, o segundo pilar teórico, envolve a decisão dos indivíduos em mudar. Sempre há, consciente ou inconsciente, uma ponderação sobre os custos e benefícios da mudança. Para a decisão em mudar, é necessário que os benefícios sejam evidentes e muito positivos, que, quando colocadas em uma balança, eles se sobressaiam na relação às perdas.

Na autoeficácia dos indivíduos em mudanças de vida em geral, como terceiro pilar teórico do modelo, é importante entender que personalidade, experiências passadas, autoestima, fragilidades psicológicas e psiquiátricas, crenças e valores, entre outros, podem impactar na predisposição de um indivíduo em sustentar mudanças ao longo do tempo. Assim, mesmo pessoas muito motivadas a mudar hábitos, que tenham ponderado sobre os benefícios da mudança, podem não conseguir sustentá-la e apresentar um comportamento de recaídas, caso ela tenha um perfil de baixa autoeficácia.

A mudança de comportamento em saúde pode trazer sofrimentos provocados pela necessidade de alteração de hábitos muito longínquos na história de vida dos indivíduos, que representam, muitas

vezes, sua própria identidade e a forma como seus relacionamentos o veem. A relação dos indivíduos com sua condição de saúde também interfere na sua decisão em mudar e sustentá-la ao longo do tempo. Muitas vezes, da sua condição de saúde, depende a atenção e cuidados recebidos por parentes e amigos, com isso, tomar a decisão em mudar pode acarretar perdas emocionais que nem sempre os indivíduos estão em condição de experimentar.

Sobre o quarto pilar, a estruturação do processo em si, é necessário que haja um planejamento, a partir do perfil do indivíduo e em que estágio ele se encontra, de um processo de auxílio à mudança de forma estruturada, monitorada e com resultados avaliados continuamente. Isso se dá porque foi constatado que mudanças de estilo de vida são muito difíceis de serem alcançadas de forma aleatória e autônoma, sem um processo planejado e monitorado.

Para a coleta de dados desta pesquisa, produziu-se um questionário com base nos estágios de mudança de comportamento em saúde e autoeficácia. O questionário de coleta pretendeu inquirir ao respondente sobre seu estilo de vida, em que estágio de mudança ele estaria e sua autoeficácia para mudanças de vida em geral.

Modelo cognitivo

A forma como os indivíduos percebem si mesmos, os outros e a realidade à sua volta impacta sua compreensão do ciclo e dos acontecimentos da vida e, conseqüentemente, sua capacidade cognitiva, principalmente quando há necessidade de mudar um estilo de vida de risco. Reportando essa constatação para dimensão da saúde, uma condição específica de doença, a realidade do sistema de saúde no qual está inserido, sua relação com seus cuidadores etc. devem ser levadas em consideração nas ações de Educação em Saúde.

Indivíduos com um dos sentidos comprometidos por alguma condição de saúde não percebem a realidade da mesma forma que outros sem a mesma condição. Assim como indivíduos que já sofreram

muito por sequelas graves e debilitantes também não podem ter sua percepção do mundo e, conseqüentemente, sua forma de absorção de um conhecimento equiparadas à de um indivíduo sadio. Por vezes, esse sofrimento lapida sensibilidades e, por vezes, endurecem-na. A história de vida de cada um produz, de forma peculiar, crenças e valores sobre a saúde e tudo que a ela esteja relacionado.

O conceito de crenças e valores e seu impacto na mudança de comportamento, utilizado para este estudo e que se relaciona com a atenção/foco e a percepção da realidade do perfil cognitivo dos indivíduos, teve como base o do Modelo Cognitivo, que subjaz as teorias e práticas da Terapia Cognitiva-Comportamental. De acordo com esse modelo, “as emoções, os comportamentos e a fisiologia de uma pessoa são influenciados pela percepção que ela tem dos eventos” (BECK, 2013, p. 50).

O Modelo Cognitivo indica que não é necessariamente a situação que afeta e faz as pessoas sofrerem, mas a sua interpretação sobre o evento é que provoca um desencadeamento de pensamentos, emoções e comportamento disfuncionais ou desproporcionais ao fato real. Quando o indivíduo interpreta a realidade, ele parte de seus próprios pressupostos, ou seja, suas crenças e valores relacionadas à situação enfrentada, dessa forma, essa relação entre o mundo externo e o interno gera pensamentos sobre a situação vivida. Os pensamentos gerados dessa interação vão desencadear reações emocionais, comportamentais e fisiológicas. Esse conjunto de reações dão ao indivíduo a certeza de que sua conclusão sobre a realidade é verdadeira, tamanha a intensidade de sensações experimentadas por ele.

Tais pensamentos muitas vezes são automáticos e não necessariamente resultantes de processos reflexivos racionais. São espontâneos, breves e imperceptíveis. Suas reações emocionais, fisiológicas e comportamentais são mais facilmente reconhecidas do que eles próprios (BECK, 2017, p. 51). Esses pensamentos e a sequência de reações a partir deles podem impactar seriamente na cognição dos indivíduos e conseqüentemente nos processos de mudança de estilo de vida.

Indivíduos, no enfrentamento da necessidade de aprender novos hábitos, interpretam a realidade, de acordo com suas crenças e valores, inclusive sobre a sua própria saúde. Se suas crenças e valores sobre o tratamento, os conhecimentos em saúde, a sua capacidade de fazer mudanças e, até mesmo, a importância de ser saudável não forem positivas ou favoráveis à mudança, a probabilidade de as ações de Educação em Saúde não serem efetivas é grande.

Por isso, é importante observar também que um pensamento disfuncional é comum em todas as pessoas que apresentam transtornos psicológicos. Seu sentimento de sofrimento e comportamento não funcional ou que visivelmente o prejudique, na maioria dos casos, advêm de suas crenças específicas sobre o mundo, sobre os outros e sobre si mesmo. De acordo com Beck (2013, p. 22), nossas emoções e comportamentos são, em grande medida, derivados de nossas próprias crenças e valores.

CATEGORIAS OPERATIVAS DA PESQUISA

Crenças e Valores

Seres humanos apresentam formas variadas de percepção da realidade, que, através de uma lente, a qual é muito própria de cada um (suas experiências, perfil cerebral, personalidade, história de vida, escolarização etc.), enxergam a realidade, significando-a e ressignificando-a continuamente e, conseqüentemente, apreendendo dela informações e conhecimentos de uma forma muito afeita a eles próprios.

Neste contexto, cada indivíduo apresenta um estilo de aprender e colocar em prática conhecimentos adquiridos, seja por meio de processos educativos estruturados e com intenção de resultados pré-estabelecidos, seja com as experiências fluidas da vida, boas ou ruins. Como seres aprendentes, ao caminhar para o desenvolvimento de suas vidas, os indivíduos constroem a si ao mesmo tempo que tateiam

o mundo e, a partir disso, reconstróem-se, em um fluxo contínuo de ser aprendendo e aprender sendo.

Para fazer mudanças de estilo de vida, é necessário saber quais novos hábitos adquirir. Dessa forma, a mudança de hábitos aciona processos cognitivos, que operam e dão resultados para cada perfil, socioeconômico, epidemiológico, psicológico, biológico e, consolidando tudo isso, o cognitivo.

Sobre perfil cognitivo dos humanos, é importante entender as partes que o compõem, como a linguagem, a memória, a razão, juízos e o nível de atenção ou foco e a percepção da realidade (LAKOFF; JOHNSON, 1999). Para Eysenck e Keane (2007), em um exercício de decompor as partes da cognição humana, encontraríamos a “percepção visual e atenção”, a “memória e conceitos”, a “linguagem” e o “pensamento e raciocínio”. Para esta pesquisa, identificamos que as crenças e valores estão de certo modo entre a percepção da realidade e juízos e pensamento, pois esses aspectos influenciam a tomada de decisão das pessoas em fazer mudança de estilo de vida. A decisão de mudar passa pela percepção de que existe uma necessidade e pela decisão de se focar nos processos de mudança.

No que tange ao perfil cognitivo, para o processo de aprendizagem de mudança de estilo de vida, é importante discorrer sobre alguns aspectos ou dimensões. O primeiro é a forma como os indivíduos percebem a sua realidade e condição de saúde, a realidade do sistema de saúde no qual está inserido e a sua relação com seus cuidadores. Indivíduos com um dos sentidos comprometidos por alguma condição de saúde não percebem a realidade da mesma forma que outros sem a mesma condição, por exemplo.

Assim como indivíduos que já sofreram muito por sequelas graves e debilitantes de sua condição de saúde também não podem ter sua percepção do mundo e, conseqüentemente, sua forma de absorção de um conhecimento equiparadas à de outro indivíduo sadio. Por vezes, esse sofrimento lapida sensibilidades e, por vezes, endurece-as. Não há como prever quais efeitos psicossociais das doenças graves e/

ou debilitantes na forma de percepção da realidade nos indivíduos. Nesse sentido, também é importante levar em consideração os tipos de inteligência de cada um.

Um segundo e não menos importante aspecto, a memória, seja de curto ou longo prazo, é fundamental para a codificação, classificação, armazenamento e recuperação de informações e conhecimento. Ela difere entre os indivíduos, sadios e doentes. Muitas vezes, a própria condição de saúde debilita e diminui a memória ou, mesmo, o estado de estresse, que algumas condições de saúde ou tratamento provocam, pode impactar na memória dos indivíduos.

Como um terceiro aspecto a ser tratado na investigação do perfil cognitivo das populações é a linguagem. Como a expressão de pensamentos e sentimentos, a linguagem deve ser considerada em duas perspectivas. Uma para escolha adequada de veículos e formatos, que contenham linguagens adequadas para os diversos indivíduos e suas necessidades, mas voltados para métodos de comunicação. E outra, no entendimento do quanto certos indivíduos, principalmente em certas condições de saúde, necessitam interagir e expressar-se no processo de aprendizagem. A interação humana, demandada pelo processo de Educação em Saúde em alguns momentos, vai se utilizar da linguagem como meio fundamental, verbal e não verbal.

A quarta e última questão é o nível de atenção de cada indivíduo, no que se refere aos conhecimentos sobre saúde, no caso, prevenção de doenças e mudança de estilo de vida. Nesse sentido, é importante avaliar se a saúde é um valor para o indivíduo-alvo de uma intervenção educativa. Sem a devida importância, a saúde pode ser um aspecto na sua vida que não requeira sua atenção prioritária. Quando indivíduos não dão atenção a determinado conteúdo de saúde, não o focam, o aprendizado não se realiza e, conseqüentemente, a mudança de estilo de vida também não.

Para esta pesquisa, os aspectos relacionados às crenças e aos valores, que vão indicar a percepção da realidade da condição de saúde e o nível de atenção que os indivíduos darão ao processo de

aprendizagem de conhecimentos e práticas para mudança de estilo de vida, serão relacionados com sua predisposição para mudar e sustentar tais mudanças.

Para esta pesquisa, estamos assumindo como sinônimos de crenças e valores os termos: verdades pessoais, crenças culturais, modelos mentais, conceitos pessoais, verdades mentais, entre outros. Não se pretendeu diferenciar crenças e valores pessoais com as coletivas ou culturais, pois entendermos que ambas se processam no âmbito mental dos indivíduos, inclusive nem eles próprios possuem clareza da distinção entre as duas, tamanha interação entre a construção da individualidade com as relações sociais e o meio. O que importou para caracterizar o conceito de crenças e valores foi o impacto delas no comportamento ou na motivação de mudá-los e sustentá-los, independentemente se absorvida socialmente ou produzido exclusivamente pela mente dos indivíduos.

Para compreensão de como essas crenças e valores são produzidas, buscamos o conceito de homeostase apresentado por Damásio (2018), que incluiu a história da cultura humana no contexto biológico natural, dando uma maior dimensão da homeostase no desenvolvimento biológico e cultural humano. Para ele:

A homeostase guiou de modo não consciente e não deliberado, sem nenhum desígnio prévio, a seleção de estruturas e mecanismos biológicos capazes não só de manter a vida, mas também de promover a evolução de espécies encontradas nos diversos ramos da árvore evolucionária. Essa concepção, a que mais condiz com as evidências físicas, químicas e biológicas, é notadamente diferente da concepção convencional e mais pobre da homeostase, que se limita à regulação equilibrada da vida. A meu ver, o inelutável imperativo da homeostase é o governador onipresente da vida em todos os seus aspectos. A homeostase vem sendo a base do valor na seleção natural, a qual, por sua vez, favorece genes – e, conseqüentemente, os tipos de organismos – que apresentam

homeostase mais inovadora e eficiente. O desenvolvimento do aparelho genético, que ajuda a regular a vida no nível ótimo e a transmiti-la aos descendentes, não é concebível sem a homeostase (DAMASIO, 2018, p. 36).

Nesse sentido, para Damásio (2018), a homeostase é a grande catalisadora que propulsionou as culturas humanas, considerando um elemento fundamental para tal os sentimentos humanos, que são, a princípio, elementos mais recentes compondo a homeostase humana, a qual também evoluiu e sofisticou-se ao longo do tempo. Essa sofisticação homeostática produziu nossa capacidade de resistir e nos projetarmos para o futuro custe o custar, dando-nos certa capacidade de prontidão para situações do agora e do futuro. Uma grade vantagem para sobrevivência e sucesso na nossa empreitada de crescimento enquanto espécie.

Em complexos processos neurais e bioquímicos, seres humanos possuem como se fossem duas varreduras simultâneas, uma interna, como um vigilante da ordem interna de órgãos, tecidos, invasores etc., e outra externa, mapeando, por meio dos cinco sentidos, o mundo mediamente exterior ao corpo. Com a combinação dessas duas fontes de informação, o organismo emite sinais perceptíveis automaticamente de que aquela situação é boa ou não para nós naquele momento, no caso os sentimentos, que, em geral, são reações químicas, muitas vezes com reações fisiológicas intensas. Os sentimentos produzidos pela interação das informações do mundo interno e externo nos dão a exata medida de bem-estar ou mal-estar, do que é bom ou não, na experiência tempo espacial e na rememorada também.

Mas o que significa o bem-estar ou mal-estar? Primeiramente, esse processo repetido à ordem de grandeza inimaginável faz a mente humana aprender e memorizar que determinadas situações provocam bem-estar e outras situações provavam mal-estar, ou seja, boas ou ruins para nós. E segundo, é que esse sinal nem sempre condiz

com a realidade do mundo externo, pois, por muitas vezes, as informações são coletadas de forma incompleta, além de serem filtradas pelas nossas sensibilidades específicas e temporais captadas na varredura sistemática interna do momento (DAMÁSIO, 2018, p. 104). A situação externa pode ser boa, mas percebida como ruim, pois, no processo contínuo das interações do estado interno e da situação externa, cujos sentimentos são bússolas fundamentais, é produzida a mente consciente humana, que é subjetiva e tem o poder de nos dar a dimensão de valência (qualidade ou adequação) da nossa existência no tempo e no espaço.

Entretanto, esse processo não é simples, envolve muitas variáveis e dimensões, “[...] pois as experiências mentais não surgem com base em um mapeamento simples de um objeto ou um evento em tecido neural. Elas surgem de um mapeamento multidimensional do corpo em si, entrelaçadas imperativamente a fenômenos neutros” (DAMÁSIO, 2018, p. 142). Essas experiências mentais não são como fotografias, assemelham-se mais a filmes ainda em construção, pois entram no processo, dando-lhes alta dose de complexidade, o tempo, a memória de situações semelhantes, a memória da ação frente a situações semelhantes, a condição do corpo naquele momento e, não menos importante, o uso dos recursos racionais da mente, quando requeridos, proporcionando certo protagonismo dos indivíduos conscientes no processo.

Não obstante, dependendo da situação ou demanda, por vezes, a complexidade do processo pode gerar múltiplos pensamentos e sentimentos discrepantes entre si e desvirtuar a produção de valência da existência em determinados momentos, provocando confusão e adoecimento mental.

A homeostase, com o recurso fundamental dos sentimentos, como foi dito, gerou uma consciência humana subjetiva e capaz de nos dar a valência de nossa existência no tempo e no espaço. Isso corrobora, do ponto de vista biológico, que cada ser humano “vê o mundo à sua maneira”, literalmente, além da validação de sua

existência no mundo partir dele próprio. Entretanto, se a propriedade homeostática em nós parasse por aí, não teríamos chegado ao nível de avanço científico e tecnológico que chegamos, pois teríamos muita dificuldade em trabalhar colaborativamente ou em confiança, panorama que, provavelmente, não nos permitiríamos chegar no nível civilizatório a que chegamos.

Segundo Damásio (2018), a produção cultural é uma estratégia de sobrevivência desenvolvida no longo processo de evolução cognitivo dos seres humanos, sem a qual teríamos enormes dificuldades em sobrevivermos e proliferarmos, se cada um vivesse conforme seus próprios juízos. Nesse sentido, grupos de humanos produzem “verdades” comuns para colaborarem, na tentativa de atenuarem a subjetividade da consciência humana e garantirem o sentido de valência da trajetória dos grupos, e não só de um elemento da espécie. Essas tais “verdades” podem se traduzir em tradições religiosas, sociais, valores éticos e morais, leis/normas, técnicas, conhecimento, organização social, entre outros.

Diante disso, não importa para esta pesquisa distinguir as crenças e valores individuais das coletivas, não que elas não possam existir, mas é extremamente difícil separá-las, pois, no processo contínuo de produção de valência da trajetória dos indivíduos, ambas são içadas da memória, juntas, alternadas ou concomitantes, gerando pensamentos, sentimentos e impactando comportamentos da mesma forma. Provavelmente, nunca saberemos se as crenças e valores de um indivíduo são próprias, apropriadas, aculturadas, memorizadas, racionalizadas, aprendidas, até que se possa, por um longo período de observação, identificar sua correlação com os seus comportamentos.

Entretanto, curiosamente, a repetição do processo homeostático, que produz a valência das experiências semelhantes e que, a princípio, provocariam sentimentos também semelhantes, passa por um fenômeno de automatização, no qual, experienciando a mesma situação, a valência é produzida, na perspectiva da estratégia do cérebro de economia de energia, sem que possamos perceber o sentimento

em forma de reações químicas ou fisiológicas, produzindo como conceitos mentais sobre a situação, pois:

Conforme experimentamos repetidamente certas situações afetivas, nós as descrevemos em nossas narrativas internas, com ou sem palavras, construímos conceitos em torno delas, diminuímos gradualmente sua intensidade e as tornamos apresentáveis para nós mesmo e para os outros. Uma consequência da intelectualização dos sentimentos é a economia do tempo e da energia necessários para este processo (DAMASIO, 2018, p. 122).

Nesse sentido, o conceito de crenças e valores utilizado para esta pesquisa explica-se pelo processo homeostático multidimensional, que tem o sentimento como bússola fundamental para geração de valência das experiências humanas, dentre elas, as tomadas de decisão. O estado de valência produzido subsidiará, conscientemente ou não, racionalmente ou afetivamente, comportamentos automáticos ou não, diante de situações antigas e novas, no caso desta pesquisa, relacionados com a saúde.

Pesquisas voltadas para entender a representação das condições de saúde dos indivíduos para eles próprios, como os estudos de antropologia da saúde e representação da doença, surgem no Brasil⁸, na década de 1990, e tentaram entender o caráter particular dos indivíduos na vivência de uma doença ou agravo à saúde, onde fatores internos aos indivíduos passaram a ser considerados prioritariamente, como sua forma de ver o mundo, suas experiências de vida, sua personalidade e sua experiência afetiva e psicológica com determinantes fatores externos causadores de doenças, como o cigarro, o

8 Serge Moscovis desponta com estudos de representação social já na década de 1970. Definiu crenças como representações, conceitos, explicações, enunciados compartilhados socialmente e já indicava em suas investigações as relações dessas crenças com as condutas humanas (MOSCOVIS, 1979).

álcool, a higiene, além de sua própria doença instalada. Esses estudos mostraram que condicionantes de risco à saúde e até o próprio adoecimento não representava, de forma homogênea, necessariamente algo negativo para os indivíduos, como o é para os profissionais de saúde (NASCIMENTO, 2005).

Pelo menos nos últimos cinco anos, pesquisas sobre crenças e valores em saúde vêm aumentando consideravelmente, principalmente no âmbito da Medicina do Comportamento. Betancourt e sua equipe da Universidade de La Frontera, em Temuco no Chile, desenvolveu estudo com 237 mulheres anglo-americanas e latino-americanas, no qual foi identificada uma correlação entre a crença das pacientes sobre a postura não empática por parte de médicos, advinda de um histórico de atendimentos negativos, com problemas de continuidade do rastreamento do câncer (BETANCOURT *et al.*, 2015).

Estudo semelhante envolvendo 337 indivíduos adultos, homens e mulheres, pacientes de ambulatórios públicos e privados no interior do Chile identificou relação de suas percepções antecipadas, construídas ao longo de suas experiências em serviços de saúde chilenos, sobre como seriam atendidos pelos médicos e a continuidade do tratamento. Além de outros achados interessantes, a pesquisa apontou uma relação entre as crenças negativas dos pacientes de discriminação pelos médicos, com a baixa adesão e abandono ao tratamento prescrito (RIVERA-BAEZA *et al.*, 2019).

De acordo com o Modelo Cognitivo, as crenças podem ser nucleares e intermediárias. As nucleares seriam aquelas mais basilares que os indivíduos têm sobre si mesmos, sobre o mundo e sobre os outros e são construídas ou aprendidas “por meio de experiências, de interações com os outros, da observação direta e por meio de mensagens explícitas e implícitas dos outros em relação a ela” (BECK, 2013, p. 61). É claro que na perspectiva da produção de valência das experiências dos indivíduos, na qual as crenças se constroem e se revalidam continuamente, estão implicados, em relação ao longo da história de cada um, a genética, a formação familiar, a cultura, as

experiências e o ambiente, impactando na produção dessas crenças nucleares, que influenciarão os comportamentos futuros nos contextos de vida dos indivíduos. Dependendo do perfil biopsicossocial e cognitivo do indivíduo, crenças nucleares tendem a ser de difícil alteração.

Entretanto, de acordo com Beck (2013), os indivíduos podem possuir mais de uma crença nuclear, dependendo de sua história de vida, e que podem ser içadas, de forma consciente, de acordo com o benefício que ela trará na contribuição da decisão de mudança. Isso não quer dizer que sempre haja controle dos indivíduos sobre quais crenças içar para modulação de seus comportamentos, visto que a adversidade e a imprevisibilidade da existência exercem, por vezes, pressão inexorável sobre as decisões e comportamentos dos indivíduos.

As crenças intermediárias, mais facilmente alteradas, são construídas pelo mesmo processo de produção de valência que as nucleares, mas se relacionam aos procedimentos e estratégias mais práticas de como sobreviver em um mundo já dado. As regras, os pressupostos, as atitudes e os hábitos são crenças intermediárias produzidas a partir das estratégias de enfrentamento validadas (BECK, 2013, p. 62). Assim como crenças impactam em comportamentos, estes, uma vez conscientemente alterados, alteram ou revisam as crenças, principalmente e mais facilmente as crenças intermediárias.

Entretanto, é importante ressaltar que o processo de valência é extremamente complexo e envolve muitos elementos, variáveis e direções. Nesse sentido, é temerário afirmar que basta alterar uma crença que um comportamento será alterado automaticamente. Toda essa dinâmica se desenvolve de forma multidimensional e, porque não dizer, multitemporal, considerando o tempo cronológico e o tempo sentido pelos indivíduos. O processo transcorre correlacionando e transladando por sistemas biológicos/neurais, psicológicos, culturais e sociais e na perspectiva consciente ou não do indivíduo. Entender todo esse processo nos indivíduos e como ele pode ser usado para

tratamentos de saúde requer um longo período de observação e sistemática de análise.

Para a Educação em Saúde, a identificação de crenças e valores objetiva o planejamento de ações pedagógicas personalizadas que levem em consideração elementos mais sutis do perfil cognitivo dos indivíduos, que estão para além dos clássicos, como memória e a linguagem. Considerar crenças e valores, mapeando-as e categorizando-as, com auxílio de tecnologia de informação, pode permitir ações pedagógicas que, ao mesmo tempo, sejam coletivas e individuais, aumentando sua efetividade.

Saúde

O conceito de saúde está circunscrito do contexto social, político, econômico e cultural de um dado momento histórico de grupos e de indivíduos (SCLiar, 2007). A saúde não é, nunca foi e não será a mesma coisa para todas as pessoas. As lentes são muitas, religiosas, filosóficas, econômicas, culturais e, principalmente, a do sofrimento físico e mental.

Acrescenta-se a isso a difusão e o uso não linear do conhecimento científico em saúde, que não atinge a todos de forma equânime. A saúde pode representar algo que salva vidas ou remeter a processos dolorosos de sofrimento e morte, dependendo de que recursos os indivíduos acessam e usufruem em suas trajetórias de vida.

Não obstante a essas reflexões, esta pesquisa utilizou o conceito de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgado em 7 de abril de 1948, cujo direito à saúde foi reconhecido e aos Estados foi dada a responsabilidade pela promoção da saúde de seus cidadãos.

A partir de 1948, o mundo então, em teoria, compartilha de um único conceito de saúde: um “estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade”. O conceito indica a total interação entre corpos e mentes individuais e coletivos e o ambiente natural e social. Como se a plena saúde

representasse ou só pudesse existir a partir da simbiose entre seres humanos e seu ambiente.

Esta reflexão nos remeteu ao conceito de Acoplamento Estrutural de Humberto Maturana e Francisco Varela, que indicam que cada unidade viva é capaz de produzir a si mesma, criando uma rede própria auto-organizada, ao qual designa-se chamar de “fechamento operacional”. Entretanto, essa característica torna essas unidades vivas incapazes de enxergar com clareza o que está no seu exterior, no ambiente, no mundo fora delas.

Caso essas unidades vivas só tivessem sua própria percepção do exterior para sobreviver, teriam sérios problemas, porque não conseguiriam perceber as vantagens e as desvantagens na escalada da sobrevivência. É justamente a interação entre as unidades vivas que o exterior se configura como ele realmente é. Sem essa interação, as unidades vivas não galgariam a escada da evolução, pois lhes faltariam a real dimensão dos perigos e vantagens do mundo exterior (MATURANA; VARELA, 2001, p. 88).

A partir disso, a reflexão que se coloca não está relacionada à diferenciação, conceitualmente e metodologicamente, entre saúde coletiva e individual, mas exatamente ao contrário. Quando concebemos que a saúde do indivíduo é impactada pela saúde do coletivo, muda muita coisa na concepção de geri-la, custeá-la e, fundamentalmente, melhorá-la para todos.

Equilíbrio de vida para saúde. A minha saúde e a do outro. Eu me cuido e cuido do outro. Colocar a perspectiva pessoal do equilíbrio da vida pessoal com a vida coletiva. A relação da vida íntima com a coletiva e como isso pode ser visto no conceito do acoplamento estrutural.

Confluir esforços para que avancemos na melhoria da saúde de grupos não seria um caminho mais factível para melhoria da saúde de indivíduos? Então, ações com intenção de melhorar o nível de saúde de grupos e prevenir doenças, indubitavelmente considerando

o ambiente, seriam mais efetivas do que aplicação de recursos na cura de doenças que poderiam ser evitadas.

As reflexões sobre o conceito de saúde e a proposta desta pesquisa nos aponta para ações, concomitantes, em duas dimensões, a coletiva ou ambiental e a individual. Nem uma, nem outra, exclusivamente. É necessário romper com a visão direcional. Não há mais espaço para escolhas de direção, “ou se coletiva”, ou se “individual”.

Poderíamos dizer que, quando se tem saúde, se está em pleno equilíbrio da vida. E como seres sociais, o equilíbrio da vida extrapola o cuidado exclusivamente com a minha saúde, pois deve estar incluído o cuidar da saúde do outro. Eu me cuido e cuido do outro, porque o equilíbrio da vida é pura simbiose. A solução da melhoria da saúde dos brasileiros passa por ações de gestão de populações que levem em consideração os ambientes, as relações, os coletivos e as individualidades em completa inteiração e produzindo sentido para os indivíduos-alvo.

Estilo de vida

As ações específicas da Política Nacional de Promoção da Saúde (2006), relacionados ao estilo de vida saudável dos indivíduos, apontam para a promoção de uma alimentação saudável, de atividade física sistemática, do controle do tabagismo, do controle do uso abusivo de álcool e drogas, além do fomento de uma cultura de paz (BRASIL, 2006, p. 29). Uma vez promovendo melhorias nesses aspectos, conseguiríamos prevenir doenças e aumentaríamos a qualidade de vida de indivíduos e populações.

Segundo Rippe (2018), não há mais dúvidas de que um estilo de vida saudável previne doenças, auxilia no tratamento delas e aumenta a qualidade de vida dos indivíduos. Os hábitos de vida impactam seriamente, a curto e longo prazo, a saúde e a longevidade. Não há como pensar em saúde de populações e indivíduos sem ações que promovam a mudança dos hábitos de vida de risco.

A mudança desses hábitos é tão importante, inclusive, para sustentabilidade do sistema de saúde que uma nova área surge, a Medicina do Estilo de Vida, na qual profissionais de saúde pensam e aplicam métodos, no sentido de garantirem a mudança de estilo de vida de seus pacientes, como alteração nos hábitos alimentares e controle do peso, a prática de atividade física, controle do tabagismo, controle do estresse, ansiedade e depressão (RIPPE, 2018, p. 2).

A partir desses dois parâmetros, para esta pesquisa, o conjunto de hábitos que compuseram o estilo de vida saudável foi a alimentação saudável, atividade física, controle do fumo, controle do álcool e gestão do estresse.

METODOLOGIA

A pesquisa está enquadrada como uma pesquisa aplicada, pois teve o propósito de gerar conhecimento que possam ser empregados nas instâncias de saúde que estejam envolvidas com ações de Promoção da Saúde e Educação em Saúde. Caracteriza-se como descritiva, pois tenta descrever um fenômeno de correlação de certos aspectos do perfil cognitivo, com o comportamento de saúde de determinada população. A abordagem quali-quantitativa foi escolhida pela natureza da coleta de informações e dados e do perfil da amostra. A estatística descritiva foi utilizada para melhor descrever e sumarizar os conjuntos de dados coletados e processados.

De acordo com o Art. 1º da Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, pesquisas na área das Ciências Humanas que colem dados de participantes de forma anônima e sem contato direto estariam dispensadas de aprovação em Comitê de Ética em Pesquisa. Como esta pesquisa trabalhou com coleta de dados remota, que não exigira a identificação dos participantes, foi entendido pelos autores que não seria necessário submeter o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética da instituição.

Como nesta pesquisa a coleta de dados e informações, em sua maioria, referiam-se a crenças e valores e visto que são conceitos muito subjetivos, não fazia sentido criar, aleatoriamente, possíveis conceitos e colocá-los em uma lista de opções fechadas. Nesse sentido, foi decidido por um levantamento prévio para que se pudesse obter, de forma mais fidedigna, uma lista de conceitos prevalentes.

O método desta pesquisa, então, consistiu em coleta e análise de dados e informações em duas etapas. A primeira, considerada como um pré-teste, em novembro de 2018, foi planejada para tentar identificar uma lista de conceitos gerais sobre saúde e Educação em Saúde. Cento e trinta pessoas do círculo mais próximo das redes sociais dos autores, de forma livre e anônima, por meio de um formulário eletrônico, expuseram suas ideias, a partir de duas perguntas: “O que significa ter saúde ou ser saudável para você?” e “O que significa educação e informação em saúde para você?”.

O pré-teste foi processado de forma a criar uma lista relativamente pequena de conceitos predominantes para ser usada no questionário de coleta de dados da segunda etapa. Foram processadas 154 respostas que, agrupadas por semelhança, geraram 11 conceitos sobre saúde (Tabela 1), correspondendo a 77,36% das respostas. Para manter o equilíbrio dos questionários que seriam produzidos para segunda etapa, foram identificados também 11 conceitos sobre Educação e Informação em Saúde (Tabela 2), os quais corresponderam a 82% das respostas. Os percentuais foram considerados altamente concentrados, dando maior validade aos resultados dessa primeira etapa.

Tabela 1 – O que significa ter saúde ou ser saudável para você?

| Conceito | % |
|---------------------------------------|----------|
| Bem-estar físico e mental | 16,98% |
| Bom funcionamento do corpo e da mente | 9,91% |
| Não estar doente | 9,43% |
| Disposição e energia | 8,96% |
| Alimentação saudável | 7,08% |
| Qualidade de vida | 7,08% |
| Praticar exercícios físicos | 6,13% |
| Ser feliz | 4,25% |
| Não usar remédios | 3,30% |
| Taxas de saúde controladas | 2,36% |
| Sem dor | 1,89% |

Fonte: produzida pelo autor

Tabela 2 – O que significa educação e informação em saúde para você?

| Conceito | % |
|---|----------|
| Informações e conhecimentos para prevenção de doenças e manutenção da saúde | 33,77% |
| Informações e conhecimentos que promovam maior consciência e autonomia sobre o autocuidado da saúde | 8,44% |
| Informações e conhecimentos científicos ou confiáveis em saúde | 8,44% |
| Atividades práticas e lúdicas sobre saúde aplicadas por agentes de saúde | 5,19% |
| Informações e conhecimentos em saúde claros e objetivos | 4,55% |
| Informações e conhecimentos sobre hábitos saudáveis | 4,55% |
| Informações e conhecimentos sobre o corpo e seu funcionamento | 4,55% |
| Informações e conhecimentos para melhor qualidade de vida e bem-estar | 3,90% |
| Informações e conhecimentos fornecidos por instituições públicas e privadas para a população | 3,25% |
| Informações e conhecimentos em saúde adquiridos com família | 2,60% |
| Informações e conhecimentos em saúde amplamente divulgados nos meios de comunicação (TV, Rádio, redes sociais etc.) | 2,60% |

Fonte: produzida pelo autor

Com a análise dos conceitos prevalentes, foi estabelecida uma classificação. Foram definidos conceitos de alta, média e baixa expectativa, tanto para o conceito de saúde, como para o conceito de educação e informação em saúde. Os conceitos de saúde classificados como de alta expectativa são os conceitos mais positivos e que extrapolam a

saúde e os serviços de saúde em si, indicando um certo protagonismo do indivíduo. Os de média expectativa foram aqueles relacionados à manutenção da saúde e os de baixa expectativa, os relacionados aos efeitos diretos da doença, como tratamentos, sintomas etc.

Tabela 3 – Classificação conceito de saúde

| Classificação | Conceito |
|----------------------|---|
| Alto | Bem-estar físico e mental Qualidade de vida Ser feliz |
| Médio | Disposição e energia Alimentação saudável Praticar exercícios físicos Taxas de saúde controladas (glicose, pressão arterial etc.) Bom funcionamento do corpo e da mente |
| Baixo | Não estar doente Não sentir dor Não usar remédios |

Fonte: produzida pelo autor

No caso do conceito de Educação e Informação em Saúde, os considerados de alta expectativa também foram mais positivos, indicando uma maior autonomia e maior valor aos conhecimentos de saúde dos indivíduos. Nos de média expectativa estão aqueles conceitos que se relacionam com a forma de difusão da informação e conhecimento em saúde. E finalmente os de baixa expectativa que foram aqueles mais próximos da ideia de manutenção da saúde ou do tratamento das doenças.

Tabela 4 – Classificação educação e informação em saúde

| Classificação | Conceito |
|----------------------|--|
| Alto | <p>Informações e conhecimentos que promovam maior consciência e autonomia das pessoas sobre o autocuidado da saúde</p> <p>Informações e conhecimentos para melhor qualidade de vida e bem-estar</p> |
| Média | <p>Informações e conhecimentos em saúde adquiridos com família</p> <p>Atividades práticas e lúdicas sobre saúde aplicadas por agentes de saúde</p> <p>Informações e conhecimentos em saúde claros e objetivos</p> <p>Informações e conhecimentos científicos ou confiáveis em saúde</p> <p>Informações e conhecimentos em saúde amplamente divulgados nos meios de comunicação (TV, Rádio, redes sociais etc.)</p> <p>Informações e conhecimentos fornecidos por instituições públicas e privadas para a população</p> |
| Baixa | <p>Informações e conhecimentos sobre hábitos saudáveis</p> <p>Informações e conhecimentos sobre o corpo e seu funcionamento</p> <p>Informações e conhecimentos para prevenção de doenças e manutenção da saúde</p> |

Fonte: produzida pelo autor

A partir da análise desses resultados, foi possível produzir o questionário da segunda etapa, com questões objetivas, segmentadas em quatro blocos:

Perfil mínimo

Questão 1: idade (campo livre);

Questão 2: sexo (M ou F);

Questão 3: ocupação (campo livre);

Questão 4: UF ou país de residência (campo livre).

Estilo de vida

Questões de 5 a 9: em relação à mudança de hábitos (alimentação, exercícios físicos, gerenciamento de estresse, consumo de álcool e tabagismo), qual afirmação está mais próxima da sua realidade atual?

A opção poderia ser assinalada dentre as alternativas:

1. Já tenho hábito ## saudável;
2. Não tenho hábito ## saudável, mas não tenho intenção de mudar;
3. Estou pensando em mudar meu hábito ##;
4. Já comecei a mudar meu hábito ##, mas sem consistência;
5. Já mudei meu hábito ## com consistência há menos de seis meses;
6. Já mudei meu hábito ##, de forma consistente há mais de seis meses.

Autoeficácia

Questão 10: de acordo com sua história de vida, o quanto você se considera capaz e autoconfiante para fazer mudanças de vida?

A opção poderia ser assinalada dentre as alternativas:

1. Tenho muita dificuldade em fazer mudanças de vida, geralmente fracasso nas tentativas;
2. Tenho alguma dificuldade em fazer mudanças, mas obtenho sucesso em menos da metade das tentativas;
3. Tenho alguma dificuldade em fazer mudanças, mas obtenho sucesso na metade das tentativas;
4. Tenho pouca dificuldade em fazer mudanças e obtenho sucesso na maioria das tentativas;
5. Não tenho nenhuma dificuldade em fazer mudanças e obtenho sucesso em todas as tentativas

O padrão de cálculo para geração dos indicadores das questões sobre o **estilo de vida** e **autoeficácia** foi uma escala de 1 a 6, pois as respostas apresentavam uma gradação. Assim, a opção de resposta 1 significava o pior resultado possível e, conseqüentemente, a opção de resposta 6 a melhor opção de resposta possível.

Crenças e valores

Questão 11: selecione no máximo três conceitos que melhor traduzem o que você acredita sobre o que é saúde ou ser saudável:

As possíveis respostas poderiam ser assinaladas na lista da Tabela 1.

Questão 12: selecione no máximo três conceitos que melhor traduzem o que você acredita sobre o que é Educação em Saúde?

As possíveis respostas poderiam ser assinaladas na lista da Tabela 2.

Nessas duas últimas questões, diferentemente dos segmentos anteriores, o respondente poderia assinalar até três conceitos. Essa decisão de abrir para mais de uma opção de resposta se deveu ao entendimento de que seria interessante captar as crenças e valores sobre saúde e Educação e informação em Saúde de alta, média e alta expectativa.

A amostra

Os questionários eletrônicos anônimos foram enviados para 3 grupos distintos (Tabela 5), dividindo a amostra em 3 partes. Essa decisão se deveu ao fato de tentar tornar a amostra o mais representativa possível, para que os fenômenos identificados pudessem ser validados nas três amostras.

O primeiro grupo foi o conjunto de contatos dos autores, via correio eletrônico e redes sociais, no caso WhatsApp, LinkedIn e Facebook. Foram enviadas 2.139 mensagens individuais válidas, em abril de 2019, com o link do questionário, cujas respostas puderam ser recebidas até 30 de junho de 2019, data que o questionário foi encerrado para receber dados. Foram respondidos 563 dos questionários enviados, 26,32% dos encaminhados.

O segundo grupo foi a comunidade da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde foram enviados 2.477 questionários eletrônicos anônimos, por meio dos e-mails institucionais disponíveis na

plataforma mail.ufba.br, entre abril e maio de 2019. Foram respondidos 795 dos questionários enviados, 32,05% dos encaminhados. Não pôde ser controlado que grupos da comunidade UFBA receberam as mensagens, pois as mensagens foram enviadas para e-mails individuais e não de listas agrupadas.

O terceiro e último grupo foi a comunidade da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Para essa amostra, para atender à política institucional de comunicação, o questionário precisou ser reproduzido no sistema de enquetes da instituição (<https://enquetes.ufes.br/index.php/admin/authentication/sa/login>). Os envios foram feitos pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da Ufes às listas de e-mails de professores, alunos de graduação e pós-graduação, técnicos administrativos, grupos de pesquisa e ex-alunos. Houve um reaviso como lembrete aos que ainda não haviam preenchido faltando 15 dias para o fechamento dos questionários para recepção de dados. Foram enviadas 50.846 mensagens, sendo 3.016 enquetes respondidas, performando um total de 5,93% de retorno.

Todos os questionários eletrônicos foram programados para encerrar sua recepção de dados em 30 de junho de 2019, para que os dados pudessem ser tabulados em julho de 2019, sem prejuízo dos prazos de entrega da pesquisa assumidos pelos autores.

Tabela 5 – Distribuição da amostra

| Amostra | N.º de questionários enviados válidos | Resposta | % Retorno | Método/veículo |
|----------------|--|-----------------|------------------|--|
| Rede | 2.139 | 563 | 26,32% | Envio, pela autora, de e-mail e mensagem individual por WhatsApp, LinkedIn e Facebook, com o link do questionário no corpo da mensagem. |
| UFBA | 2.477 | 795 | 32,05% | Envio, pela autora, de mensagem individual por e-mails institucionais disponíveis na plataforma mail.ufba.br, com o link do questionário no corpo da mensagem. |
| UFES | 50.846 | 3016 | 5,93% | Questionário reproduzido no sistema de enquetes da Ufes, cujo link foi enviado pelo Núcleo de Tecnologia da Informação para listas de e-mails pré-estabelecidas. |
| Total | 55462 | 4374 | 7,88% | |

Fonte: produzida pelo autor

RESULTADOS

Perfil mínimo

O público feminino foi maioria dos respondentes (61,62%) e a faixa etária entre 10 e 39 anos correspondeu a 69,74% dos atingidos. Espírito Santo e Bahia foram os estados que representaram 82,08% da amostra, conforme Tabela 6. As ocupações mais prevalentes da amostra foram profissionais da Educação, estudantes e das Ciências da Saúde, respectivamente 21,35%, 20,96% e 12,03%, conforme a Tabela 7. Os resultados da análise dos perfis mínimos apresentaram um resultado esperado, visto os grupos da amostra.

Tabela 6 – Estados dos respondentes dos 3 grupos da amostra

| Estado | % | Estado | % |
|-------------------|----------|--------------------|----------|
| Espírito Santo | 63,96% | Pará | 0,14% |
| Bahia | 18,12% | Ceará | 0,11% |
| Rio de Janeiro | 7,12% | Mato Grosso do Sul | 0,11% |
| São Paulo | 2,75% | Maranhão | 0,09% |
| Sem Identificação | 2,31% | Goiás | 0,07% |
| Minas Gerais | 2,04% | Rondônia | 0,07% |
| Outros países | 1,26% | Sergipe | 0,07% |
| Rio Grande do Sul | 0,48% | Tocantins | 0,07% |
| Distrito Federal | 0,39% | Alagoas | 0,05% |
| Pernambuco | 0,27% | Amazonas | 0,02% |
| Santa Catarina | 0,27% | Mato Grosso | 0,02% |
| Paraná | 0,21% | | |

Fonte: produzida pelo autor

Tabela 7 – Ocupação dos respondentes dos 3 grupos da amostra

| Grupos de ocupação | % | Grupos de ocupação | % |
|---|----------|------------------------------|----------|
| Educação | 21,35% | Comércio/vendas | 0,98% |
| Estudante (graduação e pós-graduação) | 20,96% | Consultor/corretor/autônomo | 0,98% |
| Ciências da saúde | 12,03% | Sistema financeiro | 0,78% |
| Funcionário público (quando não declarado outra ocupação) | 7,61% | Militar | 0,71% |
| Administração/contabilidade/economia | 7,27% | Comunicação/jornalismo | 0,66% |
| Engenharia/manutenção | 4,16% | Estagiário | 0,59% |
| Ciência da informação | 3,38% | Segurança pública e privada | 0,50% |
| Biologia/física/química | 2,63% | Recursos Humanos | 0,46% |
| Artes | 1,81% | Geografia/geologia/gemologia | 0,46% |
| Ciências Sociais | 1,51% | Do lar | 0,43% |
| Tecnologia da informação | 1,39% | Indústria | 0,41% |
| Ciências jurídicas | 1,37% | Marketing/publicidade | 0,39% |
| Arquitetura/urbanismo | 1,28% | Agricultura | 0,25% |
| Desempregado | 1,19% | Religioso | 0,21% |
| Aposentado | 1,10% | Transportes | 0,16% |
| Atendimento | 1,10% | Matemática/estatística | 0,16% |
| Negócios/empresário | 1,07% | Alimentação | 0,14% |

Fonte: produzida pelo autor

Estilo de vida e predisposição para mudá-lo

Fumo e álcool foram os hábitos melhor avaliados da amostra (87,53% não fumavam e 73,35% não bebiam ou bebiam socialmente). Indicando que políticas públicas em saúde das últimas décadas, principalmente as antitabagistas, surtiram efeito, de forma que um percentual muito pequeno da amostra era fumante. Por entender que esse resultado hegemônico macularia o processamento geral do nível de estilo de vida da amostra, foi retirado da tabulação do indicador geral de estilo de vida, os resultados do fumo e álcool, conforme Tabela 8.

Tabela 8 – Indicadores de estilo de vida (1 a 6)

| Indicadores de estilo de vida (1 a 6) | |
|--|-----|
| Média estilo de vida sem F e Al | 3,6 |
| Mediana estilo de vida sem F e Al | 3,7 |
| Média estilo de vida | 4,3 |
| Mediana estilo de vida | 4,2 |
| Média alimentação | 3,7 |
| Mediana alimentação | 3,0 |
| Média exercícios físicos | 3,6 |
| Mediana exercícios físicos | 3,0 |
| Média <i>stress</i> | 3,6 |
| Mediana <i>stress</i> | 3,0 |
| Média álcool | 4,9 |
| Mediana álcool | 6,0 |
| Média cigarro | 5,6 |
| Mediana cigarro | 6,0 |

Fonte: produzida pelo autor

Entretanto, para os outros aspectos do estilo de vida, os resultados não foram tão bons. Em média, 55% dos respondentes estavam ainda tentando mudar sua alimentação, sua prática de exercícios físicos e seu estresse, evidenciando que os respondentes apresentam o mesmo patamar de dificuldade de fazer mudanças nesses hábitos de seu estilo de vida. Contudo, poucos respondentes (5%) não estavam

dispostos a fazer mudança alguma (exceto álcool), apesar de não terem um estilo de vida saudável, conforme Tabela 9.

Tabela 9 – Estilo de vida e pré-disposição para mudá-lo.

| Estilo de vida | Pré contem- plação (1) | Contem- plação (2) | Preparação (3) | Ação (4) | Manu- tenção (5) | Melhores (6) |
|--------------------------|-----------------------------------|-------------------------------|-----------------------|-----------------|-----------------------------|---------------------|
| Alimen- tação | 5,83% | 11,30% | 38,36% | 11,96% | 13,38% | 19,17% |
| Exercícios | 4,14% | 23,88% | 31,18% | 10,41% | 10,93% | 19,46% |
| Estresse | 7,39% | 14,52% | 37,97% | 9,38% | 12,35% | 18,39% |
| Álcool | 16,90% | 2,54% | 2,93% | 1,33% | 2,95% | 73,35% |
| Cigarro | 2,61% | 2,08% | 2,79% | 1,05% | 3,93% | 87,53% |

Fonte: produzida pelo autor

Os respondentes entre 20 a 29 anos apresentaram pior taxa de estilo de vida e predisposição para mudá-lo (43,61% na pré-contemplação), entretanto os entre 30 a 39 anos apresentaram melhor estilo de vida e consequentemente já haviam feito mudanças de estilo de vida com consistência (34,52% na manutenção e 29,34% na categoria melhores).

O perceptual de mulheres na pré-contemplação foi ligeiramente maior que os homens (51,13% contra 48,12), esta prevalência segue, até que naqueles que já tinham mudado seu estilo de vida de forma consistente, os homens as ultrapassam (53,29% contra 46,71%), conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Estilo de vida, predisposição para mudá-lo por sexo e faixa etária

| | Todos | Pré contem- plação (1) | Contem- plação (2) | Prepara- ção (3) | Ação (4) | Manu- tenção (5) | Melhores (6) |
|----------------------------|---------|---------------------------------|--------------------------|---------------------|-------------|------------------------|-----------------|
| Total | 100,00% | 3,04% | 22,83% | 34,22% | 23,92% | 12,19% | 3,82% |
| Feminino | 61,62% | 51,13% | 63,23% | 65,24% | 59,46% | 59,85% | 46,71% |
| Masculino | 38,38% | 48,12% | 36,77% | 34,76% | 40,54% | 40,15% | 53,29% |
| De 10 a 19 anos | 5,31% | 12,78% | 10,52% | 4,61% | 2,58% | 2,63% | 0,00% |
| De 20 a 29 anos | 31,77% | 43,61% | 38,08% | 35,76% | 25,33% | 24,58% | 11,98% |
| De 30 a 39 anos | 32,66% | 25,56% | 30,76% | 31,62% | 36,42% | 34,52% | 29,34% |
| De 40 a 49 anos | 14,43% | 5,26% | 11,02% | 15,78% | 16,35% | 13,51% | 20,96% |
| De 50 a 59 anos | 11,00% | 8,27% | 7,01% | 9,29% | 13,67% | 15,57% | 20,96% |
| De 60 a 69 anos | 4,12% | 3,01% | 2,10% | 2,81% | 4,97% | 7,50% | 12,57% |
| Mais de 70 anos | 0,71% | 0,75% | 0,50% | 0,13% | 0,67% | 1,69% | 4,19% |

Fonte: produzida pelo autor

Autoeficácia

Poucos respondentes não estavam dispostos a fazer mudança de estilo de vida (3,04%), entretanto, nem tão poucos assim (9,22%) sinalizaram muita dificuldade em mudar e experimentando muitos fracassos ao longo da vida. Por outro lado, aqueles que afirmaram não ter dificuldade nenhuma em mudar, colecionando experiências de sucesso, também não foram a maioria (9,29%). A maioria dos respondentes (67,66%) ficou em uma faixa intermediária e se declararam capazes de fazer mudanças de vida em mais da metade das vezes que tentaram, conforme Tabela 11.

Tabela 11 – Autoeficácia dos respondentes dos 3 grupos da amostra

| Autoeficácia | % |
|--|----------|
| Tenho muita dificuldade em fazer mudanças de vida, geralmente fracasso nas tentativas. | 9,22% |
| Tenho alguma dificuldade em fazer mudanças, mas obtenho sucesso em menos da metade das tentativas. | 13,84% |
| Tenho alguma dificuldade em fazer mudanças, mas obtenho sucesso na metade das tentativas. | 33,37% |
| Tenho pouca dificuldade em fazer mudanças e obtenho sucesso na maioria das tentativas. | 34,29% |
| Não tenho nenhuma dificuldade em fazer mudanças e obtenho sucesso em todas as tentativas. | 9,29% |

Fonte: produzida pelo autor

A partir das respostas sobre autoeficácia, foi gerado indicador de autoeficácia, no qual observou-se uma correlação com a pré-disposição para mudar dos respondentes, gerando um índice de correlação de 0,97. Quanto mais autoeficaz, mais pré-disposto em fazer mudanças os respondentes declararam ser, conforme Tabela 12.

Tabela 12 – Indicador de autoeficácia x pré-disposição em mudar

| Indicador | Todos | Pré- contem- plação (1) | Contem- plação (2) | Prepara- ção (3) | Ação (4) | Manu- tenção (5) | Melhores (6) |
|----------------------|--------------|--|-----------------------------------|-----------------------------|---------------------|---------------------------------|-------------------------|
| Média autoeficácia | 3,2 | 2,8 | 2,7 | 3,1 | 3,5 | 3,8 | 4,2 |
| Mediana autoeficácia | 3,0 | 3 | 3 | 3 | 4 | 4 | 4 |

Fonte: produzida pelo autor

Crenças e valores

Na análise geral dos resultados das crenças e valores sobre Saúde, o conceito mais prevalente foi “Bem-estar físico e mental” (28,05%), seguido de “Bom funcionamento do corpo e da mente” (16,14%) e “Qualidade de vida” (14,50%). Curiosamente, os dois mais bem

avaliados nessa segunda etapa também foram os que ficaram em primeiro e segundo lugar no pré-teste, confirmando esses conceitos como mais prevalentes. Quando analisamos os conceitos agrupados a partir da classificação de alta, média e alta expectativa, constatamos que os conceitos de alta expectativa prevaleceram em detrimento aos de média e baixa expectativa (alta 50,72%; média 42,93%; baixa 6,35%), conforme Tabela 13.

Tabela 13 – Conceito saúde todos x classificação alta, média e baixa expectativa

| Conceito saúde (sem fumo e álcool) – todos | | |
|---|--------|--------|
| Bem-estar físico e mental | 28,05% | ALTA |
| Qualidade de vida | 14,50% | 50,72% |
| Ser feliz | 8,17% | |
| Disposição e energia | 8,90% | MÉDIA |
| Alimentação saudável | 7,25% | 42,93% |
| Praticar exercícios físicos | 5,60% | |
| Taxas de saúde controladas (glicose, pressão arterial etc.) | 5,04% | |
| Bom funcionamento do corpo e da mente | 16,14% | |
| Não estar doente | 3,15% | BAIXA |
| Não sentir dor | 1,37% | 6,35% |
| Não usar remédios | 1,83% | |

Fonte: produzida pelo autor

Na análise geral dos resultados das crenças e valores sobre Educação e Informação em Saúde, o conceito mais prevalente foi “Informações e conhecimentos para prevenção de doenças e manutenção da saúde” (19,64%), seguido de “Informações e conhecimentos que promovam maior consciência e autonomia das pessoas sobre o autocuidado da saúde” (18,55%) e “Informações e conhecimentos para melhor qualidade de vida e bem-estar” (14,29%). O conceito mais declarado nessa segunda etapa também foi o mais prevalente no pré-teste.

Quando analisamos os conceitos agrupados a partir da classificação de alta, média e alta expectativa, constatamos que os conceitos de baixa expectativa prevaleceram em detrimento aos de média e baixa expectativa (alta 34%; média 28,37%; baixa 37,62%), conforme Tabela 14.

Tabela 14 – Conceito Educação e Informação em Saúde todos x classificação alta, média e baixa expectativa

| Conceito Educação e informação em saúde (sem fumo e álcool) – todos | | |
|---|--------|-----------------|
| Informações e conhecimentos que promovam maior consciência e autonomia das pessoas sobre o autocuidado da saúde | 18,55% | ALTA 34,00% |
| Informações e conhecimentos para melhor qualidade de vida e bem-estar | 14,29% | |
| Informações e conhecimentos em saúde adquiridos com família | 1,16% | |
| Atividades práticas e lúdicas sobre saúde aplicadas por agentes de saúde | 3,01% | MÉDIA 28,37% |
| Informações e conhecimentos em saúde claros e objetivos | 7,31% | |
| Informações e conhecimentos científicos ou confiáveis em saúde | 9,48% | |
| Informações e conhecimentos em saúde amplamente divulgados nos meios de comunicação (TV, Rádio, redes sociais etc.) | 4,81% | |
| informações e conhecimentos fornecidos por instituições públicas e privadas para a população | 3,77% | |
| Informações e conhecimentos sobre hábitos saudáveis | 11,85% | BAIXA |
| Informações e conhecimentos sobre o corpo e seu funcionamento | 6,14% | 37,62% |
| Informações e conhecimentos para prevenção de doenças e manutenção da saúde | 19,64% | |

Fonte: produzida pelo autor

As correlações

Os conceitos sobre Saúde de alta expectativa variaram entre 46,85% e 51,65%, os de média entre 42,08% e 48,68% e os de baixa entre 4,46% e 9,09%. Foram correlacionados o indicador de estilo de vida e a predisposição para mudá-lo com as crenças e valores sobre Saúde. Não foi identificada correlação entre o estilo de vida e a predisposição para mudá-lo com os conceitos de alta e média expectativa. Entretanto, quando relacionamos com os conceitos de baixa expectativa, foi identificado que os respondentes com o pior estilo de vida e que não estavam dispostos a mudá-lo apresentaram 9,09% de crenças de baixa expectativa. Já os que tinham melhor estilo de vida e consequentemente tinham maior predisposição em mudá-lo apresentaram 4,46% de crenças de baixa expectativa, ou seja, 49% a menos que o primeiro grupo, com um índice de correlação negativa de $-0,93$, conforme Tabela 15.

Tabela 15 – Conceito Saúde x estilo de vida e pré-disposição para mudá-lo (sem fumo e álcool)

| Conceito | Pré- contemplação (1) | Contemplação (2) | Preparação (3) | Ação (4) | Manutenção (5) | Melhores (6) | | | | | |
|---|-----------------------------|---------------------|-------------------|----------|-------------------|------------------|------------------|--------|-------|-------|-------|
| Bem-estar físico e mental | 31,43% | 28,38% | 28,35% | 28,00% | 26,76% | 25,35% | | | | | |
| Qualidade de vida | 13,51% | 48,83% 13,60% | 50,84% | 14,29% | 50,78% 15,90% | 51,65% 14,62% | 50,16% 13,18% | 46,86% | | | |
| Ser feliz | 3,90% | 8,86% | 8,14% | 7,75% | 8,77% | 8,32% | | | | | |
| Disposição e energia | 13,25% | 10,17% | 9,10% | 8,27% | 7,12% | 5,88% | | | | | |
| Alimentação saudável | 3,64% | 7,25% | 7,00% | 6,55% | 9,22% | 10,34% | | | | | |
| Praticar exercícios físicos | 2,86% | 4,47% | 5,28% | 5,03% | 8,39% | 11,97% | | | | | |
| Taxas de saúde controladas (glicose, pressão arterial etc.) | 42,08% | 42,60% | 42,16% | 42,60% | 44,76% | 48,68% | | | | | |
| Bom funcionamento do corpo e da mente | 5,19% | 4,47% | 4,92% | 6,04% | 4,45% | 5,07% | | | | | |
| Não estar doente | 17,14% | 16,25% | 15,87% | 16,71% | 15,58% | 15,42% | | | | | |
| Não sentir dor | 5,19% | 3,09% | 3,73% | 2,79% | 2,35% | 1,62% | | | | | |
| Não usar remédios | 2,34% | 9,09% 1,51% | 6,56% | 1,39% | 7,06% | 1,27% | 5,74% | 1,02% | 5,09% | 1,42% | 4,46% |
| | 1,56% | 1,96% | 1,94% | 1,69% | 1,72% | 1,42% | | | | | |

Fonte: produzida pelo autor

Os conceitos sobre Educação e Informação em Saúde de alta expectativa variaram entre 31,32% e 35,15%, os de média entre 27,90% e 30,26% e os de baixa entre 35,77% e 38,42%. Foram correlacionados o indicador de estilo de vida e a predisposição para mudá-lo com as crenças e valores sobre Educação e Informação em Saúde. Foi observado que, conforme a predisposição para mudar, o estilo de vida vai aumentando, o conceito de Educação e Informação em Saúde de alta expectativa também aumenta em um índice de correlação de 0,90, conforme Tabela 16.

Tabela 16 – Conceito Educação e Informação em Saúde x estilo de vida e pré-disposição para mudá-lo (sem fumo e álcool)

| Conceito | Pré-contem- plação (1) | Contempla- ção (2) | Preparação (3) | Ação (4) | Manutenção (5) | Melhores (6) |
|--|---------------------------|-----------------------|-------------------|----------|-------------------|--------------|
| Informações e conhe- cimentos que pro- movam maior cons- ciência e autonomia das pessoas sobre o autocuidado da saúde | 18,68% | 19,19% | 18,63% | 18,35% | 17,55% | 18,41% |
| Informações e conhecimentos para melhor qualidade de vida e bem-estar | 11,84% | 31,32% | 13,20% | 33,38% | 14,04% | 33,68% |
| Informações e conhecimentos em saúde adqui- ridos com família | 0,79% | 0,99% | 1,01% | 1,18% | 1,63% | 2,30% |
| Atividades prá- ticas e lúdicas sobre saúde apli- cadas por agentes de saúde | 4,47% | 3,52% | 2,97% | 2,69% | 2,80% | 1,88% |
| Informações e conhecimentos em saúde claros e objetivos | 9,47% | 7,15% | 7,04% | 7,16% | 7,96% | 7,74% |
| Informações e conhecimentos científicos ou con- fiáveis em saúde | 8,68% | 8,45% | 9,63% | 10,12% | 9,78% | 9,83% |
| Informações e conheci- mentos em saúde am- plamente divulgados nos meios de comuni- cação (TV, Rádio, redes sociais etc.) | 4,74% | 5,25% | 4,36% | 4,91% | 4,70% | 6,07% |
| informações e conhe- cimentos fornecidos por instituições pú- blicas e privadas para a população | 2,89% | 4,37% | 4,12% | 3,03% | 3,39% | 3,56% |
| | 30,26% | 28,73% | 28,12% | 27,90% | 28,64% | 29,08% |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|--------|-------|--------|-------|--------|
| Informações e conhecimentos sobre hábitos saudáveis | 8,68% | 11,16% | 12,20% | 11,87% | 12,26% | 14,02% | | | | | | |
| Informações e conhecimentos sobre o corpo e seu funcionamento | 7,89% | 38,42% | 6,94% | 37,89% | 5,39% | 38,20% | 6,55% | 37,21% | 5,54% | 36,73% | 5,86% | 35,77% |
| Informações e conhecimentos para prevenção de doenças e manutenção da saúde | 21,84% | 19,79% | 20,61% | 18,79% | 18,92% | 15,90% | | | | | | |

Fonte: produzida pelo autor

A análise dos resultados apontou para correlações entre estilo de vida e predisposição para mudá-los com conceitos de Saúde e Educação em Informação em Saúde e alta, média e baixa expectativa, conforme Tabela 17.

Tabela 17 – Coeficientes de correlação conceitos e predisposição em mudança de estilo de vida

| Conceito Saúde | | Educação e Informação em Saúde | |
|----------------|----------------------------|--------------------------------|----------------------------|
| Expectativa | Coefficiente de correlação | Expectativa | Coefficiente de correlação |
| Alta | -0,33 | Alta | 0,90 |
| Média | 0,82 | Média | -0,40 |
| Baixa | -0,93 | Baixa | -0,94 |

Fonte: produzida pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A difusão de informação e do conhecimento em saúde é parte integrante da Educação em Saúde, na qual dependem as fundamentais ações de promoção em saúde, que se concretizam quando comunidades e indivíduos se apropriam de conhecimentos necessários

para prevenirem, controlarem e tratarem doenças, levando-os a uma maior qualidade de vida e saúde. A promoção em saúde, mormente, leva em consideração os aspectos comportamentais de estilo de vida, além das condições socioambientais pessoais e profissionais desses indivíduos (KESSER *et al.*, 2018, p. 2).

Os avanços tecnológicos aumentaram a produção de conteúdo via *web*, diversificando as possibilidades de difusão das informações e conhecimento em Saúde, intensificando a interação entre profissionais, pacientes, instituições e o conhecimento qualificado em saúde, além de modificar essas relações, na medida em que outros formatos, suportes e métodos passam a ser utilizados. Com a possibilidade de mais e novas intervenções de difusão, apresenta-se como uma necessidade a avaliação do perfil cognitivo de indivíduos jovens e adultos na organização da informação e conhecimento e no planejamento de sua difusão, aumentando, assim, sua assertividade e efetividade.

Diante disso, crenças e valores, como parte fundamental do perfil cognitivo de indivíduos, devem ser considerados no planejamento dessas ações, de forma a pretender melhores resultados, pois esta pesquisa apontou correlações importantes entre perfil de estilo de vida e predisposição em mudá-lo com crenças sobre Saúde e Educação e Informações em Saúde.

Indivíduos com perfil de estilo de vida não saudável tendem a acreditar em conceito de saúde considerados de baixa expectativa, ligados mais à manutenção da saúde ou à falta de doenças do que indivíduos mais saudáveis. Por outro lado, indivíduos com estilo de vida saudável tendem a acreditar em conceito de saúde de alta expectativa, aqueles relacionados à conceitos de saúde mais amplos, como qualidade de vida e onde o indivíduo tem mais protagonismo na gestão de sua saúde. Da mesma forma, os com estilo de vida menos saudável apresentaram crenças e valores de média expectativa em maior grau que os mais saudáveis. A média expectativa relaciona-se às formas, aos veículos e às mídias da difusão. Considerando essas correlações, o planejamento das ações de difusão deve levar em consideração essas

diferenças, diversificando estratégias, formatos, conteúdos e veículos para os grupos distintos.

A partir dos resultados, além da indicação de ampliação da amostra para confirmar a evidência, indicamos que as diversas instâncias do sistema de saúde, inclusive unidades de informação, podem planejar ações para que os indivíduos optem por fazer mudança de estilo de vida.

Para discutir a questão da difusão da informação e do conhecimento em saúde em portais como única estratégia de Educação em Saúde, é necessário planejar ações de difusão que levem em consideração o perfil do público-alvo, principalmente o perfil cognitivo.

Seria interessante que as ações de difusão para os com estilo de vida menos saudável considerarem ressignificar crenças e valores, de forma a permitir que conhecimentos importantes possam ser absorvidos e colocados em prática. Nesse sentido, conteúdos preparatórios ou motivadores devem ser considerados antes das ações propriamente dita, assim como deve-se dar mais atenção às linguagens, aos formatos, aos veículos e às mídias, pois o estudo pode estar indicando que esses indivíduos demandarão mais esforços dos planejadores dessas ações do que os indivíduos mais saudáveis, visto que esses estão mais predispostos à mudar, de forma mais independente, seu estilo de vida.

Esta pesquisa necessita ter sua amostra ampliada, além de precisar ser aplicada em populações com condições específicas de saúde. É importante, a partir da confirmação das correlações desta pesquisa, com a ampliação da amostra, modelar e testar metodologias que possam ajudar instituições, unidades de informação e agentes de saúde na organização da informação e do conhecimento em saúde, de forma a planejar ações de difusão mais efetivas para contribuir com a mudança paradigmática do sistema de saúde brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á.; VALENTIN, M. L. P. A Ciência da Informação no Brasil: mapeamento da pesquisa e cenário institucional. **Bibliotecas**. Anales de Investigacion, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 232-259, 2019.

ARGIMON, I. L.; STEIN, L. M. Habilidades cognitivas em indivíduos muito idosos: um estudo longitudinal. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 64-72, jan./fev. 2005.

BAEZA-RIVERA, M. J. *et al.* Creencias culturales sobre los médicos y percepción de discriminación: El impacto en la continuidad de la Atención. **Revista Médica de Chile**, Santiago, v. 147, p. 161-167, 2019.

BAEZA-RIVERA, M. J. *et al.* Identificación y medición de creencias culturales sobre los médicos: construcción y validación de un instrumento. **Revista Médica de Chile**, Santiago, v. 146, p. 308-314, 2018.

BARBOSA, D.F.; FERREIRA, M.; SANTOS, A. Sobre as metáforas nas ciências cognitivas: qual escolher? *In*: LEPORACE, C; FERREIRA, M.H.; SANTOS, A.; BARBOSA, D. F. **A MENTE humana para além do cérebro**: perspectivas a partir do 4 es da cognição. Coimbra: Instituto de Psicologia Cognitiva e Desenvolvimento Humano e Social, 2019. p. 85-106.

BECK, J. **Terapia Cognitivo-comportamental**: teoria e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BETANCOURT, H.; FLYNN, M.; AMADOR, J. Cultural beliefs about health professionals and perceived empathy influence continuity of cancer screening following a negative encounter. **Journal of Behavioral Medicine**, [s. l.] v. 38, Issue 5, p. 798-808, Oct. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.761 de 19 de novembro de 2013, que Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**: PNPS. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS. **Política Nacional de Informação e Informática em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BURNHAM, T. F. DMMDC: uma proposta plural de difusão do conhecimento. *In*: MATTA, A. E. R.; ROCHA, J. C. (org.). **COGNIÇÃO**: aspectos contemporâneos e difusão do conhecimento. Salvador: Eduneb, 2016. p. 19-46.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ENANCIB, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 20 jul. 2021.

CASTAÑON, G. A. Epistemologia da Ciência Cognitiva. *In*: GAUER, G.; SOUZA, L. K. (org.). **Psicologia cognitiva**: teorias, modelos e aplicações. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2018. p. 15-32.

DAMÁSIO, A. **A estranha ordem das coisas**: as origens biológicas dos sentimentos e da cultura. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GADELHA, C. A. G.; TEMPORÃO, J. G. Desenvolvimento, Inovação e Saúde: a perspectiva teórica e política do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, jun. 2018.

GARRIDO, M.V.; AZEVEDO, C.; PALMA, T. Cognição social: fundamentos, formulações actuais e perspectivas futuras. **Psicologia**, Edições Colibri, Lisboa, v. 25, n. 1, p. 113-157, 2011. Disponível em: <https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/282/45>. Acesso em: 29 jul. 2021.

GUSTAVO, A. S. *et al.* Intervenção de Estilo de Vida na Síndrome Metabólica e seu Impacto na Qualidade de Vida: Um Estudo Controlado Randomizado. *In: XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB*, 10., 21 a 25 de outubro de 2019, Florianópolis – SC. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, Florianópolis, v. 108, n. 1, p. 60-69, 2017.

JAHANGIRY, L. *et al.* Red Ruby: an interactive web-based intervention for lifestyle modification on metabolic syndrome: a study protocol for a randomized controlled trial. **BMC Public Health**, [s. l.], n. 14, p. 748, 2014.

KESSER, M. *et al.* Ações educativas e de promoção da saúde em equipes do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica, Rio Grande do Sul, Brasil. *Epidemiol. Serviço de Saúde*, Brasília, v. 27, n. 2, e2017389, 2018.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh**: the embodied mind and its challenge to western thought. New York: Basic Books, 1999.

LIMA, E.H. **Atuação do corpo cognitivo**: abordagem epistêmica das formas de construção e difusão de conhecimento numa comunidade de prática. 2015. Tese (Doutorado Multidisciplinar) – Programa de Pós-graduação Multidisciplinar e Multi-institucional em Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2015.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. 2. ed. São Paulo: Editora Palas Athena, 2001.

MOSCOVICI, S. **El psicoanálisis, su imagen y su público**. Buenos Aires, Argentina: Huemul S.A., 1979.

NASCIMENTO, D. **As pestes do século XX**. Tuberculose e Aids no Brasil: uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

OMS. O sistema do financiamento do sistema de saúde: o caminho para uma cobertura universal. Relatório mundial da saúde. **WHO**, [s. l.], 2010. Disponível em: <http://www.who.int/eportuguese/publications/WHR2010.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

OMS. **O sistema do financiamento do sistema de saúde**: o caminho para uma cobertura universal. Relatório mundial da saúde, 2010.

PINHEIRO, L.V.R.; FERREZ, H.D. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 2014.

PROCHASKA, J. O.; VELICER, W. F. The Transtheoretical Model of health behavior change. **American Journal of Health Promotion**, v. 12, n. 1, p. 38-48, 1997.

PROCHASKA, J; NORCROSS, O; BREBS, J. Stages of Change. **Journal of Clinical Psychology**: IN SESSION, v. 67, [s. l.], n. 2, p. 143-154, 2011.

REZENDE, L. *et al.* Proportion of cancer cases and deaths attributable to lifestyle risk factors in Brazil. **Cancer Epidemiology**, [s. l.], v. 59, p. 148-157, 2019.

RIPPE, J. Lifestyle Medicine: The Health Promoting Power of Daily Habits and Practices. **American Journal of Lifestyle Medicine**, [s. l.], v. XX, n. X, p. 499-512, 2018.

ROCHA, J.A.P; PAULA, C.P.A.; DUARTE, A. B.S. A cognição distribuída como referencial teórico para os estudos de usuários da informação. **Informação & Sociedade: Est.**, João Pessoa, v. 26, n. 2, p. 91-105, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/46579>. Acesso em: 23 jul.2021.

SCLIAR, M. História do conceito de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 29-41, jan./abr. 2007.

SOUZA, M. *et al.* Transição da saúde e da doença no Brasil e nas Unidades Federadas durante os 30 anos do Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 23, n. 6, p. 1737-1750, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232018000601737&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 fev.2019.

VARELA, A.; BARBOSA, M. L.A. Convergências entre a ciência da informação e as ciências cognitivas. **Informação em Pauta**, Fortaleza, CE, v. 1, n. 1, p. 46-60, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41339>. Acesso em: 30 jul.2021.

WIETHAN, F.M. *et al.* Paradigma conexionista aplicado às pesquisas em linguagem. **Revista CEFAC**, [s. l.], v. 14, n. 5, p. 984-991, set./out. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/C6rMwyj9xM9PSS7bfPyCDyM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2021.

Capítulo 5

Recuperação de informação e conhecimento

Henrique Monteiro Cristovão

RESUMO

A Recuperação de Informação (RI) trata da representação, armazenamento, organização e acesso a itens de informação com foco no atendimento às necessidades informacionais de usuários. De caráter fortemente interdisciplinar, a RI colaborou com o desenvolvimento da Ciência da Informação e, aliada a tecnologias contemporâneas, como Inteligência Artificial, Mineração de Dados, Processamento de Linguagem Natural e Web semântica, tem desenvolvido ferramentas de busca eficientes e populares. Devido à facilidade de publicação de informações, por meio da Web 2.0, há uma quantidade surpreendente de dados disponíveis na Web, porém, em sua maioria,

desorganizados. Observa-se grande quantidade de sistemas de RI em tarefas do dia a dia e no apoio a diversas áreas do conhecimento. A partir desse contexto, este capítulo apresenta uma visão geral da RI com foco em aspectos da CI. Também é abordado o tema denominado de recuperação de conhecimento que prima pela aprendizagem do usuário sobre a informação recuperada, na medida que ele se relaciona com essa informação por meio de recursos apropriados e contexto social. A metodologia usada é a análise descritiva baseada em revisão de literatura sobre os temas RI, recuperação de conhecimento, visualização de informação e conhecimento, sempre que possível, em uma perspectiva da Ciência da Informação. Conclui-se que a busca pela melhoria no atendimento às necessidades informacionais do usuário tem motivado o avanço em estudos e investigações para obtenção de melhor organização de conhecimento, informação e dados e outros elementos fortemente relacionados como os princípios FAIR, o comportamento informacional, a recuperação de conhecimento, a visualização de informação e a visualização de conhecimento. Esses estudos oportunizam ao profissional da informação o desenvolvimento de competências importantes para integrar equipes interdisciplinares de implementação de sistemas de RI na modelagem e na concepção dos seus requisitos.

Palavras-chave: Recuperação de informação. Comportamento informacional. Recuperação de conhecimento. Visualização de conhecimento.

INTRODUÇÃO

A Recuperação de Informação (RI) ou Recuperação da Informação trata basicamente da representação, armazenamento, organização e acesso a itens de informação para atender a necessidades informacionais. Sendo uma das áreas mais importantes e antigas da Ciência da Informação (CI), conhecida internacionalmente por *Information Retrieval*, ela existe desde os anos 50. É interessante observar que foi a CI que se desenvolveu a

partir das exigências da área da RI (WERSIG; NEVELING, 1975) e que, segundo Saracevic (1995), ela não é somente uma atividade da CI, mas também a mais importante delas. Capurro e Hjørland (2003) ainda acrescentam que o termo “recuperação de informação” é possivelmente um dos mais importantes no campo da CI e, nos estudos de Pinheiro (2007), a disciplina nomeada como Sistemas de Recuperação da Informação é destacada como a mais importante dentro da Ciência da Informação, pelo critério de número de artigos publicados.

De caráter fortemente interdisciplinar, a RI é considerada uma área consolidada na Ciência da Computação que emprega diversas técnicas e métodos que se aliam a tecnologias contemporâneas, como Inteligência Artificial, Mineração de Dados, Processamento de Linguagem Natural (PLN) e aquelas associadas à Web semântica como as ontologias e *knowledge graph*. No ambiente Web, a RI desenvolveu ferramentas de busca eficientes, bem-sucedidas e populares. Observa-se grande quantidade de sistemas de RI conhecidos popularmente como aplicativos, em tarefas do dia a dia, em atividades realizadas em instituições, empresas e governos, como também no apoio a diversas áreas do conhecimento.

Há cerca de uma década vive-se na Era da Publicação Eletrônica (BAEZA-YATES; RIBEIRO-NETO, 2011), devido às facilidades de interatividade oriundas da Web 2.0 que trouxe, como consequência, uma quantidade surpreendente de publicações que, em sua grande maioria, encontram-se desorganizadas. Nessa linha, o estudo da RI precisa preocupar-se também com a organização do conhecimento (HJØRLAND, 2021), além da recuperação propriamente dita. A tarefa de organizar o conhecimento, que também é subsidiada pela organização da informação, é fundamental e necessária para o desenvolvimento de sistemas de RI.

A partir desse contexto, este capítulo pretende apresentar uma visão geral da RI com foco em aspectos da CI. Também é abordado o tema denominado de recuperação de conhecimento, que, apesar de controverso para alguns pesquisadores, há estudos consolidados nessa temática, bem como resultados de melhoria da qualidade da informação

recuperada. Reforçada por técnicas da área de visualização de conhecimento, a recuperação de conhecimento amplia possibilidades para a RI favorecendo a aprendizagem do usuário sobre a informação recuperada, na medida que ele se relaciona com essa informação por meio de recursos apropriados e contexto social. Esse processo traz, como consequência, a melhoria do atendimento à necessidade informacional do usuário.

Este trabalho caracteriza-se em uma abordagem qualitativa sob uma análise descritiva baseada em revisão de literatura sobre os temas RI, recuperação de conhecimento, visualização de informação e conhecimento, sempre que possível, em uma perspectiva da CI. Algumas partes deste capítulo são oriundas da tese de doutorado do mesmo autor, Cristovão (2016), porém reorganizada, resumida e atualizada com referências a publicações mais recentes e adequadas ao propósito da presente obra.

O capítulo está organizado em seis seções: introdução, visão geral da RI, relevância e avaliação da qualidade na RI, modelos e taxonomias para RI, recuperação de conhecimento e conclusões.

VISÃO GERAL DA RI

Vannevar Bush, nos anos 40, já sinalizava que a capacidade humana em gerar novas informações era muito maior do que a sua capacidade em armazená-la de forma a permitir futuras consultas (BUSH, 1945). Com isso, ele estava alertando sobre a necessidade de melhorar os processos da RI. Em 1951, Calvin Mooers cunhou o termo *Information Retrieval*, definindo-o como uma área que abrange os aspectos intelectuais da descrição das informações e sua especificação para a pesquisa e quaisquer sistemas, técnicas ou máquinas que são utilizadas para realizar a operação (MOOERS, 1951). Nos anos 60, a nova área chegou a ser entendida como núcleo da CI por vários autores (ARAÚJO, 2014).

Saracevic (1999) atualizou a definição de Mooers adicionando a questão da interação com usuários e os aspectos contextuais: cognitivo,

afetivo e social. Robins (2000) também retratou essa nova visão argumentando que variáveis anteriormente não consideradas nesse processo pelo modelo tradicional, como o ambiente e conhecimento do usuário, seus objetivos, intenções e crenças, começaram a ganhar força com o surgimento de novos modelos. São predominantes as definições de RI com visão ampla envolvendo, simultaneamente, sistemas e usuários. Por exemplo, Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2011) sinalizam que o principal problema da RI é que o sistema deveria recuperar informações sobre o assunto desejado pelo usuário permitindo que esse processo fosse feito por busca e/ou navegação, mas não simplesmente retornando dados que satisfaçam uma determinada consulta.

Esta seção está organizada em quatro subseções: abordagem e paradigmas na RI, comportamento informacional, princípios FAIR e publicação de dados para RI e desafios e problemas na RI.

Abordagens e paradigmas na RI

Saracevic (1999), Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2011) destacam duas abordagens para a RI, as quais, apesar de ambas terem igual interesse na recuperação, possuem diferentes perspectivas, diferenças conceituais e organizacionais:

- **RI centrada nos sistemas:** desde os anos 50 e durante várias décadas seguintes, foi a única abordagem existente. Consiste principalmente na construção de índices eficientes, no processamento de consultas do usuário com alto desempenho e no desenvolvimento de algoritmos de classificação para melhorar os resultados da recuperação. Baseada em algoritmos, segue um modelo que não dá relevância plena à interação com o usuário, mas enfatiza a melhoria dos sistemas e a organização dos bancos de dados.
- **RI centrada nos usuários:** iniciou-se a partir dos anos 80. Consiste principalmente em estudar o comportamento do usuário compreendendo suas principais necessidades e em determinar

como tal compreensão afeta a organização e a operação do sistema de RI. Usa modelos interativos e cognitivos considerando e até dando ênfase no lado humano. Ou seja, ela está interessada na usabilidade e melhoria da interação humana com o sistema.

De forma mais abrangente, a RI pode ser classificada conforme a sua relação com os três paradigmas da CI, físico, cognitivo e social, conforme Saracevic (1999), Capurro (2003), Nascimento (2006), Almeida *et al.* (2007) e Araujo (2014):

- **RI no paradigma físico:** relacionado à Teoria da Informação de Claude Shannon e Warren Weaver, de 1949, possui raízes em atividades clássicas dos bibliotecários e documentalistas com abordagem focada nos sistemas de informação por intermédio de processos tecnológicos. Nesse caso, o processo da RI não valoriza o usuário, tendo, de um lado, o sistema de RI com uma base de dados e, do outro, o usuário que tende a ter seu desejo ou necessidade informacional não interpretados corretamente.
- **RI no paradigma cognitivo:** proposto inicialmente por Bertram C. Brookes, em 1977, que foi diretamente influenciado pela epistemologia de Karl Popper com os seus três mundos⁹. Tem abordagem no indivíduo por intermédio de processos psicológicos. A informação se relaciona às estruturas de conhecimento do usuário. Porém, parte da premissa de que a busca de informação tem sua origem na necessidade do usuário, na qual o conhecimento que está ao seu alcance não é suficiente para satisfazer tal necessidade. Na RI, considera os modelos mentais dos usuários utilizando-se de abordagens cognitivas e centradas no processo interpretativo dos usuários, observando as suas características fenomenológicas e individuais.

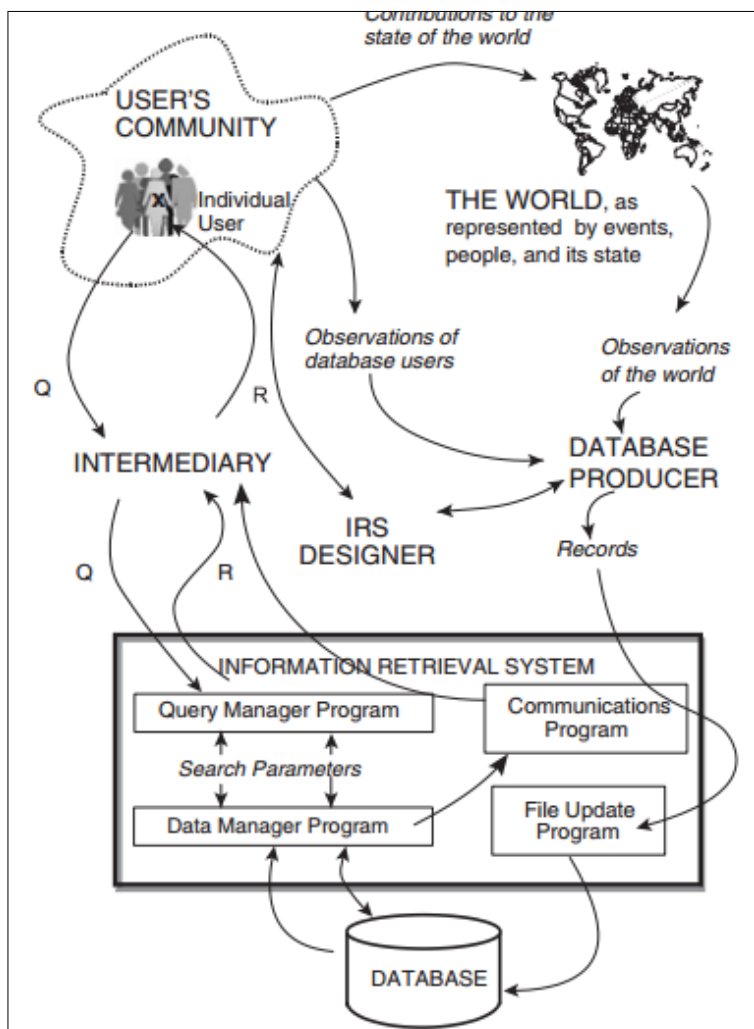
9 Três mundos de Karl Popper: mundo das coisas físicas, mundo do conhecimento subjetivo e mundo do conhecimento objetivo que pode ser explicitado e registrado (POPPER, 1999).

- **RI no paradigma social:** tem como principais expoentes a filosofia de Ludwig Wittgenstein, em 1958, a Teoria do Discurso de Michel Foucault, de 1994, e os estudos de Birger Hjørland e Hanne Albrechtsen, a partir de 1995. Considera-se o usuário inserido em contextos sociais onde a informação é dependente do domínio a qual ela pertence. Tendo foco na informação construída, um conhecimento só faz sentido se houver um pressuposto conhecido e compartilhado com outros. O paradigma social dá a “[...]” possibilidade de provocar a produção de outro conhecimento, não linear, mas circular, que valorize as inter-relações culturais, ambientais, sociais, econômicas e políticas construídas para enfrentar de forma mais coerente e atuante os desafios atuais da sociedade” (NASCIMENTO, 2006, p. 33). Na RI, o foco é na “[...]” recuperação dos elementos subjetivos dos usuários para a definição do desenho dos sistemas de recuperação, considerando sua visão de mundo “[...]”, direcionando-se a “[...]” um enfoque interpretativo, centrado no significado e no contexto social do usuário e do próprio sistema de recuperação da informação” (ALMEIDA, 2007, p. 22).

A Figura 1 representa o modelo de uma sistema da RI que representa vários elementos e fluxos do paradigma social da CI e da abordagem centrada no usuário. A RI nesse modelo é representada em um âmbito de sistema cíclico, no qual usuários de uma comunidade (*user's community*) expressam a sua necessidade informacional como uma consulta (*Q: query*) para um agente intermediário (*intermediary*), mediador humano ou máquina/interface que, por sua vez, repassa-a ao sistema de RI (*information retrieval system*). O sistema é composto de módulos gerenciadores de consultas e de dados (*query manager program, data manager program*) que se conecta com o banco de dados (*database*), entre outros módulos, que, finalmente, devolve a informação recuperada (*R: response*) ao intermediário, o qual, por sua vez, repassa ao usuário. O mediador pode ainda refazer a consulta, caso

julgue necessário, sem ainda encaminhar os resultados ao usuário, a fim de obter novos resultados que sejam mais relevantes.

Figura 1 – Modelo de um sistema de RI com elementos e fluxos do paradigma social da CI



Fonte: Meadow *et al.* (2007, p. 6)

Ainda na Figura 1, é importante destacar a participação do produtor da base de dados (*database producer*) que é explicitamente indicado como parte do sistema de RI, bem como as interações dele com a comunidade de usuários (*user's community*), com o projetista do sistema de RI (*IRS design*) e com o mundo (*the world*). Esse modelo também enfatiza a importante interação do projetista do sistema de RI (*IRS design*) com a comunidade de usuários (*user's community*). Trata-se, portanto, de um modelo que considera o elevado grau de interação entre usuários e bases de dados, para a construção de sistemas de RI com fortes traços do paradigma social da CI.

Comportamento informacional

A RI com foco nos usuários e seu contexto sociocultural fez surgir uma área de estudo denominada *interactive information retrieval* (IIR). Ferramentas de IIR permitem explorar a informação e a descoberta de conhecimento de forma mais eficaz e eficiente (ZHANG, 2008), como será tratada mais adiante. A IIR é a composição da RI com a área interação humano-computador ou *human computer interaction* (KELLY; SUGIMOTO, 2013). Dessa forma, Belkin (2008) e Kelly e Sugimoto (2013) alertam para o desafio de abordar a natureza inerentemente interativa da RI, ou seja, é necessário considerar as interações do usuário como um processo central da RI. Por outro lado, os autores reconhecem que isso exige esforços conjuntos de pesquisadores que terão que se abdicar dos modelos estritamente formais de RI, em favor de modelos realistas e úteis.

A RI também está relacionada a uma área denominada de *information seeking behaviour*, também conhecida por *information seeking and retrieval* (IS&R) (INGWERSEN; JÄRVELIN, 2005). Porém, essa área é ampla e altamente dependente do contexto, tais como os estados cognitivos e afetivos do usuário, ambientes sociais, culturais e organizacionais entre outros (SARACEVIC, 2010). Saracevic também destaca outra área similar: *information search behaviour*, que é um

subconjunto da *information seeking behaviour*, e, no contexto da CI, refere-se aos processos utilizados para capturar e recuperar informações em diferentes sistemas de informação. Ela é a parte mais empírica e pragmática da *information seeking behaviour*, na qual muitos estudos estão voltados para a melhoria da interface, motores de busca e das interações humano-computador. Segundo Wilson (2000), *information search behaviour* acontece em um nível micro e engloba todas as interações do usuário com os sistemas de informação, desde a utilização do mouse até um nível mais intelectual com a utilização de uma estratégia de busca booleana ou mesmo a determinação de critérios para julgar qual de duas obras recuperadas é mais útil.

Ambas as áreas de pesquisa, *information seeking behaviour* e *information search behaviour*, pertencem a uma área maior denominada de Comportamento Informacional ou *information behaviour* ou *human information behaviour*, que trata de forma mais ampla o comportamento do usuário, referindo-se a um conjunto de processos e estratégias executadas dinamicamente por pessoas para buscar informação sobre suas questões (SARACEVIC, 2010). Comportamento Informacional lida com a geração, comunicação e utilização da informação (INGWERSEN; JÄRVELIN, 2005), sendo um conceito de interesse de campos como a Psicologia, a Sociologia e Ciência Política e altamente dependente do contexto, envolvendo várias motivações para a busca da informação, estados cognitivos e afetivos, ambientes sociais, culturais e organizacionais, características, valores e modos de vida e assim por diante (SARACEVIC, 2010).

Segundo Wilson (2000), é o comportamento humano em relação às fontes e aos canais de informação, incluindo busca de informação ativa e passiva e uso da informação. Segundo Fisher e Julien (2009), o estudo do comportamento informacional foca nas necessidades de informação das pessoas, como elas procuram, gerenciam, entregam e utilizam informações, tanto propositadamente, quanto passivamente, nos variados papéis que compõem suas vidas cotidianas. Araujo (2014, p. 13) destaca a realização de “[...] estudos sobre

‘práticas informacionais’, voltados para o estudo da ligação entre aspectos informacionais socioculturais (formas coletivas de se relacionar com a informação, critérios coletivos de relevância, necessidade etc.) e os comportamentos informacionais individuais”.

É possível para o pesquisador compreender a área do Comportamento Informacional como um processo inerente ao ser humano aprendiz que, na medida em que tem necessidade de informação, executa ações de busca, uso e transferência de informação (GASQUE; COSTA, 2010). Finalmente, o Comportamento Informacional é forte em modelos e teorias e tem seguido uma linha em direção de outras disciplinas, como a Psicologia, a Comunicação e a Filosofia (SARACEVIC, 2010) sendo uma área estável e que não deverá mais sofrer grandes modificações no campo teórico por já possuir indicações de maturidade (CASE, 2006).

Princípios FAIR e publicação de dados para RI

Apesar de todo o movimento sobre a RI direcionado às necessidades informacionais do usuário considerando-se também seu contexto sociocultural, não é possível perder de vista a importância do aprimoramento dos sistemas tanto de RI, quanto de organização de dados ou de conhecimento. Essa preparação dos dados influi diretamente na qualidade da informação recuperada pelos sistemas de RI. Os princípios FAIR (um acrônimo para *findable, accessible, interoperable* e *reusable*) vão nessa direção, pois eles orientam profissionais da informação para uma boa publicação e gestão de dados científicos. É claro que esses mesmos princípios podem ser amplamente utilizados em outros contextos além do científico, tal como indústria, governos e instituições culturais entre outros.

Os Princípios FAIR dão ênfase no aprimoramento da capacidade das máquinas de encontrar e utilizar dados automaticamente, além de apoiar sua reutilização por humanos (WILKINSON *et al.*, 2016) na construção de outras bases e, assim, torná-las mais interoperáveis,

isto é, apoiada por padrões que lhe dão capacidade de serem lidas por outros sistemas. Conforme Wilkinson *et al.* (2016), os princípios FAIR são aplicados sobre os dados e/ou metadados da base que está sendo organizada:

- **Findable** (localizável): cuida da descrição rica, precisa e clara dos metadados que identificam os dados para que eles possam ser localizados por máquinas de busca;
- **Accessible** (acessível): orienta principalmente quanto à abertura dos dados e à forma de garantir o seu acesso por algoritmos;
- **Interoperable** (interoperável): indica a utilização de padrões, tais como ontologias, para que os metadados possam ser compartilhados e reconhecidos por outros sistemas;
- **Reusable** (reusável): orienta para que os metadados tenham atributos precisos e relevantes, zelando pela sua proveniência e atendendo a padrões da comunidade que representa o domínio.

Há outros trabalhos na mesma linha, com foco na preparação da base de dados, tal como os princípios FAIR. Por exemplo, no contexto de emprego de técnicas para indexação em função da capacidade em responder às demandas informacionais, Lancaster (2003) cita quatro critérios a serem considerados: (1) **cobertura** – a existência de documentos na base sobre um determinado assunto e de um determinado período; (2) **recuperabilidade** – a capacidade de recuperação de documentos segundo estratégias de busca viáveis; (3) **previsibilidade** – a possibilidade do usuário em aferir a importância dos itens recuperados; (4) **atualidade** – capacidade em fornecer itens novos ou atualizados e não simplesmente entregar elementos antigos.

Outro exemplo é a pesquisa de Waard *et al.* (2015), a qual sinaliza 10 verificações a serem realizadas sobre os dados publicados: (1) armazenado, (2) preservado, (3) acessível, (4) detectável, (5) citável, (6) compreensível, (7) revisado, (8) reproduzível, (9) reutilizável e (10) integrado aos aspectos citados.

Dados publicados, segundo os conjuntos de critérios citados nesta seção, proporcionam às máquinas de busca, principalmente em ambiente Web, maiores possibilidades em oferecer uma RI com foco no atendimento às necessidades informacionais do usuário.

Desafios e problemas na RI

A área de RI está em constante evolução e possui diversos desafios e problemas a serem vencidos. Por exemplo, considerando a abordagem centrada nos sistemas, é desafiador colocar em prática os princípios FAIR na publicação de dados. Por outro lado, na abordagem centrada no usuário e ampliando os paradigmas físico, cognitivo e social da CI, um sistema de RI fica mais completo quando leva em consideração todos esses elementos.

Com o advento da Web, os sistemas de RI se tornaram fundamentais, pois ela é praticamente onipresente no nosso dia a dia. Contudo, devido às suas peculiaridades, alguns problemas ficam amplificados. Por exemplo, o excesso de postagens e publicações oriundos das facilidades inerentes à interação que é proporcionada pela Web 2.0 é um grande problema, pois a maior parte delas está desorganizada e tem recuperação difícil, se submetida a um serviço de busca. Maarek (2011) enumera problemas específicos do ambiente da Web: (i) os dados são excessivamente distribuídos, (ii) existe alta porcentagem de dados voláteis, (iii) há grande volume de dados e com crescimento também grande, (iv) os dados na Web, em geral, não são estruturados e existe muita redundância, (v) há baixa qualidade e confiabilidade nos dados publicados, (vi) os dados são heterogêneos, (vii) há dificuldade do usuário em expressar uma boa consulta e (viii) o usuário tem muito trabalho para fazer uma boa interpretação do grande volume de dados retornados nas consultas.

Observa-se que a maioria dos usuários não está interessada em buscas exaustivas, mas na precisão dos resultados, e essa pode ser uma das razões da popularidade do Google (HJØRLAND, 2021). O

autor complementa que para alguns fins, como os acadêmicos, pesquisas exaustivas são, muitas vezes, necessárias e esse é um dos pontos fracos do Google e sistemas relacionados.

Um grande desafio para um sistema de recuperação é fazer uma pesquisa rápida e fornecer respostas relevantes, mesmo quando as consultas são mal formuladas, como ocorre com frequência na Web. Além disso, o sistema deveria retornar informações relevantes ao usuário e não somente dados que atendem à sua consulta.

Como as buscas são normalmente feitas a partir de termos, como um usuário vai obter documentos que contém termos que ele ainda não conhece? (HJØRLAND, 2021). Hjørland traz a reflexão: na biblioteca e na CI, a distinção entre pesquisa por item conhecido e pesquisa por assunto está bem estabelecida. A área da organização do conhecimento estabelece diretrizes bem claras quanto a isso. Mas e nas máquinas de busca na Web? Hjørland (2021) ainda chama atenção sobre a pesquisa por assunto, quando documentos desconhecidos de relevância para uma determinada investigação têm que ser pesquisados em um contexto usando conceitos e sistemas simbólicos desconhecidos para o pesquisador.

Hjørland (2021) sinaliza para a falta de controle do usuário quanto à escolha do processo de busca que, por um lado, pode ser confortável pela minimização do trabalho, por outro, exige um depósito grande de confiança no algoritmo. O autor também alerta para a personificação de uma busca que pode atrapalhar os resultados, uma vez que o usuário pode não querer que seja levado em conta a sua localização. Hjørland (2021) também indica a escolha de documentos populares pelos algoritmos como sendo um problema. Nem sempre os documentos recuperados e ranqueados como primeiros são os que atendem a necessidade informacional do usuário.

No lado dos sistemas de RI, ter condições de lidar com *big data* e usar tecnologias mais atuais, como mineração de dados e de textos, inteligência artificial, processamento de linguagem natural entre outras, além do aumento da capacidade semântica da Web e uso de

ontologias, são ações desafiadoras que podem trazer benefícios concretos para o aumento da qualidade da informação recuperada.

RELEVÂNCIA E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE NA RI

A relevância é amplamente usada nas métricas para cálculo da qualidade da informação recuperada. Esta seção trata de aspectos da relevância da informação recuperada e é organizada em duas subseções: relevância da informação recuperada e avaliação da qualidade da informação recuperada por meio das medidas “precisão” e “revocação”.

Relevância da informação recuperada

A relevância da informação recuperada é dependente do usuário e não do sistema (HJØRLAND, 2010) e é um conceito-chave na CI e em particular da área da RI (SARACEVIC, 1999, 2007). Porém, a determinação da relevância de cada um dos documentos recuperados permitirá a construção de um ranking para apresentar ao usuário o grupo de documentos em uma ordem adequada (BAEZA-YATES; RIBEIRO-NETO, 2011). Os autores ainda afirmam que os algoritmos de ranqueamento constituem-se no núcleo dos sistemas de RI. Saracevic (1999, 2007) afirma que, no contexto da CI, a relevância indica uma relação e é o atributo ou critério que reflete a eficácia da troca de informações entre os usuários e sistemas de RI, com base em avaliações feitas por humanos. Por outro lado, Hjørland (2010) observa que usuários de sistemas de informação não são automaticamente competentes para julgar relevância. Pelo seu caráter abstrato, a relevância da informação recuperada dificulta a criação de estruturas artificiais capazes de garantir que os resultados de uma busca sejam relevantes ao seu usuário (SILVA; SANTOS; FERNEDA, 2013).

Saracevic (2007) analisou 16 estudos que investigaram a variedade de fatores que influenciam na forma como os seres humanos determinam a relevância da informação, observando que, por um

lado, ela está intimamente relacionada aos estudos do comportamento informacional e, por outro, ela é completamente ligada à tecnologia da informação. Saracevic (2007) conseguiu agrupar os vários fatores que determinam a relevância em seis tipos distintos, quando se trata de interação entre pessoas, informações e tecnologia:

- **Conteúdo:** tema, qualidade, profundidade, escopo, atualidade, atendimento, clareza;
- **Objeto:** características dos objetos de informação, por exemplo, tipo, organização, representação, formato, disponibilidade, acessibilidade, custos;
- **Validade:** precisão das informações fornecidas, reputação, confiabilidade das fontes, comprovação;
- **Utilização:** adequação com a situação ou tarefas, usabilidade, urgência, valor no uso;
- **Correspondência cognitiva:** compreensão, novidade, esforço mental;
- **Correspondência afetiva:** respostas emocionais à informação, à diversão, à frustração e à incerteza;
- **Correspondência com a crença:** crédito pessoal atribuído à informação, à confiança.

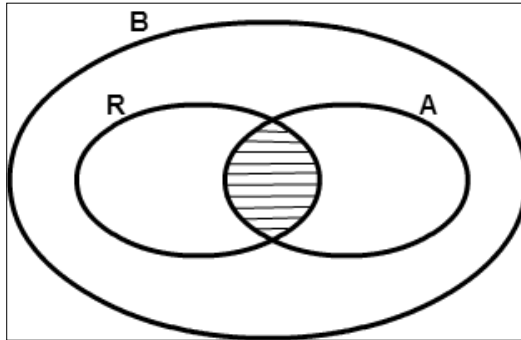
Saracevic (2007) alerta que esses critérios não são independentes, ou seja, usuários podem aplicar vários deles simultaneamente, enquanto decidem sobre a relevância de uma determinada informação. O autor ainda sistematizou fatores que afetam um julgamento sobre a relevância, a partir de outras pesquisas, além de desenvolver, em seu artigo, um amplo debate sobre esses fatores e suas derivações. Saracevic (2007) concluiu que, apesar das grandes mudanças nos sistemas de RI e em ritmo acelerado, a relevância é atemporal e sempre haverá um grande foco sobre seu estudo.

Avaliação da qualidade da informação recuperada via precisão e revocação

Cleverdon (1962), em seu projeto Aslib-Cranfield, desenvolvido na Universidade de Cranfield, investigou a eficiência de sistemas de indexação e é considerado o precursor das medidas de relevância *precision* (precisão) e *recall* (revocação). A força delas decorre do fato de envolverem usuários como os juízes da eficácia do desempenho e, por outro lado, o ponto fraco é o mesmo, ou seja, pelo fato de depender do julgamento de usuários, possui todos os perigos da sua subjetividade e variabilidade (SARACEVIC, 1999).

Quanto ao papel dos índices de “precisão” em um processo de busca e RI, Araújo Junior (2007, p. 83) destaca que eles devem “[...] dar noção exata se o que está sendo recuperado na base de dados é útil ao usuário”. O autor também observa que, apesar de trazer imprecisões, a sua utilização deve servir de ponto de partida para melhoria contínua dos sistemas de RI, mas tudo começa pela compreensão clara da demanda informacional. Mesmo após quatro décadas, Araújo Junior (2007), Kelly (2009), Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2011) e Kelly e Sugimoto (2013) destacam as medidas “precisão” e “revocação” como bem estabelecidas e aceitas pela comunidade para a RI clássica, ou seja, aquela que não envolve interação do usuário.

Figura 2 – Medidas “precisão” e “revocação”



Fonte: elaboração própria

A Figura 2 representa as medidas de “precisão” e “revocação”, juntamente com as equações (1) e (2), onde:

B: é a base de documentos;

R: é o conjunto formado por todos os documentos relevantes para o usuário;

|R|: é a quantidade dos documentos relevantes, presentes na base;

A: conjunto formado por todos os documentos recuperados na busca;

|A|: é a quantidade de documentos recuperados;

$R \cap A$: é a intersecção entre os conjuntos dos documentos relevantes para o usuário e dos documentos recuperados na busca, ou seja, é o conjunto de documentos relevantes que foram recuperados;

$|R \cap A|$: é a quantidade de documentos relevantes que foram recuperados.

$$\text{revocação} = \frac{|R \cap A|}{|R|} \quad (1)$$

$$\text{precisão} = \frac{|R \cap A|}{|A|} \quad (2)$$

Conforme a equação 1, a “revocação” de uma operação de RI é mensurada pela razão entre a quantidade de documentos relevantes e recuperados pela quantidade total de documentos relevantes na base. De acordo com a equação 2, a “precisão” de uma operação de RI é mensurada pela razão entre a quantidade de documentos relevantes e recuperados pela quantidade total de documentos recuperados pela busca.

Como exemplo para ilustrar, suponha a necessidade informacional de obter obras de Machado de Assis, **R**. Uma busca é feita em um sistema de biblioteca e retorna 200 obras, **|A|**. Dessas, apenas 150 são relevantes, isto é, obras do autor, **|R ∩ A|**, as outras 50 são obras pertencentes a outros contextos, como manuais sobre a ferramenta de corte machado, entre outras. Sabendo-se que na base existem 180 obras catalogadas de Machado de Assis **|R|**, os valores de “precisão” e “revocação” são calculados como apresentado nas equações (3) e (4).

$$\text{revocação} = \frac{|R \cap A|}{|R|} = \frac{150}{180} = 83\% \quad (3)$$

$$\text{precisão} = \frac{|R \cap A|}{|A|} = \frac{150}{200} = 75\% \quad (4)$$

Pode-se observar que se o sistema tivesse recuperado todas as obras de Machado de Assis dentre um resultado total de, por exemplo, 300 recuperadas, **|A|**, a “revocação” atingiria 100%. Por outro lado, a “precisão” cairia para 60%, pois, apesar de todas as obras de Machado de Assis, 180, terem sido recuperadas, **|R ∩ A|**, 120 não

eram relevantes do total de 300 recuperadas. Esses cálculos podem ser observados nas equações (5) e (6).

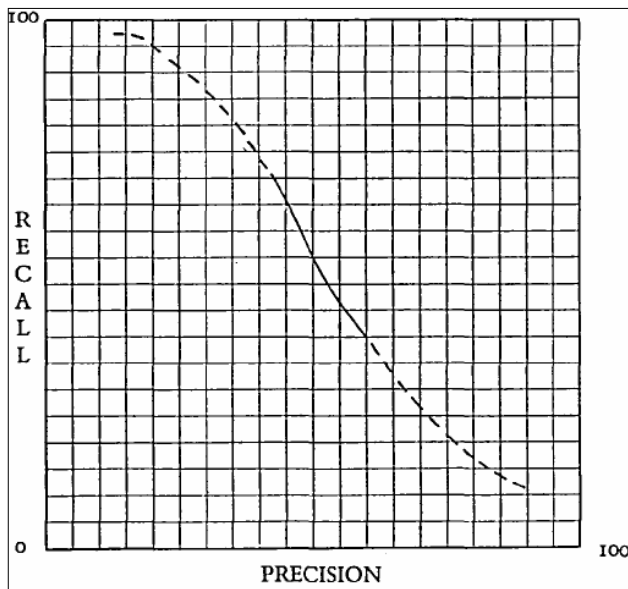
$$\text{revocação} = \frac{|R \cap A|}{|R|} = \frac{180}{180} = 100\% \quad (5)$$

$$\text{precisão} = \frac{|R \cap A|}{|A|} = \frac{180}{300} = 60\% \quad (6)$$

Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2011) defendem a ideia de que o principal objetivo de um sistema de RI é recuperar todos os itens que são relevantes a uma dada consulta do usuário e o menor número possível de itens menos relevantes. Kelly e Sugimoto (2013) caracterizam “precisão” e “revocação” como medidas de desempenho, ou seja, equivalem ao quão bem-sucedido um usuário foi em realizar uma tarefa de RI junto a um sistema e ainda são derivadas da medida de relevância.

Contudo, observa-se que a medida “precisão” é inversamente proporcional à “revocação”, ou seja, quanto maior for uma, menor será a outra. Esse fenômeno pode ser observado no exemplo de RI das obras de Machado de Assis desta seção. Cleverdon (1972), de forma empírica, foi o primeiro a observar essa relação entre “precisão” e “revocação”, conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Relação típica entre as medidas “precisão” e “revocação”



Fonte: Cleverdon (1972, p. 200)

Nesse gráfico, observa-se que um valor alto de precisão traz como consequência um valor baixo de revocação, isto é, entre os documentos recuperados, a maior parte é relevante, porém, há grande quantidade de documentos relevantes não recuperados. E a situação oposta, na qual um valor alto de revocação traz como consequência um valor baixo de precisão, isto é, praticamente todos os documentos relevantes foram recuperados, porém, há grande quantidade de documentos não relevantes no conjunto dos recuperados.

Gordon e Kochen (1989), também de forma empírica, apresentaram um gráfico próximo do resultado obtido por Cleverdon. Vários outros autores observam essa relação inversa entre “precisão” e “revocação”, sendo que Araújo Junior (2007) destaca que, em função disso, há necessidade de gestão da “precisão” que é apoiada em dois

elementos básicos: (i) controle da “revocação” e da exaustividade¹⁰, com o objetivo de aumentar o índice de “precisão” no processo de busca e RI, e (ii) aperfeiçoamento contínuo da interação dos usuários com os sistemas, para aperfeiçoar a análise das medidas de “precisão”.

Buckland e Gey (1994) também questionam esse típico resultado entre a relação de “precisão” e “revocação”, sugerindo, em seu experimento, a adoção de outra estratégia para minimizar essa relação inversa. Eles mostraram melhoria simultânea em ambas as medidas, por intermédio de dois estágios na estratégia de recuperação: uma busca inicial, dando foco maior em uma alta “revocação”, em seguida, outra busca no conjunto de informações recuperadas para melhorar a “precisão”. Eles também propõem continuidade desse processo em vários estágios de recuperação. Essa recuperação em múltiplos estágios foi também sugerida por Porter (1983 *apud* BUCKLAND; GEY, 1994) e Buckland *et al.* (1992). A melhor situação possível para as duas medidas seria o valor absoluto de índice igual a 100% para cada medida de forma independente.

Uma forma de simplificar a interpretação do resultado é usar uma única medida capaz de representar ambos, “precisão” e “revocação”. Calcula-se, nesse caso, a média harmônica entre elas, conforme ilustra a equação (7), chamada de **Fmeasure** no contexto da RI (BAEZA-YATES; RIBEIRO-NETO, 2011):

$$\text{F-measure} = 2 \times \frac{(\text{precisão} \times \text{revocação})}{(\text{precisão} + \text{revocação})} \quad (7)$$

A seleção e interpretação de qualquer medida para avaliação de desempenho devem ser embasadas nos objetivos do sistema e a tarefa que o usuário realiza (KELLY, 2009). As pesquisas na área

10 Exaustividade diz respeito à capacidade do sistema em indexar um documento em profundidade sendo uma variável dependente da política de indexação adotada.

de RI têm explorado muitas técnicas, mas os sistemas modernos de recuperação tendem a ser instrumentos fechados, recuperando muitos documentos não relevantes, com elevados erros de “precisão”, e deixando de recuperar muitos documentos relevantes. Nesse caso, o usuário fica com a importante tarefa de ler ou analisar os resultados obtidos, para determinar se eles têm as informações solicitadas, e de descobrir como reformular um pedido para novamente verificar se existem documentos relevantes que foram perdidos na busca (WOODS, 2004).

MODELOS E TAXONOMIAS PARA RI

Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2011) propõem, como demonstrado no Quadro 1, uma definição formal de modelo de RI, que é determinado pelas premissas fundamentais que formam a base de um algoritmo de ranqueamento dos resultados de uma busca.

Quadro 1 – Definição de modelo de RI

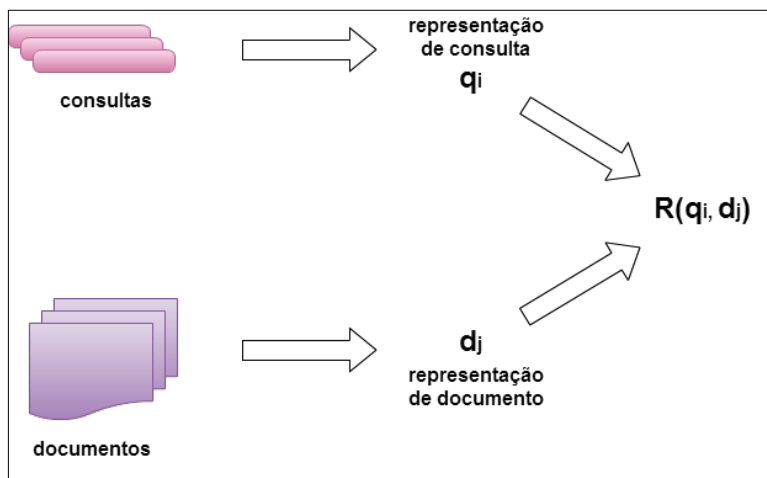
Definição: Um modelo de recuperação de informação é uma quádrupla $[D, Q, F, R(q_i, d_i)]$ onde:

1. D é um conjunto formado por visualizações lógicas (ou representações) da base de documentos do domínio (*domain*).
2. Q é um conjunto formado por visualizações lógicas (ou representações) da necessidade informacional do usuário. Tais representações são chamadas de consultas (*queries*).
3. F é um *framework* para representações dos documentos do modelo, consultas, e seus relacionamentos, tais como conjuntos e relacionamentos booleanos, vetores e operações de álgebra linear, espaços amostrais e distribuições probabilísticas.
4. $R(q_i, d_i)$ é uma função de ranqueamento que associa um número real com uma representação de consulta, $q_i \in Q$, e uma representação de documento, $d_i \in D$. Tal ranking define uma ordem entre os documentos relacionados à consulta q_i .

Fonte: Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2011, p. 58, tradução nossa)

A função de ranqueamento é uma parte importante nessa definição do Quadro 1, sendo ela que determina um número correspondente ao ranking do documento recuperado para uma dada consulta. Esse fluxo é simbolizado pela Figura 3, na qual uma representação de consulta, $q_i \in \mathbf{Q}$, junto com uma representação de documento, $d_j \in \mathbf{D}$, retorna um número real, por intermédio da função $R(q_i, d_j)$ e de acordo com os processos previstos no framework F .

Figura 3 – Função de ranqueamento $R(q_i, d_j)$



Fonte: Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2011, p. 59, tradução nossa)

Dependendo do modelo de RI adotado, haverá diferença entre o resultado do ranqueamento da relevância dos documentos recuperados apresentados ao usuário. Desde os primeiros modelos de recuperação de informação desenvolvidos, chamados de clássicos, tais como os modelos booleano, vetorial e probabilístico, muitos pesquisadores desenvolveram vários outros e inclusive algumas taxonomias para a sua classificação. As próximas subseções apresentam os modelos clássicos, modelos estendidos e taxonomias dos modelos.

Modelos clássicos

Compilando as indicações de Salton e McGill (1983), Ferneda (2012), Champclaux, Dkaki e Mothe (2010), Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2011), os três modelos clássicos são brevemente caracterizados por:

- **Booleano** (concebido em 1950): baseado na álgebra de Boole. Documentos são considerados como um conjunto de termos. Uma consulta é formada por uma expressão composta de operadores lógicos, tais como AND, OR e NOT. Um documento é relevante para uma consulta se ele contém os termos da consulta. Vantagens desse modelo: facilidade de implementação e facilidade em expressar a consulta. Desvantagens: a ausência de ordem nos documentos recuperados, como o documento é simplesmente classificado como recuperado ou não, o conjunto resultante por ser vazio ou muito grande.
- **Vetorial** (concebido em 1970): baseado na teoria de espaço vetorial. Consultas e documentos são considerados como vetores de termos. São atribuídos pesos aos termos das consultas e documentos, que servem para especificar o tamanho e a direção do vetor de representação. O ângulo formado por esses vetores determina a proximidade da ocorrência e a relevância de cada documento. Vantagens desse modelo: permite restringir o resultado a um número mínimo e máximo de documentos desejados, simplicidade e facilidade para computar similaridades com eficiência e comporta-se bem em bases de conhecimento genéricas. Desvantagem: não permite a formulação de consultas booleanas.
- **Probabilístico** (concebido em 1976): baseado em suposições probabilísticas. Consultas e documentos são considerados como um conjunto de eventos. Um evento representa um termo presente ou ausente. O processo da busca é caracterizado pelo grau de incerteza no julgamento de relevância dos documentos em relação à consulta, sendo a atribuição de

relevância uma tarefa do usuário. Vantagens desse modelo: baixa complexidade para implementar e garantia de um bom comportamento do método, a partir da determinação do princípio probabilístico de ordenação. Desvantagens: não explora a quantidade de termos em um documento e ignora o problema da filtragem de informação.

Modelos estendidos

Na literatura, encontram-se outros modelos de RI. Alguns desses modelos são resumidos aqui, a partir dos levantamentos realizados nas obras de Ferneda (2012), Beppler (2008), Champclaux, Dkaki e Mothe (2010) e Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2011):

- **Booleano estendido:** introduz um peso no termo de consulta do modelo booleano. Usa uma representação de vetor e o cálculo da distância entre os vetores para determinar a relevância de um documento *versus* uma consulta booleana.
- **Fuzzy:** baseado na lógica Fuzzy, visa superar as limitações do modelo booleano. É baseado em modelagens do mundo real, permitindo trabalhar com a imprecisão, a incerteza, a diversidade, porém, de forma sistemática e rigorosa. Permite introduzir similaridade gradual entre documentos e consultas (valores entre 0 e 1) baseado na teoria de conjuntos.
- **Algoritmos genéticos:** baseado na teoria da evolução das espécies na biologia. A cada processo de busca, são criadas novas estruturas, que são selecionadas baseadas no conceito de *fitness* (adequação às condições ambientais). Depende diretamente das interações do usuário, para que a base de conhecimento fique cada vez mais apta a dar resultados mais relevantes, para uma dada situação problema da RI.
- **Redes neurais:** tenta simular computacionalmente o funcionamento dos neurônios cerebrais, onde as expressões de busca do usuário e os documentos relacionam-se com

os termos de indexação, comportando-se como uma rede neural. O resultado de uma busca é formado por documentos ligados à expressão de busca e por documentos que o sistema inferiu, a partir da relevância registrada em interações anteriores.

- **Indexação semântica latente:** tenta trabalhar com o lado semântico de cada termo do documento, introduzindo uma interessante conceituação de problema de RI baseado na decomposição em valores singulares. Mapeia cada vetor de documento e consulta em um espaço dimensional composto de conceitos. Do ponto de vista prático, ainda não existem resultados satisfatórios.
- **Best Match 25:** foi criado a partir de uma série de experimentos e variações sobre o modelo probabilístico clássico. Porém, diferentemente do modelo clássico, é possível calcular o *ranking* dos documentos recuperados sem informações de relevância fornecidas pelo usuário. Também usado para avaliar novos métodos de ranqueamento em substituição ao modelo vetorial.
- **Processamento de linguagem natural:** é usado em sistemas com processamento de linguagens naturais¹¹. Considerado um modelo semântico, usa a estrutura e o significado dos documentos definindo um modelo de linguagem para cada documento e usa esse modelo para investigar a probabilidade de gerar uma dada consulta para ele. O *ranking* de relevância é produzido por intermédio da ordenação dessas probabilidades.
- **Divergência de aleatoriedade:** com características do modelo de linguagens, esse modelo computa o peso dos termos, pela medida da divergência entre uma distribuição de

11 Linguagens naturais são usadas para a comunicação humana, tais como português, inglês, espanhol etc.

termo produzido por um processo randômico e a real distribuição de termos. Nem todas as palavras são importantes para descrever o conteúdo de um documento, então, elas são distribuídas aleatoriamente.

- **Redes bayesianas:** é uma abordagem para o desenvolvimento do modelo probabilístico. Redes bayesianas são grafos direcionados e não cíclicos, nos quais os nós representam variáveis e as arestas representam as probabilidades de relacionamento entre elas. Dessa forma, as consultas e os documentos formam uma rede capaz de representar interdependências entre termos e documentos.
- **Inferencial:** baseado nas redes bayesianas, esse modelo é considerado uma visão epistemológica do problema de RI. A rede construída é formada por nós que representam documentos, termos de índice, consultas e necessidades informacionais do usuário. As arestas representam a confiança entre esses elementos. De uma maneira geral, a relevância de um documento para uma consulta corresponde ao grau de confiança com que o documento satisfaz à necessidade do usuário.
- **Texto estruturado:** esse modelo aproveita-se da estrutura existente em textos para melhorar vários estágios do processo de RI: indexação, recuperação, apresentação dos resultados e consulta. Usa linguagens de marcação, tal como XML.
- **Web:** são modelos que trabalham sobre a Web. Considerando as características bem peculiares da Web (grande, volátil e distribuído com informações não estruturadas). O ranqueamento é a parte mais complexa, porém, importante, do processo de busca e geralmente é realizada em função dos *links* associados ao documento. Além disso, a identificação da qualidade da informação recuperada é um dos grandes desafios.
- **Grafo:** explora a estrutura de grafo dos documentos para determinar similaridade entre uma consulta e um documento:

a similaridade não depende somente dos termos indexados e compartilhados, mas também de sua vizinhança.

- **Multimídia:** são modelos que trabalham na recuperação integrada de texto, imagem, vídeo e som. É uma RI complexa, diferentemente do texto que possui palavras que se comportam como unidades básicas de leitura, os elementos multimídia possuem poucos delimitadores. A distância semântica e complexidade aumentam na seguinte direção: texto, fala, imagem, vídeo e música. A determinação do grau de similaridade entre os elementos multimidiáticos é determinante para melhorar a probabilidade de o usuário achar respostas relevantes.

Taxonomias dos modelos

Existe uma proliferação de algoritmos, métodos, tecnologias e ferramentas para RI, além das diferentes terminologias usadas (CANFORA; CERULO, 2004). As taxonomias são úteis para organizar esse conhecimento, facilitar o estudo do estado da arte, bem como auxiliar a pesquisa para o desenvolvimento de novos modelos com novas características para atender melhor às necessidades informacionais.

Diversas taxonomias para classificar modelos de RI são encontradas na literatura. Kuropka (2004) desenvolveu uma taxonomia com duas vertentes: a primeira classifica os modelos segundo a sua base matemática, ou seja, se são fundamentados na teoria de conjuntos, se são algébricos ou se são probabilísticos. A segunda vertente é relacionada à existência de dependências entre os termos da pesquisa. Champclaux, Dkaki e Mothe (2010) propuseram uma taxonomia que faz analogia com a Ciência Cognitiva, usando critérios de similaridade para comparar um objeto com outro. Esses autores classificam os modelos segundo três abordagens de similaridade: (i) distância espacial, (ii) baseado em atributos e (iii) estrutural. A taxonomia de Naranjo, Kauffman e Ferrández (2014) é baseada no nível

de incerteza, sendo classificada em probabilístico, grau de possibilidade e o quanto é relacionado a fatos.

A taxonomia proposta por Canfora e Cerulo (2004) é ampla em seus critérios e consegue classificar os modelos utilizando-se vários elementos e suas especificidades, porém, ela é específica para RI no formato de texto, enquanto Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2011), apesar de proporem uma taxonomia mais simples em se tratando de critérios, conseguiram ampliar o espectro de tipos de documentos, tratando também os documentos formados por *links* e aqueles do tipo multimídia, além do texto. Essas duas taxonomias são exploradas em mais detalhes na tese do autor do presente trabalho, Cristovão (2016), pois serviram de base para a criação do modelo de RI proposto e, resumidamente, apresentado em Cristovão e Fernandes (2018).

RECUPERAÇÃO DE CONHECIMENTO

Apesar do conhecimento ser considerado uma informação que foi internalizada na mente humana (LIEW, 2013), ele também pode ser classificado em tácito e explícito (NONAKA, 1991), sendo o tácito um conhecimento internalizado na mente e de difícil externalização, e o explícito um conhecimento que pode ser registrado usando-se alguma linguagem sistematizada. Baseando-se nessas concepções, considera-se que o modo como a informação é apresentada em um sistema de RI, isto é, enquanto conhecimento explicitado, por meio de recursos apropriados, favorece a construção de novos conhecimentos pelo usuário. Nesse caso, o usuário tem contato com os itens recuperados por meio de estruturas de visualização que obedecem aos preceitos da visualização de conhecimento.

Todo esse processo com seus elementos constitui-se na Recuperação de Conhecimento e será analisado nesta seção, que é organizada nas seguintes subseções: Ri cognitiva, análise comparativa da recuperação de conhecimento com a RI e visualização de informação e de conhecimento e visualização de domínio do conhecimento.

RI cognitiva

O Comportamento Informacional, tratado em seção anterior neste capítulo, aborda o processo de RI com forte conexão aos estados cognitivos e afetivos do usuário em seus ambientes sociais, culturais e organizacionais. O Comportamento Informacional tem estreita relação com a RI cognitiva, *cognitive information retrieval* (CIR), que trata dos processos de interação homem-computador que estão embutidos no contexto social e vida cotidiana do indivíduo (SPINK; COLE, 2005). Spink e Cole (2005) ainda sinalizam que CIR é uma área interdisciplinar de pesquisa que inclui CI, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva, Interação Homem-Computador, fatores humanos e outras disciplinas relacionadas à informação. Os autores também argumentam que essa é uma área importante a ser considerada no desenvolvimento de sistemas de RI.

Spink e Cole (2005) abrem reflexão para analisar a distinção entre abordagem de sistema e abordagem cognitiva, fazendo uma comparação com a diferença entre busca de informação e uso de informação e, ainda, entre dado e informação. A partir dessa reflexão, os autores indicam que a contextualização da recuperação de dados em busca e uso de informação na interação entre usuário e sistema é, talvez, o caminho para transformar o sistema de RI, de um sistema de aquisição de dados em um sistema de aquisição de informações para o usuário.

Sobre essas duas abordagens, Ingwersen e Järvelin (2005) destacam que a RI cognitiva enfrenta problemas metodológicos, precisando ser convincente sobre a generalização dos resultados, em particular aqueles derivados de estudos orientados para o usuário. Isso porque há uma diferença fundamental: a RI cognitiva precisa controlar a questão humana que é dependente de inúmeras variáveis. Por outro lado, os autores destacam que a RI pode ser vista como uma ciência ou tecnologia sobre como aumentar o desempenho no acesso às informações em documentos em vários meios de

comunicação, e a RI cognitiva aparece como uma disciplina fundamental nesse processo.

Análise comparativa da Recuperação de Conhecimento com a RI

Para investigar, definir e situar melhor a recuperação de conhecimento, um caminho é compará-la a outros tipos de recuperação mais conhecidos. Dessa forma, Yao *et al.* (2007) classificam os sistemas de recuperação em geral em três categorias: (i) sistemas de recuperação de dados (*data retrieval systems*), adequados para armazenamento de recuperação de dados estruturados, tal como os sistemas gerenciadores de banco de dados; (ii) sistemas de RI (*information retrieval systems*), busca as informações solicitadas pelo usuário, tal como as máquinas de busca da Web, porém o usuário é quem deve ler e analisar quais são os documentos relevantes que contêm conhecimento útil; (iii) sistemas de recuperação de conhecimento (*knowledge retrieval systems*), que têm o foco no conhecimento que fornecem, porém ainda são um grande desafio.

O Quadro 2 compara e sintetiza esses três tipos de recuperação. Por intermédio de critérios comparativos (casamento de busca, inferência, modelo, consulta, organização, representação, armazenamento e resultado recuperados), Yao *et al.* (2007) distinguiram os três tipos de recuperação, porém é possível que um sistema tenha elementos mesclados de uma ou outra coluna, não sendo exclusivamente de um só tipo.

Quadro 2 – Comparação entre recuperação de dados, de informação e de conhecimento

| Critérios comparativos | Recuperação de dados | Recuperação de informação | Recuperação de conhecimento |
|------------------------|----------------------|--|---|
| Casamento da busca | Booleano | Parcial ou melhor | Parcial ou melhor |
| Inferência | Dedutiva | Indutiva | Dedutiva, indutiva, raciocínio associativo, raciocínio analógico |
| Modelo | Determinístico | Estatístico e probabilístico | Semântico, de inferência |
| Consulta | Linguagem artificial | Linguagem natural | Estrutura de conhecimento, linguagem natural |
| Organização | Tabela, índice | Tabela, índice | Unidade de conhecimento, estrutura de conhecimento |
| Representação | Número, regra | Linguagem natural, linguagem de marcação | Grafo de conceitos, lógica de predicados, regra de produção, estrutura, rede semântica, ontologia |
| Armazenamento | Banco de dados | Coleções de documentos | Base de conhecimento |
| Resultados recuperados | Conjunto de dados | Seções ou documentos | Um conjunto de unidade de conhecimento |

Fonte: adaptado de Yao *et al.* (2007) extensão de Van Rijsbergen (1979)

Existem controvérsias quanto ao escopo de atuação da recuperação de conhecimento. Por exemplo, Yao *et al.* (2007) observaram que alguns autores consideram que a recuperação de conhecimento é um processo da RI. Há quem considere que a recuperação de conhecimento é uma forma de inferência e acontece sobre uma base de conhecimento. Campos, Souza e Campos (2003, p. 11) reconhecem a recuperação de conhecimento, quando realizada por sistemas baseados em conhecimento, pois “[...] ao contrário do convencional processamento de dados, têm elementos que são mais do que dados isolados; são conceitos que descrevem objetos e suas propriedades”. Como técnicas para avançar nos métodos para a recuperação de conhecimento, Martin e Eklund (2000) propuseram um ambiente baseado no uso de linguagens de metadados e ontologias. Já nessa época, ano 2000,

eles reconheceram o problema da escalabilidade da Web e a falta de semântica nas informações disponíveis na Web.

A recuperação de conhecimento também pode ser vista como um processo que acontece com um indivíduo na sua esfera privada “[...] com o objetivo de lembrança de um dado conceito, previamente assimilado e associado a sua estrutura de conhecimentos, por meio de métodos que promovam a recuperação eficiente e efetiva destes conceitos, dentro de um domínio de conhecimento” (PONTES JUNIOR; CARVALHO; AZEVEDO, 2013, p. 14). Os autores ainda sinalizam que entender como o conhecimento é organizado permite o estabelecimento de “[...] correlações entre os processos de recuperação de conhecimento com os de RI, objetivando a melhoria do desempenho desses últimos” (PONTES JUNIOR; CARVALHO; AZEVEDO, 2013, p. 14). Nessa ótica, a recuperação de conhecimento é dependente do usuário, de seus conhecimentos anteriores e dos recursos que irão auxiliar o relacionamento desse indivíduo e seu conhecimento prévio com as informações recuperadas.

Visualização de informação e de conhecimento

O termo visualização refere-se à representação gráfica de dados ou conceitos, diferente do conceito antigo, que o associava a imagens mentais que as pessoas formavam enquanto pensavam (WARE, 2010). A visualização é também considerada um processo de transformação de dados, informação e conhecimento em representações gráficas para apoiar tarefas, tais como análise de dados, exploração de informação, explicação da informação, previsão de tendências, detecção de padrões, descobertas etc. (ZHANG, 2008). As visualizações estão cada vez mais presentes nas ciências e os recentes avanços na exploração do cérebro têm permitido aos pesquisadores ver quais áreas do cérebro são mais ativas, quando as pessoas desempenham tarefas visuais (WARE, 2010).

Normalmente, as pessoas ficam mais sintonizadas com imagens e informação visual do que informação puramente textual e a representação visual tem condições de comunicar alguns tipos de informação muito mais rapidamente e com efetividade do que outro métodos (BAEZA-YATES; RIBEIRO-NETO, 2011). O estudo de temas baseados em texto pode ser significativamente reforçado pelos benefícios da visualização da informação e espacialização — representação espacial de dados não espaciais (HOOK; BÖRNER, 2005). A informação é mais fácil de lembrar se ela puder ser armazenada e localizada espacialmente (MILLER, 1968; WINN, 1994 *apud* HOOK; BÖRNER, 2005, p. 189). Por todos esses motivos, a visualização é atualmente amplamente empregada em conjunto com os termos dados, informação e conhecimento. Sendo que a visualização de dados é semelhante à ideia da visualização de informação.

Segundo Keller e Tergan (2005), visualização de informação (*information visualization*) e visualização de conhecimento (*knowledge visualization*) são áreas de estudo distintas com desenvolvimentos próprios, apesar de ambas terem como objetivo comum a visualização de estruturas. Estruturas referem-se tanto a elementos de conhecimento, quanto de informação. A visualização de informação emergiu como um campo de estudo nos anos 90 e tem como objetivos revelar padrões invisíveis a partir de dados abstratos e trazer novas percepções para as pessoas, e não apenas imagens bonitas (CHEN, 2013). O autor ainda enfatiza que o maior desafio é capturar algo abstrato e invisível para algo concreto, tangível e visualmente significativo.

A visualização de conhecimento examina o uso de representações visuais para melhorar a transferência e a criação de conhecimento entre, pelo menos, duas pessoas (BURKHARD, 2005). Segundo Burkhard (2005), essa definição é aceita por especialistas das áreas de visualização de informação (*information visualization*) e visualização de domínio do conhecimento (*knowledge domain visualizations*). Keller e Tergan (2005) focam o termo visualização de conhecimento nas visualizações de estruturas que representam conhecimento conceitual.

Meyer (2010) define a visualização de conhecimento como um campo de investigação com foco na criação e transferência de conhecimento por intermédio de visualizações com ou sem a ajuda de computadores, sendo, ainda, um mediador capaz de criar um efeito sinérgico entre várias disciplinas diferentes.

Burkhard (2005) analisou as diferenças entre as áreas de visualização de informação e visualização de conhecimento. O autor observou que, em ambos os casos, pesquisadores exploram habilidades inatas para processar de forma efetiva as representações visuais, mas o modo de usar essas habilidades difere nos dois casos. Burkhard (2005) organizou as diferenças em dez aspectos, aqui sintetizadas e tabuladas, como mostra o Quadro 3.

Quadro 3 – Comparação entre visualização da informação e visualização do conhecimento

| Aspectos | Visualização da informação (<i>information visualization</i>) | Visualização do conhecimento (<i>knowledge visualization</i>) |
|---------------|---|--|
| Objetivo | Uso de aplicações auxiliadas por computador em tarefas exploratórias de grande quantidade de dados para obter novos <i>insights</i> . | Uso de representações visuais para melhorar a transferência de conhecimentos entre as pessoas e melhorar a criação de conhecimento em grupos. |
| Benefício | Melhora o acesso à informação, à recuperação e à exploração de grandes bancos de dados. | Multiplica os processos de transferência de conhecimento e de comunicação entre os indivíduos usando uma ou mais representações visuais. |
| Conteúdo | Concentra-se em dados explícitos, tais como fatos e números. | Cuida de conhecimentos, tais como experiências, insights, instruções, suposições e aqueles que respondem a questões, “porque”, “quem” e “como”. |
| Destinatários | Auxilia um indivíduo a obter novos <i>insights</i> . | Auxilia um indivíduo ou um grupo na transferência ou criação de novos conhecimentos em ambientes colaborativos. |
| Influência | Fornecer novas pistas para os campos da CI, mineração de dados, análise de dados e para problemas como a exploração de informação, RI, interação humano-computador e design de interface. | Fornecer novas pistas para os campos de ciência da comunicação visual, gestão do conhecimento e para problemas como a exploração, transferência, criação e aplicação de conhecimento, a aprendizagem, a qualidade da informação, sobrecarga de informação, design, design de interface e comunicação visual. |
| Proponentes | Pesquisadores normalmente possuem base na ciência da computação. | Pesquisadores normalmente possuem base na gestão do conhecimento, psicologia, design ou arquitetura. |
| Contribuição | Orientada à inovação; pesquisadores criam métodos mais técnicos. | Orientada à soluções; também cria métodos de visualização tradicionais para resolver problemas, porém somente na inexistência dos métodos. Proporciona integração entre áreas isoladas oferecendo estruturas teóricas necessárias para toda a área de visualização. |

| | | |
|------------------------------|--|---|
| Raízes | Campo novo que se tornou possível com a introdução de computadores. | Apesar do termo recente, visualização conhecimento, é baseado em realizações culturais e intelectuais, por exemplo, de arquitetos e filósofos. |
| Significados | Usa métodos auxiliados por computador. | Usa métodos de visualização auxiliados por computador ou não. |
| Visualizações complementares | Combina métodos diferentes de visualização, usando o mesmo meio em uma interface, acoplando-os firmemente; esse conceito é chamado de múltiplas visualizações coordenadas. | Combina diferentes métodos de visualização usando um ou mais meios diferentes (por exemplo, um software, um cartaz ou um objeto físico) para ilustrar conhecimentos em perspectivas diferentes. |

Fonte: adaptado de Burkhard (2005)

No Quadro 3, observa-se o quanto a visualização de conhecimento é mais efetiva do que a visualização de informação para processos de comunicação e construção do conhecimento em meios cooperativos. Eppler e Burkhard (2004) também destacam vantagens da visualização de conhecimento sobre a visualização de informação, benefícios cognitivos, sociais e emocionais. Os autores resumiram os pontos fortes no acrônimo “CARMEN”:

- C: **coordination** (coordenação) – coordenação na comunicação entre profissionais do conhecimento – benefício social;
- A: **attention** (atenção) – sensibilização e foco para a criação e transferência do conhecimento — benefício cognitivo;
- R: **recall** (recuperação) – melhoria da capacidade de memorização e, assim, fomentar a aplicação de novos conhecimentos — benefício cognitivo;
- M: **motivation** (motivação) – motivação dos usuários para engajá-los na interpretação e exploração de figura/gráfico — benefício emocional;
- E: **elaboration** (elaboração) – maior compreensão e apreciação de conceitos e ideias e suas relações;
- N: **new insights** (novas percepções) – revelação de conexões escondidas — benefício cognitivo.

Eppler e Burkhard (2004) também citam exemplos de visualização do conhecimento: (i) esboço heurístico – criação de novos insights em grupo; (ii) diagramas conceituais – estruturação de informação e ilustração de relacionamentos; (iii) metáforas visuais – descrição de domínios para melhoria do entendimento; (iv) animações de conhecimento – visualizações dinâmicas e interativas; (v) mapas de conhecimento – navegação e estruturação especialista; (vi) gráficos científicos – visualização de domínio de conhecimento e estruturas intelectuais.

Visualização de domínio do conhecimento

O termo visualização de domínio do conhecimento, ou *knowledge domain visualizations* (KDV_s) (HOOK; BÖRNER, 2005), ou ainda *knowledge domain visualization* (KDViz) (CHEN, 2013) tem proximidade com a área visualização de conhecimento, porém faz o mapeamento específico para um domínio de conhecimento. Segundo Hook e Börner (2005), visualização de domínio de conhecimento são renderizações gráficas de dados bibliométricos concebidos para proporcionar uma visão global de um domínio particular, os detalhes estruturais de um domínio e as características mais importantes de um domínio. Renderizações gráficas de dados bibliométricos são composições de informações publicadas ou conhecidas sobre o domínio de um conhecimento, apresentadas num formato gráfico condensado. Para os autores, a visualização de domínio de conhecimento é também referida como mapas de domínio e o processo de sua criação como mapeamento de domínio.

No contexto da descoberta de conhecimento ou *knowledge discovery*, a visualização de domínio de conhecimento pode diminuir o espaço de busca e aumentar a chance de encontrar uma linha de pesquisa promissora na investigação científica (CHEN, 2013). Chen (2013) chama atenção para o fato de que a visualização de domínio do conhecimento pode ser prejudicada em função da inexistência

clara das fronteiras desse conhecimento com os demais, bem como existência de conhecimento latente, isto é, conhecimento que precisa ser descoberto ou revelado. Para essa área de estudo, ele chamou de domínio de conhecimento latente ou *latente domain knowledge*.

Há provas convincentes da utilidade da visualização de domínio de conhecimento decorrentes dos campos da Psicologia Educacional, Ciência Cognitiva, Cartografia e Ciência da Informação (HOOK; BÖRNER, 2005). Para os autores, a visualização de domínio de conhecimento bem concebida tem a capacidade de facilitar a compreensão, a lembrança e para transmitir ao usuário a organização esquemática, geoespacial, temporal, semântico ou social do domínio subjacente. Hook e Börner (2005) ainda acreditam que visualizações de domínio do conhecimento educacional podem ajudar com o acesso e a navegação, compreensão, gestão e comunicação dos espaços de informação em larga escala. Eles destacam que a visualização de domínio do conhecimento, quando utilizada como uma interface para recuperação de informação, tem o potencial de transmitir a organização estrutural do domínio para o usuário. Os autores ainda acrescentam que esse conhecimento estrutural do domínio fornece o fundamento cognitivo com o qual o usuário pode associar detalhes adicionais sobre o domínio.

Yao *et al.* (2007), após a análise de vários artigos sobre recuperação de conhecimento, afirmam que essa área é o próximo passo da RI e sugerem que é preciso estudá-la de uma forma mais intensa e superar muitos desafios, por exemplo, o de lidar com o grande volume de dados da Web, já que, tradicionalmente, bases de conhecimento são armazenadas localmente. A recuperação de conhecimento aliada à visualização de conhecimento pode melhorar o relacionamento entre os sistemas de RI e a necessidade informacional do usuário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A RI sofreu grandes modificações ao longo do tempo, principalmente na direção a um maior atendimento das necessidades informacionais de

um usuário inserido em um contexto sociocultural. O estudo do comportamento informacional, nesse processo de amadurecimento da RI, foi determinante para que houvesse maior preocupação com a natureza inerentemente interativa da RI e com o uso de modelos mais realistas e conectados com o contexto. Percebe-se aproximação entre a RI cognitiva com a área comportamento informacional, especificamente a *information seeking behaviour*, por ambas serem dependentes dos estados cognitivos do usuário. Contudo, *information seeking behaviour* ainda é mais ampla do que a RI cognitiva por preocupar-se também com os estados afetivos do usuário, ambientes sociais, culturais e organizacionais.

A busca pela melhoria no atendimento das necessidades informacionais do usuário provoca, como consequência, estudos e investigações para obtenção de melhor organização do conhecimento e dos dados. Os princípios FAIR orientam profissionais da informação para essa organização direcionados às bases de dados, a fim de atender quesitos que melhoram a localização, acesso, interoperabilidade e reuso dos dados. Essa melhoria traz como consequência sistemas de RI com capacidade de devolver documentos mais relevantes no processo de recuperação. Além disso, profissionais da informação familiarizados com esses elementos podem integrar equipes de desenvolvimento de sistemas de RI, colaborando, principalmente, na modelagem e concepção dos seus requisitos.

Uma das formas de avaliar a qualidade da informação recuperada é por meio das medidas: (i) “revocação”, que corresponde à taxa de documentos relevantes recuperados pela quantidade total de relevantes existentes na base, e (ii) “precisão”, que corresponde à taxa de documentos relevantes recuperados pela quantidade total de recuperados da base. Ambas medidas dependem do conhecimento da quantidade de documentos relevantes, seja na base ou no conjunto de documentos recuperados. Dessa forma, a maior dificuldade de obtenção do valor dessas medidas é exatamente a determinação de quais documentos são relevantes, uma vez que os usuários não são automaticamente competentes para efetuar essa avaliação.

Observa-se a grande variedade de modelos de RI existentes e a tendência ao longo do tempo da adequação e extensão deles para uma RI mais interativa e próxima do usuário, considerando-se o seu contexto sociocultural. Nesse movimento de evolução dos sistemas de RI, também observa-se adaptações a ambientes com características bem peculiares, como a Web, os ambientes baseados em itens multimidiáticos e as bases de dados orientadas a grafos. Há também tendências de adequação ao ambiente da Web semântica munida de ontologias e tecnologias como a inteligência artificial, mineração de dados e de textos e processamento de linguagem natural.

Quanto à recuperação de conhecimento, mesmo que considerada como parte da RI por alguns autores, é um fenômeno que vem agregar na melhoria do processo de atendimento à necessidade informacional, uma vez que há preocupação em fomentar aprendizagem, quando o usuário, usando o seu conhecimento prévio, relaciona-se com a informação recuperada. A recuperação de conhecimento tem forte relação com as áreas de visualização de informação e visualização de conhecimento para apresentar de forma apropriada a informação recuperada. Sendo a visualização de conhecimento mais complexa de ser implementada do que a visualização de informação, o modo em que ela apresenta a informação recuperada ocorre por meio de estruturas semanticamente ricas com o objetivo de auxiliar a construção de conhecimentos e trazer novas percepções e *insights* ao usuário, com ênfase em processos cooperativos.

O mapa conceitual da Figura 4 resume relacionamentos importantes abordados neste capítulo, baseado nas referências bibliográficas já citadas. Há destaque em fonte e espessura maiores de alguns conceitos considerados mais relevantes: “Recuperação de Informação (RI)”, “Ciência da Informação (CI)”, “Paradigma Físico da CI”, “Paradigma Cognitivo da CI”, “Paradigma Social da CI”, “Recuperação de Conhecimento”, “Visualização de Conhecimento”, “Visualização de Informação”, “Comportamento Informacional” e “Usuário”. Sugere-se a leitura das proposições (dois conceitos conectados por uma frase de ligação), iniciando-se por cada um desses dez conceitos destacados.

n. 1, p. 16-27, 2007. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/reic/article/view/745>. Acesso em: 30 mar. 2016.

ARAÚJO, C. A. Á. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01-30, 2014. DOI: 10.5433/1981-8920.2014v19n1p01.

ARAÚJO JUNIOR, R. H. de. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

BAEZA-YATES, R.; RIBEIRO-NETO, B. **Modern information retrieval: the concepts and technology behind search**. 2. ed. New York: Addison-Wesley: Pearson, 2011.

BELKIN, N. J. Some(what) grand challenges for information retrieval, **SIGIR Forum**, v. 42, n. 1, p. 47-54, jun. 2008. DOI: 10.1145/1394251.1394261.

BEPPLER, F. **Um modelo para recuperação e busca de informação baseado em ontologia e no círculo hermenêutico**. 2008. Tese (Doutorado em Engenharia do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90972>. Acesso em: 8 abr. 2016.

BUCKLAND, M., GEY, F. The relationship between Recall and Precision. **Journal of the American Society for Information Science**, [s. l.], v. 45, n. 1, p. 12-19, 1 jan. 1994. DOI: 10.1002/(SICI)1097-4571(199401)45:1<12::AID-ASI2>3.0.CO;2-L.

BUCKLAND, M. K. *et al.* OASIS: A front-end for prototyping catalog enhancements. **Library Hi Tech**, [s. l.], v. 10, n. 4, p. 7-22, 1 abr. 1992. DOI: 10.1108/eb047860.

BURKHARD, R. A. Towards a framework and a model for knowledge visualization: synergies between information and knowledge visualization. *In*: TERGAN, S.-O.; KELLER, T. (org.). **Knowledge and Information Visualization**. Lecture Notes in Computer Science. [S. l.]: Springer Berlin Heidelberg, 2005. p. 238-255. DOI: 10.1007/11510154_13. Disponível em: http://link.springer.com/chapter/10.1007/11510154_13. Acesso em: 4 jul. 2016.

BUSH, V. As we may think. **The Atlantic**, [s. l.], jul. 1945. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>. Acesso em: 29 fev. 2016.

CAMPOS, M. L. de A.; SOUZA, R. F. de; CAMPOS, M. L. M. Organização de unidades de conhecimento em hiperdocumentos: o modelo conceitual como espaço comunicacional para a realização da autoria. **Ciência da Informação**, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 7-16, 22 ago. 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/111>. Acesso em: 23 fev. 2016.

CANFORA, G.; CERULO, L. A taxonomy of information retrieval models and tools. **Journal of Computing and Information Technology**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 175, 2004. DOI: 10.2498/cit.2004.03.01.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 23 fev. 2016.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. The concept of information. **Annual Review of Information Science and Technology**, [s. l.], v. 37, p. 343-411, 2003. DOI: 10.1590/S1413-99362007000100012.

CASE, D. O. Information behavior. **Annual Review of Information Science and Technology**, [s. l.], v. 40, n. 1, p. 293-327, 1 jan. 2006. DOI: 10.1002/aris.1440400114.

CHAMPCLAUX, Y., DKAKI, T., MOTHE, J. An information retrieval models taxonomy based on an analogy between cognitive science and information retrieval. *In: Colloque Veille Stratégique Scientifique et Technologique*, 2010. **Anais** [...]. Toulouse, France: [s. n.], 2010. Disponível em: https://www.irit.fr/publis/SIG/2010_VSST_CDM.pdf. Acesso em: 13 abr. 2016.

CHEN, C. **Mapping scientific frontiers: the quest for knowledge visualization**. 2. ed. London: Springer Science & Business Media, 2013.

CLEVERDON, C. W. On the inverse relationship of recall and precision, **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 28, n. 3, p. 195-201, 1 mar. 1972. DOI: 10.1108/eb026538.

CLEVERDON, C. W. **Report on the testing and analysis of an investigation into the comparative efficiency of indexing systems**. Cranfield: Aslib, 1962.

CRISTOVÃO, H. M. **Um modelo híbrido de recuperação de informação e conhecimento baseado na síntese de mapas conceituais obtidos por operações de transformação de redes complexas orientadas por busca de relacionamentos entre termos de consulta em bases de dados ligados**. 2016. 320f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/22284>. Acesso em: 28 jan. 2017.

CRISTOVÃO, H. M.; FERNANDES, J. H. C. Recuperação de informação em dados ligados: um modelo baseado em mapas conceituais e

análise de redes complexas. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 30, n. 2, p. 193-207, ago. 2018. DOI: 10.1590/2318-08892018000200005.

EPPLER, M. J.; BURKHARD, R. A. **Knowledge visualization: towards a new discipline and its field of application**. Lugano: Switzerland, Università della Svizzera italiana, 2004. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.134.6040>. Acesso em: 30 maio 2016.

FERNEDA, E. **Introdução aos modelos computacionais de recuperação de informação**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2012.

FISHER, K. E.; JULIEN, H. Information behavior, **Annual Review of Information Science and Technology**, [s. l.], v. 43, n. 1, p. 1-73, 1 jan. 2009. DOI: 10.1002/aris.2009.1440430114.

GASQUE, K. C. G. D., COSTA, S. M. de S. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília-DF, v. 39, n. 1, p. 21-32, 2010.

GORDON, M.; KOCHEN, M. Recall-precision trade-off: a derivation. **Journal of the American Society for Information Science**, [s. l.], v. 40, n. 3, p. 145-151, 1 maio 1989. DOI: 10.1002/(SICI)1097-4571(198905)40:3<145::AID-ASI1>3.0.CO;2-I.

HJØRLAND, B. Information retrieval and knowledge organization: a perspective from the philosophy of science. **Information**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 135, mar. 2021. DOI: 10.3390/info12030135.

HJØRLAND, B. The foundation of the concept of relevance. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 61, n. 2, p. 217-237, 1 fev. 2010. DOI: 10.1002/asi.21261.

HOOK, P. A.; BÖRNER, K., Educational knowledge domain visualizations: tools to navigate, understand, and internalize the structure of scholarly knowledge and expertise. *In: SPINK, A., COLE, C. (org.). **New directions in cognitive information retrieval***. The Information Retrieval Series. Amsterdam: Springer Netherlands, 2005. p. 187-208. DOI: 10.1007/1-4020-4014-8_10.

INGWERSEN, P.; JÄRVELIN, K. **The turn: integration of information seeking and retrieval in context**. Berlin: Heidelberg, Springer-Verlag, 2005. v. 18. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/1-4020-3851-8>. Acesso em: 6 jul. 2016.

KELLER, T.; TERGAN, S.-O. Visualizing knowledge and information: an introduction. *In: KELLER, T.; TERGAN, S.-O. **Knowledge and information visualization***. Berlin: Springer Berlin Heidelberg, 2005. p. 1-23. Disponível em: http://ldt.stanford.edu/~educ39105/paul/articles_2005/visualizing%20knowledge%20and%20information.pdf. Acesso em: 29 jun. 2016.

KELLY, D. Methods for evaluating interactive information retrieval systems with users. **Foundations and Trends Information Retrieval**, [s. l.], v. 3, n. 1-2, p. 1-224, jan. 2009. DOI: 10.1561/1500000012.

KELLY, D.; SUGIMOTO, C. R. A systematic review of interactive information retrieval evaluation studies, 1967–2006. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 64, n. 4, p. 745-770, 1 abr. 2013. DOI: 10.1002/asi.22799.

KUROPKA, D. **Modelle zur repräsentation natürlichsprachlicher dokumente: ontologie-basiertes information-filtering und-retrieval mit relationalen datenbanken**. Berlin: Logos-Verl, 2004. (Advances in information systems and management science, 10).

LANCASTER, F. W. **Indexing and abstracting in theory and practice**. 3. ed. Champaign, IL, USA: University of Illinois, 2003.

LIEW, A. DIKIW: data, information, knowledge, intelligence, wisdom and their interrelationships, **Business Management Dynamics**, [s. l.], v. 2, n. 10, p. 49-62, abr. 2013.

MAAREK, Y. Web retrieval. In: BAEZA-YATES, R.; RIBEIRO-NETO, B. (org.). **Modern information retrieval: the concepts and technology behind search**. 2. ed. New York: Addison-Wesley, Pearson, 2011. Disponível em: <http://grupoweb.upf.es/mir2ed/contents.php>. Acesso em: 30 jun. 2016.

MARTIN, P.; EKLUND, P. W. Knowledge retrieval and the World Wide Web. **IEEE Intelligent Systems and their Applications**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 18-25, maio 2000. DOI: 10.1109/5254.846281.

MEADOW, C. T. *et al.* **Text information retrieval systems**. 3. ed. Amsterdam: Academic Press, 2007.

MEYER, R. Knowledge visualization. **Trends in Information Visualization**, [s. l.], v. 23, 2010. Disponível em: <http://www.mmi.fifi.lmu.de/pubdb/publications/pub/baur2010infovishS/baur2010infovishS.pdf#page=31>. Acesso em: 30 jun. 2016.

MOOERS, C. N. Zatocoding applied to mechanical organization of knowledge. **American Documentation**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 20-32, 1951. DOI: 10.1002/asi.5090020107.

NARANJO, L.; KAUFFMANN, E.; FERRÁNDEZ, A. A Taxonomy for information retrieval models based on the uncertainty level. **NOOS**, [s. l.], v. 4, fev. 2014. Disponível em: <http://www.revista-noos.co/volumen-4-2/>. Acesso em: 13 abr. 2016.

NASCIMENTO, D. M. A abordagem sócio-cultural da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, [s. l.], v. 16, n. 2, 25-35, 2006. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/477>. Acesso em: 30 mar. 2016.

NONAKA, I. The knowledge-creating company. **Harvard Business Review**, [s. l.], 1991. Disponível em: <https://hbr.org/2007/07/the-knowledge-creating-company>. Acesso em: 12 maio 2020.

PINHEIRO, L. V. R. Pilares conceituais para mapeamento do território epistemológico da Ciência da Informação: disciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e aplicações. *In*: PINTO, V. B.; CAVALCANTE, L. E.; SILVA NETO, C. Ciência da Informação: abordagens transdisciplinares, gêneses e aplicações. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2007. p. 71-104.

PONTES JUNIOR, J. de; CARVALHO, R. de A.; AZEVEDO, A. W. Da recuperação da informação à recuperação do conhecimento: reflexões e propostas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte-MG, v. 18, n. 4, p. 02-17, 19 dez. 2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/965>. Acesso em: 29 jun. 2016.

ROBINS, D. Informing Science Institute - Interactive Information Retrieval: Context and Basic Notions. **Informing Science**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 57-61, 2000. Disponível em: <http://inform.nu/Articles/Vol3/v3n2p57-62.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.

SALTON, G.; MCGILL, M. J. **Introduction to Modern Information Retrieval**. USA: McGraw-Hill, 1983.

SARACEVIC, T. **Information science**. Encyclopedia of Library and Information Sciences. 3. ed. New York: Taylor & Francis, 2010.

p. 2570-2586. Disponível em: <http://comminfo.rutgers.edu/~tefko/SaracevicInformationScienceELIS2009.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2016.

SARACEVIC, T. Information science. **Journal of the American Society for Information Science**, [s. l.], v. 50, p. 1051-1063, 1999. Disponível em: <http://comminfo.rutgers.edu/~tefko/JASIS1999.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information Science. **Ciência da informação**, Brasília-DF, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_dd085d2c4b_0008887.pdf. Acesso em: 29 jun. 2016.

SARACEVIC, T. Relevance: a review of the literature and a framework for thinking on the notion in information science. Part III: behavior and effects of relevance. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 58, n. 13, p. 2126-2144, 1 nov. 2007. DOI: 10.1002/asi.20681.

SILVA, R. E. da; SANTOS, P. L. V. A. da C.; FERNEDA, E. Modelos de recuperação de informação e web semântica: a questão da relevância. **Informação & Informação**, Londrina-PR, v. 18, n. 3, p. 27, 9 out. 2013. DOI: 10.5433/1981-8920.2013v18n3p27.

SPINK, A.; COLE, C. (org.). **New directions in cognitive information retrieval**. Amsterdam: Springer Netherlands, 2005. v. 19. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/1-4020-4014-8>. Acesso em: 29 jun. 2016. (The Information Retrieval Series).

WAARD, A. de; COUSIJN, H.; AALBERSBERG, Ij. J. 10 aspects of highly effective research data. **Elsevier**, [s. l.], 2015. Disponível em: <https://www.elsevier.com/connect/10-aspects-of-highly-effective-research-data>. Acesso em: 2 nov. 2016.

WARE, C. **Visual thinking for design**. Amsterdam: Elsevier, Morgan Kaufmann, 2008.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The information scientist**, [s. l.], v. 9, n. 4, p. 127-140, 1975. Disponível em: <https://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2016.

WILKINSON, M. D. *et al.* The FAIR guiding principles for scientific data management and stewardship. **Scientific Data**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 160018, 15 mar. 2016. DOI: 10.1038/sdata.2016.18.

WILSON, T. D. Human information behavior. **Informing science**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 49-56, 2000. Disponível em: <http://210.48.147.73/silibus/human.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2016.

WILSON, T. D. Models in information behaviour research. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 55, n. 3, p. 249-271, 1999. Disponível em: <http://www.informationr.net/tdw/publ/papers/1999JDoc.html>. Acesso em: 11 mar. 2016.

WOODS, W. A. Searching vs. finding: why systems need knowledge to find what you really want. **Queue**, v. 2, n. 2, p. 26-35, 1 abr. 2004. DOI: 10.1145/988392.988405.

YAO, Y. *et al.* Knowledge retrieval. IEEE/WIC/ACM International Conference. 2007. **Anais [...]** [S. l.], IEEE, 2007. p. 729-735. Disponível em: http://ieeexplore.ieee.org/xpls/abs_all.jsp?arnumber=4427181. Acesso em: 19 abr. 2016.

ZHANG, J. **Visualization for information retrieval**. Berlin: Springer, 2008.

Capítulo 6

Ontologias na organização do conhecimento em sistemas de informação

Daniela Lucas da Silva Lemos

RESUMO

O conceito envolvendo “ontologia” tornou-se de interesse multidisciplinar para propósitos epistemológicos diversos em variados campos do conhecimento, destacando a Filosofia, a Ciência da Computação e a Ciência da Informação. A pesquisa evidencia ontologias como sendo de interesse à organização do conhecimento para um dado domínio. Assim sendo, objetiva apresentar o resultado de um estudo amplo realizado em alguns campos de pesquisa sobre os quais o assunto ontologias se faz presente, ressaltando princípios teóricos e metodológicos

fundamentais ao processo de construção de ontologias. Metodologicamente, trata-se de um estudo exploratório, de natureza qualitativa e de cunho descritivo à luz da literatura sobre a qual se utilizou de pesquisa bibliográfica em bases de dados de documentos científicos por meio do portal de periódicos da Capes, da biblioteca digital CiteSeer e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. O resultado permitiu o entendimento acerca do uso de ontologias em seu campo de origem, qual seja a Filosofia, além das Ciências da Computação e da Informação, no sentido de distinguir ontologia vista como uma disciplina teórica e como um artefato de representação, além de conceitos seminais ao campo das ontologias como conceituação, compromisso ontológico e abstração da realidade. Conclui ponderando os aspectos interdisciplinares elencados que refletem em boas práticas na construção de artefatos representacionais para uso em sistemas de informação cada vez mais sofisticados.

Palavras-chave: Ontologias. Organização do conhecimento. Representação do conhecimento. Sistemas de informação.

INTRODUÇÃO

O conceito envolvendo “ontologia” tornou-se de interesse multidisciplinar para propósitos epistemológicos específicos nos campos da Filosofia, Linguística, Biblioteconomia, Inteligência Artificial, Ciência da Web, Engenharia de Software, Lógica, apenas para citar alguns exemplos. Nesta pesquisa, “ontologias” são de interesse como instrumento de organização de conhecimento que versa especialmente na análise de conceitos e relacionamentos de um domínio.

Nesse sentido, o modelo ontológico tido como artefato sintetiza um sistema de organização do conhecimento (HODGE, 2000; HJØRLAND, 2003, 2007, 2015) que busca, *a priori*, a organização de recursos de informação nos aspectos de: i) associação, gerando relacionamentos, ii) representação, gerando pontos de acesso e índices em processos de catalogação e indexação, iii) classificação,

promovendo colocação e ordenação para os documentos e iv) categorização, gerando esquemas de categorias.

Na perspectiva desta pesquisa, uma ontologia volta-se principalmente a um ramo científico que busca endereçar soluções tecnológicas para o provimento de melhorias aos sistemas de recuperação da informação (SRI) (LANCASTER, 1986; BAEZA-YATES; RIBEIRO-NETO, 2011). Trata-se de iniciativas e esforços interdisciplinares na busca de minimizar ambiguidades em linguagem, de modo que seu uso (por humanos e máquinas) possa ser partilhado para representar e recuperar conhecimento entre comunidades afins, fornecendo maior nível semântico ao esclarecer o significado pretendido de entidades do mundo. Tal ramo é denominado na literatura de “Ontologia Aplicada” (GUARINO, 1998; SMITH, 2004; ALMEIDA, 2013).

A Ontologia Formal (GUARINO, 1998; GUIZZARDI, 2005) como uma disciplina da Filosofia se propõe a desenvolver um sistema de categorias gerais e suas relações para fins de desenvolvimento de teorias científicas e teorias de senso comum em domínios específicos. Nesse sentido, o ontologista está interessado em todos os domínios reais em um alto nível de abstração (nível ontológico), diferentemente do cientista que busca tratar de questões específicas do campo (nível epistemológico). O interesse da disciplina denominada Ontologia Aplicada concentra-se na aplicação de teorias da Ontologia Formal em domínios específicos. Almeida (2013) assinala que a disciplina Ontologia Aplicada pode trazer benefícios em relação ao progresso de pesquisas em Ciência da Informação (CI) no aspecto de teorias associadas à organização do conhecimento, especialmente no que diz respeito a teorias da classificação, assunto seminal do campo.

Por sua vez, a representação do conhecimento como campo de pesquisa na Ciência da Computação (CC), especialmente na área de Inteligência Artificial (IA), vem concentrando seus esforços em técnicas de apreensão de conhecimento do domínio e sua explicitação mediante os sistemas baseados em conhecimento (GRUBER, 1993). As ontologias surgem como uma possibilidade de especificar modelos

formais, por meio de declarações lógicas, para representação de domínios de conhecimento. Busca-se tratar questões de natureza semântica envolvendo entidades pertencentes ao domínio da aplicação e viabilizar o tratamento da linguagem para que o conhecimento do domínio possa ser expresso e compartilhado.

Outros campos do conhecimento têm-se interessado nos estudos sobre ontologias, como é o caso da Biblioteconomia e Ciência da Informação (do inglês, *Library and Information Science* – LIS) (SOERGEL, 1997; VICKERY, 1997; FISCHER, 1998; SOERGEL, 1999; GILCHRIST, 2003; CURRÁS, 2003). Na CI, buscaram-se alternativas para amenizar os problemas na comunicação entre sistemas de informação e seus usuários. Pode-se ter, por meio de ontologias, um ponto de partida na modelagem conceitual de determinado domínio, buscando um entendimento compartilhado dele. Dessa forma, a comunidade de usuários envolvida no domínio passa a ter uma linguagem comum, mediante a qual o seu conhecimento possa ser expresso, facilitando a comunicação efetiva entre as entidades envolvidas no sistema.

Desse modo, percebendo-se a importância da participação e contribuição de elementos interdisciplinares no processo de concepção desses artefatos representacionais, a presente pesquisa objetiva apresentar o resultado de um estudo realizado em alguns campos de pesquisa sobre os quais o assunto ontologias se faz presente, ressaltando princípios teóricos e metodológicos fundamentais ao processo de construção de ontologias.

Metodologicamente, a pesquisa classifica-se como estudo exploratório, de natureza qualitativa e de cunho descritivo, à luz da literatura sobre a qual se utilizou de pesquisa bibliográfica em bases de dados de documentos científicos por meio do portal de periódicos da Capes¹² e da biblioteca digital Citeseer¹³. Esta última proporciona análises estatísticas das citações para todos os documentos do

12 A base de dados está disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>.

13 A base de dados está disponível em: <http://citeseer.ist.psu.edu>.

repositório, o que possibilita ao pesquisador tomar conhecimento da opinião dos pares em relação ao artigo e à sua aceitação pela comunidade. Pesquisas também foram realizadas nas revistas classificadas na categoria Qualis, tanto da CI, quanto da CC, além da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD¹⁴).

A seção 2 delinea um entendimento do uso de ontologias em seu campo de origem, qual seja a Filosofia, além das Ciências da Computação e da Informação, no sentido de distinguir ontologia vista como uma disciplina teórica e como um artefato de representação. A seção 3 elabora uma discussão sobre o papel do compromisso ontológico firmado entre a linguagem especificada pela ontologia e a conceituação para fins de representação de parte da realidade. A seção 4 descreve os tipos de ontologia, enfatizando a importância das ontologias de alto nível ou de fundamentação para o processo de modelagem conceitual. A seção 5 aborda atividades associadas ao processo de construção de ontologias advindas da Engenharia de Ontologias. Por fim, a seção 6 conclui o presente capítulo, tecendo considerações acerca dos aspectos interdisciplinares discutidos ao longo das seções que refletem em boas práticas na construção desses artefatos representacionais para uso em sistemas de informação.

ONTOLOGIA E SUA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

Ontologia tem sido objeto de estudo em diferentes campos de pesquisa e em domínios de conhecimento específicos, como biomedicina, direito, bibliotecas digitais, bancos de dados, entre outros. Na literatura, constata-se diversas publicações de autoria da Filosofia, da Ciência da Computação (principalmente) e da Ciência da Informação em uma tentativa de esclarecer o que é uma ontologia e qual o seu propósito no campo.

14 A base de dados está disponível em: <http://bdtb.ibict.br>.

O estudo do Ser ou essência das coisas em seu sentido abstrato pertence ao ramo da metafísica interessado na natureza de categorias de entidades existentes no mundo. Tal estudo é pesquisado em Ontologias como uma disciplina da Filosofia. Na CC, uma ontologia é um artefato de *software* que tem utilizações específicas em ambientes computacionais (SMITH, 2004). A apropriação do termo “Ontologia” da Filosofia pela comunidade de Computação (em especial pela comunidade de IA) deve-se ao fato de as ontologias servirem como meio de organização das coisas passíveis de representação simbólica nas máquinas. E, a partir dessa representação formal, possibilitar raciocínio dedutivo através de regras de inferências.

Vickery (1997) foi um dos primeiros do campo da CI a dar atenção ao assunto ontologia na organização e representação de conhecimento para endereçar melhorias aos sistemas de recuperação da informação, especialmente para a comunidade de Biblioteconomia.

Dada a importância do assunto para os campos acima citados, as subseções a seguir se ocupam em fornecer uma visão interdisciplinar envolvendo “ontologias”. A perspectiva interdisciplinar pode vir a ser útil em pesquisas que almejam unir esforços oriundos das Ontologias filosóficas e ontologias como artefatos à organização de informação e de conhecimento em aplicações de interesse à sociedade contemporânea.

Ontologia na Filosofia

Ontologia tem sua origem na Filosofia, que remete ao “[...] estudo do Ser; a área da metafísica que se relaciona ao Ser ou essência das coisas, ou o Ser no sentido abstrato” (THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY, 1989, s/p). Nesse sentido, a metafísica está interessada na natureza e nas relações do Ser, sendo a Ontologia designada como o estudo da existência.

A indagação sobre as coisas do mundo tem suas raízes no filósofo Aristóteles¹⁵, que, ao conceituar uma “coisa”, separava os seus aspectos accidentais (atributos específicos das coisas — concebe o termo *differentia*) para, então, encontrar suas características comuns e essenciais. Esse processo intelectual por meio dos sentidos é considerado por Aristóteles uma abstração (ZILLES, 1998) de parte da realidade, na qual os objetos são analisados em seus aspectos mais gerais e classificados a partir de suas semelhanças e diferenças. No âmbito das ontologias de sistemas de informação (SMITH, 2004), a abstração é uma atividade intelectual demandada na representação de conceitos e relações entre conceitos que irão compor a ontologia.

A compreensão da realidade por meio da representação do conhecimento fez com que Aristóteles se ocupasse em analisar primeiramente a linguagem, pois a considerava uma maneira de exprimir conhecimento do que realmente existe. Classifica, então, as expressões em categorias, dentre as quais se destacam a de: substância, quantidade, qualidade, tempo, lugar, paixão, relação, estado, ação e posição (CORAZZON, 2008). As categorias ajudariam na organização de objetos ou coisas do mundo, uma vez que esses estariam classificados em tais categorias. Dessa forma, o raciocínio sobre os objetos poderia ser conduzido de uma maneira mais lógica e intuitiva.

Aristóteles classifica os vários tipos de proposições em universais (Ex.: todos os homens são mortais), particulares (Ex.: alguns homens são bons) e singulares (Ex.: Platão é o autor de “A República”). Classifica ainda as substâncias em gênero e espécie. O gênero apresenta propriedades em comum entre substâncias diferentes (Ex.: o homem e o cavalo são animais), já a espécie apresenta diferenças entre um gênero (Ex.: o homem é um animal político).

15 Considerado o mais poderoso e influente pensador da Grécia clássica (384-322 a.C.), ao lado de seu mestre Platão, Aristóteles dedicou-se ao estudo dos seres vivos e da natureza e fez da biologia o modelo de suas investigações (ZILES, 1998, p. 62).

Segundo Zilles (1998), as proposições, regidas pela evidência, formam o conhecimento por meio de uma regra lógica, denominada por Aristóteles de silogismo. O exemplo de silogismo “Todo homem é mortal; Sócrates é homem; logo Sócrates é mortal” mostra duas proposições consideradas verdadeiras que levam a uma terceira “logicamente” verdadeira (não necessariamente seria uma proposição verdadeira perante a realidade do mundo). Essas leis do pensamento deveriam comandar as operações da mente. Dessa maneira, deu-se início ao campo chamado Lógica, que se preocupa em expressar formalmente o conhecimento, isto é, o raciocínio humano, sobre todos os tipos de coisas no mundo e relações entre elas (COPI, 1981).

Ressalta-se que não é propósito desta pesquisa estabelecer uma discussão sobre as inúmeras contribuições de filósofos¹⁶ acerca das teorias ontológicas, entretanto, é válido atribuir a Edmund Husserl, um filósofo alemão do século XX, um papel em destaque nessa perspectiva. Husserl concebeu o termo “Ontologia Formal” observando aspectos relevantes na Lógica Formal para tratar teorias em estruturas ontológicas, tais como teoria das partes, teoria de todos, tipos e instanciação, identidade, dependência e unidade.

Guarino (1995) descreve Ontologia Formal como desenvolvimento sistemático, formal e axiomático da lógica de todas as formas e modos do Ser. O autor afirma que o sentido formal é relacionado ao rigor imposto à descrição das formas do Ser, que, em outras palavras, significa dizer: expressividade semântica atribuída ao Ser. No processo de descrição das formas do Ser, as distinções entre entidades (objetos físicos, eventos, regiões etc.) e metacategorias (conceitos, propriedades, qualidades, estados, papéis, partes etc.) tornam-se relevantes no processo de modelagem do mundo (GUARINO, 1995). Observa-se, portanto, que tal percepção vai ao encontro às categorias de Aristóteles na ação de classificar as coisas para a organização do conhecimento do mundo.

16 Para maiores informações, consultar Guizzardi (2005) e Almeida (2013, 2020).

Como uma disciplina da Filosofia, a Ontologia Formal busca tratar questões como as que se seguem: que tipos de entidades existem? O que diferencia objetos de eventos e como estão relacionados? O que são propriedades de uma coisa e como estão relacionadas com a coisa em si? Qual é a essência de um objeto? Um objeto é a soma de suas partes? Guizzardi (2005) destaca que na CC, em especial na disciplina de Modelagem Conceitual, conceitos como parte e todo, instanciação e classificação, atribuições e relacionamentos, causalidade, interação, entre outros, são usados como primitivas em várias linguagens de modelagem. Entretanto, há uma ausência de suporte teórico para uma definição precisa do significado desses conceitos.

A disciplina Ontologia Aplicada (GUARINO, 1998; SMITH, 2004; ALMEIDA, 2013; 2020) tem feito uso de teorias da Ontologia Formal em domínios específicos e, atualmente, um número considerável de iniciativas em CC (GUIZZARDI, 2005; ARNDT *et al.*, 2009; SAATHOFF; SCHERP, 2010) e em CI (MENDONÇA, 2017; LEMOS, 2020; LEMOS; SOUZA, 2020) tem tirado proveito das teorias ontológicas para organização do conhecimento de domínios específicos.

Ontologia na Ciência da Computação

Na literatura de Ciência da Computação, o termo “ontologia” apareceu, em 1967, em um trabalho de fundamentos sobre modelagem de dados de autoria de S. H. Mealy (SMITH, 2004). Os estudos sobre ontologias como artefato de *software* tiveram início dos anos de 1990 em áreas como Sistemas de Informação (SMITH, 2004), Engenharia de Domínio (FALBO, 1998; GUIZZARDI; FALBO; GUIZZARDI, 2008), Inteligência Artificial (GRUBER, 1993; GUARINO, 1995; GUARINO; GIARETA, 1995; GUARINO, 1998) e Web semântica (BERNERS-LEE; HENDLER; LASSILA, 2001). Tais estudos culminaram na formação de importantes comunidades e conferências nacionais e internacionais, a exemplo do Centro Nacional de Pesquisa

em Ontologias para Ciência da Informação¹⁷ e do Formal Ontology and Information Systems (Fois)¹⁸.

Autores como Guarino e Giarretta (1995) e Smith (2004) elucidam duas distinções importantes para os termos “Ontologia” e “ontologia” na ciência da computação. No primeiro caso, o termo Ontologia está relacionado à organização das coisas do universo e corresponde a uma abordagem filosófica para criação de teorias ontológicas com uso da lógica, como nos casos das ontologias de fundamentação UFO, BFO e Dolce. Já no segundo caso, ontologia tem um sentido prático, voltado à modelagem de conceituações que resulta em artefatos usados no escopo da Engenharia de Domínios e na representação de conhecimento pertencente à área de IA, cuja preocupação volta-se ao tratamento da representação formal e explícita em bases de conhecimento, conforme assinala Sowa (2000),

[...] representação de conhecimento é um assunto multidisciplinar, que aplica teorias e técnicas de três campos distintos: 1- A Lógica provê a estrutura formal e regras de inferência; 2 – A Ontologia define os tipos de coisas que existem no domínio da aplicação; 3 – A Computação proporciona as aplicações, que distinguem representação de conhecimento de filosofia pura [...]. A Representação de Conhecimento é a aplicação da Lógica e da Ontologia na tarefa de construção de modelos computacionais de algum domínio (SOWA, 2000, s/p).

Em uma perspectiva interdisciplinar entre IA e filosofia, Chandrasekaran, Johnson e Benjamins (1999) definem que uma ontologia refere-se a conteúdo teórico sobre diversos objetos, a propriedades desses objetos e ao relacionamento entre objetos que são possíveis num domínio específico de conhecimento. Em uma visão de

17 Disponível em: <https://ncor-brasil.org/>

18 Disponível em: <https://iaoa.org/fois/>

aplicação, Uschold e Gruninger (1996) descrevem ontologias como termos usados para referenciar um conhecimento compartilhado em algum domínio de interesse, que pode ser usado como uma aplicação unificada para resolver problemas. Afirmam que uma ontologia necessariamente incluirá um vocabulário de termos e alguma especificação de seu significado. Esse vocabulário pode ser representado com distintos graus de formalismo: desde o altamente informal, utilizando-se linguagem natural, até o rigorosamente formal, representando-se os termos por meio de teoria lógica.

Guarino (1998) discorre sobre a utilidade das ontologias nos principais componentes de um sistema de informação considerando três aspectos: i) recursos de informação (bancos de dados e bases de conhecimento), ii) interface com o usuário e iii) programas de aplicação. Como um componente de bancos de dados, a ontologia pode ser útil como um artefato resultante da análise de requisitos, ou seja, uma especificação explícita dos requisitos para bancos de dados que, posteriormente, poderia auxiliar a fase de modelagem. Há utilidade também na integração de bancos de dados heterogêneos, a partir de ontologias disponíveis para mediação no processo de integração. Como um componente de interface, o usuário poderia, por exemplo, consultar e navegar na ontologia disponível no sistema de informação, a fim de recuperar informações de forma precisa e em tempo hábil. Finalmente, como componente de aplicativo, ele pode contar com uma representação explícita do conhecimento acerca do código do programa que pode vir a ser útil na comunicação entre agentes numa dada finalidade.

Chandrasekaran, Johnson e Benjamins (1999) comentam sobre a necessidade do uso de ontologias em algumas comunidades para fins de organização das informações em seus sistemas de informação. É o caso dos sistemas de recuperação de informação, bibliotecas digitais, integração de fontes de informações heterogêneas e máquinas de busca na internet. Essas últimas vêm utilizando ontologias na

construção de categorias e subcategorias, a fim de realizar consultas semânticas que melhorem as clássicas buscas por palavras-chave.

A Web Semântica é um exemplo de aplicação que faz uso de ontologias como forma de representação de conceituações compartilhadas da realidade, servindo como ponte semântica entre usuários humanos e processamento de símbolos sintáticos (presentes nos recursos web) pela máquina.

Ontologia na Ciência da Informação

O interesse sobre o assunto ontologias na Ciência da Informação acontece também nos anos de 1990. Vickery (1997) destaca questões presentes na pesquisa de ontologias que também são abordadas pela Biblioteconomia, como a categorização de conceitos — princípio básico da teoria da classificação. E conclui que, apesar da similaridade evidente, os autores da IA não referenciam trabalhos importantes da Biblioteconomia, por exemplo, os métodos e as técnicas empregados por Lancaster (1986) na construção de vocabulários controlados direcionados a sistemas de recuperação de informação.

Soergel (1999) destaca a carência de comunicação entre as comunidades que lidam com estruturas conceituais, nas quais os esforços para construção de produtos são fragmentados, resultando em considerável reinvenção de conceitos, por exemplo, classificação. Sendo assim, as áreas que lidam com desenvolvimento de ontologias podem recorrer a técnicas utilizadas na CI para aproveitamento de metodologias já consolidadas no campo.

Os aportes teóricos e metodológicos da CI envolvendo estudos sobre sistemas de categorias (RANGANATHAN, 1967; BARBOSA, 1972; DAHLBERG, 1976; VICKERY, 1980, GUINCHAT; MENO, 1994; BARITE, 2000; JACOB, 2004) e natureza de conceitos e relações (DAHLBERG, 1978; HJØRLAND, 2007; KHOO; NA, 2007) têm sido endereçados principalmente às linguagens documentárias, tais como tesouros, taxonomias, esquemas de classificação bibliográfica e listas de

cabeçalhos de assunto para fins de recuperação de informação, a princípio, por pessoas. Diferentemente de ontologias que são concebidas para serem manipuladas, *a priori*, por máquinas em processos envolvendo inferências computacionais. Não obstante, esses mesmos aportes têm sido empregados em projetos envolvendo construção de ontologias (SILVA; SOUZA; ALMEIDA, 2008), principalmente na fase de modelagem conceitual em que a conceituação da ontologia é concebida.

Pesquisadores renomados do campo (VICKERY, 1997; SOER-
GEL, 1997; FISCHER, 1998; SOERGEL, 1999; GILCHRIST, 2003;
CURRÁS, 2003) vislumbram similaridades entre instrumentos uti-
lizados na biblioteconomia, como tesouros, dicionários e taxonomias
e instrumentos utilizados na IA, como ontologias. As similarida-
des estão principalmente na forma de elaboração da estrutura desses
instrumentos, que demanda a organização de conceitos em proces-
sos que incluem categorização, classificação, definição de relações
e tratamento da terminologia empregada na designação de concei-
tos e relações da estrutura. O aporte metodológico e as bases teóri-
cas consistentes encontradas na CI, bem como na Biblioteconomia
podem contribuir com métodos e técnicas na atividade de elabora-
ção de categorias, classificações, definições e relações entre concei-
tos, conforme se pode conferir em sequência.

Ingetraut Dahlberg contribui com a Teoria do Conceito ao pro-
por analisar conceitos em um universo de itens para realização de
definições, iniciando pela observação do referente, seguindo para
um levantamento de suas características para, finalmente, chegar
à denominação por meio do termo (DAHLBERG, 1978). Dahlberg
(1978) define “conceito” como unidade de conhecimento e que sua
formação se dá pela reunião e compilação de enunciados verdadeiros
a respeito de determinado objeto. Tal definição, segundo a autora,
possibilita um entendimento mais objetivo daquilo que está sendo
observado pelo indivíduo, o qual tem a capacidade de fazer afirma-
ções sempre verdadeiras perante as coisas reais do mundo e comu-
nicá-las por meio de uma forma verbal.

Na organização de termos envolvidos em um domínio, a Teoria da Classificação Facetada de Shiyali Ramamrita Ranganathan (RANGANATHAN, 1967) propõe dividir um assunto por seus múltiplos aspectos ou facetas, isto é, em grupos de classes reunidas por um mesmo princípio de divisão (BARBOSA, 1972; DAHLBERG, 1976; VICKERY, 1980, GUINCHAT; MENO, 1994). Um conjunto de facetas com características comuns é chamado de categoria, a qual é uma divisão altamente generalizada do conhecimento.

Barite (2000, p. 5-6) explicita que “[...] categorias são relevantes como instrumentos de análise e organização de objetos, fenômeno e conhecimento”. E ainda que “[...] a noção de categoria facilita o processo de análise de assunto [...] ajuda no estabelecimento da correta precedência entre os vários assuntos nos documentos [...]”. Jacob (2004, p. 518) afirma que o mundo é dividido em grupos ou categorias que compartilham alguma similaridade dentro de um domínio. As categorias especificadas podem variar de domínio para domínio, de acordo com o poder de abstração de quem está modelando o sistema. De posse de instrumentos como facetas ou categorias, pode-se obter apoio metodológico da CI em três frentes, a saber: i) as categorias fundamentais Pmest propostas por Ranganathan em sua Teoria da Classificação Facetada, ii) as categorias fundamentais estendidas posteriormente pelo Classification Research Group (CRG) para construção de tesouros e iii) as categorias e as subcategorias formais de Dahlberg em sua Teoria do Conceito.

As cinco categorias fundamentais de Ranganathan, Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo, permitem a divisão de qualquer assunto de qualquer área do conhecimento, utilizando, para tal, um método dedutivo, no qual se considera primeiro o domínio ou contexto para depois fazer o tratamento dos elementos que compõem tal domínio. Desse modo, o método possui mecanismos de representação para trabalhar com metaníveis conceituais — as categorias predefinidas e, a partir delas, os conceitos são ordenados para formar classes de conceitos.

As dez categorias fundamentais estendidas pelo CRG são de natureza flexível por serem moldadas a partir de assuntos específicos, a saber: i) coisas, substâncias, entidades; ii) suas partes; iii) sistemas de coisas; iv) atributos de coisas; v) objeto da ação; vi) relações entre coisas; vii) operações sobre coisas; viii) propriedades de atributos, relações e operações; ix) lugar, condição; e x) tempo. Os tesouros baseados em facetos geralmente utilizam as categorias propostas pelo CRG.

As categorias e as subcategorias formais propostas por Dahlberg são em número superior às fundamentais de Ranganathan. A proposta de Dahlberg recomenda 4 categorias e 12 subcategorias, a saber: Entidades (Princípios, Objetos imateriais e Objetos materiais), Propriedades (Quantidades, Qualidades e Relações), Atividades (Operações, Estados e Processos) e Dimensões (Tempo, Posição e Espaço).

Observa-se, portanto, que as categorias manifestadas nas facetos servem de instrumento facilitador ao entendimento da natureza dos conceitos e das relações entre os conceitos, facilitando, dessa forma, a atividade de definição de termos. Na concepção da taxonomia, uma ontologia de alto nível é requerida como alternativa de reúso dos conceitos mais genéricos que irão compor a terminologia da ontologia de domínio. Desse modo, o esquema facetado pode auxiliar o cotejamento entre as categorias sintetizadas e as categorias da ontologia de alto nível (PRIETO-DÍAZ, 2003), visto que as primeiras estão organizadas em metaníveis conceituais, aproximando-se, desse modo, dos conceitos da ontologia de alto nível. Além disso, o esquema facetado pode auxiliar o ontologista na identificação de termos sinônimos e ambíguos, termos genéricos e termos específicos dentro de cada faceta.

Silva, Souza e Almeida (2008), a partir da observação da potencialidade de contribuições teóricas da CI, traçam um estudo comparativo sobre metodologias e métodos para construção de ontologias e vocabulários controlados. A pesquisa proporcionou um arcabouço teórico-metodológico para a proposição de princípios metodológicos para construção de ontologias de domínio por meio da integração de teorias e metodologias da CI e da CC.

Recentemente, metodologias para construção de ontologias têm sido propostas pela comunidade de CI, fortalecendo aspectos que permitam uma melhor experiência do usuário no desenvolvimento de suas próprias ontologias, a partir de interfaces amigáveis e intuitivas, a exemplo da metodologia OntoForInfoScience (MENDONÇA, 2017) juntamente à proposição de uso do editor web gráfico Onto4ALLEditor (MENDONÇA *et al.*, 2020).

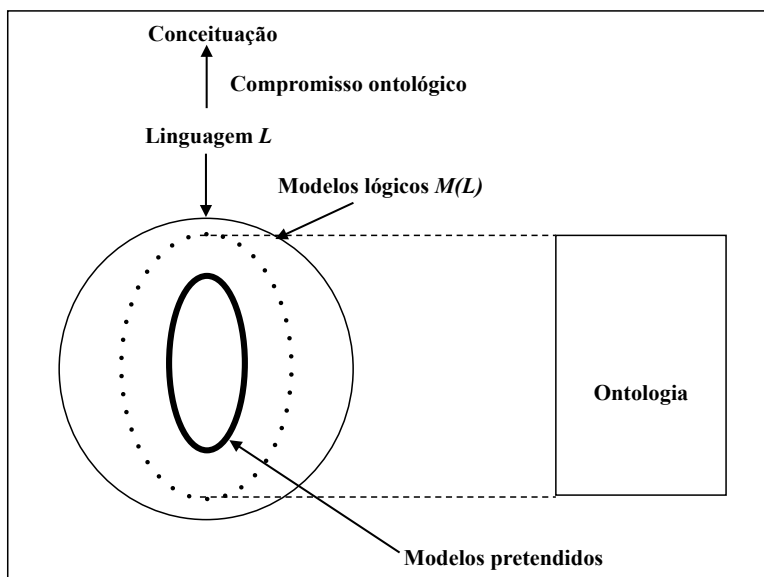
ONTOLOGIA E CONCEITUAÇÃO

O uso e a clareza do termo “conceituação” no escopo de assuntos relacionados a ontologias são importantes para a presente pesquisa quando se propõe a trazer elementos interdisciplinares que beneficiam o processo de concepção de modelos conceituais ontológicos para organizar domínios diversos. Nessa atividade de modelagem conceitual, está implícito o tratamento da conceituação que, de acordo com Fernandez, Gomez-Perez e Juristo (1997), descreve o problema e sua solução por meio de um modelo conceitual que representa o domínio. Constrói-se o que se tem denominado na literatura (GOMEZ-PEREZ; FERNANDEZ; VICENTE, 1996; FERNÁNDEZ-LÓPEZ; GOMEZ-PEREZ; JURISTO, 1997; FERNÁNDEZ-LÓPEZ; GOMEZ-PEREZ; CORCHO, 2004) de representações intermediárias, as quais buscam identificar e reunir o conhecimento útil do domínio como conceitos, verbos, instâncias e propriedades. Nesse sentido, uma definição consistente sobre ontologia torna-se relevante.

Uma das definições mais citadas na literatura e debatida na comunidade de ontologias vem de Gruber (1993, p. 199), que define ontologia como uma “especificação explícita de uma conceituação”. Tal definição é discutida por alguns autores, no que diz respeito à noção do termo “conceituação”. Guarino e Giaretta (1995) afirmam que o problema está em considerar a noção extensional ao definir “conceituação”.

Uma conceituação como um conjunto de conceitos é determinante de todos os modelos possíveis admissíveis em um domínio. Guarino (1998) considera uma conceituação como um sistema de categorias, como é usado na Filosofia, independentemente de linguagem e de estado epistêmico particular. Guarino e Giaretta (1995) assinalam que a noção extensional sugerida na definição de Gruber (1993) está relacionada a um estado particular das coisas e não representa a estrutura semântica de certa realidade ou modelo pretendido. Uma conceituação seria, assim, melhor definida a partir de uma noção intensional, na qual se considera todos os estados de coisas e que é independente de um vocabulário de linguagem particular.

Figura 1 – Representação de uma ontologia e sua relação com a conceituação



Fonte: adaptado de Guarino (1998, p. 7)

A interpretação intensional é determinada pelo compromisso ontológico entre a linguagem do modelo pretendido e a conceituação.

Nesse sentido, a conceituação precisa se comprometer a usar um vocabulário que seja coerente com a linguagem do modelo pretendido. Finalmente, um conjunto de modelos constitui uma conceituação; já os modelos são construídos por meio de uma linguagem de modelagem, especificada pela ontologia. A conceituação é, assim, independente da linguagem do modelo, já a ontologia em si permanece dependente da linguagem e de suas restrições específicas.

Diante das explicações anteriores, é válido afirmar que uma ontologia possui uma conceituação que a fundamenta e que essa ainda pode fundamentar diferentes modelos. As relações entre linguagem, conceituação, compromisso ontológico e ontologia podem ser conferidas na Figura 1.

A Figura 1 indica que para uma ontologia se aproximar de um modelo pretendido, deve-se obter uma conceituação que se conforme à realidade (com axiomas formais que restringem a interpretação do vocabulário), mais um conjunto de conceitos e relações relevantes estabelecido de maneira consensual entre a comunidade envolvida. Nesse sentido, Guarino (1998, p. 5) aprimora a definição de Gruber descrevendo uma ontologia como sendo um artefato de engenharia, constituído por um vocabulário intensional utilizado para descrever certa realidade, em conjunto com pressupostos explícitos em uma teoria lógica representando conceitos e relações de maneira clara e não ambígua.

TIPOS DE ONTOLOGIAS

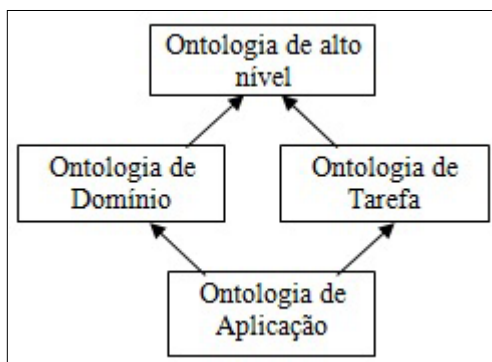
Apesar da falta de consenso entre alguns autores em relação à classificação de tipos de ontologias (MIZOGUCHI; VANWELKENHUYSEN; IKEDA, 1995; VAN HEIJST; SCHREIBER; WIELINGA, 1997), Guarino (1998) classifica ontologias em quatro categorias com base em seu conteúdo: de alto nível, de domínio, de tarefas e de aplicação.

As ontologias de alto nível descrevem conceitos bastante gerais, tais como espaço, tempo, matéria, objeto etc., que são independentes

de um domínio particular. As ontologias de domínio descrevem um vocabulário relacionado a um domínio genérico, tal como medicina. As ontologias de tarefas também expressam um vocabulário inerente a um domínio genérico ou uma tarefa genérica, como vendas. Ambos os tipos são especializações de termos advindos da ontologia de alto nível. Percebe-se que a definição de ontologia de domínio e de tarefa se sobrepõe, estabelecendo certa confusão em relação ao termo a ser utilizado. Finalmente, as ontologias de aplicação descrevem conceitos dependentes de domínio e de tarefa particulares, que geralmente são especializações dos termos advindos das ontologias de domínio e de tarefa.

A Figura 2 apresenta os níveis de dependência entre os tipos de ontologias e os relacionamentos de especializações existentes entre elas.

Figura 2 – Tipos de ontologias



Fonte: adaptado de Guarino (1998)

As ontologias de domínio são o tipo mais comumente desenvolvido, sendo que diversos trabalhos podem ser encontrados na literatura, como na área de química (GÓMEZ-PEREZ; FERNÁNDEZ- LÓPEZ; VICENTE, 1996), modelagem de negócio (GRUNINGER; FOX, 1995), bioinformática (STEVENS *et al.*, 2004),

modelagem de processos de *software* (FALBO, 1998), modelagem de metadados multimídia (LEMOS, 2020), entre outros. Ontologias classificadas como sendo de domínio necessitam de ontologias de alto nível para concepção da estrutura inicial, conforme indica a Figura 2.

Ontologias de alto nível têm sido denominadas “Ontologias de Fundamentação” (do inglês, *Foundational Ontologies*), consideradas sistemas de categorias filosoficamente bem empregadas e independentes de domínio (GUIZZARDI, 2005). Podem-se citar algumas ontologias de fundamentação disponíveis: a *Unified Foundational Ontology* (UFO) (GUIZZARDI; WAGNER, 2004; GUIZZARDI, 2005), a *Basic formal ontology* (BFO) (GRENON; SMITH; GOLDBERG, 2003; SMITH; GRENON, 2004) e a *Descriptive Ontology for Linguistic and Cognitive Engineering* (Dolce) (GANGEMI *et al.*, 2002; MASOLO *et al.*, 2003).

A UFO é uma ontologia de fundamentação baseada em teorias de ontologia formal, lógica filosófica, filosofia da linguagem, linguística e psicologia cognitiva. Foi desenvolvida com o intuito de prover uma fundamentação ontológica para linguagens gerais de modelagem. A BFO é uma ontologia de fundamentação de base científica utilizada como padrão biomédico. E a Dolce é uma ontologia conceitualista baseada em aspectos cognitivos, filosóficos e linguísticos.

Segundo Guizzardi, Falbo e Guizzardi (2008), as ontologias de fundamentação têm sido utilizadas com sucesso em projetos voltados à melhoria em linguagens de modelagem e modelos conceituais. Tais tipos parecem buscar uma caracterização bem próxima do que se denomina na literatura de conceituação, conforme assinalaram Guarino (1998) e Guizzardi (2005) na seção 3. Viabilizam, desse modo, o compromisso ontológico entre a linguagem especificada pela ontologia e a conceituação do domínio. Acredita-se que as ontologias de fundamentação possam orientar eficazmente (por meio de sua estrutura ontológica) o processo de modelagem conceitual, principalmente na atividade de reúso de conceitos, fornecendo maior nível semântico e restringindo interpretações sobre seus conceitos com base em um vocabulário claro e livre de ambiguidades.

ENGENHARIA DE ONTOLOGIAS

Para Mariano Fernández-López (1999), um importante pesquisador da área de engenharia de ontologias, o processo de desenvolvimento de ontologias deveria ser fundamentado no padrão internacional IEEE-1074, norma para desenvolvimento de *software* advinda da área de Engenharia de Software (FERNÁNDEZ-LÓPEZ, 1999). O autor ressalta que algumas extensões na norma IEEE-1074 em conjunto com algumas adaptações particulares às ontologias deveriam ser levadas em consideração no processo sua de construção. E justifica a aplicação da norma no processo de construção de ontologias por considerá-las como um componente de produtos de *software*.

Na Engenharia Ontológica, diversas metodologias têm sido apresentadas e discutidas para construção, reutilização e avaliação de ontologias (GUARINO; WELTY, 2000; FERNÁNDEZ-LÓPEZ, 1999; JONES; BENCH-CAPON; VISSER, 1998; USCHOLD; GRUNINGER, 1996; GÓMEZ-PEREZ; FERNÁNDEZ-LÓPEZ; VICENTE, 1996; GRUNINGER; FOX, 1995; SUÁREZ-FIGUEROA; GÓMEZ-PÉREZ; FERNÁNDEZ-LÓPEZ, 2012), mas apresentam abordagens e características diversas, sendo direcionadas a diferentes propósitos e aplicações, ou seja, não possuem propostas unificadas, sendo que grupos diferentes utilizam diferentes abordagens (FERNÁNDEZ-LÓPEZ, 1999).

O ciclo de vida da ontologia contempla um conjunto de estágios e atividades que são utilizados em seu processo de desenvolvimento. O processo de construção de ontologias mais comumente encontrado na literatura (FERNÁNDEZ-LÓPEZ; GOMEZ-PEREZ; JURISTO, 1997; GRUNINGER; FOX, 1995; USCHOLD; GRUNINGER, 1996; NOY; MCGUINNESS, 2001) inclui as atividades de: i) planejamento, ii) especificação de requisitos, iii) aquisição de conhecimento, iv) integração, v) conceituação, vi) formalização, vii) implementação, viii) avaliação e ix) documentação.

Na atividade de planejamento, ocorre um levantamento das principais tarefas necessárias ao processo de construção da ontologia em função de um estudo do ambiente, descrevendo como tais tarefas serão organizadas, quanto tempo será gasto para cada tarefa e quais recursos serão demandados no processo, como pessoas, *software* e *hardware*. Além disso, na atividade de planejamento ocorre um estudo de viabilidade buscando responder às questões sobre a possibilidade e a adequação de construção da ontologia.

A especificação de requisitos requer o conhecimento sobre o domínio que se deseja representar, de forma a identificar possíveis problemas que a ontologia deverá ser capaz de resolver. A partir dessa identificação, Gruninger e Fox (1995) inserem o conceito de questões de competência, as quais são elaboradas na intenção de que seja possível representá-las e respondê-las usando a ontologia a ser desenvolvida. A definição do propósito da ontologia também é demandada nessa fase, a qual determina a necessidade de construção da ontologia e os fins de sua utilização. Destaca-se aqui a importância da abstração por parte da pessoa que está executando a atividade de especificação, tendo em vista a subjetividade influenciada por fatores cognitivos e pelo conhecimento prévio de cada indivíduo sobre o domínio. O processo de abstração é responsável pela imposição de coerência acerca dos conceitos capturados como partes essenciais do domínio no qual se pretende representar.

A aquisição de conhecimento é uma atividade conhecida na área de engenharia do conhecimento, utilizada principalmente na criação de bases para sistemas baseados em conhecimento e sistemas especialistas. O profissional especializado na execução dessa atividade é o engenheiro de conhecimento, que tem como tarefa estudar o domínio e, por meio de uma interação intensa com especialistas da área, criar um modelo que represente as características conceituais do domínio.

A atividade de integração é considerada integral, ou seja, ocorre em processos executados concomitante às atividades de modelagem, implementação e manutenção da ontologia. Ontologias geralmente

são construídas reusando outras ontologias (de alto nível e de domínio, principalmente) já disponíveis, isto é, aproveitando conceitos de conceituações que conseguem se adequar à realidade da conceituação que está sendo construída. A maioria das metodologias para construção de ontologias encontradas na literatura (SILVA; SOUZA; ALMEIDA, 2008) considera a atividade de integração, confirmando que a integração é parte importante do processo de construção de ontologias, no sentido de poupar esforços e tempo. Desse modo, a integração fica como uma alternativa para facilitar a construção de ontologias.

A atividade de conceituação descreve o problema e sua solução por meio de um modelo conceitual que representa o domínio. Constrói-se um glossário de termos, incluindo conceitos, verbos, instâncias e propriedades, que busca identificar e reunir o conhecimento útil do domínio. Uma dificuldade encontrada nessa fase é na definição da terminologia direcionada aos conceitos e as relações. Pode acontecer de um mesmo termo ser utilizado para representar vários conceitos, o que pode gerar ambiguidades na interpretação do conhecimento. Outras vezes, vários termos representam um mesmo conceito. Tais problemas podem propiciar modelos incompletos e inconsistentes, tendo em vista que o modelo ainda encontra-se no nível informal, isto é, suas definições são apresentadas em linguagem natural, dando margem à existência de ambiguidades e inconsistências.

Uma alternativa para facilitar a construção do modelo conceitual é buscar integrar a conceituação da ontologia em questão a ontologias existentes, conforme anteriormente mencionado. Essa atividade considera a reutilização de conceitos existentes em outras ontologias. A proposta é examinar a conceituação de metaontologias (ou ontologias de alto nível) e selecionar (parcialmente ou por completo) aquelas que melhor se ajustarem ao modelo que está sendo construído.

A atividade de formalização consiste em transformar o modelo conceitual concebido na atividade de conceituação em um modelo formal, a fim de definir de forma precisa o seu significado. O profissional

envolvido na construção da ontologia concentra-se no processo de modelagem computacional do problema, usando uma teoria lógica.

Uma vez formalizada, a ontologia deve ser codificada em uma linguagem formal legível para a máquina (ALLEMANG; HENDLER; GANDON, 2020). A implementação consiste em mapear o modelo formal em uma linguagem que se conforme com as demandas, tais como Flogic, Prolog, *Resource Description Framework* (RDF), *Ontology Web Language* (OWL), entre outras. Ferramentas para construção de ontologias podem ser utilizadas como apoio, pois a atividade de implementação é considerada dispendiosa (MENDONÇA *et al.*, 2020).

Após a construção da ontologia, é necessário verificar se ela atende ao propósito para o qual foi desenvolvida. A avaliação consiste em executar um julgamento técnico da ontologia, isto é, verificar se o conhecimento apreendido na estrutura corresponde ao domínio no qual foi feita a aquisição de conhecimento. Almeida (2006) apresenta algumas abordagens para validação de conteúdo da ontologia advindas da CI, como qualidade da informação para estudar usabilidade, necessidades de usuários e de uso da informação, qualidade de dados, proveniente CC, questões de competência, da área de pesquisa de ontologias e objetivos educacionais de aprendizado, da área de educação. Algumas propostas de metodologias para avaliação de ontologias podem ser encontradas em Guarino e Welty (2000) e Gómez-Pérez (1994).

Por fim, a atividade de documentação, considerada imprescindível em cada fase do ciclo de vida da ontologia no sentido de registrar todo o conhecimento acerca do projeto de construção, pode vir a ser útil no caso de surgir necessidade de manutenção (modificação na estrutura) e reúso da ontologia em outras aplicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ontologia aplicada agrega princípios teóricos da Ontologia Formal oriunda da Filosofia com demandas emergentes de organização da

informação na sociedade contemporânea, por exemplo, na promoção de melhorias em linguagens de modelagem e modelos conceituais voltados à representação e à organização de conhecimento em variados domínios. A Web Semântica pode ser considerada uma dessas iniciativas que aplica teorias e técnicas computacionais, oriundas da IA, da lógica e da Ontologia Formal para a concepção de linguagens de representação de recursos, por exemplo, OWL que permite inferências automáticas na web.

Em CI, ontologias podem auxiliar o trabalho do profissional da informação no momento da representação dos documentos, pois são sistemas constituídos por um vocabulário e um conjunto de definições consensuais no âmbito de um domínio, que pode se apresentar em uma linguagem lógica. Esta, por sua vez, por meio de sua semântica formal, poderia eliminar contradições envolvendo os conceitos e as relações entre esses, resultando numa especificação não ambígua do domínio. Finalmente, com base no formalismo, os usuários envolvidos num SRI poderiam se comunicar sob o mais alto nível de abstração a respeito de um determinado domínio, viabilizando, em função disso, a estratégia de busca e a recuperação da informação. As ontologias funcionariam, dessa forma, como uma mediação entre a necessidade do usuário e a representação de documentos.

Nesse sentido, a pesquisa buscou mostrar que a correlação entre organização da informação e do conhecimento, técnicas computacionais e aspectos filosóficos, sociais e cognitivos pode contribuir sobremaneira para o desenvolvimento de instrumentos tecnológicos de qualidade, a partir da organização centrada no usuário. A fertilização cruzada de tecnologias, teorias e metodologias interdisciplinares pode contribuir no processo de construção de modelos ontológicos de qualidade endereçados à representação de variados tipos de domínios e aplicações para uso na sociedade.

As teorias e os métodos interdisciplinares subjacentes à construção de ontologias, vistas como artefatos representacionais, foram elucidados neste capítulo como sendo importantes estratégias

metodológicas para o processo de modelagem conceitual, incluindo conceituação, compromisso ontológico e abstração da realidade. Assim sendo, modelos ontológicos voltados à definição e à organização de conceitos de um domínio podem ser concebidos com maior qualidade por meio de princípios interdisciplinares oriundos da CI, da CC e áreas correlatas.

Finalmente, a agregação de esforços científicos multidisciplinares visa apoiar e melhorar processos voltados ao atendimento às necessidades informacionais dos usuários que fazem uso de sistemas de informação cada vez mais sofisticados, permitindo, portanto, o avanço contínuo do campo das ontologias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. B. **Um modelo baseado em ontologias para representação da memória organizacional**. 2006. 341f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ALMEIDA, M. B. Revisiting ontologies: a necessary clarification. **Journal of the American Society of Information Science and Technology**, [s. l.], v. 64, n. 8., p. 1682-1693, 2013.

ALMEIDA, M. B. **Ontologia em ciência da informação: Teoria e Método** Coleção Representação do Conhecimento em Ciência da Informação Volume 01. 1. ed. Curitiba: EDITORA CRV, 2020. v. 1. 377p.

ALLEMANG, D; HENDLER, J.; GANDON, F. **Semantic Web for the Working Ontologist: Effective Modeling for Linked Data, RDFS, and OWL**. 3. ed. New York, NY, USA: Association for Computing Machinery, 2020.

ARNDT, R. *et al.* Comm: A core ontology for multimedia annotation. In: **Handbook on Ontologies**. Springer, Berlin: Heidelberg, 2009. p. 403-421.

BARBOSA, A. P. Classificações facetadas. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-81, 1972.

BARITE, M. G. The notion of “category”: Its implications in subject analysis and in the construction and evaluation of indexing language. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 27, n. 1/2, p. 4-10, 2000.

BAEZA-YATES, R.; RIBEIRO-NETO, B. **Modern information retrieval**: the concepts and technology behind search. Second edition. New York: Addison Wesley, 2011.

BERNERS-LEE, T; HENDLER, J.; LASSILA, O. The semantic web. **Scientific American**, v. 284, n. 5, p. 34-43, May 2001.

CHANDRASEKARAN, B.; JOHNSON, T. R.; BENJAMINS, V. R. Ontologies: what are they? why do we need them? **IEEE Intelligent Systems**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 20-26, Jan./Feb.1999.

COPI, I. M. **Introdução a lógica**. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981. 488 p.

CORAZZON, R. **Semantics and ontological analysis in Aristotle's categories**. [S. l.], 2008. Disponível em: <http://www.ontology.co/aristotle-categories.htm>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CURRÁS, E. **Ontologies, taxonomies and thesauri in systems science and systematics**. Cambridge: Woodhead Publishing, 2003.

DAHLBERG, I. Classification theory, yesterday and today. **International classification**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 85-90, 1976.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, jul./dez. 1978.

FALBO, R. de A. **Integração de conhecimento em um ambiente de desenvolvimento de software**. 1998. 215f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

FERNÁNDEZ-LÓPEZ, M. **Overview of methodologies for building ontologies**. [S. l.], 1999. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.39.6002>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FERNÁNDEZ- LÓPEZ, M.; GOMEZ-PÉREZ, A.; JURISTO, N. **Methontology**: from ontological art towards ontological engineering. [S. l.], 1997. Disponível em: <http://oa.upm.es/5484/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FERNÁNDEZ- LÓPEZ, M.; GÓMEZ-PÉREZ, A.; CORCHO, O. Methodologies and methods for building ontologies. In: GÓMEZ-PÉREZ, A.; FERNÁNDEZ-LÓPEZ, M.; CORCHO, O. **Ontological engineering**. London: Springer, 2004. p. 107-153.

FISCHER, D. From Thesauri towards Ontologies? In: INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION CONFERENCE, 15th, 1998, Lille, France. **Proceedings** [...]. Würzburg: Ergon Verlag, 1998. Structures and Relations in Knowledge Organization.

GANGEMI, A. *et al.* Sweetening ontologies with dolce. In: INTERNATIONAL CONFERENCE EKAW, 13th, 2002. **Proceeding** [...]. Berlin: Springer Berlin, 2002. v. 2473, p. 166-181. Lecture Notes in Artificial Intelligence.

GILCHRIST, A. Thesauri, taxonomies and ontologies: an etymological note. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 59, n. 1, p. 7-18, 2003.

GÓMEZ-PÉREZ, A. **Some ideas and examples to evaluate ontologies**. [S. l.], 1994. Disponível em: http://oa.upm.es/6242/1/Some_Ideas_and_Examples_to_Evaluate_Ontologies.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

GÓMEZ-PÉREZ, A.; FERNÁNDEZ- LÓPEZ, M.; VICENTE, A. J. de. **Towards a method to conceptualize domain ontologies**. [S. l.], 1996. Disponível em: http://oa.upm.es/7228/1/Towards_a_Method_.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

GÓMEZ-PÉREZ, A.; FERNÁNDEZ-LÓPEZ, M.; VICENTE, A. J. de. **Towards a method to conceptualize domain ontologies**. [S. l.], 1996. Disponível em: http://oa.upm.es/7228/1/Towards_a_Method_.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

GRENON, P.; SMITH, B.; GOLDBERG, L. Biodynamic ontology: applying BFO in the biomedical domain. In: PISANELLI, Domenico M. (ed.). **Ontologies in Medicine**. Amsterdam: IOS Press, 2004., p. 20-38. Proceedings of the Workshop on Medical Ontologies, Rome, 2003.

GRUBER, T. R. **What is an ontology?** [S. l.], 1993. Disponível em: <http://www-ksl.stanford.edu/kst/what-is-an-ontology.html>. Acesso em: 15 ago. 2021.

GRUNINGER, M.; FOX, M. S. **Methodology for the design and evaluation of ontologies**. [S. l.], 1995. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.44.8723&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

GUARINO, N. **Formal ontology, conceptual analysis and knowledge representation**. [S. l.], 1995. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.29.3373&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

GUARINO, N. **Formal ontology in information systems**. [S. l.], 1998. Disponível em: <http://citeseer.ist.psu.edu/viewdoc/download?jsessionid=E88DA9B5B5A9797C83C1F2E3C907991F?doi=10.1.1.29.1776&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

GUARINO, N.; GIARETTA, P. Ontologies and KBs, towards a terminological clarification. In: MARS, N. (ed.). **Towards a very large knowledge bases: knowledge building and knowledge sharing**. [S. l.]: IOS Press, 1995. p. 25-32.

GUARINO, N.; WELTY, C. A formal ontology of properties. In: EUROPEAN WORKSHOP ON KNOWLEDGE ACQUISITION, MODELING AND MANAGEMENT, 12th, 2000, Juan-les-Pins. **Proceedings** [...]. London: Springer-Verlag, 2000. p. 97-112.

GUINCHAT, C.; MENO, M. As linguagens documentais. In: GUINCHAT, C.; MENO, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994. p. 133-165.

GUIZZARDI, G. **Ontological foundations for structural conceptual models**. 2005. 416f. Tese (Doutorado em Ciência da Computação) – Universidade de Twente, Enschede, Holanda, 2005.

GUIZZARDI, G.; WAGNER, G. On a unified foundational ontology and some applications of it in business modeling. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON ADVANCED IN INFORMATION SYSTEMS ENGINEERING*, 16th, 2004, Latvia. **Proceedings** [...]. Berlin: Springer Verlag, 2004.

GUIZZARDI, G.; FALBO, R. A.; GUIZZARDI, R. S. S. A importância de ontologias de fundamentação para a engenharia de ontologias de domínio: o caso do domínio de processos de software. **IEEE Transactions Latin America**, [s. l.], v. 6, p. 244-251, 2008.

HJØRLAND, B. Fundamentals of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HJØRLAND, B. Semantics and Knowledge Organization. **Annual Review of Information Science and Technology**, [s. l.], v. 41, p. 367-405, 2007.

HJØRLAND, B. Theories are Knowledge Organizing Systems (KOS). **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 42, n. 2, p. 113-128, 2015.

HODGE, G. Systems of knowledge organization for digital libraries: beyond traditional authority files. *In: The council on library and information resources*. Washington, DC, 2000. Disponível em: <http://www.clir.org/pubs/reports/pub91/contents.html>. Acesso em: 15 ago. 2021.

JACOB, E. K. Classification and categorization: a difference that makes a difference. **Library Trends**, [s. l.], v. 52, n. 3, p. 515-540, 2004.

JONES, D.; BENCH-CAPON, T.; VISSER, P. **Methodologies for ontology development**. [S. l.], 1998. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.52.2437>. Acesso em: 15 ago. 2021.

KHOO, C. S. G.; NA, Jin-Cheon. Semantic relations in Information science. **Annual Review of Information Science and Technology**, [s. l.], v. 40, p. 157-228, 2007.

LANCASTER, F. W. **Vocabulary control for information retrieval**. 2nd ed. Virgínia: IRP, 1986. 270 p.

LEMOS, D. L. da S. Modelagem de metadados multimídia: uma proposta ontológica baseada em reúso. **Ciência da Informação**, [s. l.], v. 49, n. 3, p. 46-68, 2020.

LEMOS, D. L. da S; SOUZA, R. R. Knowledge Organization Systems for the Representation of Multimedia Resources on the Web: A Comparative Analysis. **Knowledge Organization**, v. 47, n. 4, p. 300-319, 2020.

MASOLO, C. *et al.* **Ontology library: wonder web deliverable D18**. Trento, 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/2663572/WonderWeb_Deliverable_D18_Ontology_Library_final. Acesso em: 15 ago. 2021.

MENDONÇA, F. M.; SOARES, A. L. Construindo ontologias com a metodologia ontoforinfoscience: uma abordagem detalhada das atividades do desenvolvimento ontológico. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 46, n. 1, 2017.

MENDONÇA, F. M. *et al.* Onto4AllEditor: um Editor Web Gráfico de Ontologias Direcionado a Diferentes Tipos de Desenvolvedores de Ontologias. **Proceedings of the XIII Seminar on Ontology Research in Brazil (ONTOBRAS 2020)**, [s. l.], p. 104-119, 2020.

MIZOGUCHI, R.; VANWELKENHUYSEN, J.; IKEDA, M. Task ontology for reuse of problem solving knowledge. *In*: EUROPEAN

CONFERENCE ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE, 11th, 1994, Amsterdam. **Proceedings** [...]. Amsterdam: IOS Press, 1995. p. 46-59.

NOY, F. N.; MCGUINNESS, D. L. **Ontology development 101: a guide to create your first ontology**. [S. l.], 2001. Disponível em: <http://ksl.stanford.edu/people/dlm/papers/ontology-tutorial-noy-mcguinness.doc>. Acesso em: 15 ago. 2021.

PRIETO-DÍAZ, R. A faceted approach to building ontologies. *In*: IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION REUSE AND INTEGRATION, [4th], 2003, Las Vegas. **Proceedings** [...]. Las Vegas: IEEE SMC, 2003. p. 458-465.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to library classification**. Bombay: Asia Publishing House, 1967. 640 p.

SAATHOFF, C.; SCHERP, A. Unlocking the semantics of multimedia presentations in the web with the multimedia metadata ontology. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON WORLD WIDE WEB, 19th, 2010, Raleigh. **Proceedings** [...]. New York: ACM, 2010. p. 831-840.

SILVA, D. L. da; SOUZA, R. R.; ALMEIDA, M. B. Ontologias e vocabulários controlados: comparação de metodologias para construção. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 60-75, set./dez. 2008.

SMITH, B. **Ontology and informations systems**. [S. l.], 2004. Disponível em: [http://ontology.buffalo.edu/ontology\(PIC\).pdf](http://ontology.buffalo.edu/ontology(PIC).pdf). Acesso em: 15 ago. 2021.

SMITH, B; GRENON, P. The cornucopia of formal-ontological relations. **Dialectica**, [s. l.], v. 58, n. 3, p. 279-296, 2004.

SOERGEL, D. **Functions of a thesaurus / classification / ontological knowledge base**. University of Maryland, College of Library and Information Services, lecture 16, reading 2, 1997.

SOERGEL, D. The rise of ontologies or the reinvention of classification. **Journal of the American Society of Information Science**, [s. l.], v. 50, n. 12, p. 1119-1120, 1999.

SOWA, J. F. **Knowledge representation: logical, philosophical, and computation foundations**. California: Brooks Cole, 2000. 594 p.

STEVENS, R. *et al.* Ontologies in bioinformatics. *In*: STAAB, S.; STUDER, R. (ed.). **Handbook on ontologies**. Berlin: Springer-Verlag, 2004. p. 635-658.

SUÁREZ-FIGUEROA, M. C.; GÓMEZ-PÉREZ, A.; FERNÁNDEZ-LÓPEZ, M. The NeOn methodology for ontology engineering. *In*: SUÁREZ-FIGUEROA, M. C. *et al.* (ed.). **Ontology Engineering in a Networked World**. Berlin: Springer, 2012. p. 9-34.

THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press. 1989.

USCHOLD, M.; GRUNINGER, M. Ontologies: principles, methods and applications. **Knowledge Engineering Review**, [s. l.], v. 11, n. 2, 1996.

VAN HEIJST, G.; SCHREIBER, A. T.; WIELINGA, B. J. Using explicit ontologies in KBS development. **International Journal of Human – Computer Studies**, [s. l.], v. 46, n. 2-3, p. 183-292, Mar. 1997.

VICKERY, B.C. **Classificação e indexação nas ciências**. Rio de Janeiro: BNG: Brasilart, 1980. p. 187-224.

VICKERY, B. C. Ontologies. **Journal of Information Science**, [s. l.], v. 23, n. 4, p. 277-286, 1997.

ZILLES, Urbano. Fundamentos ontológicos do conhecimento. *In*: ZILLES, Urbano. **Teoria do Conhecimento**. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 1998. cap. 2, p. 29-41.

**Parte 3:
Estudos sobre
mediação
cultural e da
informação**

Capítulo 7

Mediação cultural digital: identificando valores dos objetos à prática

*Taiguara Villela Aldabalde
Georgete Medleg Rodrigues
Monique Batista Magaldi*

RESUMO

O tema da mediação cultural digital é inédito no Brasil, ou seja, não há nenhum trabalho no país que se dedique a pensar esse campo emergente. No contexto atual, o campo ganha mais relevo e busca-se conhecer o tema a partir de seus objetos, considerados no estudo como objetos culturais digitais. Adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa documental. Os resultados incluem análises sobre

a mediação cultural digital, a partir de fontes bibliográficas e em uma perspectiva de construção de seus objetos, incluindo nesta trajetória a pandemia do novo coronavírus. Além disso, são identificados valores nos objetos digitais culturais mediados e uma relação entre a predominância de valores com o encaminhamento da prática, recorrendo a exemplos associados com, dentre outras instituições, o Arquivo Municipal de Loulé em Portugal e a exposição “Desmundo” (2021) da Universidade de Brasília. Apresenta como considerações finais a ideia de sobreposições de mediações, nomeadamente a mediação cultural e a mediação digital, de modo que o conhecimento sobre a mediação cultural digital não está assentado no meio, mas nas relações entre as instituições, agentes e sociedade, de modo particular aos arquivos e museus por mediar objetos com valores culturais atribuídos, além dos valores arquivísticos e museais, identificados como valores pragmáticos, afetivos, formais ou estéticos, éticos e cognitivos.

Palavras-chave: Mediação cultural; Ambiente digital; Valores culturais; Objetos digitais culturais; Mediação digital.

INTRODUÇÃO

Dentre os três tipos de mediação apresentados por Silva (2009): a língua, a comunicação e as mediações institucionais — sendo as mediações institucionais acompanhadas das “estratégias de comunicação, entendidas como formas de mediação e de comunicação efetivamente praticadas pelos sujeitos comunicantes, na sua dimensão institucional de atores sociais presos a lógicas institucionais” (SILVA, 2009, p. 72) —, interessa-nos, aqui, pensar a mediação institucional.

A partir desse recorte, ou seja, da chamada “mediação institucional”, buscamos adentrar um campo novo, pouco pesquisado e, até o presente momento, ao menos no Brasil, totalmente inédito, pois não se acha um artigo, uma tese, uma dissertação, um capítulo de livro ou obra que seja dedicada inteiramente ao tema da Mediação Cultural Digital (*Médiation Culturelle Numérique*).

Sem pretensões de esgotar o tema, nosso estudo propõe pensar essa mediação, a partir dos objetos mediados, não como objetos quaisquer, mas como *objetos digitais culturais*, ou seja, objetos digitais com valores culturais atribuídos. Esses objetos podem ser representações em espaços de mediação na web e/ou em práticas tais como exposições (fotográficas, documentais, artísticas, tecnológicas e educativas) ou, ainda, em outras ações, devendo se estabelecer por meio de diálogo com uma dinâmica aproximativa, participativa e/ou interativa com o público, com vistas à democracia cultural e à democratização desses objetos, ou seja, a fim de que sejam apropriáveis.

Isso posto, objetiva-se conhecer a Mediação Cultural Digital em termos teóricos e práticos a partir de seus objetos. Para tanto, julgamos necessário explorar a documentação pertinente, recorrendo à pesquisa documental, a fim de buscar as identificações mais fundamentais para os objetos digitais culturais, considerando ações realizadas com vistas às práticas, bem como apresentando alguns exemplos.

MEDIAÇÃO CULTURAL DIGITAL EM PERSPECTIVA

Para Doduik (2017), a mediação cultural digital permite uma experiência especial aos públicos por meio de ferramentas digitais: comunicação, acesso, visualização e participação. Esta pode ser representada, segundo Doduik (2017), pela “gameficação” do espaço de mediação em um game do tipo Minecraft, no qual o visitante de uma exposição pode decorar uma casa com artefatos, aqui, entendidos como objetos digitais culturais. Mas não ocorre somente o movimento para o digital. O autor aponta que o Museu do Louvre, por exemplo, convidou *youtubers* para fazer vídeos especiais sobre o museu. Assim, podemos perceber que os agentes mediadores digitais podem ser chamados para ir ao encontro do “espaço analógico”.

Doduik (2017) registra, ainda, que projetos de mediação cultural digital incluem a criação de dispositivos *in loco*, o que significa que essa mediação não ocorre puramente *online*, mas prevê a concepção do

museu sobre o ambiente digital, mantendo a perspectiva da mediação cultural. O autor aponta, igualmente, que projetos na área devem ser mais abertos aos públicos e isso significa, por exemplo, não oferecer lúdico em demasia que só interessaria a um grupo ou “tribo urbana” designada como *geeks*. Nesse sentido, Beudon (2014) aponta que esse grupo tem estado presente nas práticas de mediação cultural digital e que os desafios não são apenas a digitalização em si, mas incluem, também, a inserção de outras tecnologias e processos, tais como a criação de protótipos por impressoras 3D à disposição dos públicos.

Lemal (2019) destaca as exposições interativas no contexto da mediação cultural digital como oportunidade para criar experiências únicas, por exemplo, de imersão em realidade aumentada. Navarro e Renaud (2019) questionam em que medida há uma mediação cultural digital e apontam um deslocamento da mediação cultural para a mediação digital, de modo que, para esses autores, o que tem ocorrido é o deslocar-se com apenas a integração das tecnologias digitais, sendo a mediação cultural suficiente para atender às demandas contemporâneas.

Aqui, entendemos que há sobreposições da mediação digital e da mediação cultural, pois, embora sendo coisas diferentes, podem ocorrer concomitantemente. A mediação digital (*digital mediation*) tem ocorrido junto com a difusão, não sendo explícita a forma como o processo ocorre, sobretudo no que diz respeito à participação dos mediadores de infoprodutos. O que fazem — ou o que pretendem — aqueles que encomendaram e programam os infoprodutos ou algoritmos não fica disponível. Assim, uma parte estratégica da mediação digital, inclusive que abarca plataformas do governo eletrônico, é sonogada. Parece haver, então, uma lacuna, quando há mediação digital com intencionalidades ocultadas.

Se, por um lado, as ferramentas, as interfaces e/ou outros elementos criados para serem mais visíveis ao usuário final ficam explícitos, encobrendo interesses dos algoritmos e cálculos subjacentes às operações de mediação digital, por outro, a mediação cultural não pode ocorrer invisivelmente, já que, caso a dinâmica não seja

estabelecida a partir de diálogos, não é uma mediação cultural, mas uma “webdifusão”. O processo da difusão não faz parte do objeto central deste estudo, embora seja complementar à mediação cultural. Isso se verifica no caso do Projeto Cartas de Arquivo do Arquivo Nacional (AN) do Brasil, no qual a mediação com artistas deu-se por meio da difusão, *a posteriori*, na plataforma YouTube.

Em termos práticos, podemos observar nas redes sociais ou *sites* na *web* como a mediação digital tem se articulado com a difusão, com anúncios de representações digitais de objetos analógicos na perspectiva da cultura do consumo. Ela está sendo difundida, mas não mediada. Os sistemas informatizados não permitem dialogar sobre a cultura do consumo digital e apenas reproduzem informações digitais visando efetivar uma transação formal de compra e venda. A cultura do consumo inclui a comercialização de conjuntos de símbolos (fontes de texto com diferentes tipografias, por exemplo) e objetos vendidos e/ou comprados com moedas digitais, dirigindo-se somente àqueles com poder aquisitivo para a aquisição do bem de consumo.

Os museus e as instituições arquivísticas não têm uma missão pecuniária evidente, mas, antes, são, fundamentalmente, instituições de Estado e, em regimes democráticos, mediadoras entre o Estado Democrático de Direito e a sociedade, com benefícios evidentes para a sociedade, a começar por lastrear os direitos culturais dos cidadãos exercitados nesses lugares, hoje de forma síncrona ou assíncrona. Dentre os direitos culturais, destacamos o direito à identidade, ou seja, de o sujeito ser quem é e usufruir das bases de construção de sua identidade de classe, local, regional, étnica, familiar, pessoal e nacional. Permite que ele não seja alienado das fontes que o deixam elaborar, a partir de objetos culturais mediados em instituições de memória, o seu fundamento identitário, ponderando sobre a herança coletiva, consciente dos devidos valores do patrimônio documental a ser preservado como seus próprios bens e herança a ser transmitida de geração em geração.

A mediação digital deve ser entendida para além de ações de comunicação ao público dos acervos e como meio de acessibilidade,

podendo valorizar os objetos mediados, incluindo-os no capital intangível da instituição (DIEYE, 2013). Nessa direção, a mediação digital aproxima-se da mediação cultural, pois abre-se ao patrimônio documental e ao papel das instituições patrimoniais como arquivos, bibliotecas e museus (DIEYE, 2013). Quando falamos em mediação cultural digital, referimo-nos às ações de mediar objetos da cultura material: livros, arquivos e objetos museais como artefatos culturais e digitais, mantendo a lógica do diálogo descrita na seção introdutória deste texto.

A mediação cultural, tal como entendida atualmente, ocorre de maneira mais proeminente a partir do século XX, com o aprofundamento da ideia de democracia e dos direitos ligados à cidadania. Destaca-se que a expansão econômica do período do pós-guerra foi acompanhada, ao menos na Europa e na América do Norte, pela consolidação de novos direitos civis e conquistas democráticas nos territórios urbanos.

Os museus são instituições ligadas à herança de artefatos e ao patrimônio desde a abertura do acervo de Elias Ashmole (1617-1692), mantido hoje como Museu Ashmoleano no Reino Unido, e identificados como cultura no *corpus* de conhecimento da Antropologia e organização, ao menos desde o século XIX, com a associação dos museus em York. Já os arquivos públicos, na sua origem, não foram associados à cultura, mas vinculados à história, aos direitos e à administração. Dessa forma, os objetos dos arquivos eram provas, registros contábeis, relatórios e manuscritos antigos que não estavam abertos ao fenômeno cultural. Então, como os arquivos se abrem à mediação cultural?

A mediação cultural em arquivos implica o reconhecimento do arquivo no campo da cultura. Esse reconhecimento é explícito, na Itália, no Relatório final da Comissão Franceschini (1964-1967), o qual declara as categorias de patrimônios, inclusive de territórios, aplicados ao cotidiano de municípios antigos com patrimônios arqueológicos a serem preservados. O Relatório também aclama os bens arquivísticos, bibliográficos e museológicos, inserindo o patrimônio

documental arquivístico como parte do patrimônio cultural da nação, nos seguintes termos:

TÍTULO V: Dos Bens [Culturais] Arquivísticos. Declaração no. 50 - Patrimônio arquivístico: São objeto desse título as fontes documentais da autoridade pública sob tipo de documentos produzidos, recebidos ou adquiridos no decurso da sua atividade; e também aqueles das atividades de qualquer outra pessoa cujo valor de testemunho histórico notável, recomenda-se a conservação. [...] Declaração 51 - Documentos da autoridade pública. Fontes documentais de todos os poderes públicos são conservados em Arquivos sob a responsabilidade do titular do departamento a sua conservação e a sua integridade de acordo com as normas de patrimônio cultural. [...] O Conselho de Administração adotará disposições gerais sobre o assunto, com base numa proposta do comitê nacional competente. [...] Devem ser mantidas breves notas sobre o material eliminado. [...] as fontes documentais das autoridades públicas são consideradas bens culturais declarados e são propriedade do Estado [...] Depois de 40 anos a partir da data dos documentos, as fontes documentais das autoridades públicas devem ser obrigatoriamente depositadas nos arquivos do Estado tornando-se públicas e de livre consulta; [...] Declaração 52 - Documentos particulares. Fontes documentais de empresas privadas [...] podem ser consideradas de grande interesse histórico [...] Exceto de consentimento expresso dos proprietários, as fontes documentais das atividades privadas [...] não serão tornadas públicas antes de completarem 70 anos a partir da data de produção dos documentos. [...] Declaração 53 - A demanda para a avaliação do valor cultural do patrimônio arquivístico. Os proprietários de fontes documentais podem solicitar à Superintendência [de Arquivos] a determinação do seu valor [...] (ITÁLIA, 1967, p. 13, tradução dos autores).

É relevante reconhecer isso, pois nem sempre os documentos arquivísticos foram entendidos como bens culturais a serem preservados permanentemente por seu valor cultural. Uma vez que o Relatório italiano citado anteriormente estabelece que o material de arquivos é parte da categoria do patrimônio cultural nacional, pode-se afirmar que, em função desse reconhecimento, o Estado italiano se reorganizou para o novo entendimento. A partir de 1964, comissões ministeriais deliberaram sobre a mudança de vinculação dos Arquivos de Estado do Ministério do Interior para o Ministério do Patrimônio Cultural.

Os Arquivos Nacionais da França são hierarquicamente subordinados à Direção dos Arquivos, ambos vinculados ao Ministério da Cultura desde 1959, ano da criação desse Ministério. No Brasil, por sua vez, o Arquivo Nacional é vinculado ao Ministério da Justiça, com uma breve passagem pela Casa Civil da Presidência da República. Portanto, diferentemente da França e da Itália, por exemplo, no Brasil, a noção de cultura ligada aos arquivos não se reflete no vínculo administrativo do Arquivo Nacional em nenhum período de sua história.

No Brasil, no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), passou a vigorar o Plano Nacional de Cultura, criado em 1975, sendo tomado como um dos marcos para as políticas culturais do país e que, segundo Azevedo (2016, p. 319), “resultaram na criação de órgãos públicos de cultura e no esforço de subsidiar a infraestrutura adequada aos meios de comunicação e à montagem e desenvolvimento do mercado cultural”¹⁹.

Em 1978, iniciaram-se as inscrições na lista da Unesco dos patrimônios culturais da humanidade. Esses patrimônios deveriam estar

19 Entretanto, o PNC, embora cite explicitamente os museus como espaços de cultura — “(v) promover os museus como espaços de expressão da cultura nacional” —, no que diz respeito aos arquivos, destaca apenas os eclesiásticos — “(vi) preservar arquivos eclesiásticos oficiais”. Ou seja, a lógica não era de considerar as instituições arquivísticas na sua dimensão cultural.

sob cuidado de preservação por interesse supranacional ou global, devendo, portanto, contar com apoio para a salvaguarda e proteção contra as destruições causada por conflitos ou abandono²⁰.

Um desses arquivos de Estado, considerados como patrimônio mundial da humanidade na década de 1980 pela Unesco, foi o *Archivo General de Indias*, em Sevilha, na Espanha. No Brasil, na mesma década, a perspectiva cultural no setor dos arquivos, embora considerada uma questão posta, continuava sem resposta, um verdadeiro desafio. Hoje, podemos dizer que os documentos arquivísticos, como objetos culturais, ainda estão em construção no país.

Com a popularização dos microcomputadores e do uso da Internet, no final da década de 1990, abre-se o debate. No início do século XXI, nasce a *médiation culturelle numérique* ligada aos museus como desenvolvimento da mediação cultural consolidada desde o século XX em diversas instituições. No campo da Arquivologia, há autores que trabalham com mediação cultural ligando-a à valorização e à exploração dos acervos.

Assim, arquivistas, museólogos e bibliotecários são também os mediadores de artefatos culturais digitais e analógicos caracterizados conforme seus valores — mais adiante expostos — e suas representações digitais são também objetos digitais, mas não somente, pois são objetos digitais *culturais*.

A pandemia do novo coronavírus — que provoca a doença Covid-19 — tem demandado uma transformação digital e potencializado as representações digitais. Essas são, segundo Aldabalde (2018), decorrentes da exploração dos acervos, sendo cópias que substituem os documentos apenas para efeito comunicacional, pois não mantêm, a princípio, vínculos autênticos com o original. Sendo assim, não têm a materialidade do impresso, de modo que são facilmente

20 A Convenção da Unesco para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural foi adotada pela Conferência Geral do Órgão, em 23 de novembro de 1972. O Brasil ratificou a Convenção em 1978.

manipuláveis²¹. Para esse autor, as representações digitais emulam os documentos e podem ser compreendidas, no caso de documentos digitalizados, como um gênero capturado por recursos tecnológicos que podem ser tratados por metadados.

Para Aldabalde (2018), as representações digitais apresentam alto potencial para atingir grande número de visitantes. Nessa direção, as representações digitais também podem ser replicadas nos perfis institucionais em redes sociais, de modo que o espaço de dados em um fluxo contínuo na Internet pode tornar as práticas culturais visíveis no ambiente digital; internautas podem vir a ser parte do público das atividades culturais e educativas.

Como dito, com a pandemia do novo coronavírus, há potencialização do digital e as instituições podem se ver forçadas a deslocar a mediação cultural para a mediação digital. Porém, cada objeto digital é também um objeto cultural, tendo um valor predominante que pode tanto configurar os espaços de mediação, quanto a definição das práticas de *mediação cultural digital*.

Como identificar esses valores e como isso impacta a prática? Cabe demarcar quais são esses valores, tendo em vista os seus desdobramentos para a prática.

OBJETOS DIGITAIS CULTURAIS: IDENTIFICANDO VALORES PARA AS PRÁTICAS

O modelo de White (2017) para a cultura coloca em sua camada mais interior os valores culturais. Isso porque, segundo o autor, são as coisas que estão em um nível mais profundo em relação às outras como os rituais, os heróis e os símbolos da cultura, representados, segundo ele, como outras camadas.

21 Nesse sentido, as reflexões de Walter Benjamin expostas em “A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução” permanecem atuais (BENJAMIN, 1980). A tradução do texto em francês foi publicada em 1936.

De acordo com White (2017), os valores, descritos de forma simples, são aquilo que existe mais profundamente na cultura e determinam o que é relevante ou não para a vida, por exemplo, o certo e o errado ou o bem e o mal. Ainda para esse autor, os valores influenciam os símbolos modelando ou formando o que pode ser tangível na cultura. Isso, por sua vez, implica em uma correlação entre os valores e os arquivos. Um exemplo disso é a ausência de registros textuais em culturas que definem como errado — ou mal — o escrever ou o inscrever algo, sendo tal coisa considerada estranha e maligna. Alguns grupos dos Rom, popularmente conhecido como “povo cigano”, até hoje se negam a serem alfabetizados em defesa de sua identidade cultural. Entre esses grupos estão: Calon, Sinti, Manush, Lovara, Kalderash, Xoraxane, Romanisael e Romnichals. No Brasil, há acampamentos do povo Calon, ou seja, descendência ibérica; sendo o mais populoso no país.

Refletindo a esse respeito, alfabetizar um grupo de pessoas contra sua vontade e identidade parece ser um tipo de ato colonizador. Portanto, a chamada “alfabetização digital” também pode ser entendida como empreendimento colonizador, quando praticada sem consentimento ou coercivamente.

White (2017) busca, igualmente, identificar como os documentos arquivísticos se posicionam na cultura, por exemplo, como registros escritos, orais, digitais ou cinéticos que arquivam as manifestações e evidências culturais. Quais são os valores culturais que influenciam signos ou símbolos e compõem os documentos arquivísticos? Nesse sentido, considerando os documentos arquivísticos como bens culturais, podemos adotar Meneses (2010) como referencial.

Para Meneses (2010), os valores cognitivos estão relacionados à fruição intelectual. Portanto, ao pensar a prática, temos a noção de que os acervos, como fontes de informação, configuram-se como um uso-usufruto dos itens desse acervo pelo viés informacional ou cognitivo. Arquivos estão preparados para isso com instrumentos

de pesquisa²² e páginas na *web*. Em termos práticos, recorrem-se aos documentos disponibilizados na *web*, a fim de conhecer algo ou obter algum dado.

Também os museus estão cada vez mais associados às bases de dados. Na Ciência da Informação, a fruição intelectual tem sido o viés predominante e isso, se não for ampliado e pluralizado, pode reduzir toda e qualquer documentação ou coisa à informação. Capurro e Hjørland (2007) destacam que a informação é subjetiva, ou seja, a informação é signo, isso é, dependente da interpretação e de uma visão interpretativa.

Assim, os objetos digitais culturais têm, obviamente, esses valores cognitivos atribuídos à produção de informação e conhecimento, mas não somente esses valores cognitivos, como será visto a seguir. Em termos práticos, prover acesso aos objetos culturais digitais em uma plataforma de mediação digital é suficiente para propiciar esse tipo de fruição. Nesse âmbito, a difusão tem ganhado destaque, pois a Internet propicia tal uso-usufruto e oferta de documentos como informações a serem consumidas ou apropriadas.

Para Meneses (2010), os valores formais ou estéticos referem-se à presença, nos objetos, de atributos capazes de proporcionar uma gratificação sensorial, pondo em contato o ego com o “transcendente”, ou seja, o “eu” para além do “eu”. O autor descreve os valores formais como aqueles que incidem sobre a percepção humana, permitindo a construção e a troca de significados para que possamos atuar no mundo. Ademais, Meneses (2010) aponta que esses valores estão ligados ao campo da estética, de modo que essa é a mediação que nos faz humanos, qualificando a consciência e o agir do sujeito no mundo em decorrência da percepção do objeto material que, por reunir valores estéticos predominantes, induz à produção mais ampla dos sentidos.

Em termos práticos, o *Liber Horarum* (1491) é um dos manuscritos iluminados sob a proteção do Arquivo Nacional (AN) do Brasil

22 Guias, catálogos, inventários etc.

que porta valores predominantemente formais ou estéticos, podendo ser comparado à catedral utilizada por Meneses (2010) para explicar os valores culturais. Nesse documento, há representações do sagrado, emprego de técnicas de iluminação com diversas cores e emprego de ouro. Sem dúvida, o manuscrito pode ser utilizado para atividades que exploram o valor estético como uma exposição *online* com caráter contemplativo. Porém, a representação digital não fará jus ao original, pois a materialidade, a tridimensionalidade, o relevo e todos os elementos externos materiais do documento sem interposição da máquina proporcionam uma outra experiência que pode ocorrer com menos interferência e mais proximidade. O público dos artistas plásticos, por exemplo, em tese por seu olhar apurado, certamente notará que não há total fidedignidade entre a cópia digital e o original analógico.

É por isso que uma visita presencial pode estar também sob a lógica de uma utilização ou exploração estética, porque pode-se, por exemplo, mediar um público escolar infanto-juvenil em relação à cultura arquivística, representada pelo manuscrito, por meio da prática de descrever aspectos de iluminuras a partir da observação do original. Ao mesmo tempo, pode-se propor a prática de colorir em uma página que reproduza a iluminura e as formas apreciadas, com espaços e contornos a serem preenchidos.

Uma prática de mediação que ilustra essa possibilidade, chamada de “Vamos pintar uma iluminura”, foi desenvolvida pelo Arquivo Municipal de Loulé, em Portugal. Concebida para atender escolas, alunos e professores do ensino fundamental, ela ocorreu no ano letivo 2018/2019. Nessa prática, buscou-se mediar fac-símiles de iluminuras e colorir uma cópia da iluminura do frontispício do Foral Manuelino de 1504 custodiado pela Instituição. Tal vivência poderia ter ocorrido por mediação digital, porém é preciso reconhecer que, sem a presença dos originais, a experiência seria diferente.

De acordo com Meneses (2010), os valores afetivos têm sido comumente designados de “históricos”, quando possuem raízes na

memória e não na história. Tais valores, para o autor, estão no domínio dos afetos e dos vínculos subjetivos com os objetos ou lugares de memória que despertam lembranças com significados emotivos. Exemplos emblemáticos da exploração ou uso dos documentos com essa predominância podem ser encontrados nos chamados “museus do horror” que retratam as atrocidades das guerras, do nazismo e dos regimes ditatoriais²³. Tais documentos já têm, em dado contexto, um valor apelativo ao campo das emoções e não raramente são chamados de “documentos sensíveis”.

Há arquivos e museus que trabalham conjuntamente, como é o caso do Arquivo (*Stasi Unterlagen Archiv*) e Museu da Stasi (*Stasi Museum*), pois o material de arquivo pode ser utilizado em espaços museais. Também é notável o *Palacio de la Inquisición*, na Colômbia, pois no acervo há a predominância desses valores afetivos remetendo às memórias traumáticas no período da Inquisição moderna (séc. XVI-XIX) da civilização ocidental. É claro que estar presencialmente nesses espaços é uma experiência diferente que, no meio digital, é atenuada.

O contato exclusivamente via mediação digital pode significar um distanciamento e um déficit de sensibilidade para com os objetos culturais, pois utilizar apenas o meio digital implica em perda dos valores formais e afetivos, ocorrendo, assim, um prejuízo significativo. Portanto, cabe refletir até que ponto uma digitalização generalizada implicaria também em uma desumanização e insensibilização dos sujeitos que herdarão um patrimônio cultural. Para Saez (2021), a tarefa de humanizar os nativos digitais diz respeito ao campo cultural e, por conseguinte, pode incluir a mediação cultural.

Podemos destacar, ainda, que Meneses (2010) aponta mais dois grupos de valores culturais: valores pragmáticos e valores éticos. No

23 Uma análise dos diversos museus do horror na Europa encontra-se no artigo de Sophie Wahnich, “*Transmettre l’effroi, penser la terreur. Les musées d’une Europe déchirée*” (WAHNICH, 2007).

primeiro caso, o autor destaca que eles se dão pelo reconhecimento de disponibilidade para uso relevante, para qualificação da prática, recorrendo à catedral como templo de prática de oração com um uso social, assim como “elevador de serviço” é “elevador de serviçal”, destinado à “empregada” ou à “criada”, representante dos trabalhadores sem cidadania plena, alocados nessa categoria pela herança escravista que faz esse tipo de distinção.

Complementando o autor, pode-se estimar que tal “empregada” provavelmente tem parentesco de gerações com escravas que eram mantidas no cativeiro chamado “senzala”, sendo esse elevador utilizado no contexto de uma sociedade que parece não ter rompido totalmente com a escravidão. No segundo caso, os valores éticos estão mais vinculados ao funcionamento que os objetos provocam. Nesse sentido, os manuscritos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) podem ser postos em prática, a fim de discutir relativismos morais enunciados por figuras públicas e que circulam na *web*, tais como “Direitos Humanos para humanos direitos”. Essa prática pode ser realizada na *web* sem nenhum tipo de prejuízo, pois os próprios *sites* na Internet são lugares para desenvolver a ética.

Além desses valores culturais que devem ser considerados para as práticas de mediação digital e cultural ou mediação cultural digital, consideramos levar em conta valores arquivísticos e museais.

Aos arquivos, o distintivo de seu material é seu valor primeiro, isto é, probatório. Para Rekrut (2006), os valores arquivísticos são atribuídos de acordo com a materialidade, e os elementos extrínsecos da forma documental seguem uma fórmula diplomática legal ou normativamente amparada. Cada elemento é tangível de modo que o exame sistemático das características físicas dos documentos ocorre no contexto da Diplomática e da Diplomática Forense do documento de arquivo, buscando preservar qualidades dos documentos arquivísticos, como autenticidade e confiabilidade. O método desse exame físico advém dessas disciplinas e depende necessariamente do controle dos objetos, principalmente em ambiente digital.

Diante do desafio dos documentos arquivísticos digitais, em uma perspectiva arquivística forense, o tratamento dessa documentação deve ser voltado ao enfoque de sua confiabilidade e, hoje, já ocorre a produção do conhecimento para a construção de um *corpus* para área de “*Digital Records Forensics*”, tendo como base usos da Diplomática Forense Digital verificada no Projeto InterPARES (DURANTI, 2010).

Rekrut (2006) cita arquivos de valor permanente, ou seja, para custódia ou proteção legal permanentes, e aponta a necessidade de mediar as alterações dos registros, a interrelação física entre materiais e as mudanças nos documentos. Isso diz respeito ao valor de prova dos documentos de arquivo. Além disso, o autor aponta que a conservadora do patrimônio Miriam Clavier e o arquivista Terry Cook escrevem, respectivamente, sobre museus e arquivos, identificando que essas instituições são criadoras de “significados culturais” e “memória social”, de maneira que as intervenções dessas instituições são reconhecidas como uma “construção mediada”. Portanto, cabe considerar todos os valores culturais em Meneses (2010) e as qualidades arquivísticas que garantem o valor probatório dos arquivos conforme o Projeto InterPARES (DURANTI, 2010).

O exposto anteriormente é relevante, pois o material de arquivo possui uma institucionalidade que precede o próprio objeto mediado, ou seja, na mediação de objetos digitais culturais é a institucionalidade que define quais valores serão atribuíveis. Assim, aos documentos de arquivo também pode ser devido, e cabível, atribuir outros valores, principalmente quando se trata de um objeto cultural digital produto de arte com valor estético predominante — vide o caso do Museu de Arte Contemporânea com peças em atualização que são, ao mesmo tempo, arquivos de dados e objeto cultural digital.

No contexto dos museus, para as instituições museais:

[...] musealizar é colocar a relevância patrimonial na memória e na cognição. E essa relevância deve ser entendida como o principal recurso endógeno da sobrevivência. Isto é, daquilo que hoje

se designa por desenvolvimento, qualificação, emprego, e competitividade [...]. O Patrimônio mantém e treina competências (CARDOSO, 2014, p. 25).

Nesse contexto, as exposições são ações de comunicação necessárias entre a instituição, ou a equipe desenvolvedora, e/ou comunidades, e/ou visitantes. O termo *exposição* teria origem no “latim – *exponere* – isto é, *pôr para fora*, entregar à sorte” (GONÇALVES, 2004, p. 13).

Esse contexto pode ser observado no campo da economia da cultura e da comunicação, por exemplo, nas indústrias editoriais, de telecomunicações, publicitárias, de radiodifusão, de *design* e de outras indústrias inseridas na cadeia de produção cultural ou de comunicação. Dentre os casos atuais de documentos que fomentaram essa economia estão os filmes “Silêncio” (2016), inspirado por uma carta de um sacerdote jesuíta, e a animação “Com Amor, Van Gogh” (2017), produzida a partir de cartas manuscritas do pintor holandês Vincent van Gogh (1853-1890).

Assim, espera-se que o ato de expor promova reflexões sobre determinada coleção, objeto ou tema. Juntamente com os desenvolvedores das exposições, as equipes estimulam o olhar questionador e criativo do público, por meio de ações de mediação, debates, jogos, materiais complementares etc.

Meneses (1994) afirma que a característica basilar e pouco percebida é o caráter da exposição como “convenção visual”, que promove “a organização de objetos para a produção de sentido”. Devido ao seu valor documental, a “exibição de peças museológicas como vetor de sentidos não se confunde com outras operações semelhantes” (MENESES, 1994, p. 22), sendo a exposição um processo que não faz uso de linguagem natural, um processo não espontaneamente operável, não óbvio e, portanto, mediado.

Dentre os espaços de mediação que exemplificam essa perspectiva, destacamos aqueles ocupados pelas seguintes práticas de

mediação cultural digital. Primeiramente, a “Exposição Desmundo: percepções do isolamento social”, de 2021, situada em <http://desmundo.museologia.org/>. Essa exposição foi desenvolvida por estudantes e docentes da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, no âmbito do Programa de Extensão “Museologia Virtual” e do Projeto de extensão Museologia Lab. Os objetos culturais digitais exibidos resultaram de produções artísticas e orientações no âmbito da saúde mental tendo como temática o distanciamento físico demandado pelos protocolos de biossegurança durante a pandemia do novo coronavírus, desde 2019. Dentre os objetos exibidos, estão obras de arte, poemas e vídeos, além de palestras e mesas-redondas com estudantes, professores do ensino fundamental e médio, artistas, além de especialistas em áreas como Direitos Humanos, Educação, Museologia, Arquivologia, entre outros.

A exposição “Desmundo” (2021) é uma prática de mediação cultural digital que propõe uma experiência singular e com a ideia de imersão, não aquela exatamente sugerida em Lemal (2019), sobre a realidade aumentada, mas, antes, a imersão em objetos digitais culturais com predominância dos valores afetivos e formais ou estéticos de Meneses (2010). A maioria das fotografias e vídeos em exposição parece, essencialmente, variar sobre o mesmo tema: o sentimento de tristeza como reflexo do ser/estar isolado. Os documentos tratam o estar fisicamente isolado como o estar socialmente isolado. O módulo “Inumeráveis”, por exemplo, apresenta uma abordagem monumental ao luto elaborado aos que jazem sepultos, com base em registros audiovisuais construídos sobre a memória dos falecidos. Em “Poesias Quarentenadas”, há variações do tema da tristeza à qual se adicionam raiva e indignação em “Sangue” e “Desaprender”.

Ainda em “Desmundo” (2021), indo ao campo dos valores cognitivos de Meneses (2010), uma entrevista e conversas sobre saúde mental com a psicóloga Larissa Polejack da Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária da Universidade de Brasília (DASU/UnB), conversas com as artistas Mariana Maia e Paula Brito,

cartazes e animações (para crianças) constituem o material educativo da exposição.

A presença de valores afetivos nesses documentos pode despertar interesse comercial, especialmente as fotos e as poesias, podendo as imagens serem usadas como *souvenir*, a partir de produtos do *design*, produtos artísticos, materiais educativos baseados no tema exposto.

Após esse percurso, podemos nos perguntar: como o exposto anteriormente contribui para conhecer a mediação cultural digital?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que a mediação cultural digital não é um mero deslocamento da mediação cultural para a mediação digital decorrente das tecnologias digitais, como sugerem Navarro e Renaud (2019), mas também não é algo totalmente novo. Aqui, entendemos que se trata de duas coisas — mediações — sobrepostas que coexistem, ocorrendo em um estado de sobreposição a partir de uma ou mais instituições cujo espaço de mediação é projetado na *web*.

Ao pensar sobre o que é a mediação cultural digital, foi possível encontrar o nível mais profundo dos objetos mediados, ou seja, os valores atribuídos, sendo, além dos valores inerentes aos valores institucionais arquivísticos e museais, também os valores culturais, ou seja, os valores pragmáticos, afetivos, formais ou estéticos, éticos e cognitivos. Ao identificar esses valores, foi possível relacionar, de acordo com a predominância deles, as respectivas práticas de mediação cultural digital. Assim, o encaminhamento de práticas pode ser também orientado pelos próprios valores atribuídos e identificados nos documentos, vide um manuscrito iluminado manuelino que, por seus valores formais ou estéticos, permite realizar a prática “Vamos pintar uma iluminura”, por mediação do Arquivo Municipal de Loulé em Portugal. Vale assinalar que há potencial para realizar essa prática no *Liber Horarum* (1491) que está sob proteção do AN.

Justapostos à exploração ou à utilização dos valores afetivos estão os chamados “museus do horror” com documentos sensíveis, identificado no Arquivo (Stasi Unterlagen Archiv), no Museu da Stasi (Stasi Museum), no Palacio de la Inquisición na Colômbia, e na exposição “Desmundo” (2021) da UnB, essa última pode ser considerada um exemplo prático de mediação cultural digital.

Aos desafios da prática, particularmente à integração das aplicações tecnológicas digitais a essa mediação, destacamos o *optical character recognition* (OCR), bem como a inteligência artificial (IA) para identificar faces, pois, as duas associadas, podem ajudar a mapear objetos digitais culturais em uso na mediação cultural digital. Portanto, uma das possibilidades é que, a partir da identificação dos valores estéticos, em um grande volume, em manuscritos iluminados, busque-se processar figuras humanas ou animais fantásticos (bestiário), entre outros elementos decorativos, como flores, frutos e folhas. Com isso, realizam-se, juntamente com essa mediação, atividades de valorização e exploração comercial desses objetos, trazendo benefícios também para a economia da cultura.

Por fim, a partir de objetos culturais digitais mediados cultural e digitalmente via plataformas ou ferramentas digitais, a mediação cultural digital fica estabelecida não com base prioritária sobre o meio (digital ou outro) no qual ocorre, mas, sim, parece estar fundamentalmente nas relações socioculturais entre agentes, instituições e sociedade.

REFERÊNCIAS

ALDABALDE, Taiguara Villela. Arquivos de Pessoa(s): um estudo sobre entendimentos e representações dos arquivos manuscritos na Casa Fernando Pessoa. **An. Mus. Paul.**, v. 26, e11, 2018. Disponível em: www.scielo.br/pdf/anaismp/v26/1982-0267-anaismp-26-e11.pdf. Acesso em: 04 mar. 2021.

ARAÚJO, E. A. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. **DataGramZero**, v. 2, n. 5, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5227>. Acesso em: 24 jan. 2021.

AZEVEDO, Sônia Cristina Santos de. Ditadura Militar Brasileira e Política Nacional de Cultura (PNC): algumas reflexões acerca das políticas culturais. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 04, n. 07, p. 317-339, jan./jun. 2016. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/455914>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: **Textos escolhidos**. Walter Benjamin/Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas. Traduções de José Lino Grünewald *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1980.

BEUDON, Nicolas. 2014. Les enjeux de la médiation numérique dans les institutions culturelles. **Bulletin des Bibliothèques de France**, 1er décembre 2014. École nationale supérieure des sciences de l'information et des bibliothèques: Paris. Disponível em: http://bbf.enssib.fr/tour-d-horizon/les-enjeux-de-la-mediation-numerique-das-les-institutionsculturelles_64898. Acesso em: 13 ago. 2021.

CARDOSO, P. M. **O que é Museologia?** Lisboa: IGAC, 2014.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jan. 2021.

COMMISSIONE PER LA SALVEZZA DEI BENI CULTURALI IN ITALIA. **Atti della "Commissione Franceschini"**. Roma: Casa editrice Colombo, 1967. Disponível em: <http://www.bianchibandinelli>.

[it/publicazioni/libri-dal-passato-per-guardare-al-futuro/1967-atti-della-commissione-franceschini/](https://www.commissione-franceschini.it/publicazioni/libri-dal-passato-per-guardare-al-futuro/1967-atti-della-commissione-franceschini/). Acesso em: 3 mar. 2021.

DIEYE, Mor. **Valorisation et médiation numérique du patrimoine documentaire colonial et de l'esclavage**. Préparée au sein de l'école Langues, Littératures, Cultures, Civilisations et de l'unité de recherche Laboratoire d'études et de recherches appliquées en Sciences sociales. Centre d'étude et de recherche en information et communication. Sciences de l'Information et de la Communication. Montpellier: L'Universite Paul-Valery Montpellier III, 2013.

DODUIK, Nicolas. **La médiation culturelle numérique, vers une transformation des musées?** Paris: Observatoire des Mondes Numériques en Sciences Humaines, 2017.

DURANTI, Luciana. From Digital Diplomatics to Digital Records Forensics. **Archivaria** Ottawa, v. 68, p. 39-66, Jan. 2010.

GONÇALVES, L. R. **Entre cenografias: o museu e a exposição de arte no século XX**. São Paulo: Edusp, 2004.

ITÁLIA. **Atti e documenti della Commissione d'indagine per la tutela e la valorizzazione del patrimonio storico, archeologico, artistico e del paesaggio**. Roma, 1967.

LEMAL, Clémentine. **Médiation culturelle numérique: quelle valeur ajoutée?** MBAMci, 2019. Disponível em: <https://mbamci.com/mediation-culturelle-numerique-valeur-ajoutee/>. Acesso em: 4 ago. 2021.

MENESES, Ulpiano. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In*: FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO

CULTURAL, 1., 2010, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília: Iphan, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2pAsqTX>. Acesso em: 3 mar. 2021.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

NAVARRO, Nicolas; RENAUD, Lise. La médiation numérique au musée en procès. **Revue française des Sciences de l'information et de la communication**, 16. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rfsic/5592> Acesso em: 13 ago. 2021.

REKRUT, Ala. Material literacy: reading records as material culture. International conference on the history of records and archives, 1. **Archivaria**, Ottawa, v. 60, p. 11-37, 2006. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12513>. Acesso em: 3 mar. 2021.

SAEZ, Jean-Pierre. Humaniser la civilisation numérique: un défi culturel. **Dans L'Observatoire**, Grenoble, Observatoire des politiques culturelles, n. 58, p. 37- 41, 2021.

SILVA, Armando Malheiro da. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma**, Com, 9, p. 68-104, 2009. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/700>. Acesso em: 11 ago. 2021.

WAHNICH, Sophie. Transmettre l'effroi, penser la terreur. Les musées d'une Europe déchirée. **Gradhiva**, Revue d'anthropologie et d'histoire des arts, v. 5, 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/gradhiva/692>. Acesso em: 14 ago. 2021.

WHITE, Kelvin. Race and culture: an ethnic studies approach to archival and recordkeeping research in the United States. *In*: GILLI-
LAND, Anne; McKEMMMISH, Sue; LAU, Andrew. **Research in the
Archival Multiverse**. Clayton: Monash University Publish, 2017.

Capítulo 8

*A mediação cultural
e a ação cultural em
bibliotecas: um estudo
realizado no âmbito da
Ciência da Informação*

Meri Nadia Marques Gerlin

Alessandra Monteiro Pattuzzo Caetano

Gleice Pereira

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de um processo de investigação que teve como objetivo identificar perspectivas conceituais sobre a

mediação cultural desenvolvida em bibliotecas com a contribuição da ação cultural, sendo classificada como um estudo qualitativo exploratório e uma pesquisa bibliográfica. A coleta de dados foi realizada em livros e periódicos recuperados na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação com a contribuição do Google Acadêmico. Por meio da análise dos dados coletados, conclui que a mediação cultural em bibliotecas perpassa a realização de atividades culturais, em especial a ação cultural, crítica e libertadora, perseguida por meio de diferentes práticas, buscando impactar o meio sociocultural dos sujeitos contemporâneos. O conceito de mediação cultural acaba reforçando a necessidade de o bibliotecário mediador desenvolver ações transformadoras e não uma ação meramente instrumental e neutra. Esse tipo de atuação cultural requer o entendimento de um processo de conceituação em constituição, analisado no âmbito da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Educação e Política Cultural. Outros pressupostos teóricos e práticos ainda podem ser explorados, com base na necessidade da apropriação crítica da informação e do domínio das novas tecnologias, que acabam requerendo diferentes competências e habilidades, porém, antes, ainda resta aprofundar o entendimento de como os variados tipos de bibliotecas (escolares, públicas, municipais, comunitárias etc.) podem se beneficiar com a mediação e ação cultural.

Palavras-chave: Mediação cultural. Ação cultural. Mediador cultural – bibliotecário. Atividades culturais – bibliotecas.

INTRODUÇÃO

No intuito de colocar em análise conceitos relacionados com a “mediação” no decorrer da disciplina Informação e Cultura²⁴, iniciamos um

24 A disciplina obrigatória Informação e Cultura é ofertada pelo PPGCI da Ufes (Código PGCI-3001). Disponível em: <https://cienciadainformacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGCI/disciplinas>. Acesso em: 10 jul. 2021.

processo de investigação que nos possibilitou identificar o crescimento do interesse por produções de pesquisas e publicações sobre essa temática no âmbito da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, desde o final do século XX. Aliado a esse processo, pareceu-nos importante, paralelamente, compreender como os bibliotecários trabalham com a mediação cultural em articulação com a ação cultural em ambientes de informação, educação e cultura²⁵.

No presente século, Silva (2015) investiga conceitos associados à mediação no campo da informação, ao refletir que a cultura, a comunicação e a educação são áreas do conhecimento passíveis de ampliação das investigações. Rasteli e Caldas (2019, p. 3) destacam a insuficiência de investigações relacionadas à cultura e à arte nas bibliotecas, já que, “Por muito tempo, a tendência na Ciência da Informação em relação ao seu objeto de pesquisa (informação) esteve atrelada apenas às informações científicas e ao conhecimento registrado”.

Le Coadic (2004) expõe que, de forma diferente das outras ciências, que levaram um longo tempo para se afirmarem como uma ciência adulta, a ciência citada neste artigo tem uma herança transgressora (por conta da constituição interdisciplinar) e, ainda acrescenta, encontra-se em expansão. Mesmo que a “[...] Ciência da Informação seja marcada pela interdisciplinaridade” e, desde a sua constituição, tenha recebido a contribuição da Biblioteconomia” (LE COADIC, 2004, p. 111, grifo das autoras), muitos são ainda os pesquisadores e profissionais estudiosos que se recusam a dialogar ao conceber a informação registrada como o único e incontestável objeto que deva ser aceito pela comunidade científica.

Almeida Júnior (2009) defende que a mediação da informação deve ser considerada como um objeto validado por essa ciência, ao entendê-la como ação de interferência realizada pelo profissional da

25 Temática de interesse da disciplina optativa “O Bibliotecário em Ambientes Educativos,” ofertada pelo PPGCI da Ufes (Código PGCI-3008). Disponível em: <https://cienciadainformacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGCI/disciplinas>. Acesso em: 10 jul. 2021.

informação envolvido em uma relação dialógica com a sociedade. Desse modo, a mediação da informação implica o estabelecimento de contato entre duas ou mais pessoas, grupos e comunidades em unidades de informação e cultura, tornando-se uma referência para aqueles que também se dedicam ao tema desta pesquisa: a mediação cultural.

Lima e Perrotti (2016) colaboram com a constituição do conceito de mediação cultural ao permitir o entendimento de que a prática, propriamente dita, engloba a mediação da informação, solicitando dos protagonistas da era digital (usuários, produtores e profissionais da informação) habilidades, competências e conhecimentos aplicados no campo da informação e cultivado no meio social em que a biblioteca se encontra inserida. Entendemos os conhecimentos como saberes e as habilidades, como fazeres constituídos pela prática e pela experiência no campo da cultura e como competências a aquisição de um conjunto de conhecimentos (saber conhecer), de habilidades (saber fazer) e de atitudes (saber aplicar) desenvolvido cotidianamente, contribuindo para a constituição de estudos e metodologias trabalhadas no âmbito da Ciência da Informação²⁶.

Assim, o conceito de mediação passa a compreender aspectos da prática informativa, social e comunicativa ao requisitar insumos humanos, criativos e tecnológicos viabilizadores pelo acesso às tecnologias de leitura²⁷, de informação e comunicação, que acabam requerendo o domínio da linguagem. O fato de a linguagem ser importante para a mediação no contexto social requer refletir, juntamente com McGarry (1999), que a cultura e a comunicação da informação se encontram inteiramente interligadas. A linguagem é o veículo fundamental da comunicação humana, ao possibilitar aos indivíduos e

26 Reportamo-nos às competências em informação, em leitura, midiática, entre outras. Como referência dessa definição, que não será aprofundada no âmbito desta pesquisa, recorreremos aos trabalhos recentemente publicados por Belluzzo (2018) e Gerlin (2020).

27 Referimo-nos à leitura multimodal constituída pela linguagem oral, escrita, imagética, sinalizada, entre outras (GERLIN, 2020).

grupos sociais envolvimento em constantes e mutantes processos de transmissão, apropriação de informações e intercambiamento de experiências informativas e culturais.

Na medida em que são requeridas dos sujeitos habilidades nas relações interpessoais, informativas, críticas, midiáticas e digitais, é preciso que sejam obtidas condições necessárias para uma ação que possa promover a mediação por meio do acesso aos movimentos artísticos, educativos, políticos e informativos na sociedade contemporânea: a ação cultural.

No século passado, Flusser (1980, 1983) já incitava o pensamento crítico sobre a relevância da ação cultural para que a mediação ocorresse no contexto da biblioteca de forma libertadora e problematizadora, devendo essas ações estarem articuladas com a invenção, a formulação e a criação necessárias aos usuários (sujeitos) dessa unidade de informação: “Por invenção [esse autor] entende o desenvolvimento de uma criatividade própria, a descoberta de suas potencialidades de imaginação” (FLUSSER, 1983, p. 156).

Saber utilizar a ferramenta da ação cultural é uma habilidade importante para a efetivação do processo de mediação, para contribuir com a igualdade de condições por meio da criação de oportunidades e com a obtenção de recursos inclusivos em uma sociedade multicultural. A ação cultural contribui “[...] para que as pessoas estejam inseridas como protagonistas no percurso cultural e, assim, em processos dinâmicos de apropriação, possam se apropriar, ressignificar e reconstruir os bens culturais, bem como inventá-los, defini-los e renová-los” (LIMA; PERROTTI, 2016, p. 173).

Com base no exposto, percebemos que a mediação cultural ganha maior destaque nos estudos produzidos sobre a práxis da ação cultural, conduzidos pela Ciência da Informação, pela Educação e pela Política Cultural, requerendo que o pesquisador, o bibliotecário e outros mediadores do século XXI se abram para um diálogo sobre conceitos propositivos, amparados pelas abordagens inter e transdisciplinares possibilitadoras da interação com diferentes campos de conhecimentos.

A práxis, comumente, é entendida como a junção da teoria e da prática. Com o acréscimo da teoria freiriana, deve ser pensada como uma ação necessariamente transformadora, ou seja, deve provocar algum tipo de transformação no meio social em que o profissional atua e o usuário vive (FREIRE, 1981, 2001). A práxis que constitui a ação cultural é condutora da liberdade e criatividade, devendo se abrir para o conhecimento de mundo e envolver a comunidade na atividade proposta desde o seu início, com o planejamento, até a sua implantação, por meio de uma política cultural que possa contemplar etapas flexíveis e alteradas diante da necessidade local (COELHO NETO, 1989, 2012).

Essa ação deve provocar algum tipo de reflexão e/ou transformação por ser considerada como um ato cultural e político que pode partir das bibliotecas e de outras unidades de informação, educação e cultura, mas não se encerrar nesses ambientes que, além de trabalhar para que a disseminação da informação ocorra, devem estar comprometidos com a promoção de momentos que não podem ser definidos meramente como animação e fabricação cultural.

O motivo de a literatura não recomendar essas últimas atividades se dá pelo fato de que a animação cultural se volta para a diversão, e a fabricação cultural traz consigo questões ideológicas baseadas nos interesses privados/individuais e não nas necessidades coletivas, impedindo, assim, que a mediação cultural de fato aconteça e que os sujeitos envolvidos participem do processo de elaboração da ação conforme recomendado por Coelho Netto (1989).

Os referenciais disponibilizados por Freire (1981, 2001) permitem refletir sobre novos processos de organização e recuperação da informação. Antes que ganhem o devido destaque nas pesquisas e a merecida visibilidade no meio social, pesquisadores e profissionais da informação devem privilegiar e valorizar a leitura do mundo cultural e político da comunidade que a biblioteca costuma atender. Essa leitura de mundo engloba o reconhecimento das diferenças e das experiências socioculturais de uma sociedade diversificada

em termos de etnia, gênero, sexualidade, religião, política, cultura e outras características sociais.

Consideramos, fundamentadas em Freire (2001, p. 40), que, ao longo da exposição da nossa trajetória acadêmica, profissional e humana, como sujeitos, pesquisadores, usuários e profissionais da informação, devemos considerar e incentivar o diálogo em processos propícios à mediação e ação cultural, de forma que não fique de fora “a nossa presença no mundo”. As experiências e os conhecimentos que são produzidos no campo da cultura e da comunicação alternativa em redes como a Internet e os movimentos comunitários de associações de moradores são essencialmente importantes para o entendimento desse novo campo de pesquisa.

A noção de mediação cultural vem ganhando interesse crescente nos campos da Informação, da Comunicação e da Cultura, em várias partes do mundo. Em torno dela, são realizadas iniciativas variadas como a criação de cursos universitários e não universitários de diferentes níveis e durações; a constituição de grupos e linhas de pesquisa em Universidades; o desenvolvimento de associações de profissionais ligadas às áreas culturais; a realização de eventos e publicações, dentre outras ações de igual importância em âmbito científico e social amplo. Tal mobilização merece olhar atento, já que a utilização da noção indica caminhos promissores ao campo da Informação ao qual estamos vinculados (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 2).

Ganha destaque, nesse sentido, a criação da Linha de Pesquisa “Cultura, mediação e uso da informação”, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), na qual esta pesquisa se encontra inserida. Essa linha desenvolve estudos inter-relacionados com a mediação e com as práticas culturais colaborativas realizadas em unidades de informação, como as bibliotecas escolares, universitárias e

os ambientes atendidos pelas bibliotecas públicas estaduais, municipais e comunitárias, cujos interesses também giram em torno da ação cultural, das competências, do multiculturalismo, das tecnologias de leitura, comunicação e informação, dos estudos de uso e da apropriação crítica da informação contra a desinformação, dentre outras temáticas que alimentam as investigações em curso.

Corroborando o pensamento dos autores selecionados para o contexto da análise desta pesquisa, entende-se que a mediação cultural e a ação cultural solicitam a aplicação, perpassando pela transformação do profissional, do pesquisador, do usuário e do produtor da informação, ou seja, do sujeito social que se utiliza dos serviços e produtos disponibilizados pelas bibliotecas híbridas (que fornecem atendimento presencial e virtual).

Diante do que apresentamos como mediação cultural e ação cultural, buscamos responder ao seguinte problema de pesquisa: quais produções conceituais sobre a mediação cultural podem ser desenvolvidas em diferentes tipos de bibliotecas que trabalham com atividades culturais? Objetivamos, assim, identificar perspectivas conceituais sobre a mediação cultural efetivada em bibliotecas com a contribuição da ação cultural.

MÉTODO DA PESQUISA

Com esta investigação, fica claro que buscamos identificar perspectivas conceituais sobre a mediação cultural realizada em bibliotecas com a contribuição da ação cultural. Desse modo, o estudo, desenvolvido pela linha de pesquisa “Cultura, mediação e uso da informação”, do PPGCI da Ufes, classifica-se, quanto ao objetivo, como exploratório, por ter como meta examinar uma temática e problemática pouco estudada e que suscita problematizações por parte da comunidade acadêmica (GIL, 2008; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Quanto ao método utilizado, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica que se faz necessária na etapa da coleta de dados, utilizando fontes informacionais, como artigos, periódicos publicados em

revistas científicas e livros organizados por teóricos que deram sustentação ao processo de análise (GIL, 2008). Nesse caso em específico, “[...] a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas” (BOCCATO, 2006, p. 266).

Por se tratar de um estudo exploratório e uma pesquisa bibliográfica, analisada do ponto de vista dos referenciais das Ciências Sociais e Aplicadas e das Ciências Humanas, adotamos a abordagem qualitativa, por ser um método de análise do objeto que não contempla a quantificação (MINAYO, 2001), mas, sim, a busca da compreensão e da (re)construção de conceitos científicos, ao mesmo tempo em que o recorte conceitual reproduz o contexto da prática da mediação cultural na sociedade contemporânea.

Ao longo do processo, utilizamos como referência dados relacionados com a literatura científica armazenada no Google Acadêmico e os artigos disponibilizados na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), tendo como foco o levantamento das obras publicadas pela Ciência da Informação e outras áreas do conhecimento que se debruçam sobre a temática de interesse desta pesquisa.

De maneira geral, as obras foram selecionadas com base na ocorrência de uma combinação estratégica, sem delimitação temporal, utilizando operadores booleanos (AND, OR e NOT). Essa estratégia permitiu um aprofundamento necessário ao processo investigativo, na medida em que os descritores foram retirados do título e dos resumos das obras selecionadas, ampliando a análise inicial realizada a partir das referências utilizadas *a priori*. Com base nos critérios citados, chegamos a um total de 46 publicações de relevância, levando em consideração os seguintes termos: Mediação Cultural, Mediação Cultural – Bibliotecas, Mediação Cultural – Bibliotecários, Mediação Cultural – Ciência da Informação, Ações Culturais e Tipos de Ação Cultural.

Das 46 obras identificadas no processo de busca e recuperação da informação, inicialmente, realizado no Google Acadêmico, selecionamos 10 referências para destacar, dentre elas, livros e artigos

científicos, que tiveram maior impacto identificado com base na estatística do número de citações das referidas obras em outras produções científicas e acadêmicas (Quadro 1).

Quadro 1 – Portfólio de artigos e livros com número de citações²⁸

| ARTIGOS E LIVROS | NÚMEROS DE CITAÇÕES |
|---|---------------------|
| ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação , Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. | 374 |
| COELHO NETO, F. T. O que é ação cultural . São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos, 216). | 327 |
| COELHO NETO, F. T. Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário . 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2012. | 138 |
| DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo. Prisma.com , n. 4, jan. 2007. | 196 |
| SIGNATES, L. Estudo sobre o conceito de mediação. Novos Olhares , n. 2, p. 37-49, ago./dez. 1998. | 94 |
| FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. R. Esc. Biblioteconima. UFMG , Belo Horizonte, n. 12, v. 2, p.145-169, set. 1983. | 93 |
| PERROTTI, E. ; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. Informação & Informação , Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, maio./ago. 2014. | 49 |
| SILVA, J. L. C. Percepções conceituais sobre mediação da informação. InCID: R. Ci. Inf. e Doc. , Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2015. | 34 |
| RASTELI, A.; CAVALCANTE, L. E. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. Encontros Bibli , Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 43-58, jan./abr. 2014. | 25 |
| MOSTAFA, S. P. Conhecimento, informação e meios de transmissão cultural. Inf. & Soc. Est. , João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 95-100, set./dez. 2012. | 14 |

Fonte: dados da pesquisa (2021)

A estratégia de busca, recuperação e seleção utilizada para a definição do portfólio bibliográfico possibilitou reunir obras importantes

28 Pesquisa atualizada no mês de agosto. Google Acadêmico, 2021. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 20 ago. 2021.

para contribuir com a análise da temática mediação cultural e produzir um resultado coerente com a proposta deste estudo, ao trazer autores de relevância que mais foram citados (Quadro 1) e outras publicações produzidas pela Ciência da Informação, Biblioteconomia, Educação e Política Cultural. Muitas delas pouco citadas, porém, ainda assim, relevantes (ALMEIDA JUNIOR, 2009; ALMEIDA JUNIOR; SANTOS NETO, 2014; CABRAL, 1999; DAVALLON, 2021; FLUSSER, 1980, 1983; GERLIN; BARCELLOS, 2017; LIMA; PERROTTI, 2016; PERROTTI; PIERUCCINI, 2014; MOSTAFA, 2012; PERROTTI, 2016a, 2016b; RASTELI, 2021; RASTELI; CALDAS, 2019; RASTELI; CAVALCANTE, 2014).

No processo investigativo, identificamos e selecionamos um referencial teórico que aborda conceitos relacionados com a mediação cultural atravessada pela demanda da ação cultural no âmbito da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Educação e Política Cultural (COELHO NETO, 1989, 2012; FREIRE, 1981, 2001; LE COADIC, 2004; MCGARRY, 1999; VELHO, 2001; VYGOTSKY, 19991a, 19991b), com destaque para a literatura da Biblioteconomia na década de 1980, visualizada por intermédio das publicações de Victor Flusser e, recentemente, identificadas com maior incidência em termos de estudos publicados em periódicos e em obras de autoria de Alessandro Rasteli e Edmir Perrotti²⁹.

O ESTABELECIMENTO DOS RESULTADOS E O TECIDO DAS DISCUSSÕES TEÓRICAS DURANTE A PESQUISA

Com base na pesquisa realizada, o que seria relevante considerar sobre a mediação e a cultura? Ao compreendermos que o conceito de cultura se relaciona com uma diversidade de aspectos sociais e informacionais, refletimos que não existe apenas uma, mas variadas culturas

29 Análise possibilitada no processo de recuperação dos artigos publicados em eventos e em revistas científicas. Brapci, 2021. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

que reúnem diferenças e singularidades de uma infinidade de grupos, povos e nações. Portanto, é impossível colocar em análise aspectos culturais relacionados com uma sociedade superior ou menos evoluída e informada. É preciso realizar estudos que possam considerar aspectos sociais identificados em dimensões diferenciadas, mesmo tendo como parâmetro uma dada realidade cultural investigada.

A mesma cultura que, ao ser constituída material e imaterialmente, distingue a humanidade das outras espécies de animais acaba possibilitando que manifestações culturais sejam mapeadas, entendidas, registradas, preservadas e disseminadas por meio da linguagem — escrita ou oral — e das tradições, disciplinas, instituições, normas estabelecidas cotidianamente, contribuindo com a constituição de enormes volumes de informações sobre a cultura de vários povos. Informações veiculadas por meio de registros produzidos e compartilhados na atualidade em bibliotecas e redes digitais (fato esse observado com maior frequência desde o final do século XX).

MacGarry (1999) permite refletir sobre as diferentes formas de culturas constituídas por seres dotados de inteligência comunicativa que, desde os primórdios, costumam se vincular a uma certa maneira de organização dos variados modos de vida em grupos sociais. Para esse autor, a cultura é constituída por humanos por meio de sistemas de signos e símbolos transmitidos e preservados por gerações. Com isso, existem algumas hipóteses que podem auxiliar no processo de definição de maneira flexível sem que neste momento se possa afirmar, mas sim pensar que o repertório cultural da humanidade fornece uma matriz de regras pelas quais a linguagem, os signos e os símbolos não verbais, ou qualquer outro meio de comunicação, possam representar a informação e caracterizar a cultura como possuidora de sistemas éticos, morais, artísticos, dentre outros constitutivos de padrões provenientes da organização dos grupos sociais.

Assim, 'cultura' incluiria crenças, habilidades, artes, moral, costumes e qualquer outra aptidão física ou intelectual adquirida por

seres humanos como membros da sociedade. Em sentido amplo, a cultura incluiria também as várias entidades e instituições criadas para colocar o precedente em prática (MACGARRY, 1999, p. 62).

Por meio da constituição da memória cultural e do processo de mediação dos seus registros, criados entre os seres humanos, preservam-se e transmitem-se informações constitutivas de habilidades e conhecimentos adquiridos socialmente, pois, “Ao contrário dos animais, nascemos dentro de estruturas de aprendizado e comportamento que preexistiram a nós, e as utilizamos para delas extrair informações sobre o mundo e o lugar que nele ocupamos” (MCGARRY, 1999, p. 63).

Os sujeitos se constituem por meio da memória individual e coletiva. Portanto, necessitam de mediadores que privilegiem as reminiscências capazes de contemplar o conhecimento de mundo. “Os mediadores, estabelecendo comunicação entre grupos e categorias sociais distintos, são, muitas vezes, agente de transformação” (VELHO, 2001, p. 27). Devem, então, ser responsáveis por fazer transitar as informações em uma sociedade excludente, em que há fronteiras para o seu acesso irrestrito e para as redes de comunicação.

Nessa direção, Perrotti (2016a) alerta para o fato de que vivemos em uma época “pródiga”, em se tratando dos recursos informacionais gerados e inseridos em um contexto de circulação em volume, velocidade e fluxos cada vez maiores. Diante da precariedade de acesso à informação relevante, esse autor aponta a necessidade de compreender processos de mediação e apropriação cultural, já que “A informação é um fenômeno correlato à vida sociocultural” (PERROTTI, 2016, p. 8).

Logo, não se pode negar que o aumento da disseminação dos fluxos de informação fortaleceu estudos referentes à mediação da informação que se encontra relacionada à mediação cultural e à ação cultural. Flusser (1980) discute, desde o século passado, a importância da criação de ações culturais em bibliotecas, de forma que possa auxiliar no processo de mediação cultural. Essas ações, que são realizadas em espaços de informação, educação e cultura, como a biblioteca, a escola, a universidade,

os espaços comunitários e o ciberespaço, encontram-se em destaque no campo da pesquisa e na atividade profissional da área da Informação.

Com a pesquisa bibliográfica realizada neste estudo, tornou-se possível identificar que, no cenário nacional e internacional, desde o final século XX, as temáticas da mediação cultural e da ação cultural são debatidas com maior frequência sob a herança da teoria francesa (DAVALLON, 2007; FLUSSER, 1983).

Por meio da realização de uma análise com base nos estudos e pesquisas brasileiras sobre a mediação no âmbito da Ciência da Informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; PERROTTI; PIERUCCINI, 2014; SIGNATES, 1998), verificamos que alguns pesquisadores começam a se destacar no século XXI (MOSTAFA, 2012; RASTELI; CAVALCANTE, 2014; SILVA, 2015), ampliando o diálogo em várias áreas do conhecimento que nos permitem entender a mediação e a ação cultural como um ato de intervenção e comunicação social, político e libertador (COELHO NETO, 1989, 2012; FREIRE, 1981; MACGARRY, 1999).

O PROCESSO DE CONCEITUAÇÃO DA MEDIAÇÃO CULTURAL INFLUENCIADA PELA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O conceito de mediação pode ser entendido com base em várias vertentes filosóficas, com destaque para a influência de tradição marxista (dialética materialista), que culminou na teoria desenvolvida pelo psicólogo Lev Vygotsky (SIGNATES, 1998). Por meio do pressuposto marxista, a mediação é vista como um processo de construção com uma “[...] preocupação específica de explicar os vínculos dialéticos entre categorias separadas” (SIGNATES, 1998, p. 38). Essas categorias consideram os diferentes modos de vida social, permitindo que o meio em que o sujeito habita possa ser transformado mediante as ferramentas da mediação (tecnológicas, comunicativas, informativas, culturais etc.).

Na atualidade, a literatura produzida pela Ciência da Informação sobre a mediação sofre influência de diferentes teorias, dentre elas: o

sociointeracionismo, que permite colocar em análise a mediação por meio de signos e instrumentos culturais; a pedagogia crítica e libertadora, que solicita atentar para a importância da leitura do mundo; e a teoria da Biblioteconomia que reflete sobre a mediação da informação implícita e explícita (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014; FREIRE, 1981, 2001; VYGOTSKY, 1991a, 1991b). Essas influências contribuem para a conceitualização da mediação da informação que não se separa da mediação cultural (Figura 1).

Figura 1 – Influências da teoria sócio-histórica e crítica e da mediação implícita e explícita da informação



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Em vista do exposto, compreendemos que a referida teoria entende que o homem muda o meio em que vive pela ação do trabalho da mesma forma que o meio social também provoca mudanças nele. Para esse pesquisador, a mediação acontece no contexto da interação “homem-ambiente”, com instrumentos de trabalho e ao utilizar os sistemas dos signos instituídos socialmente pela linguagem oral e escrita, audiovisual, sinalizada, sistema de números etc. (VYGOTSKY, 1991b). Para Vygotsky (1991a), a transmissão da experiência exige “um sistema mediador”, por meio das relações sociointeracionistas, e a linguagem é um meio de comunicação (textual, sonora e imagética) passível de explicitar a ação do homem no meio em que ele vive e que também o influencia.

O estudo sobre a mediação desenvolvido por Vygotsky (1991a, 1991b), quando aplicado em bibliotecas e outras unidades de informação, pode ser complementado por Freire (1981, 2001) para a consolidação dos conceitos relacionados com a práxis da mediação no contexto da Ciência da Informação. À luz da teoria de Paulo Freire, a práxis pode ser considerada como a junção da teoria e da prática transformadora, capaz de mediar a ação libertadora e humanista do sujeito no meio social em que vive. “Para os seres humanos, como seres da práxis, transformar o mundo, processo em que se transforma também, significa impregná-lo de sua presença criadora, deixando nele as marcas de seu trabalho” (FREIRE, 1981, p. 55).

Almeida Júnior (2009) nos permite considerar que a mediação da informação se encontra relacionada com a práxis no âmbito da Biblioteconomia, ao compreender saberes (conhecimentos) e fazeres (habilidades) do profissional da informação (mediador). Para esse sujeito, que pode ser o bibliotecário, outro profissional ou até mesmo o usuário que transitam em espaços (presenciais e virtuais), a mediação pode ser dividida em duas fases: acontecendo de maneira “implícita” e “explícita”.

O bibliotecário mediador poderá intervir no ambiente de informação (no caso desta pesquisa, destacamos a biblioteca), por meio

da “mediação implícita” ao realizar o trabalho de gestão, organização e tratamento da informação, entre outras demandas das bibliotecas, ou, mesmo, pela realização de estudos e produção de discursos no momento de seus planejamentos, embora não tenham uma aplicação efetiva momentânea ou se apresentem, inicialmente, sem embasamento para a resolução das problemáticas.

De outro lado, as ações implícitas podem ser ampliadas pela “mediação explícita”, ao considerar no processo intervenções entre humano-humano e humano-computador. Nesse caso, o processo de mediação, presencial ou virtual, pode ocorrer por meio do uso de sistemas de recuperação da informação disponibilizados na Internet (LE COADIC, 2004), devendo, porém, levar em consideração as experiências cotidianas dos sujeitos e, ao mesmo tempo, compreender que todas as atividades se encontram articuladas umas com as outras, exigindo, com isso, uma prática transformadora que influencia o meio social (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014). O sujeito que participa do processo de mediação implícita da informação em bibliotecas e em outros ambientes de educação e cultura pode contribuir com a mediação explícita, ao interagir com o sujeito com o auxílio das ferramentas de atendimentos assíncronas da era digital. Convém, portanto, definir a mediação da informação como:

Toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

A conceituação de mediação apresentada parte da necessidade de o bibliotecário interferir (e/ou contribuir) no processo de apropriação da informação, devendo, portanto, ser complementada pela teoria da mediação implícita e explícita, ao considerar o quanto elas podem contribuir com o processo de análise e compreensão da mediação cultural:

- o conceito de mediação implícita da informação acontece por meio de atividades relacionadas com a gestão, organização e disseminação da informação, tornando-se importante acrescentar que a mediação cultural também se beneficia desse processo para que possa planejar e viabilizar os insumos necessários para a apropriação da cultura em bibliotecas;
- o conceito de mediação explícita ganha sentido em espaços (presenciais e virtuais) nos quais a participação do bibliotecário pode ser ou não solicitada, podendo a intervenção ocorrer entre humano-humano e humano-computador e, nesse interim, a mediação cultural, com as suas especificidades, mais do que nunca poderá ocorrer de fato.

As questões relacionadas com a cultura na mediação implícita e explícita da informação devem contemplar planejamentos culturais passíveis de serem (re)produzidos em ambientes presenciais e virtuais que impulsionem o fazer do profissional da informação e, por conseguinte, possam acolher as necessidades informacionais e as experiências dos sujeitos que resultam na interação social e na troca de sentidos que perpassa a compreensão sobre a relevância da mediação (RASTELI; CAVALCANTE, 2014).

De maneira geral, a mediação é entendida como uma ação de interferência, individual e/ou coletiva, em ambientes de informação, educação e cultura (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). Colocar em questão noções sobre a mediação e a sua prática propriamente dita acaba requerendo entender como se dá a aplicação de estratégias que podem culminar nas “[...] mediações informativas e culturais explícitas” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; LIMA; PERROTTI, 2016). Em vista do exposto, destacamos a urgência da ação do bibliotecário como mediador cultural da informação em contato mais direto com as demandas culturais da sociedade contemporânea.

A mediação cultural – termo mais amplo que em nosso entendimento engloba a mediação da informação, por ser a informação

um objeto cultural - requer do mediador competências e atitudes de um protagonista cultural, para atuar como tal junto a outros protagonistas, com conhecimentos interdisciplinares e consciência de sua função social (LIMA; PERROTTI, 2016, p. 162).

Perrotti (2016b) fortalece a explicitação de que o bibliotecário necessita desenvolver conhecimentos (saberes) e habilidades (fazeres) para se tornar um protagonista que atua com outros protagonistas, com os quais estabelece contato em espaços presenciais e no ciberespaço (espaço virtual)³⁰. Para isso, as competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) trabalhadas no campo da informação³¹ são necessárias ao processo de mediação cultural. Na tentativa de analisar mais de perto os conceitos identificados ao longo da pesquisa, provocamos uma reflexão sobre o levantamento de questões que conduzem à elaboração de um quadro teórico para um melhor entendimento das definições relacionadas à “mediação”, à “informação” e à “cultura” (Quadro 2).

30 Gerlin (2020) entende o ciberespaço como um ambiente de aprendizagem e compartilhamento da experiência e da cultura. Esse processo ocorre por meio da conexão em redes digitais e com a utilização da linguagem multimodal (escrita, oral e imagética) e hipertextual (possibilitada pela internet e web).

31 Conceito trabalhado por Belluzzo (2018) que concebe a importância de ações atitudinais para que a competência em informação e midiática ocorra de fato.

Quadro 2 – Levantamento conceitual sobre as definições que compreendem a mediação

| PROCESSO DE CONCEITUAÇÃO | DEFINIÇÕES LIGADAS AO CONCEITO |
|--|--|
| <p>MEDIAÇÃO</p> <p>Ação dialógica entre duas ou mais pessoas, ferramentas, signos, disciplinas e/ou campos de conhecimento, cujos objetos podem ser os mais variados possíveis.</p> | <p>Geralmente, a conceituação e definição da mediação é representada como uma ponte, ao transmitir, de um lado para o outro, a informação, mesmo que esse processo deva ser pensado para além dessa metáfora. A mediação é uma ação de interferência, individual e/ou coletiva, em ambientes de informação, educação e cultura híbridos.</p> |
| <p>MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO</p> <p>Ação de interferência sócio-histórica, direta ou não, implícita ou explícita, realizada no âmbito da informação e de outras áreas relacionadas com esse objeto.</p> | <p>Ação direta ou indireta (in)consciente, singular, plural, individual e/ou coletiva para fins de apropriação da informação perante a apresentação da necessidade de um sujeito que deve deixar de ser um decodificador dos conteúdos, para também se tornar um produtor de significados requeridos pelo meio social em que vive.</p> |
| <p>MEDIAÇÃO CULTURAL</p> <p>Ação política promotora da aproximação entre indivíduos e coletividades, obras de cultura e arte, registros de memória e informativos, relacionada à divulgação e à disseminação de serviços e produtos culturais produzidos.</p> | <p>Ato de criar condições culturais e cognitivas necessárias para a apropriação cultural, ao englobar objetos culturais em sua interação com protagonistas, com base em conhecimentos inter e transdisciplinares. Assim sendo, é uma ação cuja meta é promover a aproximação entre o indivíduo (coletivo) e a cultura.</p> |

Fonte: elaboração própria (2021)

Geralmente, a conceituação e definição da mediação é baseada no sentido de ponte, retratada como um objeto estático e concreto responsável por “transmitir de um lado para o outro” uma mensagem/informação. No entanto, a mediação é mais do que uma “ponte transmissora” entre emissor e receptor; é uma ação de interferência, individual e/ou coletiva, em ambientes de informação, educação e cultura (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; PERROTTI; PIERUCCINI, 2014). Desse modo, compreendemos o ato de mediar como uma ação potencial para que o diálogo efetivamente aconteça entre os sujeitos e os instrumentos de mediação (humanos, eletrônicos, digitais etc.) com

o auxílio de ferramentas, signos, disciplinas e/ou campos de conhecimento cujos objetos podem ser os mais variados possíveis.

Ao compreendermos a mediação da informação como uma ação de interferência sócio-histórica, direta ou não, implícita ou explícita realizada no âmbito da informação e de outras áreas relacionadas com esse objeto, pensamos que se constitui como uma potente estratégia no âmbito da informação. A mediação da informação é realizada em espaços presenciais, como bibliotecas escolares e públicas inseridas em comunidades com diferentes necessidades, ou mesmo em bibliotecas digitais disponibilizadas no espaço virtual — denominado de ciberespaço por conta da possibilidade de navegação nesses ambientes na Internet (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; LE COADIC, 2004).

A mediação da informação encontra-se associada à mediação cultural, conceituada e contextualizada como uma ação política e, acima de tudo, promotora da aproximação entre indivíduos e coletividades, obras de cultura e arte que se referem à produção e à divulgação de serviços e produtos informativos, educativos e culturais, devendo-se levar em consideração as necessidades sociais da comunidade. Essa ação é necessária para que o bibliotecário mediador possa atuar com a outros protagonistas, intercambiando conhecimentos (saberes) e habilidades (fazeres) inter e transdisciplinares com consciência de sua função social (LIMA; PERROTTI, 2016).

A mediação cultural é considerada como uma ação política que deve culminar em processos de diferentes naturezas (culturais, educativos e informativos), voltada para a promoção da aproximação entre indivíduos, coletividades, obras de arte, serviços e produtos relevantes para o protagonismo na sociedade contemporânea (COELHO NETO, 2012; RASTELI; CAVALCANTE, 2014). Esse tipo de mediação é comparado com um ato de criação das condições culturais e cognitivas necessárias aos atores durante a apropriação cultural (COELHO NETO, 1989; LIMA; PERROTTI, 2016).

Assim sendo, a mediação cultural encontra-se inteiramente relacionada à ação cultural, devido requerer planejamentos políticos,

dialógicos e também ações comunicativas deslocadas para o âmbito da relação interpessoal (em espaços híbridos) entre os sujeitos e a cultura, devendo esse tipo de ação, portanto, culminar na criação de espaços tempos, nos quais as experiências e as trocas informativas e culturais efetivamente aconteçam ao erradicar e/ou minimizar a extrema pobreza e a exclusão social.

O TECIDO DO PROCESSO DA CONCEITUAÇÃO DA AÇÃO CULTURAL COMO INFORMATIVA, CRÍTICA E TRANSFORMADORA

Perante a constatação de que conceituação da mediação cultural se encontra relacionada à teoria que procura responder o que é ação cultural, produzida por Teixeira Coelho Neto, absorvemos a definição de que a ação cultural é uma atividade política capaz de criar condições para que os sujeitos possam (re)criar atividades culturais e sociais sem que precisem pensar que a atividade deverá ter um fim especificado imposto por um planejamento inflexível (COELHO NETO, 1989).

A colocação de que a ação cultural não possui um ponto terminal ou fim específico ao qual se deva chegar, é muito utilizada em produções acadêmicas e relatos de experiências profissionais que adotam o conceito da ação cultural, porém pouco refletem sobre ela no campo da prática nos dias atuais, momento de crise sanitária, política e humanitária em que devemos todos considerar as dificuldades que enfrentamos, a nossa pluralidade cultural e as características que devemos exigir para a atuação de uma biblioteca inserida em uma sociedade multicultural.

Embora, para Coelho Neto (1989), a ação cultural não se aproxime da ação educativa (para os padrões da época em que a obra foi escrita: durante a ditadura militar), na atualidade, essa ação encontra-se inter-relacionada com processos educativos que visam à construção coletiva e propositiva do diálogo e da prática cultural. Nesse sentido, as atividades realizadas em espaços tempos presenciais

e virtuais (híbridos) encontram-se em permanente constituição. Portanto, a ação cultural, por não significar a ausência de planejamento, deve organizar uma proposta de diálogo que compreenda etapas flexíveis de um plano de ação ou qualquer outra atividade coletiva que vise à transformação social.

Diante da sua importância para o processo de mediação cultural, a ação cultural é definida como um “Conjunto de procedimentos, envolvendo recursos humanos e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural” (COELHO NETO, 2012, p. 31). Por meio da criação de uma ação baseada na participação coletiva, “A política cultural assume sua expressão máxima na figura da ação cultural, entendida como a criação das condições para que os indivíduos e grupos criem seus próprios fins” (COELHO NETO, 2012, p. 14).

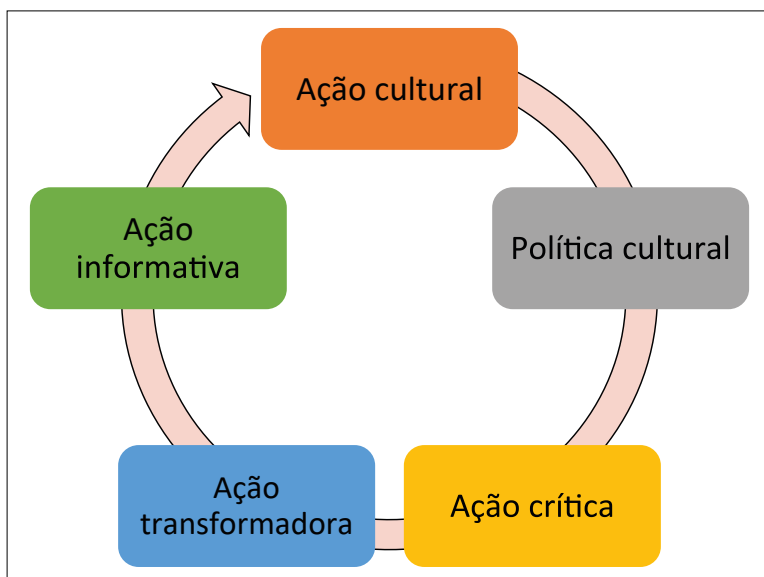
A política cultural é responsável por institucionalizar e possibilitar intervenções autônomas e instituintes na realidade social, por meio de iniciativas de instituições públicas, privadas e organizadas pela sociedade civil (COELHO NETO, 2012). Em vista de que essa política deve ser entendida juntamente com a criação de políticas sociais (que se diferenciam perante a realidade de cada grupo), é necessário entender que os grupos comunitários e as instituições “[...] são constituídos por mulheres e homens ‘situados’, condicionados por uma realidade concreta, econômica, política, social e cultural” (FREIRE, 2001, p. 105).

Para Freire (1981, p. 81), esse tipo de ação não pode se sobrepor à visão do mundo dos sujeitos que participam dos processos de ação e mediação cultural, já que a “[...] ação cultural para a libertação, em lugar de ser aquela alienante transferência de conhecimento, é o autêntico ato de conhecer, em que os educandos [e usuários...] se inserem com os educadores [e bibliotecários] – educandos também – na busca de novos conhecimentos [...]”. Por meio do levantamento de definições que nos permitem visualizar a articulação da teoria e da prática transformadora (práxis), é possível visualizar a influência

da Educação e da Política Cultural nos processos de ações culturais realizados em espaços informativos.

Almeida Júnior (2009), Freire (1981) e Coelho Neto (2001) contribuem para a constituição do processo de conceituação da ação cultural, de forma que possamos, assim, representar certa evolução do conceito em constituição desde o final do século XX (Figura 2).

Figura 2 – Ciclo evolutivo do processo de conceituação da ação e política cultural



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Com base na figura apresentada, o conceito da ação cultural encontra-se relacionado às necessidades sociais, recebendo influência de várias áreas do conhecimento. Dentre elas, citamos: a Política Cultural, que orienta o mediador em processos de planejamentos dialógicos, a Educação, que inspira uma ação crítica e transformadora, e a Biblioteconomia, que se traduz na ação informativa a sua responsabilidade social. Em meio a esse processo iniciado no final do século

XX, a ação cultural não traz consigo uma definição pronta, definitiva e acabada (FLUSSER, 1980, 1983) e, sim, uma área de estudo em crescimento na atualidade. Torna-se, desse modo, importante a (re)criação de novos conceitos e novas teorias que possam dar conta das especificidades do século XXI.

No Brasil, os estudos sobre a ação cultural datam da década de 1980, constituindo-se com base em referências que fundamentam pesquisa sobre essa temática até os dias de hoje, orientando mediadores para que as ações sejam realizadas nas bibliotecas. Em uma breve análise dos relatos de experiências, é possível identificar que a ação cultural é uma prática citada (CABRAL, 1999; GERLIN; BARCELLOS, 2017; RASTELI, A., CAVALCANTE, 2014). Muito ainda teríamos que pesquisar para nos aprofundarmos em afirmações, todavia, neste momento, convém visualizar em estudos futuros se o que está sendo planejado não se aproxima mais da animação e fabricação cultural do que da ação cultural de fato.

Coelho Neto (1989) expõe que é mais fácil afirmar que desenvolvemos uma ação cultural do que uma fabricação. O exposto nos incentiva a colocar em análise as definições que os autores que são referências trazem com suas interpretações, permitindo entender sobre o que é uma ação crítica e libertadora no contexto da ação cultural, por exemplo. Com base no conceito da ação cultural e em outras práticas, como a animação e a fabricação cultural, elaboramos uma síntese das definições mais relevantes com base nas obras de Coelho Neto (1989, 2012) e Freire (1981, 2001), como mostrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Síntese dos conceitos relacionadas com a ação cultural

| CONCEITOS | SÍNTESES | REFERÊNCIAS |
|--------------------------|---|--------------------|
| Ação Cultural | Definida como um processo com início (claro e armado), mas sem fim especificado e, portanto, sem etapas ou estações intermediárias pelas quais se deva necessariamente passar. | Coelho Neto (1989) |
| | Considerada como educativa, ao partir da perspectiva teórica freiriana, desde que envolva uma compreensão crítica da prática formativa, devendo levar em consideração a participação comunitária e popular . | Freire (2001) |
| | Conjunto de procedimentos envolvendo recursos humanos e materiais, que visam a em prática os objetivos de uma determinada política cultural e, para isso, recorre aos agentes culturais previamente preparados ao considerar grupos e comunidades. | Coelho Neto (2012) |
| | Ação que se constitui como um momento de teorização da prática social (práxis), movida pela necessidade de transformação e pela resolução de uma demanda e/ou problema do meio cultural e cultural em que o sujeito se encontra inserido. | Freire (1981) |
| Animação Cultural | A animação cultural movida por práticas diversionistas também pode ser analisada do ponto de vista da pedagogia crítica freiriana, na medida em que a ideologia desumanizante impede que o sujeito seja reflexivo, ativo, criador e transformador no mundo em que vive e trabalha. | Freire (1981) |
| | A animação cultural é proposta mais como uma prática de lazer do que de cultura em si, em que se cria uma interação com a arte. Dessa forma, ela não possibilita a apropriação de um conceito ou uma técnica cultural, limitando a interação do público com as manifestações de arte. | Coelho Neto (1989) |
| | Primeira denominação a que se recorreu para indicar a mediação entre indivíduos e os modos de cultura na contemporaneidade, sendo considerada como um instrumento direcionado à ocupação do tempo livre e para a promoção do lazer, em que não é possibilitado que o participante se veja como sujeito da ação. | Coelho Neto (2012) |

| | | |
|----------------------------|--|--------------------|
| Fabricação Cultural | Ação guiada pela ideologia “desenvolvimento” alimenta a fabricação cultural, ao enfraquecer o diálogo, a liberdade, a criticidade e a participação do sujeito em ações culturais. | Freire (1981) |
| | Prática superficial e artificial que não almeja a apropriação da cultura. É entendida como um processo com início determinado, um fim previsto e etapas estipuladas que devem levar ao fim preestabelecido. | Coelho Neto (1989) |
| | Esse tipo de ação é condicionada pelos “mitos” e pela ideologia dominante, obliterando a capacidade de percepção do sujeito cultural da realidade vivida. | Freire (2001) |
| | Pode se referir aos programas culturais promovidos por movimentos e grupos religiosos, políticos e gestões autoritárias, objetivando a transmissão de informação, conhecimentos e técnicas culturais específicas e pré-determinadas. | Coelho Neto (2012) |

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Para Coelho Neto (1999, p. 70), “Sem projeto não há interdisciplinaridade. Sem projeto não há ação cultural”. Desse modo, a **ação cultural** é definida como um processo com início (claro e armado), mas sem fim especificado e, portanto, sem etapas ou estações intermediárias pelas quais o indivíduo deva necessariamente passar, requerendo a elaboração de momentos, projetos e planejamentos atravessados pela mediação cultural, ao envolver diversas esferas da realidade cultural, informativa e educativa (COELHO NETO, 1989).

Apesar da afirmação de que não existe ação cultural sem uma elaboração de um projeto, esse autor não mede esforços para que esse conceito seja diferenciado da animação e da fabricação cultural. Essas últimas duas modalidades possuem início e fim determinado, ou seja, são orientadas por projetos, planos e planejamentos preestabelecidos, ao impossibilitar que os indivíduos possam dialogar e participar como sujeitos do processo cultural.

Ao planejar um conjunto de procedimentos para que a ação possa ocorrer de fato, o mediador cultural necessita prever insumos humanos, financeiros e materiais, que visam a pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural. Para isso, pode recorrer aos

agentes e produtores culturais preparados para a gestão do processo, sem deixar de considerar as especificidades de grupos e comunidades e procurar identificar processos de mediação para a disseminação da ação informativa, educativa e cultural (COELHO NETO, 2012).

A conceituação trabalhada traz como diferencial a leitura da obra de Freire (1981) ao expor que a ação cultural para a liberdade só ganha um sentido para a comunidade/grupo envolvida, a partir do momento em que se constitui como uma teorização da prática social (práxis), não podendo jamais se sobrepor à visão do mundo dos sujeitos envolvidos no processo cultural. Pelo contrário do que se possa supor, a ação cultural é movida por um processo de transformação que resulta na resolução de um problema coletado no meio social e entendido perante a dialogicidade da cultura local (FREIRE, 1981).

Considerada como educativa, ao partir da perspectiva teórica freiriana, a ação cultural deve envolver uma compreensão crítica da prática (in)formativa, levando em consideração a participação comunitária e popular (FREIRE, 2001). Ação que se constitui como um momento de teorização da prática social (práxis), ao considerar a visão de mundo dos sujeitos, deve ser movida pela necessidade de transformação que resulta no diálogo e em uma possível resolução de uma demanda e/ou problema do meio cultural (FREIRE, 1981).

Em direção contrária, a **animação cultural** é uma proposta de atividade considerada mais como uma prática de lazer do que de produção de cultura, já que se encontra inserida em um processo em que o indivíduo não é considerado como sujeito que possa criar uma interação com a cultura, a arte e outros objetos. Dessa forma, esse tipo de ação não possibilita a apropriação de um conceito ou uma técnica cultural que ocasione a visão crítica da realidade vivida, limitada a uma interação diversionista — comparada com o oferecimento de pão e circo, como faziam os romanos (FREIRE, 1981).

A animação cultural foi a primeira denominação utilizada pela literatura, devido à influência francesa, indicando, na década de 1980, uma possibilidade de mediação entre indivíduos e a estruturação dos

modos de cultura da época: contação de histórias; rodas de leituras; atividades teatrais e musicais etc. Portanto, era considerada como um instrumento direcionado para a ocupação do tempo livre e para a promoção do lazer em que não é possibilitado que o participante se veja como sujeito da ação (COELHO NETO, 2001).

De maneira geral, a animação carrega a proposta de uma prática mais de lazer do que de produção de momentos culturais críticos e libertadores, no sentido pensar e poder se manifestar (FREIRE, 1981), exigindo do mediador planejar e criar uma interação com a cultura e a arte. Dessa forma, possibilita, por exemplo, diálogos sobre problemas relacionados à educação, à saúde mental e às condições sanitárias inapropriadas da comunidade com a qual a biblioteca se encontra envolvida.

A **fabricação cultural** é uma ação alimentada pela ideologia no cenário brasileiro, pelo golpe da ditadura militar, ao enfraquecer o diálogo, a liberdade, a criticidade e a participação do sujeito em ações culturais. Essa ação é condicionada pelos “mitos” e pela ideologia dominante, “obliterando” os saberes e fazeres necessários aos projetos sociais e, com isso, a capacidade de percepção do sujeito cultural da realidade vivida.

Assim sendo, tanto a fabricação cultural quanto a animação cultural “Revelam os condicionamentos ideológicos a que estiveram submetidos em sua experiência na ‘cultura do silêncio’” (FREIRE, 2001, p. 23). Dessa forma, como a animação cultural é movida por práticas diversionistas, a fabricação pode ser analisada do ponto de vista da pedagogia crítica freiriana, na medida em que a ideologia desumanizante que, muitas vezes, compõe-na, impede que sujeito seja reflexivo, ativo, criador e transformador no mundo em que vive e trabalha.

A fabricação cultural é tida como uma prática realizada superficialmente, transmitida de modo artificial, em que não se almeja a apropriação da cultura nos indivíduos. É vista como um processo com início determinado, um fim previsto e etapas estipuladas que devem levar ao fim preestabelecido, podendo se referir aos programas

culturais promovidos por movimentos e grupos religiosos, políticos e gestões autoritárias (como o nazismo, fascismo etc.), tendo como meta a transmissão de informação, conhecimentos e técnicas culturais específicas e predeterminadas (FREIRE, 1981, 2001).

As conceituações e definições apresentadas no Quadro 3 são atravessadas por teorizações que não se separam da prática, trazendo, sob conceitos da ação, animação e fabricação cultural, a necessidade de (re)considerar o conhecimento de mundo dos sujeitos no processo de “distribuição, troca e uso”, no momento em que a prática cultural envolve diversas esferas: agenciamento cultural; produção cultural; diálogo entre indivíduo, coletividade e comunidade; participação de instituições públicas e privadas; levantamento de insumos necessários para a distribuição de produtos e serviços culturais.

Gerlin e Barcellos (2017) realizaram uma pesquisa no âmbito da biblioteca pública no interior do estado do Espírito Santo, ao considerarem que a ação cultural resulta na autonomia e na liberdade de escolha para a produção cultural e criativa, possibilitando que os envolvidos sejam considerados como sujeitos da ação. Desse modo, baseiam-se na teoria de Coelho Neto (1981, 2012), ao considerarem, décadas depois, a animação cultural como uma ocupação do tempo livre do sujeito ao se utilizar atividades culturais e artísticas.

Os pesquisadores tomam a animação como uma ação mais passiva e direcionada ao divertimento, enquanto a fabricação tem como objetivo a transmissão de conhecimentos e técnicas determinadas com fins e meios previamente definidos. Esses pesquisadores colocam em análise o trabalho bibliotecário de produção cultural, por meio da observação da práxis desse profissional que sequer tinha a consciência de que desenvolvia a atividade de um agente cultural. Identificaram que, dentre as atividades desenvolvidas, destacava-se o planejamento da ação cultural, demonstrando que,

Ao elaborar uma ação cultural, o bibliotecário realiza o planejamento de acordo com as características do perfil do grupo, tendo

em vista que o diálogo deve ser previsto ao longo de todo o processo. Esse agente cultural dá prosseguimento a um conjunto de etapas que tenha como meta a criação de um processo dinâmico e interativo (GERLIN; BARCELOS, 2017, p. 14).

Pela análise de pesquisas como a realizada por Gerlin e Barcelos (2017), identificamos a importância de o bibliotecário mediador assumir a preferência pela ação cultural. Com a pesquisa bibliográfica e com a elaboração das figuras e dos quadros conceituais, percebemos que as definições trabalhadas são basilares para que as atividades culturais possam ser colocadas em questão.

No cotidiano da biblioteca e de outras unidades de informação e cultura, o tipo de mediação e a ação selecionada se diferenciam, conforme as necessidades sociais dos sujeitos. Assim sendo, as atividades podem simplesmente ser classificadas como ações que não carregam consigo denominações, porém não se pode desconsiderar a importância do trabalho que deve ser realizado por profissionais que aprenderam a dialogar como: gestor cultural; produtor cultural; oficinairos culturais; museólogos, bibliotecários, arquivistas, entre outros (COELHO NETO, 2012). Nessa direção, Rasteli e Caldas (2015, p. 4) trazem como reflexão que esse processo deve ocorrer no âmbito das bibliotecas:

O papel social das bibliotecas precisa ser permeado pelo acesso às informações e apropriação do conhecimento, podendo ser caracterizadas como locais de construção permanente de cultura, para permitir a aprendizagem e o desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais.

Após a explanação conceitual sobre a mediação cultural e os tipos de ações culturais desenvolvidos, inúmeras possibilidades de estudos e pesquisas poderão ser tecidas dentro e fora das universidades, bibliotecas, espaços comunitários e em qualquer outro espaço

e tempo (presencial e virtual) em que seja necessária uma intervenção cultural. Ao final da pesquisa, fortalece-se a compreensão de que o bibliotecário deve ser considerado como um mediador e agente de cultura, trabalhando com políticas culturais (instituídas e instituintes) que possam fortalecer mediações explícitas e ações críticas e libertadoras, de forma que a dotar o sujeito de uma maior autonomia para que a comunidade possa desenvolver as atividades de interesses baseadas na práxis cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalidade de identificar perspectivas conceituais sobre a mediação cultural desenvolvida em bibliotecas com a contribuição da ação cultural, constatamos que os conceitos recuperados e trabalhados no âmbito da Ciência da Informação precisam ser mais discutidos e estudados, levando em consideração que a construção epistemológica dessa ação perpassa a práxis da Biblioteconomia que repercuta nas definições de mediação implícita e explícita da informação.

Outra vertente identificada foi a contribuição de outras áreas do conhecimento que permitiram entender que todos os tipos de bibliotecas são instâncias de mediação entre os sujeitos e o universo sociocultural. Ou seja, a mediação cultural é uma potente ferramenta para interagir com o indivíduo e para responder aos inúmeros desafios da sociedade contemporânea, tendo em vista a multiculturalidade e a pluralidade das representações sociais no cenário brasileiro.

Neste estudo, também ficou evidenciado que o profissional bibliotecário é um mediador social que realiza uma ação comunicativa, substantiva e transformadora, e não uma ação meramente instrumental e neutra. Pensando no exposto e nas perspectivas conceituais com suas definições sobre a mediação cultural, que podem ser desenvolvidas em diferentes tipos de bibliotecas com a intervenção da ação cultural, foi possível concluir que cada prática cultural possui suas diferenças, suas características e missões (ação, animação e fabricação).

A animação cultural é uma atividade considerada como uma prática de lazer e, desse modo, não possibilita a apropriação de um conceito ou uma técnica cultural requerida pela sociedade, limitando a interação do sujeito com as manifestações de arte e cultura, sem ocasionar nenhum tipo de crítica ou reflexão da realidade vivida. Em relação aos movimentos que se apropriam da **fabricação cultural**, acabam sendo influenciados por interesses privados e/ou coletivos que não representam o anseio da população. Tanto a animação, quanto a fabricação cultural são condicionadas por interesses ideológicos de poucos e não de uma maioria que precisa ser ouvida durante o desenvolvimento das ações.

Nesse caso, os mediadores culturais (bibliotecários, arquivistas, educadores, agentes culturais etc.) deverão priorizar as bibliotecas e outros espaços de informação e educação como ambientes de (re)criação e de possibilidades de (re)construção permanente da cultura, para mediar e, quem sabe, possibilitar uma modificação significativa no modo de vida das pessoas em direção ao seu desenvolvimento sociocultural. Ao profissional bibliotecário, especificamente, é requerido o desenvolvimento do papel de mediador cultural e de desenvolvedor das ações culturais transformadoras no espaço da biblioteca e no seu entorno.

Concluimos que o conceito de mediação, analisado no âmbito da Ciência da Informação e outras áreas como a Biblioteconomia, Educação e Política Cultural, acaba reforçando a necessidade de o bibliotecário mediador desenvolver ações culturais transformadoras, já que esse tipo de atuação requer o entendimento de um processo de concretização em permanente constituição. Outros pressupostos teóricos e práticos ainda podem ser explorados, com base na necessidade da apropriação crítica da informação e da necessidade do domínio das novas tecnologias, que acabam requerendo diferentes competências e habilidades, porém, antes, ainda nos resta, em estudos futuros, aprofundar o entendimento de como os variados tipos de bibliotecas (escolares, públicas, municipais, comunitárias etc.) se beneficiam de fato com a mediação e a ação cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ALMEIDA JUNIOR, O. F.; SANTOS NETO, J. A. D. Mediação da informação e a organização do conhecimento: inter-relações. **Informação & Informação**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 98-116, 2014.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CABRAL, A. M. R. Ação cultural: possibilidade de atuação do bibliotecário. In: VIANNA, M. M.; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 39-45.

COELHO NETO, F. T. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 2012.

COELHO NETO, F. T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos, 216).

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo. **Prisma.com**, [s. l.], n. 4, jan. 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/61109>. Acesso em: 24 maio 2021.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **R. Esc. Biblioteconima: UFMG**, Belo Horizonte, n.12, v. 2, p. 145-169, set. 1983.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **R. Esc. Biblioteconima**: UFMG, Belo Horizonte, n. 9, v. 2, p. 131-138, set. 1980.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

GERLIN, M. N. M.; BARCELLOS, W. O bibliotecário como agente cultural: experiência vivida na biblioteca pública Argentina Lopes Tristão de Domingos Martins (ES). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 118-135, dez./mar. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, C. B.; PERROTTI, E. Bibliotecário: um mediador cultural para a apropriação cultural. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 161-180, jul./dez. 2016.

LE COADIC, Y. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MINAYO, M. C. de L. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOSTAFA, S. P. Conhecimento, informação e meios de transmissão cultural. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 95-100, set./dez. 2012.

PERROTTI, E. Infoeducação: um passo além científico-profissional. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 4-31, 2016a.

PERROTTI, E. Mediação cultural: além dos procedimentos. *In*: SALCEDO, D. A. (org.). **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016b.

PERROTTI, E; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 1-22, maio./ago. 2014.

RASTELI, A. Em busca de um conceito para a mediação cultural em bibliotecas: contribuições conceituais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 120-140, jul./set. 2021.

RASTELI, A.; CALDAS, R. F. Mediação cultural em bibliotecas: perspectivas conceituais na Ciência da Informação no Brasil. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 24, n. 54, p. 1-13, jan./abr. 2019.

RASTELI, A.; CAVALCANTE, L. E. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 43-58, jan./abr. 2014.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Tipos de Pesquisa. *In*: SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SIGNATES, L. Estudo sobre o conceito de mediação. **Novos olhares**, [s. l.], n. 2, p. 37-49, ago./dez. 1998.

SILVA, J. L. C. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2015.

VELHO, G. Biografia, trajetória e mediação. *In*: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 10-28.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991a.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento de linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991b.

Capítulo 9

Mediação e usos sociais da informação na dinâmica social

Mônica Alves da Fonseca

Lucileide Andrade de Lima do Nascimento

RESUMO

Discute a partir de estudo exploratório as interrelações entre a mediação da informação e usos sociais da informação na dinâmica social. Distingue o processo de mediação da informação levando em conta a informação e o conhecimento como um fenômeno social, produto e componente determinante nos processos de reprodução social e a diversidade de ações e práticas de informação dos sujeitos em sociedade. Retoma a noção de sujeito social, do seu papel central no

processo de apropriação e construção de informação e conhecimento na dinâmica social. Conclui que essa discussão inicial abre-se como uma possibilidade provocativa de valorização de ações de informação não lineares, inter-relacionais nos âmbitos sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos para produção de protagonismo social no enfrentamento dos desafios sociais contemporâneos.

Palavras-chave: Mediação da Informação. Usos sociais da Informação. Protagonismo social.

INTRODUÇÃO

A presente discussão decorre de estudo exploratório no campo da Ciência da Informação com o objetivo de investigar na literatura desse campo, as interrelações entre usos sociais da informação e processos de mediação da informação na dinâmica social para promoção de protagonismo social. Buscamos subsídios teórico-metodológicos para, em fase futura, discutir as vinculações teórico-conceituais entre usos sociais da informação, práticas de mediação da informação como prática social para protagonismo social. Tratamos da articulação de temáticas amplas em uma área que não apresenta consenso conceitual quanto ao seu objeto de estudo.

A literatura no campo da Ciência da Informação reconhece o termo informação como polissêmico e versátil (CAPURRO; HJORLAND, 2007; ARAÚJO, 2014). Quando discutimos usos sociais da informação e processos de mediação da informação esbarramos na complexidade e polissemia que o termo informação produz nos diversos contextos de aplicação. Porém, conforme argumentado por Capurro e Hjørland (2007), o que distingue as diferentes teorias sobre informação não é o conceito em si, mas a natureza dos mecanismos de processamento dessa informação (a sociedade, a tecnologia, o ser humano) e os seus intérpretes. Neste artigo, o uso dos conceitos sistematizados ficou restrito à abordagem do paradigma social da informação como um esforço de regulação dos riscos e problemas levantados.

A temática usos sociais da informação foi articulada como um recurso reflexivo para constituir o enquadramento ou recorte contextual para a análise empreendida. Sob a perspectiva da sociedade, observar processos de natureza informativa para produção de protagonismo social. Compreendemos que em uma sociedade são diversas as forças operando, tanto para homogeneização, como para a diferenciação das transformações em curso, principalmente, a partir das dimensões: espacial, social, econômica e político-institucional (LASTRES; ALBAGLI, 1999; LOGAN, 2012). Essas transformações ocorrem sob fortes conflitos e ambiguidades, podendo caminhar, dependendo do seu protagonista, para avançar o conhecimento produtor de oportunidades de desenvolvimento social e para garantia de direitos ou regredir favorecendo a expansão e o predomínio de interesses privados (NASCIMENTO, 2007). Nesse sentido, é essencial conhecer as estruturas sociais para compreender a informação em sua potencialidade ou como uma força constitutiva dessa sociedade.

O estudo exploratório foi operacionalizado a partir de pesquisa bibliográfica para levantamento de revisões já realizadas sobre a temática destacando as abordagens, aportes analíticos e pesquisas tratando do uso do conceito de mediação. A revisão bibliográfica foi estruturada a partir de dois eixos: um tratando dos conceitos de informação e de conhecimento sob uma abordagem social e o outro eixo sistematizando o conceito de mediação da informação revisando abordagens nas Ciências Sociais, na Comunicação e na Ciência da Informação. A pesquisa bibliográfica não quantificou o lastro recuperado, mas, de forma seletiva, identificou e privilegiou autores e obras de revisão sobre o tema. Nas considerações finais buscamos evidenciar a discussão desenvolvida pelos autores identificados no levantamento procurando ao longo do percurso fundamentos, variáveis explicativas e possibilidades interventivas de mediação social para produção de protagonismo social no enfrentamento dos desafios sociais contemporâneos.

OS CONCEITOS DE INFORMAÇÃO E DE CONHECIMENTO SOB O PARADIGMA SOCIAL

Os conceitos de informação e de conhecimento apresentam múltiplas e interdisciplinares abordagens na sociedade contemporânea. No campo da Ciência da Informação, é possível identificar definições, conceitos, classificações e teorias assumindo a responsabilidade de sistematizar ou definir tais conceitos, conforme já apontado pela exaustiva e relevante obra de Capurro e Hjørland (2007).

A noção de informação como fenômeno social caracteriza uma das vertentes teóricas da Ciência da Informação, de abordagem sociológica, centrada nos processos sociais e culturais que busca a análise da informação socialmente construída. Essa perspectiva sociológica, também denominada como paradigma social, reconhece a informação como um fenômeno histórico, social, cultural e pertencente a humanidade.

Sob um viés histórico, os estudos produzidos pela Ciência da Informação delinearão pelo menos três modelos teóricos influenciados pelas dimensões objetiva, subjetiva e social como modo privilegiado de observação do fenômeno informação: o físico, o cognitivo e o sociológico. O modelo positivista, sob o paradigma físico, delineou uma primeira perspectiva sobre o fenômeno informação privilegiando aspectos físicos (observáveis e mensuráveis) da informação fundado em uma perspectiva tecnológica e sistêmica de reconhecimento dos processos de organização da informação, relegando os aspectos semânticos e de eficácia (BEZERRA, 2019). Os estudos de Shannon e Weaver não somente nortearam as pesquisas e aplicações sob esse paradigma, mas prenunciaram a emergência da Ciência da Informação na década de 1960, conforme citado por Bezerra (2019). O modelo ou paradigma cognitivo, também classificado como um modelo mentalista ou subjetivo, está focalizado na interação (qualitativa) dos indivíduos com a informação e com os sistemas de informação privilegiando o comportamento informacional; e, por fim,

o modelo sociológico, como já sinalizado, que considera as práticas sociais como práticas informacionais (ARAÚJO, 2018).

Portanto, sob o paradigma social, a informação é “[...] um operador de relação ou, ainda, um indicador de mediação que possibilita e é possibilitado pelas relações sociais” (ARAÚJO, 2001, p. 11). A informação é o conteúdo da nossa permuta com o mundo exterior e é a partir dela que constituímos a presente discussão. Sob a abordagem de Logan (2012), a informação ocupa papel central na modernidade e nesse século XXI, em pelo menos quatro esferas de influência na vida social do homem: a biosfera (organismos vivos), a simbiosfera (linguagem, cultura e mente), a tecnosfera (tecnologia) e a ecosfera (economia e governo).

A informação e o conhecimento podem então ser definidos como produtos sociais advindos das práticas discursivas estabelecidas nos modos de ser e nas relações sociais que os sujeitos estabelecem cotidianamente (NASCIMENTO; SUAIDEN, 2015).

É o que conseguimos apreender pelos sentidos, pela cultura e meios de interação socialmente produzidos. Nesse sentido, o conhecimento é o resultado da interação social e dos instrumentos utilizados para registro, acesso e processamento das informações anteriormente aceitos. Dinamicamente, emergem novos formatos de construção da informação e do conhecimento e de expansão da memória, cada vez mais mobilizadas pelas condições de interação, de intervenção, de expansão e de capilaridade propiciadas pelo ambiente web (GOMES, 2008; RABELLO, 2013).

A comunicação é o processo intermediário entre informação e conhecimento durante a interação, sendo o vetor que possibilita, na relação, a troca de informações entre pessoas e a produção de conhecimento, nos mais diversos níveis. Nesse processo, ocorre a transferência de informação caracterizada por conjuntos de ações apropriadas por grupos sociais ou instituições, em geral, para organizar ou implementar a comunicação da informação (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1993). O agente desse vetor é o mediador, que idealmente

é o profissional da informação, consciente da responsabilidade do seu papel. Enxerga-se, entretanto, tendência a reduzir a importância desse elemento humano crítico e consciente ou, mesmo, de retirá-lo do cenário, substituindo-o por máquinas e programas de computador. Exemplos disso já existem, como a empresa estadunidense *Narrative Science*, que já atua no mercado de comunicação e jornalismo, coletando dados e produzindo matérias jornalísticas por meio de robôs, máquinas movidas por sofisticados *softwares* de inteligência artificial.

A percepção do sujeito como social

No campo da Ciência da Informação, desde a sua emergência e em observação aos principais paradigmas, identifica-se a presença e a posição dos sujeitos na relação com o fenômeno informação. Segundo Rabello (2013), essa relação sujeito-objeto pode ser concebida baseando-se em três dimensões particulares que singularizam esses principais paradigmas: objetiva, subjetiva e social.

No paradigma físico, a informação é percebida como um fenômeno objetivo e o sujeito é parte e componente do sistema de transferência da informação, mas é percebido como um receptor passivo, um repositório ou um *autômato* do sistema de informação. A informação, enquanto objeto, está na centralidade e a mensagem comunicada é mais valorizada durante o processo de transferência porque busca-se velocidade, baixo custo e eficiência no seu transporte (RABELLO, 2013).

No paradigma cognitivo, a informação é percebida como um fenômeno subjetivo e resultante do efeito do dado na mente do sujeito. O sujeito é aquele que atribui sentido à informação, sendo percebido essencialmente em sua “[...] singularidade cognitiva” (RABELLO, 2013, p. 59).

No paradigma social, a informação é percebida como um fenômeno social ou pragmático e o sujeito é valorizado a partir do seu contexto sociocultural e da dimensão interacional do sujeito com

o fenômeno informação. Observa-se a dimensão informacional nos processos de interação. A atribuição de sentido ou de construção de conhecimento ocorre durante a interação em determinado contexto cultural, “[...] ou seja, para a sua atuação social no processo de produção e apropriação de informação e de conhecimento (RABELLO, 2013, p. 59).

Considerando a dinamicidade com que podem despontar novas formas de construção da informação e do conhecimento, por sua vez, parece-nos natural reconhecer que a noção de sujeito na Ciência da Informação potencialmente pode ser alargada diante da emergência de outros objetos de estudo. O profissional da informação é mediador e “[...] sujeito ativo no estabelecimento das condições da existência humana” (GOMES, 2017, p. 41). Assim, o sujeito pode ser o profissional que gerencia ou faz uso da informação num sistema, o indivíduo que atua na validação, na produção de informação e conhecimento, e ao mesmo tempo, “[...] apropria-se dele e o dissemina em diferentes formas de interação e contextos” (RABELLO, 2013, p. 58).

Evolutivamente e de modo complementar, a noção de sujeito vem consolidando-se. As contribuições de cada paradigma têm provocado revisões maduras dos construtos teóricos como suporte para as abordagens emergentes ou contemporâneas.

MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA DINÂMICA SOCIAL: REVISANDO AS ABORDAGENS

Na alçada das Ciências Sociais, a noção de mediação como uma perspectiva de análise significou um esforço de distanciamento do positivismo. As teorias sociais da segunda metade do século XX resgataram a raiz etimológica (semântica) sobre a qual se constituiu o conceito de mediação, remetendo sua origem a partir dos termos *mediador* ou *mediación* (espanhol) e *broker, brokerage* ou *mediator* (inglês). Os verbos *mediation* (inglês) e *mediar* (espanhol) advêm da palavra latina *mediare*, aplicada já no século XVI à figura de Cristo, e na Idade

Média, a palavra *broker* designava os vendedores de vinho, posteriormente, assumiu uma definição genérica para designar comerciantes ou vendedores (RECHE, 2017).

Em ambos os termos, conforme apontam os estudos, percebe-se a ideia de vinculação de duas partes, seja para interceder, vincular ou representar interesses de uma ou outra parte, para facilitar a transação econômica ou a resolução de conflitos. Reche (2017) acrescenta que, para além dos estudos etimológicos do termo, foram classificados como primeiros modos de intermediação os contatos estabelecidos entre membros de diferentes clãs no período da Idade da Pedra. A noção de mediação avançou na produção científica do século XX, reconhecendo-se o papel da mediação entre membros de uma sociedade que convivem em grupos sociais diferenciados, mas constituíram vínculos pela ação de intermediação de terceiros.

Gramsci, ao constituir a ideia de intelectual orgânico, estruturou propriedades e funções que, posteriormente, seriam atribuídas aos mediadores sociais (RECHE, 2017; ALMEIDA, 2008). Muitos autores, como Julian Steward, Redfield, Eric Wolf, em fases posteriores, utilizaram o conceito de mediação social para explicar padrões de relações sociais, contradições e conflitos até constituir-se como uma categoria analítica. Na segunda metade do século XX, o conceito continuou recebendo contribuições e enfoques analíticos propostos por Geertz, Giddens, Bourdieu e Foucault. Em Latour, o conceito de *agência* contribuiu para ampliar o conceito de mediação social, percebido como o ato de mediar assumido como uma prática social que permite a recuperação da capacidade de *agência* do ator (RECHE, 2017). O conceito na década de 1980 já se evidenciou como polissêmico em macro e microesferas sociais e em diversas áreas temáticas, incluindo a Ciência da Informação, sendo assumido a partir de muitas expressões: mediadores políticos, mediadores sociais, mediadores culturais, mediadores de informação, mediadores institucionais, dentre outros (RECHE, 2017). Nesse sentido, podemos refletir que, no âmbito discursivo das Ciências Sociais, a noção de mediação parece

perflar a condição humana por constituir-se como uma condição constitutiva das práticas e fazeres e da própria vida social humana.

A discussão do conceito de mediação também já possui um *locus* privilegiado nos campos das Ciências da Comunicação e da Informação. Cada vez mais amplia-se entre os pesquisadores, segundo Davallon (2007), as análises e apropriações desse conceito. Nesse amplo processo de apropriação, constata-se, a partir de estudo exploratório realizado pelo autor, os usos distanciados do estatuto científico que o termo pode atribuir, mesmo quando utilizado como um termo operatório; percebe-se também certos modismos ou arrastamentos em sua aplicação. Para o campo da Comunicação, foco principal da pesquisa de Davallon (2007), o desafio é de fato apreender, para além de sua pertinência e validade, se é possível tratar a discussão sobre mediação como uma nova concepção dos fatos da comunicação, expandindo as definições tradicionais de comunicação como transmissão de informação, ou como interação social para uma outra via centrada na dimensão simbólica do processo.

Durante a pesquisa, Davallon (2007) analisou um conjunto de textos da Ciência da Informação e da Comunicação distinguindo três modalidades de uso do termo: uso comum e incidente (usos sociopolíticos), uso como conceito operatório (abordagens teóricas do termo) e uso como objeto de análise e atribuição de definição (práticas sociais que o termo é capaz de designar). Vejamos mais detidamente essas modalidades de uso.

O uso comum e incidente ou usos sociopolíticos orienta-se: a) para a atribuição de um sentido de interposição para pôr em acordo partes diferentes pressupondo a existência de conflito. Nesse sentido, o termo assume a noção de conciliação ou de reconciliação, sendo especificamente aplicado nas questões relativas a procedimentos de mediação nas atividades profissionais ou em organizações (por exemplo, um papel de agentes ou organizações); b) para a ação de intermediário, sob o pressuposto de que a ação de intermediário é “[...] produtora de qualquer coisa de mais, por exemplo de um estado mais

satisfatório” (DAVALLON, 2007, p. 7), como a função de mediação dos meios de comunicação para ajudar a humanidade a se comunicar melhor ou o papel do jornalista reelaborando o discurso do outro.

O **uso como conceito operatório** (abordagens teóricas do termo) é instrumental à caracterização ou à análise de determinado processo. Os exemplos apontados remetem ao reconhecimento da função de mediação (o terceiro elemento na mediação) por um ator social: na mediação mediática (o jornalista), na mediação pedagógica (o pedagogo, educador ou instrutor), na mediação cultural (o agente cultural), na mediação da informação (o bibliotecário ou os profissionais da informação); como também os exemplos podem referir-se à mediação institucional, tratando de representar organizações como atores e respectivas abordagens teóricas referindo-se às mediações sociais. Cita a discussão teórica constituída por Armand Mattelart tratando da dimensão política dos processos de mediação. Almeida (2008) acompanhando e ampliando o pensamento de Davallon (2007) cita também outros autores franceses como: a teoria das mediações de Régis Debray; Gellerau que discute a mediação como mediação social (relação com um sistema) ou como construção de sentido (processo interpretativo em si) e que implica a presença do terceiro elemento (para acompanhamento, controle e negociação); Bordeaux que propõe um modelo de mediação como evolução de outros dois modelos (o da transmissão e o da interação); Couzinet referindo-se à mediação como um processo histórico resultante da autonomização da Ciência da Informação; Hennion que propõe também uma sociologia das mediações como uma via interpretativa e de ruptura da relação dual indivíduo-sociedade, sinalizando para a existência de um lugar de interrogação que não separa instrumentos, humanos ou coisas, mas que permite a percepção de papéis complementares e concorrentes entre ou durante a operação ou interação. Essas diferentes abordagens teóricas, de recorte francês, privilegiam, segundo Almeida (2008, p. 13), “[...] uma análise relacional da cultura, do conhecimento, dos saberes, das informações científicas e

dos bens culturais na sua aproximação com outros campos e atores sociais”. Davallon (2007), após a análise dos dados da pesquisa exploratória, nessa etapa tratando do uso do termo mediação como conceito operatório:

1. sinaliza a presença e importância do terceiro elemento como uma marca distintiva da mediação e cuja ação revela quatro características: a) a ação produz um efeito sobre o destinatário (sujeito) da comunicação; b) o objeto, o ator ou a situação sofrem modificação decorrente da integração num outro contexto (o da mediação); c) o terceiro elemento (o mediador), seja humano ou dispositivo é sempre polêmico, em sua forma ou natureza; d) a ação (do mediador) sempre impacta o ambiente em que atua (ambiente social);
2. constata que a noção de mediação é tomada diante da necessidade de descrever uma ação capaz de transformar certa situação, e não uma simples ação e interação. Utiliza a hipótese de que o recurso à mediação ocorre quando acontece alguma falha durante os processos de comunicação (como transferência de informação ou como interação entre sujeitos), demandando, assim, a presença ou o recurso de ação de um terceiro elemento.

Uso como objeto de análise e atribuição de definição (práticas sociais que o termo é capaz de designar). Para exemplificar essa modalidade de uso do conceito de mediação, Davallon (2007) analisou quatro abordagens sobre mediação constituídas por Lamizet, Caune, Quéré e Hennion, autores franceses muito citados na literatura do campo da Comunicação que explicitam uma teoria da mediação ou ofertam um lugar central à mediação, produzindo definições e/ou abordagens precisas e detalhadas. Sinteticamente, descreve que Lamizet parte da linguagem e do sujeito, Caune parte do momento de instituição da cultura e Quéré situa a discussão a partir de uma antropologia do espaço público. Nas três abordagens, Davallon (2007, p. 15) identificou

[...] (i) O emprego das mesmas componentes para definir a mediação: a intersubjectividade, a linguagem, o político. (ii) O princípio segundo o qual a comunicação social é um produto da mediação e não o inverso. (iii) E, acrescentaria eu: a mediação constrói-se em torno de um ponto de fuga – chamado exterioridade, neutro, negativo, conforme os casos – que intervém no processo de comunicação sem que aqueles que nele participam possam ter controle sobre ele. É, no fundo, o que designa, sob diversas modalidades, a figura do terceiro que Louis Quéré descreve enquanto terceiro simbolizante.

A obra de Bernard Lamizet propôs um sistema teórico que destaca as relações entre mediação e comunicação, fazendo distinções entre comunicação intersubjetiva e comunicação mediada (garantida por um meio de comunicação), a natureza do espaço da comunicação (simbólica, pública ou particular) e formas de expressão da mediação: uma palavra que se enuncia no espaço particular ou em nome de algo, no espaço público. Destacadas as distinções, o autor define a mediação como uma instância de ordem metateórica construída “[...] entre os polos da linguagem e do político” (DAVALLON, 2007, p. 12). Assim, pode-se dizer que as mediações simbólicas da linguagem, da comunicação (no público) e as institucionais (das estratégias sociais) “[...] asseguram a dialética do singular e do coletivo (DAVALLON, 2007, p. 13).

Jean Caune desenvolveu a definição do conceito de mediação após a análise dos modos de mediação adotados pelas políticas culturais francesas, desde o início da V República, constituindo a análise a partir de um quadro social concreto. Basicamente, identificou modalidades de mediação: mediação pelo contato (na década de 1960), mediação pela expressão (na década de 1970) e mediação pela mediação da arte (na década de 1980). A partir de tais referencialidades, argumenta que a cultura é mediação (DAVALLON, 2007).

Louis Quéré constituiu uma abordagem fundada nas críticas às abordagens positivistas no âmbito da Comunicação por excluir a dimensão simbólica do processo de interação social, pois, em sua percepção, o processo de interação é interação entre sujeitos mediada pelo simbólico. Refere-se às mediações simbólicas e técnicas (instrumentos técnicos, estratégias e tecnologias) nas mídias e de seus efeitos interventivos na sociedade (DAVALLON, 2007). Esse reconhecimento deixa latente que a mediação está diretamente conectada com o funcionamento simbólico da sociedade.

Hennion desenvolveu uma abordagem teórica propondo uma sociologia das mediações, aparentemente destoante dos demais autores analisados, segundo Davallon (2007), porque a definição de mediação se dá a conhecer mais implicitamente do que a partir de conceitos ou definições. Hennion estruturou a análise utilizando como objeto de estudo a paixão pela arte musical e, nesse contexto, utilizou como componentes as mediações técnicas e sociais que compõem o processo de interação (ou de uma relação), constituindo, assim, na conclusão de Davallon (2007), uma abordagem que trata da mediação estética.

No campo da Ciência da Informação, coletivos de pesquisadores propõem a análise da mediação da informação como um objeto ou núcleo epistemológico (FADEL *et al.*, 2010; ALMEIDA JR; BORTOLIN, 2007). Almeida Jr (2015) argumenta que as discussões sobre o tema são reconhecidas como necessárias, mas ainda ocorrem de forma embrionária. Gomes (2008) realizou estudo cientométrico das produções científicas de 2008 e 2009 publicadas nos anais (35 artigos) do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Enancib) e de cinco importantes periódicos científicos brasileiros (de 2008 a 2010, 82 artigos) do campo da Ciência da Informação sobre tendências de pesquisa no Brasil sobre mediação, circulação e apropriação da informação. Os resultados também apontaram para aumento de pesquisa sobre o tema e preferência para os seguintes eixos temáticos: mediação humana, cultural e tecnológica; geração, produção, comunicação e apropriação da informação;

busca, acesso e uso da informação; linguagens, produção simbólica e memória; leitura; necessidades e comportamento informacional, competência em informação; redes e fluxos de informação e inclusão digital. Indicou o reconhecimento de zonas de interseção entre alguns eixos temáticos e conteúdo das áreas: Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações, Produção e Comunicação da Informação em CT&I e Informação e Tecnologia representadas em três outros grupos de trabalho do Enancib.

Almeida (2008) também realizou revisão bibliográfica sobre o tema mediação utilizando a produção do Grupo de Trabalho Mediação, circulação e uso da informação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib) com a finalidade de reconhecer as interseções, diálogos e problemáticas que envolvem o tema nos campos da Ciência da Informação e da Comunicação. No desfecho Almeida (2008), apresenta duas conclusões assemelhadas à pesquisa de Davallon (2007): a) que em ambos os campos o termo se apresenta polissêmico, pois os significados atribuídos são derivados do contexto em que foi utilizado remetendo às práticas cultural, de comunicação ou de informação aplicadas, ou seja, as aplicações do termo produziam um conceito plástico e expansível para dar conta de realidades muito diferentes, quando comparadas entre si; b) que as ações de mediação apresentam potencial de agregação de valor aos processos culturais, de informação e de comunicação, como já reconhecido por Davallon (2007). Especificamente, Almeida (2008) buscou esse potencial nos processos culturais envolvendo o uso de tecnologia.

Na discussão até aqui empreendida, podemos observar o caráter sociológico e simbólico do processo de mediação, como também o enfoque sobre o efeito das novas tecnologias nas organizações e nas redes sociais. Essa percepção reafirma no processo de mediação uma dupla relação: com a técnica e com o elemento social, como já constatado pelos estudos nas Ciências Sociais, na Comunicação e na Ciência da Informação. Gomes (2019) amplia os elementos dessa relação

indicando que o processo de mediação ocorre na interrelação dos elementos técnicos, humanos, ambientais e semiológicos. Constituídas algumas referencialidades históricas, passamos a discutir alguns conceitos e aplicações sobre o processo de mediação da informação.

Na interação, o homem produz comunicação mediada pela língua, linguagem, escrita e documentos definindo seu acervo tecnológico. Esse acervo dinamiza os processos de comunicação oral, da escrita e os processos de leitura. Recursos tecnológicos para transferência da informação (registro, acesso, disseminação, acervos, ambientes e mediadores) propiciam a grupos sociais e organizações promover a comunicação da informação (GOMES, 2008; 2019). Dessa forma, fica evidenciada a natureza social da informação resultante da interação e de um processo dialógico para construção de sentido (que ocorre durante a mediação), conforme argumentado por Gomes (2019, p. 14), e que implica em “[...] várias ações de mediação, e dentre elas a própria mediação da informação [...]” que pode ser realizada por ambientes, ações, agentes, conteúdos, recursos tecnológicos, objetos articulados durante o processo de comunicação.

Trata-se de um processo pelo qual o sujeito social ou o profissional de informação interfere, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, singularmente ou coletivamente, plena ou parcialmente no campo dialógico do tipo informação – comunicação – conhecimento e, ao fazê-lo, desenvolve ações de informação movido por demandas informacionais individuais e sociais (ALMEIDA JR; BORTOLIN, 2007).

Segundo Almeida Jr e Bortolin (2007), o processo de mediação da informação no âmbito dos serviços de informação pode ser dividido em: mediação explícita e implícita. A mediação explícita ocorre nas atividades fins dos equipamentos informacionais como Serviço de Informação e Referência e a mediação implícita ocorre nas atividades meio como as atividades de aquisição, de processamento técnico, de conservação, dentre outras. Por isso mesmo, as ações de mediação não são neutras ou imparciais, significam sempre uma interferência,

exigem o posicionamento dos sujeitos. Os protagonismos são produzidos pelos sujeitos em interação no processo de mediação, o nível de intencionalidade e de consciência do mediador é definidor do seu papel como protagonista ou não (GOMES, 2014). Considerando a promoção de processos de mediação para produção de protagonismo social, Gomes (2019) indica que sua efetividade depende da articulação de cinco dimensões: dialógica, estética, ética, formativa e política da mediação da informação. Depreende-se que a ação de mediar na realidade representa ações de interação intencionais, explícitas e implícitas ligadas ao movimento da vida na dinâmica social.

A *dialogia* é uma das dimensões do processo de mediação para protagonismo, porque se constitui no caminho possível para a prática da mediação, para a constituição de uma zona ou de um espaço de aproximação capaz de potencializar a produção de conhecimento e de saberes entre os sujeitos (GOMES, 2014). A mediação da informação propicia a constituição da crítica e da observação dos limites, das incertezas e das lacunas dos conhecimentos. A natureza social da informação também é fruto dessa dialogia que retroalimenta o processo de produção e de comunicação da informação.

O autoconhecimento advindo da crítica permite a constituição de estratégias de superação e “[...] do encontro com o prazer estético, no reconhecimento da beleza do conhecimento, da apropriação e da geração do conhecimento [...]” (GOMES, 2018, p. 57), delineando, assim, a dimensão *estética*. A dimensão *ética* manifesta-se no reconhecimento do outro, do meio ou contexto em alteridade. “O profissional da mediação da informação age, constrói e interfere no meio, portanto, é também um protagonista social, e nessa condição se constitui em sujeito da *estética*, da *ética* e da produção humanizadora do mundo” (GOMES, 2018, p. 47).

A dimensão *formativa* emerge pelo caráter de formação que qualquer atividade humana possui. No movimento ações, são realizadas, inventadas e reinventadas afetando e sendo afetadas pelos seus sujeitos. As dimensões *estética*, *formativa* e *ética* são mais

evidenciadas nos processos de formação de usuários (GOMES, 2018). A dimensão política percebe os sujeitos como agentes políticos que, pela ação e experiência consciente, podem transformar a si, o outro e o meio em vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na discussão até aqui constituída, tratamos de situar, com base no paradigma social da informação, aspectos das interrelações entre o processo de mediação da informação e os usos sociais da informação na dinâmica social, a informação e o conhecimento como uma prática social e coletiva, que se estabelece na relação entre sujeitos e entre o sujeito e o seu meio. Identificamos o sujeito social como um agente que pode produzir ou provocar protagonismos, a partir da sua ação como mediador da informação.

Discutimos a emergência e evolução do conceito de mediação nas Ciências Sociais, na Ciência da Comunicação e Ciência da Informação. Nas Ciências Sociais, a noção de mediação diz respeito à condição constitutiva das práticas humanas em estado de interação. Revisamos as acepções do conceito de mediação no âmbito da Comunicação e da Ciência da Informação a partir da pesquisa desenvolvida por Davallon (2007) que identificou três modalidades de uso do termo mediação: a) usos sociopolíticos como forma de trazer solução para conflitos (trazendo em si a ideia de conciliação ou reconciliação) e uso para representar a ação de intermediação propriamente dita, ou seja, ao ato de servir de intermediário, apresentando, portanto, uma característica de servir na comunicação entre as pessoas; b) uso operatório do conceito no âmbito das abordagens teóricas de cada campo; e c) uso como objeto de análise (das práticas sociais para definição de uma teoria da mediação). Em observação aos estudos revisados, inferimos que a temática se encontra em plena evolução, amadurecida em sua potencialidade enquanto categoria analítica e de interpretação da realidade.

Acompanhar evolutivamente a emergência do conceito de mediação nos pareceu uma estratégia importante para adentrar nos estudos e pesquisas essenciais para explicar usos sociais da informação. Buscamos possibilidade de emancipação da sociedade nas disputas sociais, por meio da mediação da informação, para dotar essa sociedade de uma autonomia de informação, para conhecer e participar da experiência de gestão da ação comunicativa-informativa que opera sobre as relações sociais (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996). O protagonismo social, na atualidade, representa uma via de ação política, de sujeitos sociais e de comunidades a partir da dimensão comunicativo-informativa da vida social. Entendemos que esta discussão inicial se abre como uma possibilidade provocativa de valorização de ações de informação não lineares, inter-relacionais nos âmbitos sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos para produção de protagonismo social no enfrentamento dos desafios sociais contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de; BORTOLIN, S. Mediação da informação e da leitura. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2., 2007, Londrina (PR). **Conference paper** [...]. Londrina: UEL, 2007. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/13269/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

ALMEIDA, M. A. de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2008. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007779/9c727eacaa9e6378f8ea11ddc6bd1f07>. Acesso em: 21 mar. 2020.

ARAÚJO, C. A. A. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, E. A. de. A Construção Social da Informação: dinâmicas e contextos. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 1-9, out. 2001. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/5227>. Acesso em: 21 mar. 2020.

BEZERRA, A. C. Teoria Crítica da Informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. In: BEZERRA, A. C. *et al.* **iKritika: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 15-72.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>. Acesso em: 20 mar. 2020.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**, Porto, n. 4, p. 4-37, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/61109>. Acesso em: 31 mar. 2020.

FADEL, B. *et al.* Gestão, mediação e uso da informação. In: VALENTIM, M. (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Cap. 1, p. 13-31.

GOMES, H. F. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramZero: Revista de**

Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.1-15, fev. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3041>. Acesso em: 7 jan. 2020.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, n. 2, v. 19, p. 46-59, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/34319>. Acesso em: 7 jan. 2020.

GOMES, H. F. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27-44.

GOMES, H. F. Protagonismo sócio-informacional na saúde coletiva. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 3, n. especial, p. 47-61, nov. 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/106553>. Acesso em: 7 jan. 2020.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 5, p. 10-21, 2019. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/111807>. Acesso em: 7 jan. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Século XXI: a informação e o profissional da informação. *In*: SIMPÓSIO BRASIL-SUL DE INFORMAÇÃO, 1., 1996, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 1996. p. 281-300.

LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (org.). **Informação e globalização na Era do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/livros/informacao-e-globalizacao-na-era-do-conhecimento>. Acesso em: 7 jan. 2020.

LOGAN, R. K. **Que é informação?:** a propagação da organização na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera e na econosfera. Tradução de Adriana Braga. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2012.

NASCIMENTO, L. A. de L. do. **Direito à informação e direitos sociais no contexto do capitalismo contemporâneo.** 2007. 238f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória (ES), 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/6500>. Acesso em: 7 jan. 2020.

NASCIMENTO, L. A. de L. do; SUAIDEN, E. J. A dimensão socioespacial do conhecimento como traço existencial do homem e de seu território. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 1-25, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19242>. Acesso em: 7 jan. 2020.

RABELLO, R. Noções de sujeito em modelos teóricos na ciência da informação: do enfoque no sistema à consideração da agência em contexto. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 23, n. 3, p. 57-71, set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/93111>. Acesso em: 7 jan. 2020.

RECH, C. M. Mediação social: uma revisão sobre o conceito. **REIS: Revista Eletrônica Interações Sociais**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 97-114, jan./ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/7201>. Acesso em: 7 jan. 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à docente Maria Cristina Figueiredo de Aguiar Guasti (Departamento de Biblioteconomia da Ufes), pelas sugestões e apontamentos enriquecedores durante a elaboração do estudo.

Parte 4:
Estudos em
competência
em informação

Capítulo 10

*Da legislação ao esquema
metodológico: promoção
de competências e
habilidades para o
acesso à informação e o
combate à desinformação
nas mídias sociais*

*Meri Nadia Marques Gerlin
Regina Célia Baptista Belluzzo
Elmira Luzia Melo Soares Simeão*

RESUMO

Ao evidenciar a importância do movimento do acesso à informação confiável e contra o compartilhamento de informações deturpadas e falsas que proliferam nas redes sociais, revela-se a necessidade de conhecimento da legislação e metodologias para combate à desinformação no ciberespaço. Para tanto, desenvolve-se um estudo descritivo e uma pesquisa documental que finaliza com um Esquema Metodológico de Competências/Habilidades para Compartilhamento nas Mídias Sociais. A pesquisa em questão é um recorte que se insere em uma ampla investigação desenvolvida no âmbito da “Rede BRASIL de Gestão da Informação e Tradução do Conhecimento em Saúde à Ciência Cidadã: ações estratégicas de informação, educação e comunicação frente à Covid-19 e outras síndromes respiratórias agudas graves (SARS)” registrada na Plataforma Brasil. Com o levantamento em base de dados jurídicas e de entidades de classes representativas, principalmente da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, recuperam-se leis, decretos, manifestos e declarações que orientam sobre garantias para o acesso e o uso de conteúdos informativos em mídias digitais. Essas publicações permitem reconhecer a importância de orientações e estratégias para promoção de habilidades e componentes das competências em informação e midiática fundamentais para o combate à desinformação na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Acesso à informação. Competências em informação e midiática. Desinformação. Leis de acesso à informação.

INTRODUÇÃO

As atividades de pesquisa e de ordem prática demandadas pela área da informação como o tratamento intelectual e a disponibilização de conteúdos de diversas modalidades nas redes digitais são atendidas, em grande parte, pela Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e pelo Jornalismo (LE COADIC, 2004;

SARACEVIC, 2009). Investigações recentes sobre a ação dos chamados “coletivos” destacam subgrupos que se comunicam e lançam suas demandas na “era digital” que, segundo Valente e Belluzzo (2020, p. 16), “[...] é expressão utilizada para designar os avanços tecnológicos advindos da Terceira Revolução Industrial e que fizeram surgir o ciberespaço, [como] um meio de comunicação instrumentalizado pela informática e pela internet”.

Com a era digital, o ciberespaço ou espaço virtual, como também é denominado, abre-se para a conexão e comunicação nas mídias sociais que possibilitam a recepção de conteúdos informativos em meio digital recuperados pelo computador. Esse espaço é constituído como um ambiente cultural e educacional alimentado pelo ciclo da produção, do uso e da comunicação da informação (LE COADIC, 2004; LÉVY, 2010), apresentando uma estrutura descentralizada e distribuída ampliando o compartilhamento da informação de “muitos para muitos”.

O ciberespaço [...] permite não apenas uma comunicação “um para um” e “um para muitos”, mas também do tipo “muitos para muitos” e a articulação em tempo real entre os três modos, o que incentiva a inteligência coletiva. Essas novas possibilidades já são usadas em larga escala para fins científicos, comerciais, políticos e artísticos, entre outros (LÉVY, 2000, p. 65).

A estrutura de comunicação do ciberespaço acompanha a evolução do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), desde o final do século XX, viabilizando que novas mídias sejam fortalecidas pela conexão da rede social constituída por “[...] laços sociais que, por sua vez, são formados através da interação social entre os atores” (RECUERO, 2009, p. 30). Entretanto, mesmo com o crescimento da distribuição da informação científica, cultural, educativa, técnica e tecnológica em escala global, os meios de comunicação digitais são acessados em um espaço virtual inacessível para boa parte da

população, assumindo, muitas vezes, o formato de redes excludentes (CASTELLS, 2003).

Sabe-se que as mídias sociais são constituídas por ferramentas de comunicação mediadas por equipamentos eletrônicos, como aparelhos de televisão, computadores, smartphones e tablets conectados às redes em ambientes digitais (RECUERO, 2009; VAN DIJCK, 2013). Os processos de compartilhamento e apropriação da informação distribuída nessas redes podem diminuir a desigualdade social no campo da saúde, economia e educação caso seja dirimida a deficiência de infraestrutura tecnológica, assim como a ausência de políticas que dificultam a formação de sujeitos críticos e capazes de compreender e usar a informação a seu favor (CASTELLS, 2003, 2011). O exposto conduz à colocação de que os programas sociais de educação em mídias devem ser incentivados nas políticas públicas da área da informação.

Ganha destaque a fortificação da estrutura de conexão nas redes sociais no período da crise sanitária mundial (pandemia), ocasionada pela Covid-19 (novo coronavírus), no final da segunda década do século XXI, alimentada em grande escala por indivíduos e grupos envolvidos em processos de comunicação no ciberespaço. Desde o início da pandemia, iniciada no final do ano de 2019, houve uma evolução do contágio levando a óbito mais de meio milhão de brasileiros que perderam a luta contra um potente vírus (número atualizado em julho de 2021³²).

Com a evolução da primeira onda de contágio no Brasil no primeiro semestre de 2020, cresceu também o número de informações falsas sobre a doença, e boa parte dessas informações tentavam administrar e popularizar tratamentos alternativos ou promessas de cura. A desinformação na crise sanitária teve a

32 Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: https://qsprod.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 10 jul. 2021

contribuição de autoridades do governo que estimularam o uso de medicação (cloroquina) sem comprovação ou evidência científica de sua eficácia e também minimizaram as medidas de proteção à população provocando o desabastecimento de hospitais com oxigênio e equipes preparadas para atender os doentes nas UTIs (SANTANA; SIMEÃO, 2022, p. 520).

Santana e Simeão (2021) identificam a influência da desinformação nas mídias digitais, demonstrando que o crescimento de orientações falsas e deturpadas incentivou a utilização de métodos caseiros e medicamentos ineficazes para a prevenção do novo coronavírus. Nas redes sociais de personalidades políticas, influenciadores digitais e sociedade civil como um todo, cresceu o número de compartilhamento de posicionamentos que fortalece o negacionismo dos estudos científicos e contribui para a minimização das medidas de proteção, culminando no crescimento dos níveis de contaminação no espaço presencial.

Em vista de que o ciberespaço é explorado com maior intensidade pelos sujeitos em situação de confinamento vertical e/ou horizontal por conta da crise sanitária, a prática de conferir a veracidade das informações (ação de informar) e das notícias (transmissão sobre um fato) deve se tornar uma rotina, crescendo a necessidade de adotar estratégias para o combate da proliferação das “notícias falsas” em ambientes digitais de maior interação social, como o Facebook, Instagram, Messenger, YouTube, Reddit, Snapchat, Twitter, WeChat, WhatsApp e outras mídias de comunicação adotadas mundialmente.

Por conta da pandemia, a informação disseminada deve mais do que nunca ser verificada antes do compartilhamento em ambientes digitais, que são os grandes responsáveis pela propagação da desinformação (GARCIA; DUARTE; 2020). Diante da confusão ocasionada pela desinformação e pela notícia falsa, sendo esta última reconhecida pela expressão em língua inglesa “*Fake News*”, reflete-se sobre essas denominações amplamente utilizadas em uma sociedade conectada

por redes sociais em ambientes digitais responsáveis pelo ato de informar e desinformar.

Conforme exposto por Brisola e Bezerra (2018), os fenômenos da desinformação e das notícias mentirosas não se constituem como uma novidade, são fortalecidos pela *Web* (*World Wide Web*), ambiente de rede da Internet, motivando discussões e trabalhos acadêmicos nas áreas da Comunicação e Informação.

Devido ao entendimento de que “notícias” significam informações verificáveis de interesse público, os conteúdos publicados que não atendem a esses padrões não deveriam ser rotulados como “notícias” e o termo *Fake News* não deveria possuir o significado comumente compreendido na sociedade contemporânea. “Então, a expressão ‘notícias falsas’ é um oxímoro que se presta a danificar a credibilidade da informação que de fato atende ao limiar de verificabilidade e interesse público – isto é, notícias reais” (UNESCO, 2018, p. 7).

Apesar da constatação de que o termo “notícias falsas” deve ser questionado em virtude da apropriação indevida (UNESCO, 2018), percebe-se a sua popularização e, por consequência, que passa a se referir a uma prática que contribui com o cenário da desinformação nas redes digitais estendendo-se à realidade presencial. Amaral e Santos (2019, p. 51) colocam que “A desinformação generalizada é um dos principais sintomas da patologização aguda da vida comunicativa coletiva”, permitindo reconhecer como o contexto das notícias falsas, das mentiras e das informações deturpadas oferece uma grande contribuição na retirada da autonomia dos cidadãos.

A informação fragmentada e manipulada extrapola a definição da notícia falsa ao guiar os sujeitos contemporâneos pelas lógicas mercadológicas e ideológicas que legitimam interesses morais, políticos e econômicos da elite brasileira, baseados em interesses privados e não coletivos das minorias sociais (população que se encontra excluída e em desvantagem social). “A investigação sobre desinformação começa quase sempre por assinalar a sua prevalência na história. Relatos falsos, rumores, distorção, omissão de factos relevantes

para a compreensão do acontecimento ou hiperbolização de detalhes [...]” (BAPTISTA, 2019, p. 56-57).

Na medida em que o usuário e o produtor de conteúdos se utilizam por descuido ou maliciosamente das informações fragmentadas, manipuladas e tendenciosas para uso político, ideológico e deseducativo (BRISOLA; BEZERRA, 2018), elas passam a ser replicadas em variados contextos atingindo preferencialmente grupos sociais em que os comunicadores exercem uma relação de confiança e em que os receptores não as conferem antes de consumirem e tornarem a compartilhá-las.

Em um cenário em que a desinformação é fortalecida por autoridades públicas e representantes que deveriam garantir direitos sociais, um conjunto de competências são requeridas para que o cidadão possa adotar estratégias efetivas de proteção contra a notícia e informação falsa. Para que haja a apropriação e o uso crítico de informações confiáveis, não se deve desconsiderar habilidades prévias inatas e competências adquiridas em ações de formação que se fazem necessárias à produção de novos conhecimentos livres da fragmentação, da manipulação e da mentira.

Somente com a aquisição de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) facilitada por uma colaborativa conexão acadêmica, científica, profissional, cultural e social nas redes digitais, será possível constituir um ambiente novo em termos de busca e uso da informação confiável em diferentes formatos e suportes informativos. A exploração dos espaços tempos híbridos (presenciais e digitais) requer a articulação de conhecimentos (saberes) e habilidades (fazeres) que alimentam as competências, auxiliando na recuperação e compressão da informação (hiper)textual³³ e multimodal —linguagem escrita, sonora, imagética, sinalizada etc. (GERLIN, 2020).

33 Para se referir a essas duas modalidades informativas, textual e hipertextual, utiliza-se o termo (hiper)textual. O texto, nesse caso, refere-se ao uso de diversas linguagens e “A abordagem mais simples do hipertexto é descrevê-lo, em oposição a um texto linear, como um texto estruturado em rede” (LÉVY, 2010, p. 58).

Para que a recuperação, a produção e o compartilhamento das informações confiáveis possam ocorrer sem conflitos ou sob a ameaça da desinformação, faz-se necessário a presença transversal da Competência em Informação (CoInfo) e da Competência Midiática, por se constituírem como requisitos fundamentais para o acesso à informação de forma inteligente, legal e ética em um período em que a (des)informação é propagada com maior força por conta dos novos recursos tecnológicos e midiáticos.

Entende-se por competência em informação um processo contínuo com fundamentos conceituais e atitudinais contendo conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à compreensão da informação, por meio da busca, da avaliação e do uso efetivo que se faz dela (BELLUZZO, 2018). Nesse ínterim, uma diversidade de pesquisas e projetos foram planejados e implantados nacional e internacionalmente, de forma que houvesse a consolidação dessa competência como uma

Área de estudos e de práticas que trata das habilidades para reconhecer quando existe a necessidade de se buscar a informação, estar em condições de identificá-la, localizá-la e utilizá-la efetivamente na produção do novo conhecimento, integrando a compreensão e uso de tecnologias e a capacidade de resolver problemas com responsabilidade, ética e legalidade (BELLUZZO, 2003, p. 12).

Mais recentemente, pesquisadores das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) recomendam que a CoInfo tenha articulação e interação com a competência midiática, havendo diferentes denominações para essa nova temática: *Media and Information Literacy* (MIL), ou Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), ou ainda Competência Informacional e Midiática (CIM), ou mesmo Competência em Informação e Midiática (UNESCO, 2016).

A competência midiática compreende conhecimentos, habilidades e atitudes contribuindo para que o sujeito contemporâneo saiba lidar com os desafios que a era digital impõe, de forma que possa aprender a saber fazer um uso crítico das mensagens midiáticas. Essa competência apresenta como propósito “Ajudar as pessoas de todas as idades a desenvolver os hábitos de pesquisa e habilidades de expressão para que possam ser pensadores críticos, comunicadores eficazes e cidadãos ativos no mundo de hoje” (NAMLE, 2007, s/p, tradução nossa).

Embora sejam dois campos separados de prática e pesquisa, as interseções e as sobreposições entre ambos continuam a se fortalecer e crescer, à medida que evoluem com a contribuição da Ciência da Informação, da Comunicação e de outras áreas de conhecimento. Desse modo, ao referenciar nesta pesquisa a CoInfo, também se compreendem campos necessários para a abordagem da competência midiática.

Com isso, tanto a CoInfo, como a competência midiática, em função da era da informação, para muitos autores, são compreendidas como competências digitais (FERRARI, 2012) e infocomunicacionais (BORGES, 2018), resultando em uma utilização segura e crítica da informação. A informação precisa ser tratada sob dois aspectos: como um direito que leva em consideração o capital informacional para a vida do ser humano e como um bem político, econômico, sociocultural, pois se insere de forma indiscutível em todas as dimensões sociais. Percebendo a informação como um bem, é natural que essa se torne um elemento em disputa na sociedade, em um mundo onde a competição entre os indivíduos é estimulada.

As pessoas que possuem a competência em informação e midiática são reconhecidas como sujeitos privilegiados nas novas demandas da sociedade, sabendo procurar, modificar e compartilhar a informação no ambiente digital com o qual possuem grande familiaridade (VALENTE; BELLUZZO, 2020).

Diante do exposto, objetiva-se evidenciar a importância do acesso à informação confiável no lugar do compartilhamento de informações deturpadas e falsas que proliferam nas redes sociais, revelando a necessidade do conhecimento da legislação e do acesso às metodologias para o combate à desinformação. Para tanto, desenvolve-se um estudo descritivo e uma pesquisa documental realizada em base de dados jurídicas com o auxílio da literatura produzida pela Ciência da Informação, Biblioteconomia e Comunicação Social, finalizando a análise qualitativa com a proposição de um “Esquema Metodológico de Competências/Habilidades para Compartilhamento nas Mídias Sociais”.

O resultado da pesquisa baseia-se em recorte de uma ampla investigação realizada com a finalidade de estruturar processos de análises dos conteúdos coletados e, portanto, necessários ao contexto das atividades da “Rede BRASIL de Gestão da Informação e Tradução do Conhecimento em Saúde à Ciência Cidadã” voltada para “ações estratégicas de informação, educação e comunicação frente à Covid-19 e outras síndromes respiratórias agudas graves” (Sars)³⁴.

A Rede Brasil se constitui como uma estrutura de cooperação entre pesquisadores ao reunir especialistas de várias regiões brasileiras e programas de pós-graduação de instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e a Universidade de Brasília (UnB), a qual se encontra na liderança do grupo de pesquisa. Apresenta como proposta estruturar e propor a criação de indicadores que possam validar processos de diálogos e de investigações integradoras com temáticas relacionadas com a saúde coletiva, informação e comunicação, ao dialogar sobre competências e habilidades necessárias para a sistematização de práticas e a realização de ações relacionadas ao combate à desinformação e a o acesso ético e legal da informação.

34 Ação de pesquisa registrada na Plataforma Brasil (PLATBR). Fonte: <http://plataformabrasil.saude.gov.br>

A LEGISLAÇÃO PARA O ACESSO ABERTO DA INFORMAÇÃO, PROTEÇÃO DE DADOS E COMBATE À DESINFORMAÇÃO

Com o levantamento realizado no Portal da Legislação³⁵ do Governo Federal Brasileiro, foi possível recuperar um conjunto de documentos (leis e decretos) que permitiram identificar e analisar quais são os direitos garantidos (ou não) e as necessidades de acesso à informação do sujeito contemporâneo (Quadro 1).

Quadro 1 – Levantamento da legislação relacionada com o acesso à informação.

| ANO | LEGISLAÇÃO | DIRECIONAMENTOS |
|------|---|--|
| 1948 | Declaração Universal dos Direitos Humanos ³⁶ . | Estabelece como meta o desenvolvimento humano por meio do acesso e uso da informação e do conhecimento (Art. 19). |
| 1988 | Constituição da República Federativa do Brasil. | Assegura ao cidadão o acesso à informação (Art. 5) e à manifestação do pensamento e da expressão sem restrição (Art. 220). |
| 1991 | Lei n.º 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Regulamentada pelo Decreto n.º 2.134/1997 e normatizada pelo Decreto n.º 2.910/1998, sendo ambos revogados pelo Decreto n.º 4.553/2002. Em seguida o Decreto n.º 5.301/2004 regulamenta o retorno dos prazos do Decreto n.º 2.134/1997 revogado pelo Decreto n.º 7.845/2012. | Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Declara o direito de todos receberem informação de interesse particular e coletivo, exceto aquelas cujo sigilo afete a segurança da sociedade e a imagem do cidadão (Art. 4), não estabelecendo prazo para liberação da informação sigilosa. |
| 2005 | Lei n.º 11.111 de 5 de maio de 2005. Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências. Revogada pela Lei 12.527/2011. | Classifica documentos públicos que contenham informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, podendo ser do mais alto grau de sigilo (Art. 3). Qualquer pessoa poderá manifestar para que reveja a decisão de ressalva ao acesso de documento público classificado no mais alto grau de sigilo (Art. 6). |

35 Portal da Legislação. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>

36 Trazido para a análise no campo da legislação devido ter sido base para a criação de leis, decretos e outros documentos.

| | | |
|------|--|--|
| 2011 | Lei n.º 12.527 de 18 de novembro de 2011. A Lei de Acesso à Informação (LAI) regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. | Expõe procedimentos destinados a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, ao seguir diretrizes (publicidade, divulgação, meios de comunicação, tecnologia da informação, fomento da cultura, transparência) (Art. 3), classificando a informação em poder dos órgãos públicos como ultrassecreta, secreta ou reservada (Art. 24). |
| 2014 | Lei n.º 12.965 de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. | Expõe parâmetros para a adoção preferencial de tecnologias, padrões e formatos abertos e livres, publicidade e disseminação de dados e informações públicas, de forma aberta e estruturada, otimização da infraestrutura das redes e estímulo à implantação de centros de armazenamento, gerenciamento e disseminação de dados no País e desenvolvimento de ações e programas de capacitação para uso da internet (Art. 24). |
| 2019 | Decreto n.º 9.690/2019 de 23 de janeiro de 2019. Altera as regras sobre a classificação da informação secreta e ultrassecreta – Altera o Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei n. 12.527 – Revogado pelo Decreto n.º 9716/2019. | Amplia a delegação da competência de classificação no grau ultrassecreto pelas autoridades, mudando regras sobre o sigilo da informação (Art. 1), sendo o decreto de ampliação revogado em seguida devido representar perda de direitos sociais. |

Fonte: elaboração própria (2020)

A Constituição Brasileira prescreve que a manifestação do pensamento devidamente aliada ao processo de criação, à liberdade de expressão e acesso à informação não deve sofrer qualquer tipo de restrição (BRASIL, 1988). Essa prescrição vai ao encontro do direito à informação e à manifestação, citados pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Segundo a análise, o direito à liberdade de opinião e ao acesso à informação viabilizado pela procura (busca), recebimento (recuperação) e divulgação (disseminação) de conteúdos e ideias (conhecimentos) devem ser obtidos por intermédio de qualquer meio (suporte) e sem limite de fronteiras.

A Lei n.º 8.159/1991 declara que “todos” os sujeitos devem ter direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular ou coletivo ao acessar dados contidos nos documentos de

arquivos, bem como explicita o dever do poder público de gerir processos de disponibilização da informação apoiando o desenvolvimento administrativo, científico e cultural do país (BRASIL, 1991). Perante a reiteração da garantia constitucional, principalmente, do acesso aos arquivos e bancos de dados públicos, essa lei mostrou-se omissa, devido a não estabelecer prazos para a liberação das informações sigilosas (INDOLFO, 2014) ou a não prevenir sobre situações de manipulação e uso indevido de dados.

Diante da vulnerabilidade identificada, o Decreto n.º 2.134/1997 reiterou o direito à informação em arquivos e bancos de dados públicos ao estipular prazos máximos para a classificação de documentos sigilosos, enquanto o Decreto n.º 2.910/98 estabeleceu, na mesma década, normas para a salvaguarda dos documentos e sistemas de informação considerados como um conjunto de meios de comunicação (por meio do qual armazena e disponibiliza dados, informação e conhecimento). No limiar do século XXI, o Decreto n.º 4.553/2004, na contramão da Constituição Brasileira, ampliou e permitiu renovar esses prazos máximos estabelecidos para a informação sigilosa dificultando uma posterior recuperação (BRASIL, 1997, 1998, 2004). A questão da manipulação persiste em desafiar os mecanismos de controle e as liberdades de acesso à uma informação confiável.

Em seguida, o Decreto n.º 5.301/2004 regulamentou o retorno dos mesmos prazos máximos, contendo a duração das categorias de sigilos assegurados pelo Decreto n.º 2.134/1997, instituindo uma comissão de análise da informação sigilosa (ultra secreta, secreta, confidencial e reservada). Posteriormente, esse documento fora revogado pelo Decreto n.º 7.845/2012, regulamentador de prazos e procedimentos para o tratamento da informação classificada em qualquer grau de sigilo (BRASIL, 1997, 2004, 2012b). Partindo de um recorte resumido da legislação brasileira, que gira em torno do acesso à informação, percebe-se que é marcada por avanços, retrocessos e “Quanto à promoção de ações concretas que viabilizem um amplo acesso às

informações públicas poucos são, ainda, os programas, projetos e serviços implementados” (INDOLFO, 2014, p. 58).

Na segunda década do século XXI, por meio da criação da Lei n.º 11.111/2005, houve uma tentativa de regulamentação das questões relacionadas ao acesso à informação, assegurando que o cidadão pudesse requerer a análise de informações sigilosas, sendo revogada pela Lei n.º 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), que regula na atualidade o que fora previsto pela Constituição Brasileira: a informação ao acesso de todos (BRASIL, 1988, 2005, 2011). Direcionada para a análise da qualidade de uma informação transparente recebida por indivíduos e sistemas autorizados, possibilita colocar em questão a disponibilidade da informação conhecida e utilizada, autenticidade da informação produzida, expedida, recebida e/ou modificada, a integridade da informação não modificada, inclusive quanto a origem, trânsito e destino e a primariedade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível e/ou sem modificações (BRASIL, 2011).

Por meio da análise dessa lei, percebem-se os avanços, os retrocessos e a necessidade de maior acompanhamento da sociedade, no que se refere às políticas no campo da informação. Um exemplo do exposto consiste na criação do Decreto n.º 9.690/2019, o qual propõe alterações na LAI ao ampliar a delegação que diminuía a competência de classificação do que fosse informação sigilosa. Caso essa alteração não tivesse sido revogada pelo Decreto n.º 9.716/2019, atingiria largamente a transparência e a disponibilização da informação produzida por entidades públicas e privadas, ferindo um longo processo de criação de leis, políticas e critérios criados até o momento para garantir que informações governamentais e não governamentais fossem classificadas como públicas (BRASIL, 2019a, 2019b).

A LAI apresenta-se como uma legislação que compreende o acesso à informação ao considerar o sujeito contemporâneo como um cidadão possuidor de direitos, mesmo que não consiga, na prática, garanti-los, bem como a sua transparência. “O cumprimento

desse dever contribui para aumentar a eficiência do poder público, diminuir a corrupção e elevar a *accountability* [transparência]" (ANDI, 2009, p. 12). Esse tipo de informação, geralmente orgânica, torna-se um produto tratado e disponibilizado pela Arquivologia, necessitando trabalhar com ferramentas de busca da informação junto aos usuários que recuperam autonomamente a informação.

Portanto, torna-se necessário refletir acerca da escassez da legislação sobre a Internet que se configura como um ambiente de busca, recuperação e acesso da informação não apenas pública, mas também boa parte da informação privada. A análise da confiabilidade dos dados disponibilizados na rede mundial passa pela apropriação de competências, habilidades e técnicas de pesquisa que se ajustem aos ambientes digitais e às necessidades sociais, de forma que usuários, produtores e profissionais possam prever e intervir em cenários em que a informação não é averiguada.

A Lei n.º 12.965/2014, conhecida como o Marco Civil da Internet, regula o uso da rede mundial de computadores ao estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para assegurar o direito de acesso à informação, o conhecimento e a participação na vida cultural, política e cultural do país, o fomento à inovação tecnológica, modelos de acesso e uso perante a adesão de padrões abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações de dados. Essa lei reconhece o uso da Internet como essencialmente importante para a liberdade de expressão e comunicação do pensamento, baseando-se na sua finalidade social em escala mundial (BRASIL, 2014).

O Marco Civil prescreve, ainda, que o Estado deve fomentar e formular metas, estratégias, planos e cronograma que possam garantir o acesso à Internet. Por meio da promoção do acesso e do uso efetivo das TIC, conforme garantido, configura-se como uma lei incentivadora de iniciativas públicas de fomento à cultura digital, ao considerá-la como uma ferramenta social capaz de reduzir desigualdades sociais em diferentes regiões do Brasil (BRASIL, 2014). Ao mesmo

tempo em que procura garantir a livre expressão e o livre acesso à informação em redes digitais, em decorrência da ausência da criação de políticas públicas suficientes e que estejam em consonância com as práticas de conexão exercidas na Internet, esses direitos vão de encontro com o acesso prometido corroborando com o crescimento da exclusão digital.

No que diz respeito ao direito do cidadão à apropriação da informação e ao seu acesso público nas redes digitais, o Estado situa ações relacionadas com tratamento técnico e disseminação da informação no âmbito da gestão de documentos públicos, por meio dos programas e práticas de mediação pertencentes principalmente ao campo da arquivística (INDOLFO, 2014), mas, ainda, não expõe claramente os mecanismos éticos e legais de sua administração fora dessa instância e em situação emergencial de crise, como a que está sendo vivenciada mundialmente por conta da Covid-19.

Nesse debate, a integração com áreas como a Biblioteconomia, a Documentação e o Jornalismo baseiam-se em aspectos informacionais, tecnológicos e sociais (LE COADIC, 2004; CAPURRO; HJORLAND, 2007), solicitando dialogar com os campos da comunicação, saúde, educação e cultura. Com isso, a função social do jornalismo e dos arquivos, centros de documentação e das bibliotecas amplia a atuação profissional para uma dimensão ética e legal de apropriação da informação perante o uso de novos recursos tecnológicos e midiáticos, tornando-se responsável por trabalhar tanto com a regulamentação da disponibilização da documentação orgânica, quanto com outras tipologias de informações que são difundidas no ciberespaço.

Os direitos relacionados ao acesso e à disseminação da informação também são afetados pelo fenômeno da desinformação, na medida em que cresce o movimento do compartilhamento de notícias falsas e manipuladas, requerendo a criação de novas legislações, políticas e ações em consonância com as práticas informativas nas redes acadêmicas, educativas, informativas, culturais e comunitárias. Sem desconsiderar a responsabilidade do Estado que deve dialogar

sobre a criação de novas legislações, tal situação requer ações instituintes (em curso) por parte da sociedade civil e organizações sem fins lucrativos que estejam em consonância com publicização de declarações, manifestos e diretrizes voltadas às práticas informativas nas redes de comunicação dos grupos sociais que produzem e compartilham informações.

Na medida em que se prevê, no que compete às leis e aos decretos analisados, garantir ao coletivo o respeito aos valores éticos, culturais e sociais por meio de uma legislação direcionada ao acesso à informação, profissionais como arquivistas, bibliotecários e jornalistas devem absorver um conjunto de métodos assinalados por diferentes disciplinas, saberes e práticas inerentes ao campo da informação e sua dinâmica social.

ENTRE MANIFESTOS E DECLARAÇÕES A APRESENTAÇÃO DE INDICADORES PARA O COMBATE À DESINFORMAÇÃO

A legislação sobre a liberdade de expressão e o acesso à informação é complementada pelas publicações da Unesco³⁷, Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (Ifla)³⁸, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (Febab)³⁹ e outras entidades nacionais e internacionais que auxiliam no processo de identificação e combate da propagação de dados e informações manipuladas e mentirosas. O fortalecimento da desinformação é “[...] um problema global reforçado pela onipresença da Internet e pela possibilidade de viralização das notícias falsas, [já que] de fato muitas pessoas receberem grande parte

37 O portal Unesco está disponível em: <https://en.unesco.org/>

38 *International Federation of Library Associations and Institutions*. IFLA. Disponível em: <https://www.ifla.org/>.

39 O portal Febab está disponível em: <http://www.febab.org.br/>

das notícias pelas redes sociais e não sabem reconhecer informações falsas” (VALERO; OLIVEIRA, 2018, p. 71, tradução nossa).

As publicações analisadas nest a pesquisa fornecem orientações estratégicas e indicadores para as ações instituintes (em debate) nos espaços de informação, educação e cultura no século XXI. O Manifesto da Ifla/Unesco sobre a Internet⁴⁰ (2002) declara que a informação é essencial para a liberdade, a igualdade e o entendimento mundial, enfatizando que o acesso a essa rede é fortalecido por produtos e serviços disponibilizados por bibliotecas e outras unidades de informação.

Com a intenção de contribuir para que as barreiras de circulação da informação sejam removidas e para que a liberdade intelectual seja um direito garantido de fato, “A Internet permite às pessoas e às comunidades do mundo inteiro [um ideal], desde as menores e mais remotas localidades até as grandes cidades, o igual acesso à informação [um desafio]” (IFLA, 2002, p. 4), devendo conduzir ao desenvolvimento pessoal e coletivo ao (inter)conectar “o mundo” independentemente de censura ideológica, política e religiosa, nacionalidade, raça e etnia, gênero e orientação sexual, cultura, faixa etária e filiação política, limitações de diversas naturezas ou qualquer outra condição.

Como complemento, as Diretrizes do Manifesto da Internet da Ifla/Unesco ⁴¹ (2006) reforçam que com as mudanças tecnológicas o impacto do acesso e do uso da Internet não são apresentadas de maneira inflexível (como regras), podendo contribuir para tomadas de decisões nas bibliotecas e em outras instituições e apresentando-se como meta a implementação de políticas, programas e serviços relacionados com a Internet que devem levar em consideração as diferenças culturais e sociais.

40 IFLA/UNESCO *Internet Manifesto Guidelines*

41 IFLA/UNESCO *Internet Manifesto Guidelines*

Considera-se, portanto, que a necessidade informativa, a diversidade cultural, a acessibilidade e a inclusão digital são aspectos importantes para a concretização de formações voltadas aos cidadãos autônomos. “No caso de aparente conflitos entre leis, as bibliotecas devem se voltar para os princípios estabelecidos na Declaração dos Direitos Universais Humanos, como forma de identificar soluções mais conducentes à liberdade de acesso à informação” (IFLA, 2006, p. 23, tradução nossa).

Na mesma direção, o Manifesto da Internet⁴² (2014) expõe que todos os recursos dessa rede devem ser consistentes com a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (1948), especialmente ao assegurar que todos tenham direito à liberdade de opinião e expressão, sendo que esse direito inclui a liberdade de manutenção das opiniões sem interferência e, com isso, de poder buscar, receber e transmitir informações e ideias por meio de qualquer mídia sem o estabelecimento de fronteiras (IFLA, 2014; ONU, 1948). “Uma Internet aberta é essencial, e o acesso à informação e à liberdade de expressão não devem estar sujeitos a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa, nem a barreiras econômicas ou tecnológicas” (IFLA, 2014, s/p, tradução nossa).

Os documentos sobre a Internet publicados pela Ifla (2002, 2006, 2014) possuem como foco o acesso à informação por meio da garantia da conexão à rede mundial, reafirmando o compromisso do profissional da informação (como o bibliotecário e o arquivista), e ao destacar a sua importância no processo de viabilização do acesso aos serviços e produtos que as bibliotecas, os arquivos e os centros de documentação fornecem aos cidadãos na era digital (LE COADIC, 2004).

Como forma de pensar a garantia do acesso aos recursos e ferramentas de informação nesse ambiente, o Manifesto para a biblioteca digital da Ifla/Unesco⁴³ (2010) afirma que essa unidade de dissemi-

42 *Internet Manifesto*.

43 *IFLA/UNESCO Manifesto for digital libraries*.

nação da informação tem sido espaço essencial para a promoção dos valores humanos, assim como para a operacionalização dos serviços e produtos que na atualidade contam com os meios de comunicação para apoiar o desenvolvimento das ações da área da saúde, educação, economia e cultura da humanidade. Desse modo, a biblioteca digital colaborativa deve viabilizar que unidades de informação públicas, culturais e de pesquisa formem uma rede de informações digitais em resposta às necessidades de informações confiáveis da sociedade que cada vez mais se apropria das novas tecnologias (LE COADIC, 2004; SARACEVIC, 2009).

A disseminação de informações confiáveis nas unidades de informação e em outros espaços oportuniza que os sujeitos possam se envolver em movimentos de aprendizagens e educativos ao longo da vida, permitindo que todos possam contribuir com o desenvolvimento social. “O acesso igual ao patrimônio cultural e científico da humanidade é direito de todas as pessoas e ajuda a promover o aprendizado e a compreensão da riqueza e diversidade do mundo, não apenas para a geração atual, mas também para as gerações vindouras” (IFLA, 2010, s/p, tradução nossa).

Em vista da necessidade de pensar em ações e programas de competências que possibilitem a busca, a avaliação e o acesso à informação confiável em ambientes digitais (como na biblioteca digital), alguns documentos e diretórios internacionais de CoInfo precisam ser destacados: *Declaration of Principles of the World Summit on the Information Society*, *Alexandria Proclamation on Information Literacy and Lifelong Learning “Beacons of the Information Society”*; *Towards Information Literacy Indicators*; *International Information Literacy Resources Directory*⁴⁴; *IFLA’s Guidelines on Information Literacy for Lifelong Learning*⁴⁵, *Unesco workshops Train The Trainer in information Literacy*. No Brasil, destacam-se as iniciativas da sociedade civil e entidades como

44 Disponível em: www.infolitglobal.iinfo

45 Disponível em: www.ifla.org/VII/s42/pub/IL-Guidelines2006.pdf

Febab, Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Ancib)⁴⁶ e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), UnB e Unesp com a publicação e pactuação da “Declaração de Maceió” (2011), do “Manifesto de Florianópolis” (2013) e da “Carta de Marília” (2014) (BELLUZZO, 2018).

Com as estratégias pensadas no campo da CoInfo, vem a responsabilidade dos usuários, produtores e profissionais da informação que necessitam aprender a verificar e combater informações falsas e deturpadas. Ao partir do princípio de que o pensamento crítico é uma habilidade essencial no processo de busca e avaliação da informação disponibilizada na Internet, o Infográfico Como identificar notícias falsas⁴⁷ (IFLA, 2017), traduzido para diversas línguas (Figura 1), disponibiliza orientações estratégicas de fácil compreensão que consistem na percepção do que é uma notícia deturpada e falsa. Para isso, o usuário da informação deve verificar a fonte do conteúdo, autoria e data da publicação, buscar fontes de apoio e analisar se a notícia é verdadeira ou, mesmo, identificar interferências preconceituosas no processo de análise.

46 Disponível em: <https://ancib.org/>

47 *How To Spot Fake News*

Figura 1 – Infográfico Como identificar notícias falsas, em diversos idiomas e tradução para o português

The infographic is divided into four main language sections, each with a grid of tips and icons:

- Russian (КАК ОПРЕДЕЛИТЬ ФАЛЬШИВУЮ НОВОСТЬ):**
 - ИЗУЧИТЕ ИСТОЧНИК (Study the source)
 - ПРОЧИТАЙТЕ ЦЕЛИКОМ (Read the whole article)
 - ПРОВЕРЬТЕ АВТОРА (Check the author)
 - СМОТРИТЕ НА НОВОСТИ (Look at the news)
 - ПРОВЕРЬТЕ ДАТУ (Check the date)
 - ЭТО ШУТКА? (Is it a joke?)
 - ОЦЕНИВАЙТЕ ПРЕДУВЕРИО (Evaluate your biases)
 - СПРОСИТЕ ЭКСПЕРТОВ (Ask the experts)
- Spanish (¿ESTA NOTICIA ES FALSA? / ¿CÓMO IDENTIFICAR LAS NOTICIAS FALSAS?):**
 - ESTUDIÉ LA FUENTE (Study the source)
 - LEA MÁS ALLÁ (Read beyond the headline)
 - ¿QUIÉN ES EL AUTOR? (Who is the author?)
 - FUENTES ADICIONALES (Additional sources)
 - COMPRUEBE LA FECHA (Check the date)
 - ¿ES UNA BROMA? (Is it a joke?)
 - CONSIDERE SU SESGO (Consider your bias)
 - PREGUNTE AL EXPERTO (Ask the expert)
- Chinese (何如分辨假新闻):**
 - 考虑新闻来源 (Consider the news source)
 - “读全” (Read the whole article)
 - 查询作者信息 (Check author information)
 - 论调 (Tone)
 - 核实日期 (Verify the date)
 - 是一个玩笑? (Is it a joke?)
 - 核实自己对新闻有无偏见 (Check for bias)
 - 请教专家 (Consult experts)
- Portuguese (COMO IDENTIFICAR NOTÍCIAS FALSAS):**
 - CONSIDERE A FONTE (Consider the source)
 - LEIA MAIS (Read more)
 - VERIFIQUE O AUTOR (Verify the author)
 - FONTES DE APOIO? (Sources of support?)
 - VERIFIQUE A DATA (Verify the date)
 - ISSO É UMA PIADA? (Is that a joke?)
 - É PRECONCEITO? (Is it prejudice?)
 - CONSULTE ESPECIALISTAS (Consult specialists)

Fonte: ifla (2017⁴⁸, 2020⁴⁹, s/p)

48 Tradução em diversos idiomas. Fonte: *Como las bibliotecas pueden ayudar a conseguir soluciones reales para las noticias falsas*. IFLA, 2017. Disponível em: <https://www.ifla.org/ES/node/11631>.

49 Tradução em português. Fonte: *How To Spot Fake News*. 2020. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/node/11174>.

Com esse recurso, bibliotecas e outras unidades de informação, educação e cultura possuem elementos textuais e visuais para dialogar sobre a propagação da desinformação e da notícia falsa. Conforme aponta a Declaração sobre “Fake News”⁵⁰ (IFLA, 2018), os profissionais devem “[...] assumir um compromisso institucional e ético para ajudar os usuários a acessar informações confiáveis e autênticas. Esse papel é tão importante em uma época em que as ‘notícias falsas’ são um fenômeno aparentemente crescente” (IFLA, 2018, s/p, tradução nossa). A biblioteca, o arquivo, o museu e outras instituições devem, portanto, contribuir com ações que ainda não foram instituídas por políticas como a criação de espaços de formação voltados para o acesso à informação de credibilidade e adequação das fontes de informação, de acordo com as necessidades do sujeito contemporâneo.

Assim como a Biblioteconomia e outras áreas ligadas à Ciência da Informação adotam medidas para o combate das notícias falsas, a Comunicação Social desenvolve estudos e assume um posicionamento nesse sentido. O manual *Jornalismo, “Notícias falsas” e Desinformação*⁵¹ (UNESCO, 2018), mostra essa preocupação, constituindo-se como um material didático que apresenta uma resposta aos problemas decorrentes da desinformação global.

Segundo Santana e Simeão (2020), ao publicar esse documento, a Unesco (2018) incentiva uma iniciativa global pela excelência na educação em Jornalismo, o que pode estimular a consolidação de boas práticas e alterações em outros currículos e formações, considerando a necessidade de preparar os profissionais de áreas estratégicas (de tratamento de informação) para lidarem com o fenômeno da desinformação, evitando e combatendo o uso inadequado ou criminoso de dados para influenciar ou deturpar a comunicação nas redes sociais.

Esse manual é uma tentativa de melhorar a formação de jornalistas, principal foco do Programa Internacional para o Desenvolvimento

50 *Statement on Fake News*

51 *Journalism, ‘Fake News’ & Disinformation*

da Comunicação (PIDC) da Unesco, mas pode ser visto como uma outra referência nos programas de formação no contexto de práticas de pesquisa de maneira ampla. Santana e Simeão (2020) destacam, ainda, a publicação “*A short guide to the history of fake news and disinformation*” (em tradução livre: “Um guia rápido sobre a história das notícias falsas e desinformação”), elaborada pelo *International Center for Journalists* (ICFJ), em 2018, na qual são descritos aspectos do problema no contexto da produção jornalística e os mecanismos de proteção e cuidados com a informação. No documento, é apresentado um resumo do que se entende por desordem da informação, relatando fatos históricos interessantes que serviram de embasamento para evidenciar uma “Cultura da Desinformação”, o que mostra que o problema é antigo e faz parte da história da humanidade.

Santana e Simeão (2020) lembram que a Unesco criou, em 2013, um modelo de currículo para formação de professores para a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), com vistas a disseminar esse formato como referência no enfrentamento do problema das falsas informações. Essa referência é importante na ressalva que acessar o conhecimento e fortalecer a liberdade de expressão significava também preparar eticamente as pessoas para um cenário de liberdades individuais e coletivas. Mas as habilidades e atitudes essenciais do cidadão para a participação e valorização das mídias e redes sociais também dependem de boas práticas dos provedores de informação. O uso dos dados de assinantes e usuários é uma arma comercial importante e que não se pode sobrepor ao direito do indivíduo à privacidade. A legislação deve, portanto, ser mais rígida com os provedores, imputando à indústria multas altas que se revertam em programas de educação e formação. É preciso atribuir a essa economia a responsabilidade de resolver parte do problema.

A Unesco (2013) unifica conceitos de alfabetização informacional e alfabetização midiática, considerando a liberdade de expressão e o acesso à informação por meio das TIC. Nessa metodologia, há um esboço dos conteúdos e das atividades que podem ser adaptados para

professores e alunos, conforme necessidades das instituições de educação nos seus respectivos países. Um incentivo para o debate mais propositivo no contexto das garantias, direitos e deveres no uso e disseminação da informação e na atualização da legislação.

Com a publicação dessa documentação, a Unesco tem desempenhado um papel importante para o enfrentamento à cultura da desinformação no cenário internacional. No Brasil, ainda há muito a ser empreendido nesse campo, mas um caminho possível é o que vem sendo traçado no *IFAP – Working Group on Information*. São propostas para os desafios globais que incluem a informação, como pensar soluções futuras para a educação, a inteligência artificial, a promoção da liberdade de expressão e da sociedade do conhecimento, cidades sustentáveis, prevenção ao extremismo violento, compromisso com a biodiversidade e a igualdade de gênero e o avanço da Agenda de Desenvolvimento Sustentável para 2030, como se tem feito na área da Biblioteconomia⁵².

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO E O COMBATE À DESINFORMAÇÃO: RESULTADOS DA PESQUISA

Mesmo que a legislação e os documentos publicados não consigam abarcar todas as necessidades da população e que existam muitos obstáculos que a Internet e as bibliotecas, os arquivos e outras unidades de informação estejam vivenciando no cenário atual, um “novo mundo” mais digital e tecnológico está sendo construído, de fato, para atender às necessidades informativas dos seus (não)usuários que buscam informações (hiper)textuais e multimodais no espaço presencial e no ciberespaço (GERLIN, 2020; NEMER, 2019).

52 Bibliotecas para um mundo melhor – Agenda 2030. Febab, 2021. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4563>

Embora o Brasil tenha avanços e retrocessos no âmbito das leis de acesso à informação (BRASIL, 1988, 1991, 1997, 2004, 2019a, 2019b), o uso da Internet e a liberdade de expressão são direitos garantidos aos cidadãos que precisam ser amplamente resguardados (BRASIL, 1998, 2002, 2005, 2011, 2012a, 2012b, 2014). Acontece que, na prática, não há garantia na transparência da informação, e o direito à participação livre e segura, principalmente nas redes sociais, não evita a propagação da desinformação provocada por publicações deturpadas e falsas.

A LAI, o Marco Civil da Internet e a noção dessa rede mundial como uma “tecnologia de libertação” acabam diminuindo, à medida que “os governos e outras instâncias ao redor do mundo” monitoram cidadãos utilizando as mídias sociais para promover o comércio ou manipular eleitores, obtendo ganhos políticos, enquanto deveriam proteger a população contra violações de privacidade, e promover uma agenda solidária de combate à pobreza e à desigualdade social (IFLA, 2019). Esse uso indevido se repete nas ações individuais de pessoas despreparadas para uma comunicação sem fronteiras.

O documento Desenvolvimento e acesso à informação 2019, publicado pela Ifla e traduzido para o português pela Febab, aborda reflexões e medidas que devem ser tomadas para que o cidadão obtenha condições de igualdade para o acesso democrático da informação (IFLA, 2019). Segundo consta, a tecnologia deve garantir condições ideais, mas as pessoas não possuem todas as competências e habilidades para lidar com a desinformação, pois trata-se de uma cultura: “Estimulada por uma crescente desigualdade social e econômica, a desconfiança geral das pessoas acerca de um sistema político que consideram corrupto e ineficiente, juntamente com a onda atual de desinformação e manipulação da informação nas mídias sociais” (IFLA, 2019, p. 11). Soma-se a isso a constatação desse despreparo do cidadão que, na atualidade, não desenvolve competências e habilidades para buscar informação durante a pandemia instaurada pela Covid-19.

A crise sanitária mundial no cenário brasileiro torna-se mais perversa com o compartilhamento de informações deturpadas ou falsas que alimentam a ignorância e o autoritarismo, presente nas relações de poder que cerceiam direitos políticos e liberdades civis do sujeito contemporâneo, atualmente ameaçado pelo risco de contaminação e pela desinformação. Em um cenário em que o termo *Fake News* é largamente colocado em questão (IFLA, 2017, 2018, 2019; UNESCO, 2018), a população passa a conviver com a violação da privacidade e com a enorme quantidade das informações falsas que fortalecem a desinformação, como aquelas que questionam a ciência, desencorajando o uso de máscaras e a adesão às vacinas, que são medidas verdadeiramente eficientes contra o novo e letal vírus.

Nesse caso, a desinformação é alimentada pelos relatos falsos, rumores, distorção e omissão de fatos relevantes para a compreensão de um acontecimento que ocasiona em uma crise sanitária e humana. Na medida em que o cidadão, enquanto leitor e produtor assíduo em redes sociais, envolve-se com a utilização e/ou compartilhamento de notícias maliciosas, fragmentadas, manipuladas e tendenciosas contribui para o fortalecimento da desinformação (BAPTISTA, 2019; BRISOLA; BEZERRA, 2018). O uso da informação falsa ou deturpada é uma forma para alcançar finalidades políticas, ideológicas e religiosas, atingindo preferencialmente aos grupos sociais que não possuem competências para conferir e avaliar a informação recebida antes de sua apropriação e compartilhamento.

Para o fortalecimento do combate à desinformação, produtores, usuários e profissionais da informação e comunicação como arquivistas, bibliotecários e jornalistas devem reconhecer a importância do seu papel social frente ao fenômeno da desinformação em um mundo “infodêmico” (excesso de informações verdadeiras ou falsas), contribuindo com ações e programas de formação de CoInfo direcionados aos tipos de informações comumente buscadas pela população para resolver questões sobre saúde, política, educação e cultura. “A principal forma de minimizar a infodemia é orientar as pessoas que

verifiquem a fonte e a veracidade das informações antes de compartilhá-las. Ou seja, deve ser priorizada a qualidade, em vez da quantidade de informações” (GARCIA; DUARTE, 2020, s/p).

O modo como as informações são propagadas nas redes sociais diz respeito aos modelos de publicidade que distorcem a maneira como são exibidas e compartilhadas (IFLA, 2018, 2017), solicitando, cada vez mais, que arquivos, bibliotecas e outras instituições criem ações (programas, diretrizes, produtos, modelos, serviços etc.) no campo da CoInfo (BELLUZZO, 2003, 2018), para dialogarem e trabalharem com critérios que contribuam com a promoção da disseminação de uma informação de qualidade e confiável e com a disponibilização de orientações relacionadas às estratégias que conduzam a verificação dos conteúdos informativos.

Valero e Oliveira (2018) identificam que um dos produtos mais analisados em estudos recuperados na plataforma *Scopus* refere-se à iniciativa da Ifla com a criação do infográfico para detectar notícias falsas (*Fake News*) (IFLA, 2017). Cunha (2020) organiza um conjunto de procedimentos⁵³ com base nesse infográfico, atentando para o fato de que as notícias falsas impedem a compreensão de notícias e informações que podem resolver problemas, conduzir a tomadas de decisões e adoção de comportamentos preventivos em se tratando principalmente da ação dos algoritmos.

As orientações publicadas pela Ifla (2017) foram adaptadas por Cunha (2020), constituindo-se como etapas necessárias para a avaliação das fontes de informação ao enfocar a necessidade da verificação da proveniência, confiabilidade, autoria e localização temporal da informação, contribuindo para evitar o compartilhamento das postagens com notícias falsas e enganosas. Em vista de que a Unesco

53 Pandemia: como detectar notícias falsas segundo a Ifla. Núcleo de Comunicação Social do IBICT. Disponível em: <https://ibict.br/sala-de-imprensa/noticias/item/2127-pandemia-como-detectar-noticias-falsas-segundo-a-ifla>. Acesso em: 10 jul. 2021

(2018) dá visibilidade a essa mesma preocupação, ou seja, com o cenário de compartilhamento de notícias falsas e deturpadas, apresenta um material didático em resposta aos problemas decorrentes da desinformação global que confronta a sociedade, em geral, e, em específico, o jornalismo, lembrando que podem ser expandidos para qualquer profissional, usuário e produtor de informação.

Nesse sentido, na publicação da Unesco (2018), Trewinnard e Bell (2018) apresentam estratégias para determinar a autenticidade da informação, a capacidade de identificar e verificar o conteúdo original, permitindo que os requisitos éticos e legais sejam adotados para a publicação dos conteúdos multimodais e hipertextuais nas redes sociais. Para isso, colocam que, para verificar a confiabilidade de conteúdo, é necessário: a) identificar e creditar fontes originais de acordo com os princípios éticos, b) identificar e excluir contas falsas ou *bots* (algoritmos), c) confirmar corretamente se o conteúdo visual é atribuído à fonte original, d) verificar o momento de gravação e de *upload* do conteúdo e (e) geolocalizar fotos e vídeos em redes sociais.

ESQUEMA METODOLÓGICO CONTRA À DESINFORMAÇÃO PARA A DIVULGAÇÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS

Ao colocar em questão a proposta de Cunha (2020), o trabalho de Trewinnard e Bell (2018) e as preocupações com a CoInfo, apresentadas principalmente por Belluzzo (2018) e Gerlin (2020), adaptaram-se, no Quadro 2, os elementos do “Esquema metodológico de Competências/Habilidades para compartilhamento nas Mídias Sociais”. A proposta se apresenta como uma possibilidade, e não como uma imposição, podendo ser utilizada para inspirar novas ações autônomas e para estruturar programas de formação com esse fim.

Quadro 2 – Esquema metodológico de competências/habilidades para compartilhamento nas mídias sociais

| ATITUDES | PROCEDIMENTOS / TÉCNICAS | COMPETÊNCIAS/HABILIDADES |
|----------------------------------|--|--|
| Considerar a veracidade da fonte | <p>Identifique a fonte ao questionar se a publicação da notícia ou postagem é confiável e pesquise mais o quanto precisar.</p> <p>Verifique a origem da informação, clicando fora da notícia para investigar o site, sua missão e as informações de contato.</p> | <ul style="list-style-type: none"> – Localização e avaliação de fontes de informações; – Autonomia no processo de busca e uso da informação por meio da leitura crítica; – Confirmação da autenticidade do conteúdo (textual, sonoro ou visual) e atribuição à fonte original. |
| Ler com atenção | <p>Leia cuidadosamente os títulos impactantes que chamam a atenção para obter cliques (curtidas).</p> <p>Exerça a curiosidade e a criticidade para identificar se a notícia é completa questionando a narrativa.</p> | <ul style="list-style-type: none"> – Apropriação de mecanismos da leitura multimodal e hipertextual (análise; síntese; etc.); – Desenvolvimento do senso crítico em articulação com a criatividade e a curiosidade. |
| Verificar a autoria | <p>Faça uma busca rápida sobre o autor ou quem assina essa informação antes de consumir e/ou compartilhar.</p> <p>Questione se o autor é confiável e se ele existe mesmo, se é um especialista ou se possui credibilidade.</p> | <ul style="list-style-type: none"> – Orientação sobre o uso ético e legal dos recursos informacionais; – Compartilhamento e apropriação ética e legal da informação; – Respeito pela autoria original (citação das fontes) e crédito das fontes originais de acordo com os princípios éticos (normas e lei do direito autoral). |
| Consultar fontes de apoio | <p>Abra as páginas e verifique se a informação oferece apoio à narrativa da postagem.</p> <p>Leia outras notícias que são divulgadas sobre o assunto, buscando a comprovação de dados e revisando as fontes oficiais que concordam com a informação publicada.</p> | <ul style="list-style-type: none"> – Domínio das ferramentas de busca e recuperação da informação digital; – Mobilização de uma leitura crítica e investigativa; – Capacidade de comparação e verificação de gêneros/categorias da informação; – Geolocalização de fotos e vídeos em redes sociais e verificação das fontes no momento de gravação e de <i>upload</i> do conteúdo. |

| | | |
|------------------------------------|---|--|
| Verificar a origem da postagem | <p>Repostar (publicar novamente) notícias antigas não significa que sejam relevantes, porém vale questionar se são relacionadas com o contexto atual.</p> <p>Faça uma leitura da postagem e, caso seja necessário, utilize recursos digitais de verificação e checagem.</p> | <ul style="list-style-type: none"> – Mobilização de uma leitura crítica aplicada ao contexto cultural (texto com contexto) e temporal da sociedade contemporânea; – Aplicação no contexto social de recursos de leituras em fontes digitais e eletrônicas; – Capacidade de verificação de aspectos temporais e identitários. |
| Identificar sátiras (brincadeiras) | <p>Indague se notícia é uma piada ou brincadeira, já que alguns textos em formato de notícias podem ser sátiras.</p> <p>Pesquise sobre o site, autor e outras formas de autoria caso a notícia cause estranheza.</p> | <ul style="list-style-type: none"> – Compreensão sobre os objetivos de diversos tipos de gêneros de textos (informativos, opinativos, literários, comerciais, lúdicos etc.); – Apropriação de leituras que perpassam a necessidade, o interesse e o prazer; – Identificação da necessidade de exclusão de contas falsas, <i>bots</i> etc. |
| Evitar o preconceito | <p>Revise seus preconceitos, considerando os argumentos e as linguagens utilizadas.</p> <p>Avalie se valores próprios e crenças podem afetar ou alterar seu julgamento sobre o tema exposto/ recuperado.</p> | <ul style="list-style-type: none"> – Integração da linguagem científica e cotidiana à realidade multicultural no espaço virtual; – Desenvolvimento de uma leitura que respeite diferentes raças, repertórios culturais, opção religiosa, sexual etc. |
| Consultar especialistas | <p>Confirme a informação com fontes independentes e reconhecidas, sites oficiais, instituições confiáveis e sites voltados à checagem de notícias.</p> | <ul style="list-style-type: none"> – Capacidade de interagir socialmente com pares, especialistas, pesquisadores etc.; – Conhecimento e acesso às plataformas de verificação e checagem. |

Fonte: elaboração própria (2020)

O esquema metodológico ao ser utilizado poderá ser um ponto de partida para um diálogo entre usuários e profissionais que pode conduzir a uma apropriação ética e mais crítica da informação em mídias sociais, ante a necessidade de utilização da linguagem multimodal (sonora, textual e imagética) e hipertextual⁵⁴, já que o cenário

54 Informação multimodal remissiva contendo diversos formatos de leitura e escrita não linear (GERLIN, 2020; LÉVY, 2010).

da desinformação requer um conjunto de estratégias que são disponibilizadas pelos componentes da CoInfo: acesso, avaliação e uso da informação (BELLUZZO, 2003; GERLIN, 2020).

A esquematização pensada vai ao encontro das investigações sobre desinformação que identificam que usuários, profissionais e cientistas da informação devem saber “**considerar as fontes de informação**”, aprendendo como localizá-las e avaliá-las autonomamente em processos de busca e recuperação. Essa estratégia simples que envolve a leitura crítica poderá contribuir com o combate dos enormes fluxos de relatos falsos, rumores, distorção, omissão de fatos relevantes e detalhes dispersivos nas redes sociais (BAPTISTA, 2019; BELLUZZO, 2003; GERLIN, 2020).

A apropriação dos mecanismos da leitura hipertextual no ciberespaço e a compreensão crítica que envolve a criatividade e a curiosidade inata dos sujeitos são relevantes para alcançar a competência necessária para “**ler com atenção**” as notícias propagadas nas mídias sociais. Assim sendo, as habilidades que já são possuidores e as competências adquiridas possibilitam que se possa “**verificar a autoria**”, “**consultar as fontes de apoio e verificar a atualidade**” da informação, auxiliando na filtragem dos fluxos de informações deturpadas e falsas que sustentam a prática da viralização das comunicações falaciosas e ligações perigosas entre diferentes algoritmos das variadas plataformas sociais.

A leitura crítica do conteúdo multimodal e hipertextual passa a necessidade, o interesse e o prazer, permitindo que se possa “**identificar sátiras, evitar o preconceito e consultar especialistas**”, quando necessário, além do fato de evitar interpretações equivocadas e possibilitar a exclusão de tecnologias intrusivas alimentadas pelos *bots* (algoritmos).

O fortalecimento dos laços nas redes sociais na era digital requer a diminuição dos riscos de manipulação dominante no novo sistema mediático *online* fortalecido pela *Web* (RECUERO, 2009; VAN DIJCK, 2013), sendo necessário identificar o crescimento do

compartilhamento de notícias deturpadas e falsas nas redes sociais por conta da ação dos *bots*. “Os *social bots* são utilizados na manipulação direta de utilizadores. Estão programados para publicarem conteúdos e interagirem com outros utilizadores, estabelecendo ligações sociais” (AMARAL; SANTOS, 2019, p. 77).

Desse modo, a capacidade de interagir socialmente com pares, especialistas e pesquisadores torna-se importante, assim como é necessário conhecimento das plataformas de verificação e checagem que facilite o trabalho dos profissionais da informação e comunicação, conduzindo os usuários rumo à efetivação de movimentos democráticos e ao consumo consciente das notícias sobre saúde, educação, política e economia. Convém refletir que “Esse intercâmbio de dados também se amplia às *Fake News* através de algoritmos automatizados, ou seja, *bots*” (AMARAL; SANTOS, 2019, p. 77).

Em se tratando do conhecimento necessário para a verificação e checagem das informações e notícias falsas que conduzem à desinformação, pode-se utilizar recursos digitais de verificação e checagem, tendo em vista que “Os mecanismos de desinformação e manipulação são mais complexos que a mentira grosseira” (SERRANO, 2010, p. 31). Santana e Simeão (2021, p. 525-526), frente à realidade de desinformação durante a pandemia, destacam a importância da utilização de ferramentas que possibilitem a checagem das informações e dos fatos noticiados nas redes sociais, ao citar como exemplo, no Brasil, “[...] três grandes checadores, vinculados às empresas de comunicação e também organizações independentes: Boatos.org, Fatos Fakes e a Agência Lupa”.

Acerca da implicação dos algoritmos na vida de bilhões de sujeitos no mundo inteiro, a solução estaria no investimento de compartilhamento de estratégias e programas de formação no campo da competência em informação (que contempla aspectos da competência midiática), requerendo o envolvimento dos profissionais da informação, dentre eles, o bibliotecário e o arquivista que gerenciam sistemas de recuperação da informação e que possuem habilidades para

combater a manipulação que fortalece a desinformação da população. Para isso, é preciso incentivar a autonomia nos processos de análise e recuperação da informação, incentivando o pensamento crítico que conduz aos processos de seleção, avaliação e compreensão da informação (BELLUZZO, 2003; VALERO; OLIVEIRA, 2018).

A publicação nas redes sociais dessas “estratégias de fácil compreensão para a percepção do que é uma notícia falsa e deturpada” (Quadro 3) é importante para os consumidores e produtores de informação que compartilham informações durante a crise sanitária. Nesse sentido, é necessário desenvolver ações para saber recuperar e usar informações (hiper)textuais e multimodais (BELLUZZO, 2003; GERLIN, 2020), em um momento em que os conteúdos confiáveis são importantes para campanhas de vacinação contra a Covid-19 e para a análise da conjuntura política e social por que passa o Brasil.

Diante do fato de que as instituições da sociedade civil necessitam criar ações/diretrizes no campo da CoInfo para que coletivamente possam trabalhar com critérios e estratégias que contribuam com a promoção da disseminação de uma informação de qualidade e confiável, as bibliotecas, os arquivos, os museus e outras unidades de informação apresentam-se como “alicerces da sociedade civil”, ou seja, como instituições de informação, educação e cultura que contribuem para o desenvolvimento de competências e habilidades para uma apropriação e produção da informação em redes sociais (NEMER. 2019).

As redes de relacionamento, alimentadas por indivíduos e grupos envolvidos em constantes e mutantes processos de comunicação com o auxílio da Internet/*Web* (IFLA, 2002, 2006, 2010, 2014), compartilham cada vez mais informações no ciberespaço. Então, esse ambiente novo e atrativo que é explorado mundialmente com maior intensidade pelos sujeitos em confinamento durante a crise sanitária mundial não deve continuar sendo palco da desinformação, mas, sim, de ações instituintes, ao mesmo tempo em que se utiliza de estratégias para o combate de notícias falsas e deturpadas (IFLA, 2017, 2018).

A informação compartilhada nas redes sociais deve, portanto, evidenciar que as mudanças nas formas de leitura e apropriação crítica da informação solicitam dinâmicas significativas em processos de busca e compreensão dos conteúdos multimodais e hipertextuais, assim como precisam influenciar no modo de uso e na comunicação das notícias confiáveis em redes distribuídas que compartilham conteúdos de “todos para todos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao avaliar todo o conjunto de leis, decretos e demais publicações recuperadas em bases de dados, pôde-se verificar diversos componentes em sinergia que indicam ser algo fundamental a busca da integração de medidas formais e informais com os processos educativos da população. A análise da legislação aponta para a necessidade dos profissionais da informação, das entidades de classe e da sociedade civil voltarem-se para a criação de ações formativas, políticas e estratégias éticas e legais envolvendo o compartilhamento dos conteúdos confiáveis nas redes sociais, que tanto influenciam os sujeitos contemporâneos em espaços, virtuais e presenciais, principalmente durante a pandemia.

Desse modo, percebe-se que a intensificação do nível de contaminação durante a pandemia poderia ter sido combatida com campanhas educativas e com a ampla divulgação de informação científica e medidas sanitárias eficazes, assim como por meio da efetivação de políticas para a área da informação em saúde, que deveria ser uma prioridade principalmente durante o momento delicado de uma crise sanitária, política e humanitária.

O resultado da pesquisa demonstra que o combate à desinformação perpassa a identificação da legislação de acesso à informação, de forma que se possa conhecer direitos e deveres, assim como do conteúdo de declarações e diretrizes publicadas por entidades representativas da Ciência da Informação, da Biblioteconomia e do

Jornalismo, possibilitando colocar em análise o cenário do compartilhamento de informações deturpadas e falsas que proliferam nas redes sociais, revelando a necessidade de metodologias para o combate à desinformação.

Com isso, identificam-se fragilidades na legislação e o fato de que o cidadão precisa adquirir competência em informação e midiática para assumir o compromisso de combater a desinformação nas redes sociais. As contribuições da Ifla, Febab e Unesco sobre a democratização da temática corroboram para o que indicam as pesquisas inter e transdisciplinares. Essas abordagens abrem espaço para a criação de diálogos científicos, profissionais e sociais propositivos, podendo envolver diversas disciplinas e áreas do conhecimento não acadêmicas, conforme apontado por Le Coadic (2004) e Saracevic (2009).

Embora esta pesquisa tenha trabalhado com base na necessidade de elaboração de planejamentos e estratégias dos programas de CoInfo, a competência midiática é destacada, de forma que possa auxiliar na condução de ações de formação de usuários, produtores e comunicadores mais autônomos e conscientes em redes digitais. Assim sendo, o “Esquema metodológico de competências/habilidades para compartilhamento nas mídias sociais” propõe que se faça uma maior divulgação das atitudes, habilidades e técnicas necessárias ao acesso à informação e ao combate à desinformação.

Com este estudo, coloca-se em questão a necessidade da identificação dos critérios de avaliação que conduzam à criticidade do conteúdo informativo que se utiliza da leitura hipertextual e multimodal no ambiente das redes sociais e, por conseguinte, que permitam verificar as ações necessárias para minimizar os danos da desinformação propagados para boa parte da população pelas TIC. Depreende-se, portanto, que todas as esferas de atuação social, cultural e informativa são responsáveis pela criação de ações e espaços formativos que possibilitem diálogos científicos e sociais, educativos e criativos fortalecidos pelos saberes (conhecimentos) e fazeres (habilidades) das áreas da informação e comunicação.

REFERÊNCIAS

AMARAL, I.; SANTOS, S. J. Algoritmos e redes sociais: a propagação de fake News na era da pós-verdade. *In*: FIGUEIRA, J.; SANTOS, S. (org.). **As fake News e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade**. Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 63-85

ANDI. AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **Acesso à informação e controle social das políticas públicas**. Brasília: DF: Andi, 2009.

BAPTISTA, C. Digitalização, desinformação e notícias falsas: uma perspectiva histórica. *In*: FIGUEIRA, J.; SANTOS, S. (org.). **As fake News e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade**. Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 47-62.

BELLUZZO, R. C. B. **A competência em informação no Brasil: cenários e espectros**. SP: Abecin Editora, 2018.

BELLUZZO, R. C. B. **Relatório final apresentado ao Programa de Pós-Doutorado em Gestão Escolar**. Araraquara: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 2003.

BORGES, J. Competências infocomunicacionais: estrutura conceitual e indicadores de avaliação **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.28, n.1, p. 123-140, jan./abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 2.134, de 24 de janeiro de 1997**. Regulamenta o Art. 23 da Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a

categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências. Brasília, 1997.

BRASIL. Decreto n. 2.910, de 29 de dezembro de 1998. Estabelece normas para a salvaguarda de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informação de natureza sigilosa, e dá outras providências. Brasília, 1998.

BRASIL. Decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. Decreto n. 5.301, de 09 de dezembro de 2004. Regulamenta o disposto na Medida Provisória nº 228, de 9 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a ressalva prevista na parte final do disposto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto n. 7.724 de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Brasília, 2004a.

BRASIL. Decreto n. 7.845, de 14 de novembro de 2012. Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento. Brasília, 2004b.

BRASIL. Decreto n. 9.690/2019, de 23 de janeiro de 2019. Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei

nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação. Brasília, 2019a.

BRASIL. Decreto nº 9.716, de 26 de fevereiro de 2019. Revoga dispositivos do Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019 que altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação. Brasília, 2019b.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 1991.

BRASIL. Lei nº 11.111, de 05 de maio de 2005. Regulamentou a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências. Brasília, 2005.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, 2014.

BRISOLA, A.; BEZERRA, A. C. Desinformação e circulação de “fakeews”: distinções, diagnóstico e reação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ENANCIB*, 19., 2018.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 121, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**: a era da Informação: Economia, sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CUNHA, C. **Pandemia**: como detectar notícias falsas segundo a IFLA. Rio de Janeiro: Núcleo de Comunicação Social do IBICT, 2020.

FERRARI, A. **Digital competence in practice**: an analysis of frameworks. Seville: European Commission: Joint Research Centre: Institute for Prospective Technological Studies, 2012.

GARCIA, L. P.; DUARTE, E. Infordemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19. **Epidemol. Serv. Saúde**, n. 29, v. 4, set. 2020.

GERLIN, M. N. M. **Competência leitora e competência em informação**: saberes e fazeres necessários ao acesso da informação (hiper)textual no século XXI. Vitória, ES: Edufes; Rio de Janeiro, RJ: MC&G, 2020.

IFLA. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Desenvolvimento e acesso à informação 2019. São Paulo: Febab, 2019.

IFLA. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION AND INSTITUTIONS. How to spot Fake News. 2017.

IFLA. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. IFLA/UNESCO Internet Manifesto Guidelines. 2002.

IFLA. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da IFLA sobre Internet**. São Paulo: Febab, 2002.

IFLA. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. IFLA/UNESCO Internet Manifesto Guidelines. 2006.

IFLA. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION AND INSTITUTIONS. Internet Manifesto. 2014.

IFLA. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Statement on Fake News. 2018.

IFLA. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. IFLA/UNESCO manifesto for digital libraries. Bridging the digital divide: making the world's cultural and scientific heritage available to all. 2010.

INDOLFO, A. C. Lei de acesso – Transparência e opacidade dos serviços de atenção à saúde: usos e desusos da informação gerencial. *In*: CUNHA, F. J. R. P.; LÁZARO, C. P.; PEREIRA, H. B. B. (org.). **Conhecimento, inovação e comunicação em serviço de saúde**. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. p. 40-61.

LE COADIC, Y. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LÉVY, P. O ciberespaço como um passo metaevolutivo. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 13, p. 59-67, dez. 2000.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

NAMLE. NATIONAL ASSOCIATION FOR MEDIA LITERACY EDUCATION. **The core principles of media literacy education**. 2007.

NEMER, D. Bibliotecas e centros comunitários como espaços para promover a democracia, combater a desinformação e desigualdade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, p. 5-18, 2019.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SANTANA, G. SIMEÃO, E L. M. S. Disinformation Culture: a reflection on origins, dissemination methods, contexts, and confrontation. *In: MEDEIROS NETO, Benedito; AMARAL, Inês; GHINEA, George (org.). Digital Convergence in Contemporary Newsrooms: Media Innovation, Content Adaptation, Digital Transformation, and Cyber Journalism*. London: Springer, 2022. v. 370, p. 125-137. (Série Studies in Systems, Decision and Control)

SANTANA, G. P.; SIMEÃO, E. L. M. S. Desinformação e “Fake news” no contexto da pandemia no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 515- 532, 2021.

SARACEVIC, T. Information Science. *In*: BATES, M. J.; MAACK, M. N. (ed.). **Encyclopedia of Library and Information Science**. New York: Taylor & Francis, 2009. p. 2570-2586.

SERRANO, P. **Desinformação**: como os meios de comunicação ocultam o mundo. Rio de Janeiro: Espalhafato, 2010.

TREWINNARD, T.; BELL, F. Social media verification: assessing sources and visual content. *In*: UNESCO. **Journalism, 'Fake News' & Disinformation**: Handbook for Journalism Education and Training. France: Unesco, 2018.

UNESCO. **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. 2013.

UNESCO. **Journalism, 'Fake News' & Disinformation**: Handbook for Journalism Education and Training. France: Unesco, 2018.

UNESCO. **Marco de avaliação global da alfabetização midiática e informacional**: disposições e competências no país. Paris: Unesco, 2016.

VALENTE, V. C. P. N.: BELLUZZO, R. C. B. Mídia e tecnologia na era digital sob o enfoque do protagonismo de agentes sociais e mediadores. *In*: VALENTE, V. C. P. N.: BELLUZZO, R. C. B. (org.) **Agentes sociais e mediadores na era digital**: como ser protagonistas na revolução 4.0. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2020.

VAN DIJCK, J. **The culture of connectivity**: A critical history of social media. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VALERO, P. P.; OLIVEIRA, L. Fake news: una revisión sistemática de la literatura. **Observatorio (OBS)**, special issue, 2018.

Capítulo 11

*Competência em
Informação e a
Biblioteca escolar*

Marta Leandro da Mata

Gleice Pereira

Eliana Terra Barbosa

RESUMO

Este capítulo tem como objetivo trazer uma reflexão sobre a competência em informação nas bibliotecas escolares no âmbito brasileiro. Como objetivos específicos, visa-se: caracterizar o cenário das bibliotecas escolares brasileiras; apontar parâmetros para a implementação de programas de competência em informação nas bibliotecas escolares; averiguar as ações de competência em informação

nas bibliotecas escolares no país. No que se refere à metodologia, trata-se de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, com abordagem qualitativa. Para a seleção e análise, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2016). Dessa forma, foi feita uma busca avançada na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) para a seleção de artigos e/ou trabalhos que abordassem a competência em informação e a biblioteca escolar. Como resultados, verificou-se que o tema biblioteca escolar é bastante pesquisado, no entanto, a literatura ainda é incipiente, quando articula a competência em informação e a biblioteca escolar. Evidenciou-se que há ações realizadas por bibliotecas de escolas e/ou colégios, bem como por redes de bibliotecas escolares, mais especificamente, averiguou-se a efetivação de trabalhos na Rede de Bibliotecas Escolares de Florianópolis-SC e de Vila Velha-ES. Ressalta-se o papel educativo do bibliotecário com ações que impulsionam a construção de competências em informação nos educandos. No entanto, observa-se a necessidade de colaboração de forma efetiva entre o professor e o bibliotecário para que a missão educar seja plenamente alcançada. **Palavra-chave:** Competência em Informação. Biblioteca escolar. Ensino fundamental. Ensino médio. Escolas.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea, caracterizada pelo intenso uso das tecnologias de informação e comunicação, na perspectiva da Web 2.0, proporciona aos indivíduos maior interatividade nas mídias, em que os indivíduos, além de disseminar e divulgar informações, tornaram-se produtores também. Neste cenário, as informações estão disponibilizadas em ambientes híbridos (impresso e digital).

Diante disso, é importante que os indivíduos desenvolvam e/ou aprimorem a competência em informação para que atuem de forma mais efetiva e ética com o universo informacional, no âmbito escolar

e na sociedade da informação e do conhecimento, incluindo as esferas que perpassam suas vidas: pessoais, sociais e econômicas.

As escolas, as bibliotecas e os bibliotecários podem atuar com ações voltadas à competência em informação dos estudantes no ensino fundamental I (1º ao 5º ano) e fundamental II (6º ao 9º ano), educação de jovens e adultos (EJA) e ensino médio, propiciando um trabalho direcionado ao manejo das fontes de informação em diversos meios e formatos, auxiliando os indivíduos no aprimoramento do raciocínio crítico, na capacidade de avaliar as fontes e distinguir aquelas que podem sanar suas necessidades informacionais no âmbito educacional, de modo que essas atividades estejam relacionadas aos conteúdos curriculares (MATA, 2012).

Ressalta-se que sendo o bibliotecário um sujeito que trabalha com a informação, a inserção da competência em informação nas ações da biblioteca escolar (BE) pode auxiliar o usuário no caminho da compreensão da informação de forma fruidora. Esse profissional é conhecedor desse delineamento teórico e, trabalhando em colaboração com a equipe pedagógica, pode ter como fortalecimento a inserção institucionalizada da competência em informação na biblioteca.

Assim, acredita-se que “[...] para o desenvolvimento da competência em informação, deve ocorrer a inclusão no projeto político-pedagógico das escolas e, mais que a inclusão, que os coordenadores, professores e bibliotecários acreditem em um novo modelo de aprendizagem” (PAULO; MANHIQUE; CASARIN, 2018, p. 1590). Desse modo, na escola e, mais precisamente, na biblioteca, recomenda-se que o bibliotecário intervenha na preparação dessa competência dos alunos.

Perante o exposto, este capítulo tem como objetivo trazer uma reflexão sobre a competência em informação nas bibliotecas escolares no âmbito brasileiro. Como objetivos específicos, visa-se: caracterizar o cenário das bibliotecas escolares brasileiras, apontar parâmetros para a implementação de programas de competência em informação nas bibliotecas escolares e averiguar as ações de competência em informação nas bibliotecas escolares no país.

Observa-se que a competência em informação completa 21 anos de discussões no Brasil, englobando produções acerca da temática na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, de eventos científicos e profissionais, ganhando também marcos importantes como a “Declaração de Maceió sobre a competência em informação”, publicada em 2011, o “Manifesto de Florianópolis sobre competência em informação e as populações vulneráveis e minorias”, em 2013, e a “Carta de Marília sobre a competência”, em 2014.

Salienta-se que a competência em informação teve um significativo amadurecimento no campo teórico no cenário brasileiro, entretanto, carece de práticas nas instituições de ensino e/ou bibliotecas, visto que há ínfimas ações direcionadas para a temática no Brasil. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar parâmetros e/ou documentos que auxiliem em sua implementação, bem como explorar as práticas realizadas no país, de modo a trazer subsídios para sua execução em diversas escolas e bibliotecas.

BIBLIOTECA ESCOLAR

A palavra **biblioteca** tem sua origem no grego com a palavra de mesmo significado, **Bibliotheke**. Essa palavra grega é derivada de duas outras: **Biblion**, que significa “Papel ou rolo com escrita”, e **Theca**, que tem o significado de “depósito”. A esse significado, a biblioteca na sua raiz era denominado o lugar onde se guardavam os livros.

As bibliotecas pertenciam aos mosteiros, aos grandes impérios, ou seja, sempre ligadas aos detentores do poder. Assim, durante muitos anos, a biblioteca foi vista pela sociedade como um lugar onisciente, estático e sem os atrativos da leitura como lazer. Ela era voltada para um público mais erudito em busca do conhecimento, sempre com o acesso restrito aos demais.

O significado do vocábulo biblioteca, desde os primórdios das origens gregas, foi evoluindo, já não se concebe mais pensar uma biblioteca, independentemente de sua designação, ser a guardiã do

conhecimento, um espaço físico para conservar livros ou lugar onde se vai apenas para estudar. Uma biblioteca deve ser vista como “[...] toda uma coleção organizada de livros impressos, periódicos ou quaisquer outros documentos e pessoal responsável por facilitar o uso desses documentos pelos usuários para a informação, pesquisa e educação” (UNESCO, 2010, p. 150).

Nesse contexto, a biblioteca não pode ser considerada apenas um conglomerado documental, mas um local que tem como objetivo principal o desenvolvimento nos alunos, em especial alunos do ensino fundamental, tendo habilidades para encontrar, saber selecionar e interpretar a informação, contribuindo, assim, no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a biblioteca escolar pode ser vista como partícipe no processo educativo dos alunos.

Evidenciado na literatura, Bortolin (2010) discorre que o grande desafio do bibliotecário é a formação do leitor crítico e reflexivo, objetivando sua autonomia na sociedade da informação, visto que cada vez mais há uma proliferação de informação e, sem o devido preparo intelectual, o aluno sem a criticidade torna-se refém de todo e qualquer texto escrito.

O termo biblioteca escolar traz em seu sentido duas palavras que nos remete ao processo de ensino-aprendizagem dos educandos. Cabe, aqui, trazer maiores reflexões sobre a concepção de ensino, para tanto, tomou-se como base a educação que queremos para o futuro apontada no relatório “Um tesouro a descobrir”, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2010), que já trazia em seu bojo a preocupação com a educação para o século XXI. Nele, está descrito que a intermediação da educação deve acompanhar a evolução do tempo e espaço da sociedade e dos educandos,

[...] cabe à educação construir um sistema mais flexível, com maior diversidade de cursos e maior possibilidade de transferência entre diversas modalidades de ensino [...] Tal sistema permitiria

também reduzir o fracasso escolar que – e trata-se de uma evidência – está na origem do enorme desperdício de recursos humanos (UNESCO, 2010 p. 11).

O fracasso escolar também pode ser visto como consequência futura da mão de obra não qualificada. Presencia-se, nos tempos atuais, que os saberes, os atrativos do mundo tecnológico e as realidades virtuais são imprescindíveis em um mundo em constante evolução. Dessa forma, “[...] é imperativo impor o conceito de educação ao longo da vida com suas vantagens de flexibilidade, diversidade e acessibilidade no tempo e no espaço [...]” (UNESCO, 2010, p. 12).

Buscou-se atentar para a educação ao longo da vida dentre as recomendações do Relatório da Unesco (2010, p. 32):

O conceito de educação ao longo da vida é a chave que abre as portas do século XXI; ele elimina a distinção tradicional entre educação formal inicial e educação permanente. Além disso, converge em direção a outro conceito, proposto com frequência: o da “sociedade educativa” na qual tudo pode ser uma oportunidade para aprender e desenvolver os talentos.

Nessa perspectiva, entende-se que são nos ambientes formais de aprendizagem que deve ocorrer a tão almejada educação de qualidade. Conforme preconizado na Lei de Diretrizes e Base da Educação, de 1996.

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

[...]

Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996, p. 11 e p. 14).

Na ambiência educacional, a biblioteca e o bibliotecário são partes indissolúveis e necessárias no processo ensino-aprendizagem. Assim, retoma-se aqui a concepção de biblioteca, contudo, trazer uma definição do que é uma biblioteca escolar parece discutir o óbvio, visto que ela pode ser considerada como um campo de possibilidades, além de ser um tema bastante discutido na área (CAMPELLO, 2003, 2009; BORTOLIN; SILVA, 2006; MORO; ESTABEL, 2011; CASTRO FILHO, 2016).

Mas atribuir à biblioteca escolar condições ideais para o cumprimento da sua missão no âmbito do processo de ensino-aprendizagem possibilita uma reflexão sobre o que é uma BE. Assim, buscou-se trazer um diálogo sobre o que é biblioteca escolar com base nos documentos oficiais norteadores.

No documento da Organização dos Estados Americanos (1985), descreve-se ela como parte integrante do sistema de ensino e é ela que permite ao aluno o atrativo da leitura literária e para sua formação científica. A instituição apresenta a biblioteca escolar como um centro de aprendizagem que, conforme definição, configura-se por meio da:

[...] participação direta em todos os aspectos do programa de educação [...] onde os educadores, estudantes e usuários em geral podem redescobrir e ampliar seus conhecimentos, desenvolver pesquisas, desenvolver aptidões para leitura, para opinar, para avaliar, assim como desenvolver meios de comunicação [...] com o objetivo de assegurar uma aprendizagem total. A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e da formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para aprendizagem permanente; estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação apoia os docentes em sua capacitação e lhes oferece informação necessária para tomada de decisão na aula (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1985, p. 21-22).

E como um recurso pedagógico, deve ser constituída de:

[...] espaço físico exclusivo, suficiente para acomodar: o acervo; os ambientes para serviços e atividades para usuários; os serviços técnicos e administrativos. Possui materiais informacionais variados, que atendam aos interesses e necessidades dos usuários; tem acervo organizado de acordo com normas bibliográficas padronizadas, permitindo que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez; fornece acesso a informações digitais (internet); funciona como espaço de aprendizagem; é administrada por bibliotecário qualificado, apoiado por equipe adequada em quantidade e qualificação para fornecer serviços à comunidade escolar (GEBE, 2010, p. 9).

Salienta-se que esse documento surgiu no contexto brasileiro a partir do impulso propiciado após a publicação de documentos normativos de âmbito internacional para a biblioteca escolar, sendo concebido pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (Gebe). A partir disso, o CFB defendeu

a criação e implantação de bibliotecas no ensino público com oferta de serviços de incentivo à leitura e à informação segura com qualidade para o desenvolvimento de autonomia crítica do cidadão (CFB, 2008). Já a função do Gebe (pertencente à Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG) foi a de produzir parâmetros para subsidiar a BE como produção do conhecimento e apontar instrumentos de avaliação e de planejamento da BE (UFMG, 2010). Tais parâmetros, leis e diretrizes são basilares para implementação e consolidação das bibliotecas, além de delinear caminhos para contribuição efetiva no processo de ensino-aprendizagem.

Ainda nos parâmetros, aborda-se a biblioteca escolar como um dispositivo informacional que:

- conta com espaço físico exclusivo, suficiente para acomodar:
- o acervo;
- os ambientes para serviços e atividades para usuários;
- os serviços técnicos e administrativos.
- possui materiais informacionais variados, que atendam aos interesses e necessidades dos usuários;
- tem acervo organizado de acordo com normas bibliográficas padronizadas, permitindo que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez;
- fornece acesso a informações digitais (internet);
- funciona como espaço de aprendizagem;
- é administrada por bibliotecário qualificado, apoiado por equipe adequada em quantidade e qualificação para fornecer serviços à comunidade escolar (GEBE, 2010, p. 9).

A biblioteca escolar que deve sedimentar a formação do aluno visando o aprendizado ao longo da vida, pois compreende-se que é neste ambiente que o aluno terá os primeiros contatos com o livro, é neste vasto campo de possibilidades que inicia-se a vida escolar do aluno, que desenvolverá suas competências no que tange à sua formação.

Nesse sentido, traz-se contribuições de dois documentos de âmbito mundial: o Manifesto da Ifla/Unesco para a biblioteca escolar (IFLA; UNESCO, 1999) e as Diretrizes da Ifla para a biblioteca escolar (IFLA, 2016). Estabeleceu-se no Manifesto que os órgãos superiores da educação devem: “Por intermédio de ministérios da educação e cultura, são conclamados os governantes de cada país para desenvolver estratégias, políticas e planos de implementação aos princípios deste Manifesto” (IFLA; UNESCO, 1999, p. 4). Vale observar que esse documento foi aceito em âmbito mundial. Partindo dessa reflexão, traz-se partes do documento em que é possível observar uma completude em todos os seus capítulos. Em princípio, o documento é incisivo ao afirmar que a missão da biblioteca escolar é:

[...] propicia informação e idéias que são fundamentais para o sucesso de seu funcionamento na sociedade atual, cada vez mais baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar habilita os alunos para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve sua imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis (IFLA; UNESCO, 1999, p. 1).

Nesse sentido, essa missão traz possibilidades de reflexão aos profissionais bibliotecários, por exemplo, qual é o papel educativo da biblioteca na escola? Uma indagação que deve ser respondida por cada profissional que nela atua, em conformidade com o princípio da ética e do profissionalismo. Considerando que a função do bibliotecário vem se ampliando, em decorrência dos avanços tecnológicos e, sobretudo, das mudanças da sociedade a qual os estudantes estão inseridos.

Na concepção política, é mister uma análise pormenorizada de como a escola, em especial a gestão e a equipe pedagógica, volta seus olhares para a biblioteca escolar. Desse modo:

A biblioteca escolar deve ser gerida dentro de um quadro político estruturado de forma clara que reconheça a biblioteca como um recurso central para a leitura e a pesquisa de informação. A política da biblioteca escolar deve ser concebida tendo em conta o projeto educativo e as necessidades da escola e deve refletir os seus princípios, missão, metas e objetivos, bem como a realidade da escola (IFLA, 2016, p. 21).

Não é pretensão do estudo adentrar nas políticas públicas em um contexto mais amplo, mas direcionar o que é preconizado nas Diretrizes da Ifla, visto que há um documento pontual da escola, que é o Projeto Político Pedagógico (PPP), pois entende-se ser esse o documento que norteia uma instituição que ambiciona uma tão discutida educação eficiente e de qualidade. Nessa perspectiva, percebe-se que a biblioteca enquanto espaço de aprendizagem e o bibliotecário como agente educacional devem estar atentos na elaboração do documento. O bibliotecário, como participe e dentro de sua área de conhecimento, pode subsidiar a discussão que precede a elaboração do PPP, com reflexões teóricas sobre a inserção da biblioteca escolar como forma de enriquecimento do diálogo com a escola. Desse modo, esse movimento pode ocasionar ações comprometidas com uma biblioteca enquanto espaço de aprendizagem.

É importante mostrar as questões abordadas nas Diretrizes da Ifla (2016), porquanto, servem de subsídios para bibliotecários, governantes e diretores. Na seção 1, “Missão e finalidade da biblioteca escolar”, encontram-se sua definição, papel, condições ideais, visão, missão, serviços, avaliação. Na seção 2, “Enquadramento legal e financeiro da biblioteca escolar”, tem as bases e questões legais e éticas, infraestrutura, políticas, planejamento e financiamento. Já a 3, “Recursos para a biblioteca escolar”, aborda os fundamentos e papéis da equipe; a definição do bibliotecário escolar e suas competências, as funções de ensino, gestão, liderança e colaboração, envolvimento da comunidade, promoção de programas e serviços de biblioteca,

funções e competências dos assistentes da biblioteca escolar, funções e competências dos voluntários da biblioteca escolar e normas éticas. Na seção 4, “Recursos físicos e digitais da biblioteca escolar”, apontam-se questões referentes às instalações e ao desenvolvimento e gestão da coleção. Na seção 5, “Programas e atividades da biblioteca escolar”, discorre-se sobre programas e atividades, literacia e promoção da leitura, competência em informação e midiática, modelos de aprendizagem baseados em investigação, integração das tecnologias, formação dos professores e papel educativo da biblioteca escolar. A última seção, “Avaliação da biblioteca escolar e relações públicas”, contém aspectos sobre avaliação e a prática baseada em evidências, abordagens para a avaliação da biblioteca escolar, impactos da avaliação e relações públicas (IFLA, 2016).

Os documentos aqui apresentados — da Ifla, Unesco e OEA — versam acerca do direito à educação como meio e fim à formação e ao desenvolvimento da pessoa, como cidadão, como sujeito com domínio dos saberes e domínio do conhecimento. Assim, compreende-se que agregar programas relacionados à competência em informação para os educandos é um direito dele, é um dever do educador/bibliotecário/Estado.

A partir da compreensão de toda potencialidade e riqueza da biblioteca escolar, considera-se que ela é o espaço ideal para consecução de programas de competência em informação voltados aos alunos do ensino fundamental e médio. Essa competência está diretamente relacionada ao conceito do conhecimento das fontes de informação.

Assim, a biblioteca escolar, percebida como agente de formação pertencente a um núcleo pedagógico, torna-se um campo que poderá contribuir para o desenvolvimento de ações e para a aquisição de competências consideradas fundamentais para o aprendizado ao longo da vida. A biblioteca escolar tem em seu domínio um ambiente propício à educação, é nela que se agrupam as mais diversas fontes de informação, no entanto, sem um domínio correto de como fazer uma pesquisa, pode ocorrer o inverso do desejável, ou seja, o

aluno pode flunar nos mais variados *links*, perdendo-se no objetivo principal de sua busca.

Desse modo, reforça-se o papel educativo do bibliotecário nas escolas (CAMPELLO, 2010), além das bibliotecas serem de importância essencial na ambiência escolar. Esse profissional deverá ter plena consciência dessa possibilidade e, assim, desenvolver estratégias para a sua consecução, de modo que possa inserir os alunos em situação que os beneficie, pensando-se em uma perspectiva de ambiente multidisciplinar.

Ressalta-se que a efetivação do trabalho educativo do bibliotecário consiste na atuação colaborativa entre bibliotecários e professores, em que os dois profissionais podem atuar juntos objetivando complementar todo o processo de ensino-aprendizagem, constituindo uma oportunidade para o bibliotecário expressar a possibilidade de que seu trabalho pode influenciar positivamente a educação (PEREIRA, 2016). A seguir, são apresentados parâmetros de competência em informação.

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: BASES PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO

A competência em informação compreende um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes em torno do universo informacional, que englobam os processos de compreensão e expressão de suas necessidades informacionais, busca, avaliação, uso e comunicação da informação em variadas fontes em mídias e em ambientes híbridos. Ressalta-se que o pensamento crítico é inerente a cada processo, incluindo os contextos/situações específicas vivenciados pelos indivíduos no cotidiano na esfera pessoal, profissional, social e/ou política.

A *Chartered Institute of Library and Information Professionals* (CILIP, 2018, p. 2, tradução nossa) define a competência em informação como a “[...] a capacidade de pensar criticamente e expressar opiniões fundamentadas sobre qualquer informação encontrada e usada.

Ela nos capacita, como cidadãos, a alcançar e expor pontos de vista a partir da informação e nos engajar plenamente com a sociedade.”

A Cilip também pontua que está inter-relacionada a outras competências, destacando-se a competência digital, a competência midiática, a competência acadêmica, a competência científica, entre outras (CILIP, 2018). De modo complementar, Mata e Gerlin (2019, p. 3) discorrem que “[...] a realização de um trabalho voltado para diversas competências possibilita maior desenvolvimento do senso crítico dos estudantes para análise de informações e das interferências sofridas devido aos contextos em que estão inseridas.”

O desenvolvimento da competência em informação deve ocorrer nos períodos de escolarização dos indivíduos: ensino fundamental, médio e superior, permitindo, por sua vez, que “[...] o corpo discente participe de um aprendizado profundo: aprendendo a perceber as relações entre ideias importantes, fazendo novas perguntas e buscando linhas de raciocínio inovadoras” (CILIP, 2018, p. 3), bem como o “[...] mudar valores e atitudes a respeito da informação e da construção do conhecimento para a resolução de problemas e tomada de decisões” (CAVALCANTE; BONALUMI, 2014, p. 97).

A forma de estruturação e a organização de ações ligadas à competência em informação estão sujeitas à biblioteca e à instituição educacional em que será implementada. De modo geral, podem ser estabelecidos programas, projetos, cursos, disciplinas específicas e/ou conteúdos transversais nos currículos, entre outros.

Campello (2009, p. 82) salienta que “[...] a implementação de programas de letramento informacional implica práticas planejadas, fundamentadas em evidências e teorias, constando de atividades sistemáticas ou sequenciais”. Dessa forma, os programas devem ser elaborados com base em determinados elementos, como nas “Características dos programas de alfabetização informacional que ilustram as melhores práticas: uma diretriz”, elaboradas pela *Association of College & Research Libraries* (ACRL, 2019). Nela, há características significativas e exemplares encontradas em programas dessa natureza

nos Estados Unidos, que são voltadas especificamente para o ensino superior, mas podem contribuir para a ordenação em qualquer nível de escolaridade, a saber:

- Missão, metas e objetivos: deve-se incluir uma definição de alfabetização informacional na missão; alinhar com as declarações de missão, metas e objetivos da biblioteca escolar e/ou da rede de bibliotecas e/ou sistema de ensino do município/Estado em que será implementada.
- Planejamento: recomenda-se planejar as ações da biblioteca e o uso do laboratório de tecnologia; articular os recursos humanos, tecnológicos e financeiros; acomodar o nível do programa, departamento e instituição; estimular a colaboração do bibliotecário, do corpo docente e do diretor desde o início; fornecer um cronograma para revisão sistemática (contendo o período de avaliação do programa).
- Sequenciamento do programa: sugere-se identificar o escopo, a profundidade e a complexidade das práticas e disposições ao longo da formação escolar do aluno, progredindo ao longo do período de escolarização. Deve ser formalizado e divulgado em toda a instituição.
- Pedagogia: enfatiza-se o ensino centrado no aluno; demonstra compromisso com um ambiente de aprendizagem inclusivo; é adequado ao tipo e à modalidade de ensino (por exemplo, curso presencial e/ou a distância); usa tecnologia de informação relevante e apropriada e outros recursos de mídia para apoiar o aprendizado; promove o pensamento crítico, a reflexão e a aprendizagem recursiva; emprega abordagens instrucionais eficazes e bem conhecidas; trabalha dentro do contexto do período escolar para possibilitar melhores experiências de aprendizagem para alcançar resultados da competência em informação.
- Comunicação e *advocacy*: identifica-se as partes interessadas nas ações referentes à competência em informação e

grupos de apoio dentro e fora da biblioteca e da instituição; define e descreve claramente o programa e seu impacto para o público-alvo; promove a colaboração entre o corpo docente, bibliotecários e outras partes interessadas em todas as fases (planejamento, avaliação da aprendizagem do aluno e avaliação do programa); contribui para o avanço da competência em informação, compartilhando informações, métodos e planos com colegas e partes interessadas.

- Apoio administrativo e institucional: recomenda-se atribuir liderança e responsabilidades nas ações direcionadas à competência em informação aos bibliotecários, professores e funcionários apropriados. Salienta-se que a instituição deve prover o financiamento para assegurar um aprendizado contínuo para o ensino formal e informal dos estudantes, para obter formação adequada dos profissionais envolvidos nas ações, garantindo seu desenvolvimento.
- Avaliação: constitui-se na avaliação dos alunos e do programa de competência em informação. No âmbito dos alunos, recomenda-se o emprego de uma variedade de métodos de avaliação, tais como pré-testes, pós-testes, avaliação de portfólio, defesa oral, questionários, ensaios, observação direta etc. Também deve incluir a autoavaliação do aluno e dos pares. Já no que tange ao programa, deve ser um processo de planejamento, avaliação e revisão do programa; medir o progresso em direção ao cumprimento das metas e objetivos do programa; integrar-se com as avaliações institucionais e iniciativas regionais e nacionais; usar métodos de avaliação adequados — diagnóstica, formativa, somativa (ACRL, 2019).

Os elementos apontados pela ACRL (2019) podem servir como um primeiro passo, isto é, com a elaboração de um projeto no qual permite incluir tais elementos, adequando-o de acordo com as peculiaridades da região em que está inserido, mais especificamente, da escola e das necessidades informacionais de sua comunidade.

A *International Federation of Library Associations and Institutions* (Ifila) elaborou as “Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente” (IFLA, 2007), voltadas para todos os níveis de ensino. O documento é composto por um padrão, dividido em três componentes básicos: o acesso, a avaliação e o uso da informação. Também é constituído por seções dedicadas ao compromisso institucional, ao plano de ação — com atributos semelhantes ao da ACRL (2019) —, questões ligadas à administração do ensino e aprendizagem, desenvolvimento de pessoal, teorias de aprendizagem e monitoramento da aprendizagem (avaliação dos alunos e do programa).

Outro material recomendado para uso é a obra “Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para o ensino fundamental”, de autoria de Carol Kuhlthau (2004), adaptada pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (Gebe), da UFMG. Nela, encontra-se uma sequência de atividades sistematizadas, desde o início de sua escolarização.

No ano de 2010, houve a publicação da obra “Como orientar a pesquisa escolar: estratégia para o processo de aprendizagem”, também de Kuhlthau (2010), adaptado Gebe da UFMG, que está focada na prática de aprendizagem por meio da pesquisa, cuja metodologia é sustentada pela abordagem centrada no processo. O foco é o trabalho conjunto entre professor e bibliotecário. Destina-se a todos os períodos de escolarização (ensino fundamental ao superior). Observa-se que cada capítulo é dedicado ao seguinte processo de pesquisa: 1) início do trabalho; 2) seleção do assunto; 3) exploração de informações; 4) definição do foco; 5) coleta de informações; 6) avaliação do processo.

Essas suas obras de Kuhlthau (2004, 2010) auxiliam na elaboração dos objetivos de aprendizagem, nos conteúdos abordados, no desenvolvimento de atividades, na avaliação dos estudantes. A seguir, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste estudo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória e bibliográfica com abordagem qualitativa. Realizou-se uma busca avançada na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), utilizando-se o operador booleano AND, as palavras compostas entre aspas, ligando os termos “competência em informação” e “biblioteca escolar”, o período cronológico delimitado foi de 2000 a 2021, sendo realizada no dia 9 de agosto de 2021. Na primeira busca, recuperou-se somente nove artigos. Com a mesma estratégia de busca, substituindo o termo “competência em informação” por “competência informacional”, obteve-se 23 resultados; por “letramento informacional”, 12 resultados. Ao total, obteve-se 44 resultados, eliminou-se os artigos e/ou trabalhos duplicados, chegando-se a 41.

Para a seleção e análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2016) composta por três fases: 1) a pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Assim, na primeira fase e na segunda-fase, a partir da leitura do resumo e das palavras-chave do artigo e/ou trabalho, foram selecionados somente aqueles que visavam traçar uma análise de ações realizadas em bibliotecas escolares e/ou aqueles que possuíam relato de experiência com as atividades, obtendo-se com 15 resultados. Na terceira fase, ocorreu um aprofundamento dos materiais (análise), que permitiu descrever os objetivos, a metodologia e os resultados alcançados, trazendo as ações direcionadas à competência em informação no Brasil, conforme será visto na próxima seção.

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECA ESCOLAR NO CONTEXTO BRASILEIRO

Esta seção está voltada para as ações de competência em informação no âmbito das bibliotecas escolares, constituída a partir dos estudos e relatos de experiência da área de Biblioteconomia e Ciência da

Informação. O período de escolarização das crianças oportuniza o desenvolvimento de habilidades informacionais, que “[...] se intensifica na escola, quando há mais oportunidades de aproximação com o universo letrado, no período em que a criança esteja em contato permanente com textos que circulam socialmente e com as práticas decorrentes do seu uso” (CAMPELLO, 2007, p. 71).

Farias e Guedes (2007), no artigo “*Information Literacy: uma análise nas bibliotecas escolares da rede privada em Natal/RN*”, avaliam a presença de bibliotecários e o desenvolvimento de práticas de competência em informação nesses espaços por meio de três enfoques: tecnologias de informação, processos cognitivos e aprendizado ao longo da vida. Com um recorte de 10 bibliotecas, sendo 8 analisadas dos 231 estabelecimentos de ensino particular na cidade, realizando-se entrevistas com profissionais.

As autoras constataram que, no primeiro quesito, a maioria das participantes preparam treinamento em relação à busca da informação visando atender toda a comunidade. Referente aos processos cognitivos, no que tange ao estímulo ao aprendizado e à compreensão do uso da informação pelo aluno, disseram que realizam visitas programadas, painéis explicativos, orientação à pesquisa, aulas agendadas com os professores, projetos de educação/orientação no uso das fontes de informação, integração da biblioteca com a semana da feira científico/cultural. Também desenvolvem diversas ações voltadas ao estímulo à leitura e orientam a elaboração e apresentação dos trabalhos escolares. Em relação ao aprendizado ao longo da vida, com foco na relação do bibliotecário com os professores, equipe pedagógica e integração da biblioteca com a sala de aula, verificou-se que metade trabalha conjuntamente com os docentes, entretanto, existem diversas barreiras, devido ao desconhecimento das atividades exercidas na biblioteca e pelos bibliotecários no processo de ensino aprendizagem (FARIAS; GUEDES, 2007).

Kuhlthau (1996) descreveu a colaboração bibliotecário/professor como fator positivo para a implantação e o sucesso de programas de

competência informacional. A autora destacou a colaboração como o compartilhamento da responsabilidade do trabalho da equipe escolar, com vistas a alcançar êxito no processo de aprendizagem (KUHALTHAU, 2005).

Mata e Silva (2008), no artigo “Biblioteca escolar e a aplicação da proposta da competência em informação no ensino fundamental”, relatam um projeto contendo atividades voltadas a 12 alunos da 5ª série do ensino fundamental de uma escola da rede pública de Marília-SP, os quais apresentavam dificuldade de aprendizagem. Segundo as autoras, esse projeto foi dividido em módulos visando à capacitação de habilidades informacionais, com base na obra de Kuhlthau (2004), com o objetivo de “[...] identificar, caracterizar e diferenciar os diversos tipos de fontes de informação para a realização de pesquisas escolares e de interesse pessoal”, bem como buscá-las em diversos ambientes (MATA; SILVA, 2008, p. 33).

Ao final, foi possível perceber que eles conseguiram desenvolver habilidades voltadas às fontes de informação abordadas, potencializaram sua capacidade de trabalhar em conjunto com os outros estudantes em um ambiente de aprendizado, ouvindo e opinando nos momentos oportunos. Também constatou-se a aplicabilidade da obra da autora Kuhlthau no cenário brasileiro, realizando-se as adequações necessárias, conforme o público e a escola trabalhada.

Campello (2010) aborda a função pedagógica do bibliotecário no artigo “Perspectivas de letramento informacional no Brasil: práticas educativas em bibliotecários de ensino básico”, realizando-se entrevistas com um grupo de bibliotecários. A autora percebeu que ocorre de forma predominante as ações direcionadas para atrair os alunos para o mundo da leitura, também há atividades de orientação a pesquisas, mas de forma mais incipiente, considerando-se que a pesquisa escolar é uma das principais formas de desenvolvimento/aprimoramento da competência em informação.

Lanzi, Vidotti e Ferneda (2014) analisaram o comportamento informacional de estudantes de um colégio em Marília, interior de

São Paulo. A partir dos resultados obtidos, propôs a criação de uma Confraria visando a utilização efetiva de recursos, produtos e serviços da Web para busca, acesso e uso da informação, unindo semanalmente aqueles estudantes com interesse pelas TIC para compartilhar informações e apropriar-se de novos conhecimentos, aprimorando, por sua vez, suas competências em informação.

Cavalcante e Bonalumi (2014) publicaram a pesquisa “Educação de usuários e o desenvolvimento da competência informacional em escolas públicas”, coletando dados com bibliotecárias de duas escolas públicas estaduais do município de Londrina-PR. Contataram-se que existe uma relação de parceria entre bibliotecários e professores, permitindo a consecução das atividades de leitura e pesquisa, com enfoque no uso da biblioteca e das fontes de informação, bem como na pesquisa escolar (apresentação de trabalho); que foram realizadas atividades acerca dos aspectos éticos no uso da informação, sendo que uma das participantes discorreu que inclui os conceitos de ética, trabalho e sociabilidade em determinadas atividades; ambas participam de reuniões pedagógicas nas escolas; fazem junto com os alunos ações relacionadas à busca da informação no acervo e na internet, distinguindo as fontes de informações confiáveis (avaliação da informação).

Mata, Cassaro e Casarin (2014) discorrem sobre “A aplicação de programas de competência informacional em bibliotecas escolares: um relato a partir do olhar dos bibliotecários”, aplicando-se um questionário com os profissionais que ganharam o “Prêmio Carol Kuhlthau”, nas edições I, II e III, e o “Prêmio Biblioteconomia Paulista Laura Russo”, em sua VIII versão, contendo ao total quatro participantes.

No que se refere às teorias de aprendizagem, a maioria das participantes basearam-se na obra “Como usar a biblioteca na escola” (KUHHLTHAU, 2004), já um deles usou um modelo baseado em textos pedagógicos sobre desenvolvimento da leitura e aprendizagem crítica para pesquisa escolar. Nesse estudo, também são encontradas a proposta (objetivos), processo de implementação, desenvolvimento e avaliação dos programas.

Bedin, Chagas e Sena (2015) investigaram as ações de competência em informação, com enfoque na pesquisa escolar, de 69 das 37 bibliotecas da Rede de Bibliotecas Escolares de Florianópolis-SC, tendo como base a literatura da área acerca do assunto. Verificou-se que a estrutura dessas bibliotecas são razoáveis e boas, cabendo implementar questões relacionadas à estética do ambiente; o acervo atende à demanda de forma efetiva, mas não eficiente; há integração da biblioteca com as atividades de sala de aula e com a escola; existem atividades ligadas à mediação da leitura e hora do conto; possuem serviços voltados à capacitação dos alunos; têm ações que oportunizam atividades em grupo e viabilizam o compartilhamento do conhecimento gerado; entretanto, um fator desfavorável é a falta de referentes às fontes eletrônicas e aos recursos web. A maioria dessas bibliotecas disponibiliza informações por meio de blogs, sites ou Facebook.

Pelissaro e Mielniczuk (2015), no estudo “Desenvolvimento de habilidades informacionais: um estudo das atividades de educação de usuários aplicadas na Biblioteca do Colégio Israelita, de Porto Alegre-RS”, buscam analisar a relação das habilidades desenvolvidas pelas crianças de 1º ano do ensino fundamental do referido colégio, com as habilidades propostas pela autora Kuhlthau para a fase I, 1ª etapa, correspondente à idade dos 4 aos 6 anos, coletando-se dados por meio de grupo focal e observação sistemática.

Os resultados mostram que as crianças compreendem a concepção de biblioteca, os materiais e os serviços oferecidos. Referentes às habilidades de localização, os alunos sabem como que os livros são organizados na estante, como encontrar os livros na biblioteca (solicitando-se ao bibliotecário) e compreendem que não devem colocar os livros na estante após o uso. As habilidades de interpretação foram analisadas, os alunos relataram que retiram e leem livro, ouvem histórias no âmbito da biblioteca, que todas as pessoas podem utilizá-la; sabem como escolher livros, compartilham com os colegas o que leram; que devem cuidar dos livros, apesar de não tomarem todos

prudências; eles seguem as rotinas de empréstimos; as crianças possuem as habilidades de ver, ouvir e interagir com as histórias, desde que estejam concentradas para isso; a maioria dos alunos não possui domínio no uso do computador e precisa de ajuda, desde o momento de acessar a máquina; eles compreendem em partes que existem diversos tipos de livros na biblioteca; possuem preferências em relação a histórias e personagens; apreciam as peculiaridades dos diversos tipos de poemas (PELISSARO; MIELNICZUK, 2015).

Casarin (2017) relata um projeto, “Competência informacional e midiática e a formação de professores de ensino fundamental: um relato de experiência”, com a finalidade de desenvolver atividades de formação de professores e alunos, que propiciem a inserção da competência informacional e midiática no currículo e na cultura escolar de duas escolas municipais da cidade de Marília-SP, tendo-se como parceiros a Secretaria de Educação do município e os gestores das escolas participantes, sendo selecionadas duas escolas. A fase inicial do projeto foi realizada com a participação do coordenador, dos gestores da rede municipal de educação e dos dirigentes e coordenadores pedagógicos das escolas envolvidas. Foram definidas as ações do projeto, que incluíram a reestruturação das bibliotecas piloto e a formação dos professores. O artigo relata os encontros realizados juntos aos professores de duas escolas.

Spudeit *et al.* (2017) relatam o projeto de extensão “Criação, implantação e avaliação de um programa de competência em informação em alunos do ensino fundamental”, desenvolvido por docentes e discentes dos cursos de licenciatura e bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro no Colégio Pedro II, escola pública federal localizada na cidade do Rio de Janeiro.

No artigo, pode ser encontrada a descrição do processo de elaboração do programa, alinhado à missão da instituição e aprimorado com a equipe da biblioteca e professores, com a finalidade de desenvolvimento da competência em informação nos educandos do sexto ano. Os autores consideram que os objetivos foram alcançados,

entretanto, algumas questões podem ser aperfeiçoadas, bem como há necessidade de aumento da carga horária para a consecução das atividades e avaliação (SPUDEIT, 2017).

Blank e Gonçalves (2017) apresentaram a implementação e avaliação do “Projeto de letramento informacional para estudantes do ensino fundamental”, desenvolvido pela bibliotecária da escola, Cintia Blank, durante o período compreendido entre os meses de março e novembro de 2015. O projeto abrangeu duas turmas de uma escola pública da rede municipal de educação localizada na periferia da cidade do Rio Grande-RS, totalizando 40 estudantes envolvidos, com idades entre 9 e 11 anos.

As autoras destacam os pontos positivos do projeto, por exemplo, a receptividade dos discentes, as mudanças de atitudes no que se refere ao uso de obras de referência, a ampliação do repertório cultural, sistematização das leituras, desenvolvimento da oralidade, interpretação e aproximação com diferentes gêneros literários. Como pontos negativos, observou-se a dificuldade dos estudantes em organizar seus materiais de estudo, representando um empecilho para o trabalho com tarefas mais complexas como a pesquisa escolar (BLANK; GONÇALVES, 2017).

Paulo, Casarin e Manhique (2018) apresentam um relato de um trabalho que conta com a parceria entre bibliotecários, professores, coordenadores, pedagógicos e diretores de escolas, tendo em vista o desenvolvimento da competência em informação nos primeiros anos escolares, que faz parte do projeto “Biblioteca Escolar no Ensino fundamental: em busca de um modelo alternativo”. Nesse trabalho, enfocou-se na formação dos professores junto aos estudantes.

Coletaram-se dados mediante questionários e entrevistas com os professores das duas escolas participantes da pesquisa. Por meio dos resultados, os autores perceberam o aprimoramento dos critérios de seleção de fonte de informação dos professores, que também utilizam fontes de informação, desenvolvem pesquisa escolar com os alunos e aplicam noções de normalização dos trabalhos. Entretanto,

aponta-se como aspecto negativo a falta de estrutura no que tange à biblioteca, especificamente, sobre a quantidade de materiais e falta de bibliotecário em tempo integral na escola.

Bezerra e Serafim (2019) publicaram o artigo “Competências em informação em biblioteca multinível de região interiorana do Estado da Paraíba, PB, Brasil”, em que descrevem práticas visando compreender o fenômeno das competências em informação dos usuários da biblioteca da instituição supracitada. Inicialmente, traçaram o perfil dos participantes da pesquisa, seguida de encontros individuais, nos quais foram solicitados *Tours Guiados sobre práticas de busca de informação*. Por fim, apresentou-se um breve treinamento, em que foi orientada a estruturação de proposta de uma política formal de educação em competências em informação. Os autores declaram que a pesquisa permitiu a proposição de uma política formal para obter melhorias em torno de ações de treinamento dos usuários decorrentes da vida escolar e acadêmica.

Barbosa, Mata e Pereira (2020), no artigo intitulado “Ações de competência em informação voltadas para as bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Vila Velha – ES”, discutem de que forma as múltiplas funções da BE podem ser propícias para que os alunos sejam cidadãos autônomos e críticos e como as ações de Coinfo se tornam potenciais no processo de ensino-aprendizagem. As autoras relatam ações para o desenvolvimento de competência em informação com os estudantes da rede de bibliotecas escolares de Vila Velha (ES).

Para desenvolver estas ações, deve-se procurar motivar a sensibilização e compartilhamento do planejamento das ações com a equipe técnica-pedagógica (bibliotecários, professores, pedagogos e coordenadores), gestores e comunidade escolar para que entendam a importância e participem de forma ativa no cumprimento do plano. A colaboração desses atores (equipe escolar) deve ser integral e presente no sentido de não só apoiar, mas estar junto na realização das atividades (BARBOSA; MATA; PEREIRA, 2020, p. 119).

Os profissionais da referida rede planejam anualmente projetos/atividades objetivando instruir as habilidades informacionais, baseando-se no currículo e PPP das escolas. O trabalho coletivo entre os educadores — bibliotecários, professores, pedagogos, coordenadores, diretores — resulta em diferentes ações de competência em informação voltados aos processos de busca, avaliação, uso crítico e comunicação da informação, respeitando seus aspectos éticos e legais, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida (BARBOSA; MATA; PEREIRA, 2020).

A partir dos relatos encontrados na literatura da área, pode-se observar que há esforços e iniciativas de competência em informação no âmbito da biblioteca escolar em diversos locais do Brasil, entretanto, a quantidade de experiências ainda é limitada. Observa-se que determinados relatos incluem a obra da pesquisadora norte-americana Carol Kuhlthau (2004), adaptada pelos pesquisadores do Gebe/UFMG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados apresentados na revisão de literatura e evidenciados que o tema biblioteca escolar é bastante pesquisado, no entanto, observou-se que a literatura ainda é incipiente, quando articula a competência em informação e a biblioteca escolar. Observa-se que esse espaço constitui-se como local ideal para o desenvolvimento e/ou aprimoramento dessas competências nos estudantes do ensino fundamental I e II, da EJA e do ensino médio.

Constatou-se, por meios dos artigos e/ou trabalhos analisados, que há ações realizadas por bibliotecas de escolas e/ou colégios, bem como de redes de bibliotecas escolares, mais especificamente, verificou-se a efetivação de trabalhos nas Rede de Bibliotecas Escolares de Florianópolis-SC e Vila Velha-ES.

Os conteúdos abordados englobam: o conhecimento da biblioteca, seus recursos, produtos e serviços informacionais, fontes de

informação, busca da informação na internet e normalização, alguns possuem enfoque nos processos de leitura e pesquisa escolar. Quanto à avaliação do aprendizado dos estudantes e à avaliação dos programas e/ou ações de competência em informação, poucos estudos realizam esse diagnóstico avaliativo. Nesse sentido, recomenda-se sua inserção para verificar se os estudantes estão adquirindo habilidades informacionais e se os programas estão alcançando seus objetivos e, possivelmente, tendo impacto no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Os resultados demonstram o papel educativo do bibliotecário com ações que impulsionam a construção de competências em informação nos educandos. No entanto, observa-se a necessidade de colaboração de forma efetiva entre o professor e o bibliotecário para que a missão educar seja plenamente alcançada.

Assim, fica evidente que a inserção da biblioteca e do bibliotecário em programas de competência em informação deve ser vista, à luz da gestão, como forma de promover a almejada qualidade da educação, em especial, a educação básica, que é a base da aquisição do conhecimento.

Sugere-se o aprofundamento nos aspectos estudos teóricos e práticos sobre competência em informação e biblioteca escolar, visto que existem poucas pesquisas na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação sobre essas temáticas. Também complementa-se que o assunto merece ser analisado em suas diferentes vertentes, considerando que há claramente a atuação do profissional bibliotecário como educador e como mediador da informação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Characteristics of programs of information literacy that illustrate best practices: a guideline**. Chicago: ALA, 2019. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/standards/characteristics>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BARBOSA, E. T.; MATA, M. L.; PEREIRA, G. Ações de competência em informação voltadas para as bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Vila Velha/ES. **Páginas A&B: Arquivos e Bibliotecas**, Portugal, n. 14, p. 112-132, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/152827>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEZERRA, M. G.; SERAFIM, L. G. A. Competências em informação em biblioteca multinível de região interiorana do Estado da Paraíba, PB, Brasil. **Informação@Profissões**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/125728>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BEDIN, J.; CHAGAS, M. T.; SENA, P. M. B. Competência informacional em biblioteca escolar: ações para o desenvolvimento. **Revista ACB**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 363-372, dez. 2015. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1105>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BLANK, C. K.; GONÇALVES, R. B. Projeto de letramento informacional para estudantes do ensino fundamental. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 22, n. 1, p. 104-117, dez./mar., 2017. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1269>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BORTOLIN, S. **Mediação Oral da Literatura**: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando. 2010. 232f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BORTOLIN, S.; SILVA, R. J. (org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006.

BRASIL. Ministério de Educação. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 16 ago. 2021.

CAMPELLO, B. S. A competência informacional na educação para o século XXI. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos *et al.* **A biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 9-12

CAMPELLO, B. D. S. A escolarização da competência informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 63-77, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/1431>. Acesso em: 9 ago. 2021.

CAMPELLO, B. S. **Letramento informacional**: função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CAMPELLO, B. S. **Letramento informacional**: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. 2009. 203f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CAMPELLO, B. S. Perspectivas de letramento informacional no Brasil: práticas educativas em bibliotecários de ensino básico. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 184-208, 2010.

CARTA de Marília sobre Competência em Informação. Marília: Universidade Estadual Paulista; Universidade de Brasília; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2014. Disponível em: Disponível em: https://www.lti.pro.br/userfiles/downloads/CARTA_de_Marilia.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

CASARIN, H. C. S. Competência informacional e midiática e a formação de professores de ensino fundamental: um relato de experiência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 13, n. especial, p. 301-321, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/649/578>. Acesso em: 16 ago. 2021.

CASTRO FILHO, M. C. As competências, os perfis e os aspectos sociais do bibliotecário na educação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas/SP, v. 14, n. 2, p. 247-261, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8643650>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CAVALCANTE, L. F. B.; BONALUMI, M. C. Educação de usuários e o desenvolvimento da competência informacional em escolas públicas. **Informação @ Profissões**, Londrina, v. 3, n. 1/2, p. 93 – 114, jan./dez. 2014. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/38728>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CHARTERED INSTITUTE OF LIBRARY AND INFORMATION PROFESSIONALS - CILIP. Cilip definition of information literacy 2018. Traducción al castellano: Sales, Dora (2020). Definición de alfabetización informacional de Cilip, 2018. **Anales de Documentación**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 1-8, 2018. Disponível em: <https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/373811>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB). **Projeto mobilizador**: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público. Brasília: CFB, 2008. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2016/05/9-PROMO-BILFINAL.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2021.

FARIAS, G.; GUEDES, C. de A. Information literacy: uma análise nas bibliotecas escolares da rede privada em Natal/RN. **RDBC**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 110-133, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2024>. Acesso em: 16 ago. 2021.

LAU, J.; FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. Boca del Rio, Veracruz, México: Ifla, 2007.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Declaração de Maceió sobre a competência em informação**. São Paulo, 2011. Disponível em: http://febab.org.br/declaracao_maceio.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DE INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Manifesto de Florianópolis sobre competência em informação e as populações vulneráveis e minorias**. São Paulo. 2013. Disponível em: http://febab.org.br/manifesto_florianopolis_portugues.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E INSTITUIÇÕES (IFLA). **Diretrizes da Ifla para a biblioteca escolar**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

GRUPO DE ESTUDO EM BIBLIOTECA ESCOLAR. **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento:** parâmetros para bibliotecas escolares. Belo Horizonte: Gebe: CFB, 2010. Disponível em: <http://cfb.org.br.urlpreview.net/wp-content/uploads/2016/05/Cartilha-biblioteca-escolar.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

KUHLTHAU, Carol. **Seeking meaning:** a process approach to library and information services. Norwood, N.J.: Ablex, 1996.

KUHLTHAU, Carol. Towards collaboration between information seeking and information retrieval. **Information Research**, [s. l.], v. 10, n. 2, jan. 2005. Disponível em: <http://informationr.net/ir/10-2/paper225.html>. Acesso em: 13 ago. 2021.

KUHLTHAU, C. C. **Como usar a biblioteca na escola:** um programa de atividades para o ensino fundamental. Tradução e adaptação de Bernadete Santos Campello *et al.* 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

KUHLTHAU, C. C. **Como orientar a pesquisa escolar:** estratégias para o processo de aprendizagem. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LANZI, L. C.; VIDOTTI, S. G.; FERNEDA, E. Tecnologias de informação e comunicação em Bibliotecas escolares: em busca de um espaço dinâmico. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 103-116, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/16327/10884>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MATA, M. L. Aspectos da avaliação da competência informacional em instituições de ensino superior. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 141-154, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/22081/19795>. Acesso em: 13 ago. 2021

MATA, M. L.; CASSARO, F.; CASARIN, H. C. S. A aplicação de programas de competência informacional em bibliotecas escolares: um relato a partir do olhar dos bibliotecários. **Informação@Profissões**, [s. l.], v. 3, n. 1-2, p. 173-196, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/67143>. Acesso em: 16 ago. 2021.

MATA, M. L.; GERLIN, M. N. M. Programa para a formação em competência em informação visando uma educação que auxilie no combate à desinformação: enfoque nos critérios de avaliação da informação e de fake news. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 20., 2019, Londrina. **Anais** [...]. Londrina, PR: Ancib: PPGCI/UEL, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1143/501>. Acesso em: 25 fev. 2021.

MATA, M. L.; SILVA, H. C. Biblioteca escolar e a aplicação da proposta da competência em informação no ensino fundamental. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 28-39, dez. 2008.

MORO, E. L. S.; ESTABEL, L. B. Bibliotecas escolares: uma trajetória de luta, de paixão e de construção da cidadania. *In*: MORO, Elaine Lourdes da Silva *et al.* (org.). **Biblioteca escolar: presente!** Porto Alegre: Evangraf, 2011. p. 11-70.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares**. Brasília: Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares: Febab, 1985.

PAULO, R. B.; CASARIN, H. C.; MUNHIQUE, I. L. E. Competência em informação e biblioteca escolar no ensino fundamental. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2018, Londrina-PR. **Anais** [...]. Londrina,

PR: Ancib: PPGCI/UEL, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102702>. Acesso em: 13 ago. 2021.

PELISSARO, R. D.; MOURA, A. M. M. Desenvolvimento de habilidades informacionais: um estudo das atividades de educação de usuários aplicadas na biblioteca do colégio israelita. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 279-302, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45475>. Acesso em: 16 ago. 2021.

PEREIRA, G. **A colaboração no contexto da função educativa do bibliotecário**. 2016. 150f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AE7FXB>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SPUDEIT, D. *et al.* Criação, implantação e avaliação de um programa de competência em informação em alunos do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp. CBBB, p. 885-906, 2017.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Brasília: Unesco no Brasil, 2010.

Sobre os autores

Alessandra Monteiro Patuzzo Caetano

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), especialista nas áreas de Gestão Estratégica de Pessoas pela Faesa; Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes); Design Instrucional para EaD Virtual pela Universidade Federal de Itajubá (Unifi) e Planejamento, Implementação e Gestão da EaD pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e graduada em Biblioteconomia pela (Ufes) e Publicidade e Propaganda pelas Faculdades Integradas de São Pedro (Faesa). Atua como supervisora das Bibliotecas da Faesa Centro Universitário, membro do Corpo Editorial da Revista Científica e do Comitê de Ética da Faesa. Integrante do projeto de pesquisa “A comunicação científica e a interface da plataforma Open Journal System” e da Rede BRASIL de Gestão da Informação e Tradução do Conhecimento em Saúde à Ciência Cidadã, registrada na Plataforma Brasil. Bolsista pesquisadora da Rede BRASIL por meio de convênio formalizado entre a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) e a Universidade de Brasília (UnB). Tem experiência na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, atuando nos

seguintes temas: Biblioteca Universitária, Design Instrucional, Gestão de Pessoas, Educação a Distância e Educação Tecnológica. Contato: apattuzzo@gmail.com

Daniela Lucas da Silva Lemos

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014), mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008), especialista em Gestão Estratégica da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002) e graduada em Administração de Sistemas de Informação pela Faculdade de Sistemas de Informações Gerenciais do Centro Universitário UNA (2001). Professora e pesquisadora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Atualmente, atua como professora permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Ufes. É líder do grupo de pesquisa Tecnologia e Organização da Informação e do Conhecimento (Ufes) do CNPq. Participa ainda como membro pesquisadora dos grupos Representação do Conhecimento, Ontologias e Linguagem (UFMG) e Laboratório de Inteligência de Redes (UnB), sendo esse último como pesquisadora do projeto Tainacan, um *software* livre para a construção de repositórios digitais; além de parceria em pesquisas com a Fundação Getúlio Vargas (EMAp/CPDOC/Rio de Janeiro), incluindo projetos de organização semântica em repositórios com objetos 3D. Tem experiência em áreas da Ciência da Informação, incluindo Organização e Tratamento da Informação, Representação do Conhecimento e Recuperação de Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: Repositórios Digitais, Patrimônio Cultural Digital, Organização do Conhecimento, Modelagem Conceitual, Vocabulários Controlados, Ontologias, Padrões de Metadados, Web Semântica, Linked Data e Anotação Semântica de Recursos Multimídia na Web. Possui 17 anos de experiência docente em Instituições de Ensino Superior, incluindo cursos de Ciência da Computação, Engenharias, Sistemas

de Informação, Ciência da Informação e Biblioteconomia. Tem experiência na área de Tecnologia da Informação no segmento industrial e de serviços, com ênfase em bancos de dados, engenharia de *software* e análise, projeto, implantação e administração de sistemas de informação. Contato: danielalucas@hotmail.com

Dante Augusto Galeffi

Doutor em Educação (UFBA, 1999), mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA, 1994) e graduado em Arquitetura (UFBA, 1979). Professor titular da UFBA no Departamento de Educação II da Faculdade de Educação. Professor permanente do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC/UFBA). É líder do Grupo de Pesquisa Epistemologia do Educar e Práxis Pedagógica. Desenvolve, atualmente, pesquisas de epistemologia da complexidade, transdisciplinaridade, epistemologia do educar transdisciplinar, ética e estética, mística e espiritualidade. Desenvolve, também, a Teorização Polilógica, uma Epistemologia da Complexidade própria e apropriada. Contato: galeffid@gmail.com

Livros e capítulos de livros:

GALEFFI, D. A. Hermenêutica do Restauro. **O restauro como ‘cura’**. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2020. v. 1. 315p.

GALEFFI, D. A.; MARQUES, M. I. C. (org.); ROCHA-RAMOS, M. (org.). **Transciclopédia em Difusão do Conhecimento**. 1. ed. Salvador: Quarteto Editora, 2020. v. 300. 854p.

Eliana Terra Barbosa

Mestre em Ciência da Informação (Ufes, 2021), especialista em Biblioteca Escolar (Fesav, 2016) e Gestão de Recursos Humanos (Fabavi,

2007) e bacharel em Biblioteconomia (Ufes, 2000). Atualmente, é coordenadora da rede de biblioteca escolar da Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha-ES. Atua em pesquisa nas áreas de Ciência da Informação e Biblioteconomia, com ênfase em: biblioteca escolar, gerenciamento de redes de biblioteca, competência em informação, formação e atuação do bibliotecário, concursos literários e estudo de usuários. Premiada pelo Conselho Regional de Biblioteconomia CRB-6 com a Medalha Etelvina Lima (2019). Contato: elianaterra@hotmail.com

Elmira Luzia Melo Soares Simeão

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília, mestre em Comunicação e Cultura na Universidade Federal do Rio de Janeiro e graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Piauí, com especialização em design gráfico (ESPM-RJ). Atualmente, é professora do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília. Pesquisadora da Rede BRASIL de Gestão da Informação e Tradução do Conhecimento em Saúde à Ciência Cidadã registrada na Plataforma Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa do “Grupo de pesquisa Competência em Informação e Populações Vulneráveis” certificado pelo CNPq. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Publicações Eletrônicas e Editoração, atuando principalmente nos seguintes temas: tecnologia da informação, editoração, comunicação, ciência da informação, informação e saúde, comunicação extensiva e inclusão digital. Autora de diversos artigos científicos e obras completas como “O texto virtual e os sistemas de informação” (2005), publicada pela Thesaurus, e “Comunicação extensiva e informação em rede” (2006), publicada pela UnB, sendo este último resultado da premiação da tese premiada pela Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Ancib). Contato: elmirasimeao@gmail.com

Georgete Medleg Rodrigues

Pós-doutorado na Université de Paris (Paris X Nanterre) (2008-2009), França, doutor em História (1998), Université de Paris (Paris IV Sorbonne). Diplôme d'Études Approfondies (DEA, 1992), Université de Paris (Paris IV Sorbonne) e especialista em Arquivos (Arquivo Nacional do Brasil (1987). Docente do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, desde 1998. Professora visitante convidada na École Nationale des Chartes (fevereiro 2011). Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (2014-2015). Consultora da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, na Comissão criada no Ministério Público Militar (2009-2011). Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (2011-2012). Membro do Grupo de Trabalho criado pela Reitoria da UnB para elaboração de proposta de reestruturação do Centro de Documentação da UnB (2010-2012). Membro das Comissões de seleção do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (1999-2007, 2013-2018). Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Informação e Sociedade (EIS), desde 2014. Líder do Grupo de Pesquisa Políticas de Informação do estado e a gestão dos patrimônios documentais (encerrado em 2014). Membro do Grupo de Pesquisa Laboratório de História Oral, Informação e Documentação (Unirio). Membro do Grupo de Pesquisa Laboratório de Políticas de Comunicação (Lap-Com, Faculdade de Comunicação da UnB). Tutora acadêmica do Projeto de Pesquisa em História Oral: Memória de Pioneiros, financiado pela FAP-DF, coordenado pelo Arquivo Público do Distrito Federal. Bolsista de produtividade do CNPq (2014-2016). Visitante de pesquisa ao Centre d'Archives (Mundaneum), na cidade de Mons, Bélgica, com financiamento da Capes. Prêmio pesquisadora da UnB parceira da imprensa (2011 e 2012). Membro da Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência das Lutas Política Memórias Reveladas (desde 2014). Membro da Comissão Especial de Licitação do

Prêmio Memórias Reveladas de Pesquisa (desde 2014). Membro do Comité Scientifique do Colloque Internationale Archives des dictatures sud-américaines, Paris, França (2016). Curadora da Exposição Do Risco ao Riso: a Construção de Brasília nas Caricaturas da Imprensa (1957-1960) (abril-maio 2018). Prêmio pesquisadora parceira da imprensa (2011 e 2012). Membro da Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência das Lutas Política Memórias Reveladas (2014 – atual). Membro da Comissão Especial de Licitação do Prêmio Memórias Reveladas de Pesquisa (2014 – atual). Contato: georgete@unb.br

Gleice Pereira

Doutora em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Tecnologia Educacional pela Universidad de Salamanca e graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente, é professora da Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Tecnologia Educacional e Biblioteca escolar, atuando principalmente nos seguintes temas: prática educativa do Bibliotecário, formação docente, bibliotecário escolar, educação e comunicação. Contato: gleice.pereira@ufes.br

Henrique Monteiro Cristovão

Doutor em Ciência da Informação/UnB com estágio de pesquisa (doutorado sanduíche) no Institute for Human & Machine Cognition/IHMC/EUA, mestre em Informática (Ufes) e bacharel em Matemática Aplicada e Computacional (Ufes). Lotado no Departamento de Arquivologia da Ufes e professor no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/Ufes) na linha Memória, Representação e Informação. Líder do grupo de pesquisa Organização e Recuperação de Conhecimento em Rede/NetKOR. Contato: henrique.cristovao@ufes.br

Lucileide Andrade de Lima do Nascimento

Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCINF/UnB), mestre em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPS/Ufes) e graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Docente junto ao Departamento de Biblioteconomia da Ufes e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Ufes (PPGCI/Ufes). Líder do grupo de pesquisa: SOCIOINFO: usos sociais da informação e de suas mediações tecnológicas. Atuou como coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/Ufes) no período de dezembro de 2018 a agosto de 2022. Possui experiência nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, com ênfase em Organização e Tratamento da Informação. Desenvolve pesquisas nos seguintes temas: Políticas públicas, Política social, Educação a Distância, Atuação profissional, Biblioteca pública, Formação de leitores e Regimes de informação. Contato: lucileide.nascimento@ufes.br

Luiz Carlos da Silva

Doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais (2020). Professor e coordenador de curso junto ao Departamento de Arquivologia da Ufes e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Ufes. Participa do grupo de pesquisa denominado *Tabularium* atuando como vice-coordenador. Coordena o Núcleo de Preservação da Informação (Nupi) instalado no Laboratório de Preservação e Pesquisa de Documentos Arquivísticos e Bibliográficos (LPPDAB). Pesquisa os temas: memória institucional; patrimônio documental; preservação, conservação e restauração de documentos; políticas públicas em Arquivologia, funções arquivísticas, políticas de informação e Ciência da Informação. E-mail: luizarquivologi@gmail.com.

Maira Cristina Grigoletto

Doutora e mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista. Atua como docente na Universidade Federal do Espírito Santo nos cursos de mestrado em Ciência da Informação e na Graduação em Arquivologia. Possui interesse em pesquisas que abordam as potências e potencialidades do documento, pela materialidade e institucionalidade, em correlação com práticas e políticas de memória, de preservação do patrimônio, de arquivos e de informação. Contato: maira.grigoletto@ufes.br

Margarete Farias de Moraes

Doutora em Educação pela Ufes, mestre em História das Ciências da Saúde pela COC/Fiocruz, bacharel em Arquivologia pela Unirio e licenciatura e bacharel em História pela UERJ. Estágio pós-doutoral pelo Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento na UFBA. Atualmente, professora e pesquisadora do Departamento de Arquivologia da Ufes e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Ufes. Membro do grupo de pesquisa GEPICC – Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento, desde 2018, e OBSERVATÓRIO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA DIGITAL, desde 2019. Tem como campos de investigação a história, a educação e o gerenciamento de informação na área de saúde. Contato: margarete.moraes@ufes.br

Livros e capítulos de livro:

MORAES, M. F.; GHELMAN, A. Educação em saúde. *In*: GALEFFI, D. A; MARQUES, M. I. C.; ROCHA-RAMOS, M. (org.). **Transci-
clopédia em difusão do conhecimento**. 1. ed. Salvador: Quarteto, 2020. v. 1, p. 333-343.

MORAES, M. F.; GAVA, T. B. S.; FERRARI, L. I. O Ensino em Arquivologia na perspectiva da era digital: O caso do curso de Arquivologia da UFES. *In*: BARROS, T. H. B.; SANTOS JR, R. L. dos; CÂNDIDO, G. G. (org.). **A pesquisa e o ensino em arquivologia**: perspectivas na era digital. 1. ed. Belém: Editora da UFPA, 2019. v. 1, p. 9-333.

Maria Giovana Soares

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/Ufes), especialista em Gestão da Qualidade pela Universidade Gama Filho (UGF) e graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). É integrante do Grupo de Pesquisa Competência leitora e competência em Informação: saberes e fazeres interdisciplinares no campo da Ciência da Informação e participa da Rede de Estudos das Competências (REC), na qual está inserida no projeto de extensão Informa-Ação e Cultura da Universidade Federal do Espírito Santo. Contato: mgiovana10@yahoo.com.br

Marta Leandro da Mata

Pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (2016), doutora em Ciência da Informação (2014), mestre em Ciência da Informação (2009) e bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp, campus de Marília), com período de doutorado sanduíche na Universidade Carlos III de Madrid (2013). É professora adjunta do Departamento de Biblioteconomia e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/Ufes). Líder do grupo de pesquisa “Competência em Informação e Processos Inter-relacionados”. É responsável pela coluna “Entre conexões e processos informacionais”, no site Infohome. Tem experiência na área de Ciência da informação e Biblioteconomia, atuando,

principalmente com os seguintes temas: competência em informação, fontes de informação, avaliação de fontes de informação e de *fake news*, desinformação, formação e atuação do bibliotecário, estudo de usuários (com abordagem tradicional, alternativa e social) e biblioteca escolar e universitária. Contato: martaleandrodamata@gmail.com

Meri Nadia Marques Gerlin

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Educação e bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Professora adjunta do Departamento de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Ufes. Líder do Grupo de Pesquisa “Competência leitora e competência em informação: saberes e fazeres transdisciplinares no campo da Ciência da Informação” certificado pelo CNPq e pesquisadora da Rede BRASIL de Gestão da Informação e Tradução do Conhecimento em Saúde à Ciência Cidadã registrada na Plataforma Brasil. Bolsista pesquisadora da Rede BRASIL por meio de convênio formalizado entre a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) e a UnB. Demonstra interesse pelas áreas: competência em informação; competência leitora; competência narrativa (contação de histórias); leitura literária e biblioterápica; informação, saúde e sociedade; serviço de referência e sistemas de recuperação da informação; tecnologias de leitura, informação e comunicação; uso ético da informação e desinformação. Autora de artigos publicados em revistas científicas, em capítulos de livros e em anais de eventos científicos nacionais e internacionais. Dentre os livros literários e acadêmicos publicados, destacam-se a obra produzida pela Edufes “Competência leitora e competência em informação: saberes e fazeres necessários ao acesso da informação (hiper)textual no século XXI” (2020) e o primeiro volume da “Coleção Tradição e Tecnologia”, “Tecendo redes e contando histórias:

competências em informação e narrativa na contemporaneidade” (2018), publicado pela Faculdade de Ciências da Informação (FCI) da UnB. Contato: meri.gerlin@ufes.br

Mônica Alves da Fonseca

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/Ufes), pós-graduada *lato sensu* em Arquivos e Graduação em Letras e em Biblioteconomia, todos pela Universidade Federal do Espírito Santo. Docente do Departamento de Biblioteconomia da Ufes, com interesse nas áreas de Competência em Informação, Mediação da Informação, Biblioterapia e Mediação cultural. Participa do grupo de pesquisa: SOCIOINFO: usos sociais da informação e de suas mediações tecnológicas. Contato: monicadafonseca@uol.com.br

Monique B. Magaldi

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília, mestre em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, graduada em Museologia pela mesma universidade e técnica em Design de Interiores pelo Instituto Brasileiro de Design de Interiores (IBDI). Atualmente, é docente permanente da Escola de Museologia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio. É coordenadora do laboratório MUSEOLOGIA VIRTUAL LAB (site: <https://museologiavirtual.org/>), da Escola de Museologia (UniRio), e Líder do Grupo de pesquisa MUSEOLOGIA VIRTUAL LAB (Grupo de Pesquisa: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/788615>). É docente colaboradora no Curso de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS/UniRio-MAST). Vice-líder do grupo de pesquisa Museologia experimental e imagem (MEI), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), e participante da Linha de Pesquisa “Museologia, performance e imagem”; no mesmo grupo. Tem experiência

em processos museológicos e desenvolve estudos sobre: teoria da museologia, processos museográficos, musealização, museus virtuais, museologia Virtual, Cibermuseologia, usos das Tecnologias da Informação e comunicação (TICs) e Tecnologias Sociais (TS). Contato: monique.magaldi@unirio.br

Pedro Ernesto Fagundes

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Associado de História do Brasil da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), atualmente vinculado ao Departamento de História. Desde 2010, é professor permanente do Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS-Ufes). A partir de 2018, também é professor permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/Ufes). A partir de abril de 2021, é coordenador do Colegiado do curso de História da Ufes. Foi coordenador adjunto, entre 2016 e 2018, do PPGHIS /Ufes. Coordenou, entre 2013 e 2016, a Comissão da Verdade da Ufes. Integrou a Comissão de Altos estudos do Projeto Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas do Brasil (1964-1985). Integra a Rede de Investigação Direitas, História e Memória. Dentre suas publicações, destaca-se o livro “ANISTIA: das mobilizações das mulheres na ditadura militar às recentes disputas sobre o passado” (Editora Milfontes, 2019). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: Ditaduras e regimes autoritários, História do tempo presente, Memória, Direitas e história dos arquivos da repressão. Contato: pefagundes@uol.com.br

Regina Célia Baptista Belluzzo

Pós-doutorado em Educação Escolar pela Unesp (Araraquara), doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e

graduado em Biblioteconomia e Documentação pela Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos e em Direito pela Faculdade de Direito de São Carlos. Atualmente, é docente permanente dos Programas de Pós-graduação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) em Ciência da Informação (Marília-SP) e Mídia e Tecnologia (Bauru-SP). Pesquisadora da Rede BRASIL de Gestão da Informação e Tradução do Conhecimento em Saúde à Ciência Cidadã registrada na Plataforma Brasil. Líder do grupo de pesquisa do “Grupo de pesquisa Competência em Informação e Populações Vulneráveis” certificado pelo CNPq. Tem experiência na área de Ciência da Informação e Comunicação, com ênfase em Gestão da Informação e do Conhecimento, atuando principalmente nos seguintes temas: competência em informação e midiática, bibliotecas universitárias, ambientes empresariais, transformação digital e sustentabilidade. Autora de variados artigos e livros completos como “Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação” (Editora Cá Entre Nós, 2007) e “Redes de conhecimento e competência em informação: interfaces da gestão, mediação e uso da informação” (2015) e “Competência em informação no Brasil” (2018) que recebeu o selo da Editora Abecin. Contato: rbelluzzo@gmail.com

Renato Pinto Venâncio

Pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (2005) e doutor pela Universidade de Paris IV – Sorbonne (1993). Professor da Escola de Ciência de Informação da UFMG, atuando no Departamento de Organização e Tratamento da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG. Entre 1998 e 2021, foi pesquisador do CNPq. Entre 2004-2008, foi consultor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Entre 2005 e 2008, dirigiu o Arquivo Público Mineiro, também atuando como editor da Revista do Arquivo Público Mineiro. Entre 2007-2008, foi consultor científico da Unesco, no Comitê Nacional Memória do Mundo.

Entre 2006-2008, foi membro da Seção Brasileira da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (Coluso-Conarq/Arquivo Nacional). Colaborou na implantação da Diretoria de Arquivos Institucionais (Diarq) da UFMG, tendo sido diretor dela entre 2015-2019. Atualmente, desenvolve pesquisa a respeito da legislação arquivística, financiada pelo CNPq-Bolsa Produtividade. E-mail: venancio.renato@gmail.com.

Rosa da Penha Ferreira da Costa

Doutora em Ciência da Informação (Dinter Unb/Ufes, 2012-2016), mestre em Artes pela Universidade Federal do Espírito Santo (2012) e graduada em Biblioteconomia (1990), em Artes Plásticas (1995) e em Arquivologia (2006). Atualmente, é professora adjunto 4 do Departamento de Arquivologia, da Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de Ciência da Informação e em Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: fotografia, memória, cidade, preservação de documentos, arquivos universitários, arquivos públicos, política arquivística, arquivos de processo de criação, patrimônio histórico, artístico e cultural. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/Ufes) no período de dezembro de 2018 a agosto de 2022; coordenadora do Núcleo de Pesquisa *Tabularium* – Políticas de Arquivos: Observatório no Estado do Espírito Santo; coordenadora do Laboratório de Ensino 2, do curso de Arquivologia. Membro da Comissão Central de Avaliação de Documentos (CCAD) da Ufes. Presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Contato: rosapenha2012@gmail.com

Rosilda Adelaide Rufo

Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/Ufes), especialista em Comunicação pela Faesa e bacharel em Arquivologia e Biblioteconomia

pela Ufes. Professora voluntária no departamento de Arquivologia da Ufes, desde 2019. Vivência na supervisão de comunicação empresarial e coordenadora de memória empresarial (Arquivo e Centro de Documentação e Memória – CDM) da Chocolates Garoto/Nestlé com experiência de mais de 10 anos. Conhecimento e trabalho realizado na área de criação de valor compartilhado – CSV (Água, Nutrição e Desenvolvimento Rural). Contato: rosildinha@hotmail.com

Taiguara Villela Adabalde

Pós-doutorado em Ciências da Informação na Fundação Fernando Pessoa (Porto, Portugal) e doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília. No campo da pesquisa, tem produzido conhecimento publicando artigos em periódicos nacionais e estrangeiros. Possui trabalhos publicados em congressos e tem participado de variados eventos, tanto no Brasil, quanto no exterior. Também possui publicações sob a forma de capítulos em livros como “Competência em informação e narrativa numa sociedade conectada por redes” e “Patrimônio Cultural e Transformação Digital” da Universidade Católica Editora com apoio da Unesco. Orienta investigação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal do Espírito Santo. Mantém o interesse pelos seguintes temas: Mediação Cultural e da Informação; Mediação Digital; Transformação Digital, Patrimônio Cultural; Uso Educativo dos arquivos; Ontologia e modelagem de conceitos. Professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes), responsável pela disciplina designada “Mediação Cultural e da Informação”. Na graduação, atua junto ao Departamento de Arquivologia lecionando e pesquisando. Já lecionou disciplinas obrigatórias tais como: Gestão de Instituições e Serviços Arquivísticos, Projeto em Organização de Arquivos, Mediação e Acesso à Informação Arquivística, Usos e Usuários da Informação Arquivística, Mediação Cultural em Arquivos, Avaliação de

Documentos Arquivísticos, Projeto de Pesquisa e Arranjo e Descrição de Documentos Arquivísticos. Também ministrou Tópicos Especiais em Arquivologia I, Representação Temática I, Tópicos Especiais em Arquivologia VII e Ação Cultural. Lecionou Paleografia e Diplomática. Tem orientado pesquisas de graduação no âmbito da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso. Tem mantido correspondências com outros cientistas, com vista a fomentar novos projetos inovadores em áreas interdisciplinares. Correspondeu-se com a Academia Brasil-Europa de Ciência da Cultura em Colônia na Alemanha (Köln). Líder do grupo Laboratório de Estudos Aplicados em Infoprodutos com colaborações interinstitucionais e internacionais com investigação em desenvolvimento. Atualmente, coordena práticas culturais e aulas abertas de Mediação Cultural e da Informação na Galeria de Arte & Pesquisa da Ufes. Contato: taiguara.aldabalde@ufes.br

